

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO

**Intelectualidade Negra: Uma Construção Periférica de Pensamento
Social e Político Brasileiro no Início do Século XX**

Jhonata da Costa Silva

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

INTELECTUALIDADE NEGRA: UMA CONSTRUÇÃO
PERIFÉRICA DE PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO
BRASILEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

JHONATA DA COSTA SILVA

Sob a orientação do Professor Doutor

Marco Antonio Perruso

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Seropédica, RJ

Agosto de 2018

S586i Silva, Jhonata da Costa, 1991-
Intelectualidade Negra: Uma Construção Periférica
de Pensamento Social e Político Brasileiro no Início do
Século XX / Jhonata da Costa Silva. - 2018.
181 f.

Orientador: Marco Antonio Perruso.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PPGCS, 2018.

1. Intelectuais negros. 2. Imprensa negra
paulista. 3. Pensamento brasileiro. I. Perruso, Marco
Antonio, 1969-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. PPGCS III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JHONATA DA COSTA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Prof. Marco Antonio Perruso. (Dr.)
UFRRJ (Orientador)

Prof. Luena Nascimento Nunes Pereira (Dra.) UFRRJ

Prof. Amilcar Araújo Pereira (Dr.) UFRJ

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer a Dona Norma, minha mãe. Sua inigualável resiliência sustentou uma vontade de proteger e fomentar seus filhos à construírem um futuro melhor. Nem as piores condições de trabalho e renda, nem os nossos problemas pessoais ou mesmo o peso da idade foram capazes de te derrubar na “guerra” diária pelos seus filhos. Hoje, seus “filhotes” são pais, avós e tios; a senhora já está um pouco mais cansada, mas não foge à nenhuma luta que por ventura se aproxime. Calma, seus “tigres” já tem presas próprias e estão prontos para te proteger e se proteger quando necessário. Sua história de vida foi o maior dos meus processos pedagógicos e eu aprendi a nunca abaixar a cabeça para as ameaças e encarar os problemas com dignidade e “pés no chão”. Eu te amo e, como dito nos agradecimentos da minha monografia, eu espero dar muito orgulho para a senhora, nessa vida. Sua bênção, minha mãe. Eu não conseguiria sem você.

Ao meu pai, Senhor Almir, pelo apoio fundamental, sobretudo no início do mestrado. A consequência de me afastar do trabalho para voltar a estudar foi muito penosa. Sem seu apoio no começo do curso de pós, eu teria falhado. Dava para escolher entre janta e almoço, mas sem os dois não teria condições de ficar. A atitude do senhor foi inesperada e salvadora. Estou feliz de voltarmos a sermos amigos e saber que o senhor me tem com orgulho. Obrigado!

Ao meu amor, Priscila. Nós somos time e construir uma base para nossa vida é um dos motores que me ajuda a tentar ser uma pessoa melhor a cada dia. Eu te amo e estou aqui também por conta do seu apoio. Ao seu lado como amante, amigo e companheiro. Muito obrigado por tudo.

Um grande obrigado pela força e pela consideração, aos irmãos: Marcelo e Fernando. Aos amigos do “GANO”: Thiago, Chahden, Diegão, Leandro “lele”, Glauber, Daniel. Aos meus companheiros do alojamento e NUN: Felipe Suzuki, Marcelo Caetano “Costinha”, Wkellisson, Júlia, Terená, Mineiro, Eriknatan, Henrique, Thiaguinho, Sabrina, Jucimar (Barba), Bruno Brizolão, Cavalo, Diego, Nikit, Montanha, Gigante e Monstro (póstuma). Aos amigos de trabalho: Raphael, Chris, Gutemberg, Bira, Paulo Vitor, Felipe Araújo, Fábio, Vitor e toneladas mais, estamos juntos! Beijo no coração das professoras do PPGCS: Carly, Flavinha, Marta, Mayra Goulart, Ana Garcia e Nalayne; muito obrigado pelo empenho em nos formar acadêmicos primorosos!

Marco Antonio “Trogão”, obrigado por confiar no meu trabalho e por permanecer dedicado à minha pesquisa. Seus conselhos e orientações foram o diferencial para essa empreitada. Tenho o senhor como um grande amigo, para além de um tutor que muito

respeito. O senhor implodiu qualquer relação análoga ao patriarcado que existe na vida acadêmica, pelo menos na minha experiência. Foi fantástico em se mostrar solícito e livre de posições hierárquicas antiquadas ao impor-se como orientador. Você construiu conhecimento comigo, não impôs sua vontade travestida de orientação. Tu foi Paulo Freire na veia, aprendi a ter autonomia acadêmica com você. Tenho orgulho de possuir o senhor em registro na minha vida como um dos maiores exemplos de educadores que já tive o prazer de conhecer. Tu é um ‘fofo’, um ‘migão’ com ‘M’ maiúsculo, o que não te impede de ser um professor altamente qualificado e competente. Meu muito obrigado.

À Luena Nascimento Nunes Pereira, o meu eterno sentimento de gratidão. Te tenho como minha madrinha, sempre me aconselhando e torcendo por mim. Você me estendeu a mão e me ofereceu ajuda logo no começo do mestrado, eu nunca iria aceitar, mesmo vivendo uma calamidade naquele período, todavia, eu também jamais poderia esquecer o gesto. Você tem em mim um parceiro, nunca deixe de contar comigo como amigo e aliado. Te respeito, elogio (rasgando a seda) e te defendo energicamente toda vez que é necessário. Torço muito por você e pelo seu sucesso. Muito obrigado pelas oportunidades de dar aulas em suas disciplinas que tanto amo. Dessas rareadas experiências eu reforcei o meu desejo por ser professor. Você é fantástica!

Ao Amilcar Pereira, não somente por fazer parte da banca avaliadora, mas por ser um intelectual dedicado à luta antirracista, que estampa essa luta a partir de sua obra e, assim, estimula e fomenta a discussão de temas importantes à nós, negros brasileiros. Suas sugestões, formulações de direções possíveis sobre o tema e críticas assertivas acerca do meu trabalho foram fundamentais nessa caminhada. Meu muito obrigado.

RESUMO

SILVA, Jhonata da Costa. **Intelectualidade Negra: Uma Construção Periférica do Pensamento Social e Político Brasileiro no Início do Século XX**. 2018, 174 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018.

Entender o pensamento social e político brasileiro a partir de protagonistas negros com as suas especificidades inerentes à tensão racial provocada pelo processo de branqueamento brasileiro, no início da sua República, se mostra algo fundamentalmente novo ou, ao menos, pouco estudado. Este projeto de pesquisa tem o foco direcionado à qualidade, reconhecimento ou mesmo visibilidade da produção intelectual da imprensa negra paulista, vista como pensamento social e político brasileiro, na primeira metade do século XX (1915-1937). Com a conotação claramente enviesada à temática racial, esta pesquisa busca lançar luz sobre uma determinada produção intelectual que tende a ser pouco considerada nas discussões teóricas na área de estudo do pensamento social e político brasileiro.

Palavras chaves: Intelectuais Negros, Imprensa Negra Paulista, Pensamento Brasileiro.

ABSTRACT

SILVA, Jhonata da Costa. **Black Intellectuality: A Peripheral Construction of Brazilian Social and Political Thinking at the Beginning of the 20th Century.** 2018,174 p. Dissertation (Master Science in Social Sciences). Institute of Human and Social Sciences, Rural Federal University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018 .

To understand the Brazilian political and social thinking, produced by black protagonists, with their specificities relative to racial tension provoked for Brazilian whitening process, in the beginning of the Republic, demonstrate us something specially new, with few studies until this moment. This research project shall have the focus on quality, recognition and visibility of intellectual production of black press in São Paulo, about Brazilian thinking, in the first half of the 20th century (1915-1937). With the content suggesting, obviously, racial theme, this research throws light on the kind of Brazilian thinking production that has few relevance, until now, in the big lines of theoretical discussions about this area.

Keywords: Black Intellectuality, Black Press in São Paulo, Brazilian Social and Political Thinking.

LISTA DE ABREVIATURAS

C.C.P- Centro Cívico Palmares

F.N.B- Frente Negra Brasileira

C.N.C.S- Clube Negro de Cultura Social

A.N.B- Associação do Negro Brasileiro

A.C.N- Associação Cultural do Negro

E.C.P- Emancipação de classes populares

P.S.P.B- Pensamento Social e Político Brasileiro

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	1
INTRODUÇÃO	27
CAPITULO I: ESTADO DA ARTE.....	30
1.1 Intelectualidade orgânica	31
1.2 Imprensa Negra.....	36
1.3 Pensamento Social e Político Brasileiro	43
CAPITULO II: ANÁLISE DOCUMENTAL	48
2.1 Metodologia	49
2.1.1 Recorte de tempo e espaço	51
2.1.2 Parâmetros de seleção de fragmentos de texto e autores.....	52
2.1.3 Construção dos eixos de pensamento social.....	52
2.2 Material Fonte.....	53
2.2.1 Jornais analisados na pesquisa.....	53
2.2.1.1 A Rua	54
2.2.1.2 O Alfinete.....	55
2.2.1.3 O Bandeirante.....	56
2.2.1.4 A Sentinella.....	56
2.2.1.5 Elite	57
2.2.1.6 O Clarim da Alvorada	57
2.2.1.7 Auriverde.....	58
2.2.1.8 O Progresso	58
2.2.1.9 Liberdade.....	59
2.2.1.10 Chibata	59
2.2.1.11 A Vóz da Raça	60
2.2.1.12 O Clarim.....	60
2.2.1.13 A Tribuna Negra	61
2.2.1.14 O Estímulo	61
2.3 Análise Quantitativa	62
2.3.1 A Imprensa Negra analisada em números.....	62
2.3.1.1 Considerações acerca dos dados quantitativos.....	65
2.4 Análise Qualitativa	68
2.4.1 Delimitando os intelectuais negros empregados na pesquisa.....	69

2.4.2 Demarcando o Pensamento Social e Político Negro	70
2.4.2.1 Principais eixos temáticos presentes no Pensamento Negro.....	73
2.4.2.1.1 O Pensamento Negro e sua interpretação do Brasil.....	80
2.4.2.2 As excepcionalidades no Pensamento Negro.....	121
CAPITULO III: O PENSAMENTO SUBALTERNO	129
3.1 Breve análise dos diferentes fundamentos do conceito “subalterno”	130
3.2 Clovis Moura e o Pensamento Negro subalternizado	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
FONTES CONSULTADAS	146
ANEXOS	152
Anexo I: Tabela 1 quantitativa de produção textual por jornal e intelectual.	153
Anexo II: Tabela 2 com amostra qualitativa da produção do pensamento social e político presente na imprensa negra paulista de 1915 até 1937.....	160
Anexo III: Tabela 3 com amostra qualitativa da produção do pensamento social e político escolhido para a análise com profundidade durante a dissertação.	171
Anexo IV: Tabela 4 com eixos temáticos por jornais negros.	174

PRÓLOGO

O meu empreendimento de pesquisa, análise da qualidade e visibilidade da produção intelectual negra enquanto pensamento social e político brasileiro, na primeira metade do século XX, se inicia em 2016 com a conclusão de um trabalho monográfico intitulado *Intelectualidade Negra Brasileira, uma Perspectiva de conflito e Resistência no pensamento Social e Político Brasileiro do Início do Século XX*¹. Nesta empresa, construo um panorama crítico onde a já conhecida intelectualidade branca, racista e nacionalista que permeia o pensamento brasileiro do início do século passado é colocada em perspectiva dialética com ativistas de movimentos sociais negros onde uma ideologia de valorização negra era vinculada, a partir de debates travados na imprensa negra paulista daquela conjuntura. Na esteira desta dicotomia política e ideológica, apresentei ambos os lados da disputa de forma simétrica, naquilo que se refere a ideia de intelectualidade. Sendo o trabalho monográfico dividido em partes sucintas acerca de uma abordagem concernente ao entendimento de ativistas negros de São Paulo, na figura de líderes intelectuais, uma teoria que fundamentaria esta proposição deveria ser proposta. Desta forma, faço uma adequação destes agentes aos devidos lugares comuns à ideia de: intelligentsia², à luz da obra de Karl Mannheim e, intelectualidade orgânica³, no que se refere ao conceito de Antonio Gramsci. Reforçando que, embora fosse um quadro simétrico, no que tange à ideia da “categoria intelectual” pertencente aos dois grupos (pensadores brancos e negros⁴), a natureza desta “categoria de intelectualidade” se mostra díspare, ao passo que uma perspectiva dialética se engendra no seio da análise operada na pesquisa.

Desta maneira, torna-se imperioso caminhar, de forma breve neste prólogo, pelo que se sucedeu no trabalho monográfico em questão. Antes de mais nada, a metodologia empregada baseou-se na análise documental e em uma densa revisão bibliográfica. No que se refere à análise documental, jornais de época da imprensa negra paulista. Já a revisão bibliográfica se baseou em diversos autores e temas, como os que discutem intelectualidade, já citados neste prólogo; raça e racismo; história do Brasil, pensamento social e político brasileiro e bibliografias de militantes negros da época.

Por ocasião da discussão acerca da concepção do conceito de intelectual,

¹Ver: SILVA, 2016.

²Ver: MANNHEIM, 1982.

³ Ver: GRAMSCI, 2004.

⁴ Para uma aceção restrita à concepção “orgânica” de intelectualidade aplicada à José Correia Leite e à Arlindo Veiga dos Santos, ver: FERREIRA, 2005.

apresentei, de forma explícita, as teorias de Karl Mannheim e Antonio Gramsci já em perspectiva antagônica. Na esteira desta percepção, defini a teoria de Karl Mannheim, sobre *intelligentsia* da seguinte forma:

Na perspectiva manheimiana, o intelectual é visto como um ser suprassocial, ele paira sobre a sociedade, analisando-a, sem ser necessariamente vinculado à ela. Ele deveria se guiar no escopo de suas ideias e não na empatia ou ideologias comunitaristas formadas por um olhar influenciado de pertença (SILVA, 2016).

[...]

Embora não deva ser integrado ao grupo sob o qual intente explicar, o intelectual deve assessorar estes mesmos grupos a terem uma tomada de consciência, a partir das ideias dispostas no pensamento fornecido. Ponderando as possibilidades, necessidades e os excessos para ter um papel de agência social sem se atrelar a “quistos ideológicos”, mas se articulando entre eles (SILVA, 2016).

De maneira a contrapor esta conceituação de Mannheim, utilizo a formulação gramsciana de intelectual orgânico a partir das seguintes proposições:

Se Mannheim acredita numa separação entre intelectual e sociedade como fundamental para a intelectualidade, Gramsci é diametralmente oposto a este pensamento. Para Gramsci, o intelectual tem essencial importância como organizador da sociedade e da cultura. No entanto, podem ser entendidos como pessoas com a capacidade de exercer uma função social como um todo, em plenitude. Ou seja, compondo grupos sociais em atividades diversas sem que isto seja danoso a um potencial de intelectualidade e, ainda, fazendo com que seja *mister* este engajamento em setores da sociedade (SILVA, 2016).

[...]

Se o intelectual é ligado à classe ao qual pertence, ele trabalha de forma orgânica e tem a teoria como advinda da própria classe, pois o intelectual produziria sobre aquilo que vive. Deste modo, pode-se observar uma profunda vinculação ideológica, de valores e visão de mundo compartilhada no grupo de origem do intelectual, mas que também, via de regra, limita-o à vanguarda daquele grupo e sem alcinha de conceber acúmulo epistemológico para delinear diretrizes acerca de outros contextos de classe ou grupos. Este é o intelectual orgânico (SILVA, 2016).

Sendo assim, introduzi as principais diferenças relacionadas a concepção de intelectuais provenientes dos dois pensadores e preparei o terreno para a argumentação categórica onde alinharia o fazer intelectual, branco e negro, do início do século XX, em perspectivas análogas à dicotomia apresentada no plano teórico a partir dos conceitos de Mannheim e Gramsci.

Uma vez estruturada a discussão sobre intelectualidade, segui no sentido de descrever a conjuntura social e política em que viva os atores de interesse da minha pesquisa. No que diz respeito ao cenário brasileiro vivido no início do século passado, afirmo que o país demandava modernização nas facetas política, social e econômica; numa transformação inerente à abolição da escravidão e à transição do Império para República. Este processo foi intenso e sentido durante os anos do início do século XX, já na República Velha (SILVA, 2016). Na esteira desta argumentação, aponte para

democracia, ordem econômica burguesa e a ciência como sendo pilares da transformação social e política citada acima. Dentre estas, destaquei a ciência como um elemento chave para a compreensão da argumentação proposta no trabalho. Isto porque ela direcionou os caminhos de construção de um projeto de Nação para o Brasil. Sendo esta uma tarefa incumbida à uma intelectualidade branca que elencava a raça negra como o principal entrave à consolidação do desenvolvimento viável de um povo, pelo perigo da degeneração das raças, tão comum preceito difundido nos âmbitos acadêmicos da ciência do final do XIX e começo do XX. Para exemplificar melhor esta situação resgatei, por ocasião deste assunto no texto, o seguinte pensamento de Sérgio Costa:

O interesse dos primeiros formuladores do pensamento racial brasileiro em discutir as relações entre os diferentes grupos de cor não foi propriamente uma escolha temática. O tema lhes caiu sobre os ombros, na medida em que o desafio cívico de construir uma nação “civilizada” implicava articular uma gramática discursiva na qual as teorias científicas recebidas da Europa e que colocavam os brancos no topo da hierarquia racial pudessem ser conciliadas com a realidade de uma população, na qual predominavam “mestiços” e “gente de cor” (COSTA, 2006).

No tocante aos intelectuais que compunham este time de pensadores raciais brasileiros, uma indicação hierárquica onde o indivíduo branco europeu se encontrava no topo e o negro africano, na base, se mostrava como um fundamento legítimo para se arregimentar a necessidade de obliteração da raça negra no Brasil. Como resgatei na passagem de Antônio Sérgio Guimarães e Sérgio Costa, um pouco mais à frente no trabalho:

Estas doutrinas científicas [...] serviram de base para justificar diferenças de tratamento e de estatuto social para diversos grupos étnicos presentes nas sociedades ocidentais e americanas, e conduziram, quase sempre, a um racismo perverso e desumano, e às vezes genocida (GUIMARÃES, 2012).

Os postulados do racismo científico são largamente hegemônicos no debate entre os “homens de ciência” brasileiros até os anos 1910, além de representarem o cimento da ideia de nação que ia se constituindo. Os pensadores brasileiros punham-se, fundamentalmente, de acordo em torno do primeiro axioma do racismo científico, qual seja, a humanidade está dividida em raças, e seu corolário, a saber, as diferentes raças conformam uma hierarquia biológica, ocupando os brancos, a posição superior (COSTA, 2006).

O contingente da população negra no país desfavorecia estes intelectuais. Tendo as principais correntes de teoria racial da época condenado a mistura de raças sob a alegação de degeneração, os parâmetros negros e indígenas da população brasileira apresentavam uma dificuldade quase que insuperável para os pensadores. Desta maneira, a criatividade prevaleceu sobre as dificuldades da questão, como percebe-se na seguinte passagem:

Neste quadro, a formalização de saídas originais e inflexões de interpretações

eurocientíficas faziam com que a intelectualidade brasileira conseguisse soluções no imbróglia enunciado ao caso nacional, onde a mestiçagem era uma realidade incontestada. Todavia, nem todos os intelectuais seguiam por este caminho e entendia-se que a degeneração humana e da sociedade no Brasil era inevitável por conta do grau tão incisivo de miscigenação com os afrodescendentes e índios. A saber, Antônio Nina Rodrigues seguia esta ótica e era entendido num contexto analítico como um pessimista. Os demais, João Batista Lacerda, Sylvio Romero e Oliveira Vianna, definiram caminhos alternativos que justificariam um desenvolvimento do tipo brasileiro e, por corolário, da sociedade brasileira, classificando-se na linha dos otimistas (SILVA, 2016).

Sergio Costa (2006), um dos principais enunciadores desta dissociação (otimista e pessimista) no pensamento racial brasileiro, atenta ao fato de que, dentre a possibilidade de viabilizar um povo, ou não, a partir da mestiçagem no Brasil, os crédulos das duas vertentes se mostravam altamente racistas nas suas soluções. O pressuposto básico é a desigualdade e hierarquia entre raças. Como resgatei na citação seguinte, presente no trabalho monográfico por ocasião da página 28.

Da perspectiva do racismo científico e, se, se quer, de uma moral humanitária, contudo, não há qualquer distinção entre as duas vertentes. Ambas filiavam-se, de forma às vezes mais, às vezes menos estrita, a correntes do racismo científico reconhecidas no debate internacional, e consideravam, com igual fervor, que todos que não fossem brancos eram seres inferiores (COSTA, 2006).

Se torna imperioso ressaltar que este empenho intelectual não ficou restrito ao campo livresco ou ao mundo das ideias. O tipo de pensamento social singular, nacional e que intentara ratificar as diretrizes de construção de um bem sucedido projeto de povo e nação se desenrolou ao campo prático da vida política e social brasileira. É o que sugeri na seguinte passagem do trabalho:

A incipiente República e seus agentes políticos foram aparelhados por esta diretriz ideológica racial que propunha uma iniciativa política e pública de base científica para se sublevar ao problema da “mancha negra” no Brasil. O resultado mais incontestado desta iniciativa estatal, endossada pela intelectualidade nacional, e objetivando a erradicação da presença negra brasileira, foi o colossal programa de Imigração de pessoas eugênicas (brancos europeus) ao Brasil, ao passo que construções de arquétipos legais e institucionais preteriram a entrada de seres humanos da cor preta ou indígenas asiáticos (SILVA, 2016).

Uma vez descrito o cenário político e social de atuação da intelectualidade branca brasileira no início do século XX, procurei, num passo seguinte, exemplificar alguns atores pertencentes à este grupo, bem como um pouco do seu pensamento. Vejamos de forma sintética, uma pequena parte deste trabalho.

Retomando o quadro de oposição (pessimistas e otimistas) descrito acima, temos, dentre a ideia de pessimistas, a figura do médico Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906).

Este intelectual se mostrava adepto às teorias de Gobineau⁵ e aproximava a antropologia criminal e a teoria evolucionista engendrando uma conexão que viabilizava um suposto desenvolvimento moral e um progresso biológico-racial. Sua argumentação defendia a ideia de um condicionante biológico determinante e insuperável à raça negra, entendida como algo inferior. Desta proposição, deriva-se que a prática de políticas públicas e educacionais seriam inúteis como ferramentas de ascensão ao povo negro, pois uma biologia naturalmente rebaixada impediria qualquer sucesso de desenvolvimento desta raça (COSTA, 2006). Aqui se faz necessário salientar a importância cultural dada por Nina Rodrigues ao povo negro. Uma vez que ele entendia que a continuação desta raça estava fadada ao fracasso e extinção, tamanha sua inferioridade, o intelectual buscou resgatar e compilar vasto material cultural negro, naquilo que seria memórias de um povo biologicamente fadado ao desaparecimento. Como apresentei no seguinte fragmento da obra do autor:

A raça negra, no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros de seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo. Na trilogia do clima inter-tropical inóspito aos brancos que flagela grande extensão do país; do negro que quase não se civiliza; do português rotineiro e improgressista, duas circunstâncias conferem ao segundo saliente preeminência: a mão forte contra o branco, que lhe empresta o clima tropical, as vastas proporções do mestiçamento que, entregando o país aos mestiços acabará privando-o por largo prazo pelo menos, da direção suprema da raça branca. E esta foi a garantia da civilização nos Estados Unidos (NINA RODRIGUES, 1932, p,11).

Estabelecida a ideia proposta sobre esta vertente intelectual branca pessimista, caminhei em sentido de discutir o viés otimista do pensamento racial brasileiro da época. Sendo assim, à luz da orientação das leituras de Sérgio Costa, resgatei nomes de pensadores como Sylvio Romero, João Batista Lacerda e Oliveira Vianna.

Em relação ao Sylvio Romero (1851-1914), destaca-se a formação em direito e a gana nacionalista e modernizadora que rodeou sua produção intelectual. O pensador propõe uma “teoria do Brasil” sistemática, cientificista, nacionalista e modernizadora (SCHNEIDER, 2011). Ao se basear em uma ideia análoga ao Darwinismo com distorções acerca da teoria da seleção natural onde a adaptação proporcionava sobrevivência a partir da dinâmica entre espécie e ambiente, Romero inflexionou e imbricou a disputa à uma

⁵ Gobineau era um aristocrata da conjuntura revolucionária liberal burguesa do século XIX. Escreveu o *Essai sur l'inégalité des races humaines* em 1853, onde sistematizava concepções raciais de época dando um toque pessoal de interpretação que se ratificava no dobre fúnebre da civilização, em função de um antagonismo aberto à qualquer tipo de mestiçagem. Para Gobineau, a misturas de raças levaria à degenerescência da raça superior que era personificada pela raça branca. Ver: (PEREIRA, 2010).

relação de espécie com espécie. Aplicado ao caso brasileiro, de raça com raça. Na esteira desta afirmação, lancei luz à ideia de que, o intelectual entendia que na mistura entre raças, na miscigenação, prevaleceria na prole resultante as características da raça superior, sendo a raça branca a se perpetuar em misturas com as demais raças supostamente inferiores. Pois segundo Sylvio Romero:

A distinção e desigualdade das raças humanas é um fato primordial e irreduzível, que todas as cegueiras e todos os sofismas dos interessados não têm força de apagar. É uma formação que vai entroncar na biologia e que só ela pode modificar. Essa desigualdade originária, brotada no laboratório imenso da natureza, é bem diferente da outra diversidade, oriunda da política, a distinção das classes sociais (ROMERO, 1895 *apud* COSTA, 2006).

Segundo esta visão, pode-se perceber uma sutil intersecção entre a mestiçagem como alternativa de viabilização nacional e o racismo científico, que propõe e legitima uma supremacia branca sobre as demais raças. Desta forma, forma-se um cenário onde a mestiçagem atua em prol da higienização do sangue brasileiro, sob a ótica da permanência da raça superior em eventuais filhos desta “mistura”. A respeito:

Este foi um princípio de interpretação teórica que abriu portas para que o dogma da desigualdade biológica entre as raças fornecesse uma saída ao mestiçamento se este fosse bem condicionado. Ao fim e ao cabo, era a chance de fornecer um embranquecimento progressivo aos brasileiros (MOTA, 2000 *apud* COSTA, 2006).

Dando prosseguimento aos correligionários otimistas, debati um pouco a obra do médico que foi diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda (1846-1915). O intelectual segue a linha de pensamento acerca da mestiçagem apresentada acima, onde defende: “Estes [os mestiços] não formam uma verdadeira raça, por conta da falta de fixidez de muitos caracteres físicos que estão sujeitos a variar em cada novo cruzamento, tanto em direção ao tipo branco, quanto em direção ao tipo negro” (LACERDA, 1911). Para o pensador, a presença negra era dispensável e humilhante ao branco. O único propósito do mestiço seria promover os sucessivos cruzamentos com brancos para uma gradual limpeza do sangue brasileiro, desde o inviável biológico para o desenvolvimento (negro), até o civilizado (branco). A saber:

Já se viu, depois de três gerações, filhos de mestiço apresentar todos as características físicas da raça branca, ainda que em alguns persistam ainda traços da raça negra devido a influência do atavismo. A seleção sexual persistente, acaba todavia por subjugar o atavismo e purga os descendentes do mestiço de todos os traços característicos do negro. Graças a este procedimento de redução étnica, é lógico supor que, no espaço de um novo século, os mestiços terão desaparecido do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós (LACERDA, 1911).

Ao contrário de Sylvio Romero, que reconhece algum mérito aos negros e índios por conta da contribuição destes povos à construção do Brasil, embora não abandone a

posição de necessária superação destas raças, Lacerda acena de forma explícita ao ódio racial. Sua rejeição à herança negra no Brasil fica evidente na passagem do seguinte fragmento:

É de propósito que citamos tais fatos [intimidade social e sexual entre brancos e negros] pois os julgamos muito importantes para explicar como os vícios do negro foram inoculados na raça branca e nos mestiços. Vícios de linguagem, vícios de sangue, concepções erradas sobre a vida e a morte, superstições grosseiras, fetichismo, incompreensão de todo sentimento elevado de honra e de dignidade humana, sensualismo baixo, tal é a herança medíocre que recebemos da raça negra. Ela envenenou a fonte das gerações atuais, enervou o corpo social, aviltando o caráter do mestiço e rebaixando o nível dos brancos (LACERDA, 1911).

Do eixo dos otimistas, Oliveira Vianna foi o mais tardio a apresentar um pensamento racial brasileiro, nos moldes supremacistas identificados nos demais autores citados acima. Muito alinhado ao pensamento de Sylvio Romero, o intelectual propunha um processo de branqueamento da população, através de imigração branca e com um controle intenso sobre casamentos, para melhorar a eficiência da mestiçagem na função de sublimação dos traços de raças supostamente inferiores na população (COSTA, 2006).

Desta forma, Oliveira Vianna estabelece uma única possibilidade de desenvolvimento civilizatório para o Brasil. A saber, a mestiçagem das raças inferiores com a raça branca, supostamente superior e redentora. Como o autor defende:

Essas duas raças inferiores [negros e índios] só se fazem agentes da civilização, isto é, somente concorrem com elementos eugênicos para a formação das classes superiores, quando perdem a sua pureza e se cruzam com o branco: se, em função da nossa civilização o eugenismo do índio é nulo, se é limitadíssimo o do negro, já o dos dois tipos cruzados, o mulato, e o mameluco, é mais desenvolvido e sensível (VIANNA 1933 *apud* COSTA, 2006).

Construí, de forma sintética, uma ideia acerca da intelectualidade branca que produzia pensamento racial brasileiro no início do século XX, bem como suas influências, iniciei uma revisão bibliográfica acerca dos intelectuais negros e o conceito de raça e racismo. Como já havia trabalhado diversas diretrizes de entendimento raciais a partir de uma lógica biologizante, procurei analisar, nesta altura do trabalho, a ideia de raça a partir de uma perspectiva social, política e cultural para aplica-la na ideia de formação da Nação brasileira. Satisfeita esta proposta, me inclinaria aos intelectuais negros propriamente ditos.

Sendo assim, nesta etapa da pesquisa conceitual acerca de “raça” lancei mão de autores como Sérgio Guimarães, Marcelo Paixão, Amílcar Pereira, Michael Banton, Stuart Hall, Giralda Seyferth, Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart, Kwame Appiah e W.E.B Du Bois. Tomo a liberdade de trazer para este prólogo apenas os dois primeiros autores, uma vez que suas ideias compilariam, em síntese, a forma de

abordagem empregada no projeto de pesquisa.

Naquilo que alude ao Sérgio Guimarães, a “raça” fundamenta algo concreto para a ciência e por isto era tratado numa visão científica realista (GUIMARÃES, 2012). O autor explica que a noção de raça é tratada nas Ciências Sociais sob um intuito, a saber, entender os critérios que motivam a aplicação ou não desta forma de categoria em um dado contexto social (GUIMARÃES, 2012). Guimarães também resgata John Rex (1983), para explicar balizamentos e definições acerca da “raça” onde argumenta que:

Raça é um conceito taxonômico de limitado alcance para classificar os seres humanos, podendo ser substituído, com vantagens, pela noção de “população”. Enquanto o primeiro termo refere-se a “grupos humanos que apresentam diferenças físicas bem marcadas e primordialmente hereditárias”, o segundo refere-se a “grupos cujo os membros casam-se com outros membros do grupo mais frequentemente que com pessoas de fora do grupo e, desse modo, apresentam um leque de características genéticas relativamente limitado”(…) De qualquer modo, chamem-se esses grupos de “raças” ou “populações”, a diversidade genética no interior dos mesmos não difere significativamente, em termos estatísticos, daquela encontrada entre grupos distintos. Desse modo, nenhum padrão sistemático de traços humanos — com exceção do grupo sanguíneo— pode ser atribuído a diferenças biológicas. E esse último traço, por seu turno, não coincide com os grupos usualmente chamados de “raças”. (REX, 1983, p,3 apud GUIMARÃES, 2012)

Sérgio Guimarães defende que este tipo de posição conceitual colocou a “raça” no campo de interesse dos pesquisadores sociais, sobretudo naquilo que se refere a historicidade da categoria e sua carga ideológica. O autor explana que estas novas abordagens:

[...] significam que diferenças fenotípicas entre indivíduos e grupos humanos, assim como diferenças intelectuais, morais e culturais, não podem ser atribuídas, diretamente, a diferenças biológicas, mas devem ser creditadas a construções socioculturais e a condicionantes ambientais (GUIMARÃES, 2012)

Em linhas gerais, aquilo que utilizei de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães sintetiza uma crítica ao ideal de raça no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, o que pode ser notado nas suas seguintes citações empregadas no meu trabalho, a saber:

[...] aqueles que defendem a utilização do termo pelas Ciências Sociais enfatizam, em primeiro lugar, a necessidade de demonstrar o caráter específico de um subconjunto de práticas e crenças discriminatórias e, em segundo, o fato de que, para aqueles que sofrem ou sofreram os efeitos do racismo, não há alternativa senão reconstruir, de modo crítico, as noções dessa mesma ideologia.

[...]
Isto porque acredito que seja possível construir um conceito de “raça” propriamente sociológico, que prescindia de qualquer fundamentação natural, objetiva ou biológica. Acredito, ademais, que somente uma definição nominalista de “raça” seja capaz de evitar o paradoxo de empregar-se de modo crítico (científico) uma noção cuja principal razão de ser é justificar uma ordem acríica (ideológica) (GUIMARÃES, 2012).

Sobre a questão do racismo, propriamente dito, Guimarães contribuiu com

diversas reflexões teóricas ao trabalho monográfico que realizei. Dentre todas as passagens que poderiam ser operadas para exemplificar suas ideias, a que consubstancia seu pensamento acerca do racismo é a que faz menção ao proposto por Kwame Appiah⁶. Nela, Sergio Guimarães infere que existe uma possibilidade de distinção entre manifestações intrínsecas e extrínsecas de racismo ao grupo inferiorizado⁷. Esta potencial distinção objetivaria a consideração das diversas possibilidades da ideia de “raça” na ação social do racista (GUIMARÃES, 2012). Ou seja, fomento a noção reiterada pelo autor que recaia sobre a capacidade de análise científica social tanto do fenômeno “raça” quanto do seu desdobramento, racismo.

Já no tocante à obra de Marcelo Paixão, um esforço no sentido de determinar a ideia de “raça” se mostra algo fundamental em seu pensamento. Na esteira desta proposição, o seguinte fragmento de uma de suas obras, voltada à este empenho definicional, resume bem sua contribuição por ocasião deste debate:

Este [termo raça] foi criado pela elite europeia no período das Grandes Navegações e seu uso intensificou com o processo de expansão imperialista ao longo do século XIX, possuindo desde sua origem um caráter francamente retrógado. Assim, a palavra “raça” aponta para a antiga questão da natureza das distinções físicas e culturais encontradas entre os seres humanos e os vetores explicativos mobilizados para explicá-las. Nas lutas pelos direitos civis e pela libertação nacional, este termo voltaria a ser empregado, com outro sentido, pelos setores sociais progressistas, visando a reforçar as identidades daquelas pessoas engajadas nesses movimentos (PAIXÃO, 2006).

Naquilo que concerne ao racismo, Paixão (2006) mostra o quanto a razão, como uma ferramenta central na organização social moderna, catalisou os processos de legitimação da dominação por discriminação racial, principalmente a partir de meados do século XIX. O autor argumenta que neste período, a intelectualidade europeia se empenhou para engendrar interpretações teóricas específicas acerca de disparidades culturais, sociais e econômicas da humanidade. Neste amálgama teórico estavam presentes fundamentos evolucionistas que clamavam possuir alicerces neutros e legítimos para defender a desigualdade racial humana. Além de bradar por uma natural hierarquização que se seguia à suposta superioridade e inferioridade inerentes à cada raça. Este pensamento influenciou numa legitimação de grupos humanos naturalmente aptos para dominar (PAIXÃO, 2006). Como sustenta o autor:

Esse modelo de compreensão das diferenças entre os seres humanos, que se baseou em aportes pretensamente científicos, foi instrumentalmente utilizado pelas elites europeias e, posteriormente, pela elite japonesa e norte-americana, para legitimar o processo de pilhagem imperialista dirigida aos países

⁶ Kwame Anthony Appiah é um filósofo anglo-ganês, especialista em estudos culturais.

⁷ Sobre as noções de racismo intrínseco e extrínseco, ver: (APPIAH, 1997).

africanos, asiáticos, bem como para justificar a dominação política e econômica aos países latino americanos. É importante, também, salientar que esse modelo de compreensão orientou a deflagração das duas grandes guerras mundiais, bem como as atrocidades cometidas pelo nazi-fascismo e a institucionalização do racismo como, por exemplo, na lei Jim Crow, nos EUA, e nos regimes segregacionistas do apartheid, tal como viveu na antiga Rodésia do Sul e na África do Sul (PAIXÃO, 2006).

Tendo trabalhado questões referentes ao conceito de raça, me comprometi em apresentar a ideia de intelectualidade negra, propriamente dita. Desta maneira, construí um quadro acerca do panorama histórico pretendido no meu recorte, a saber, primeira metade do século XX, e a respectiva atividade intelectual e de liderança negra que se formara naquele contexto. Sobre a questão, expliquei que:

[...]a despeito de uma conjuntura histórica extremamente opressora, com atravessamentos científicos, políticos, sociais, econômicos e ideológicos massacrantes à dignidade preta, surgem expoentes intelectuais negros como lideranças da população de cor do Brasil. Estes desafiam a ordem ideológica da supremacia branca e organizam uma resistência combatente e, por muitas vezes, vitoriosas no tocante à conquista de direitos civis e luta contra o racismo que se configurava, desde o direito de andar em jardins até o reconhecimento da raça negra como legítima para a construção da nação brasileira. Estas vitórias não vieram sem muito esforço canalizado em forma de movimento social negro e este se mostrou organizado sob a orientação de figuras como José Correia Leite, Arlindo Veiga dos Santos, Vicente Ferreira, Lino Guedes, Isaltino Veiga dos Santos, Átila de Moraes, Manuel Antônio dos Santos, Luís Braga, Fernando Góis, Henrique Cunha, Gentil de Castro e tantos outros que, injustamente, não serão mencionados, mas que foram de suma importância às fileiras negras por direitos e dignidade (SILVA, 2016).

Salientei, acerca dos intelectuais mencionados acima, que a falta de espaços acadêmicos que absorviam estes pensadores⁸, bem como sua abordagem quanto à questão racial brasileira, promoveram a imprensa como o principal veículo de ideias deste grupo. Este veículo seria, então, conhecido como “imprensa negra”. Sobre elas:

Desde o final do século XIX há registros de periódicos editados por negros, que tinham como principais temas a “raça negra” e o preconceito. Foi o caso de Treze de Maio, fundado no Rio de Janeiro em 1888; A Pátria, em São Paulo, em 1889, e O Exemplo, em Porto Alegre, em 1892. Ainda no início do século XX houve a criação dos vários jornais da chamada “imprensa negra paulista”, tais como O Menelick, em 1915, A Liberdade, em 1919, O Getulino, em 1923, e O Clarim d’Alvorada, em 1924, por exemplo (PEREIRA, 2010).

Como o trabalho monográfico não permite uma discussão muito aprofundada sobre os intelectuais e seu pensamento, optei por resgatar dois dos nomes citados acima. São eles, Arlindo Veiga dos Santos e José Correia Leite. Vale ressaltar, também, que estes intelectuais promoveram uma disputa acirrada no plano do pensamento, contra a ideologia supremacista branca vinculada pelos pensadores clássicos já mencionados neste prólogo. A apresentação de um pouco de suas vidas e obras, presentes na minha

⁸ A exceção é Arlindo Veiga dos Santos.

monografia segue, primeiro, por Arlindo Veiga dos Santos.

Nascido na cidade de Itu, em fevereiro de 1902, conseguiu se formar em curso primário e ginásial tendo, como fonte de renda, alguma atividade jornalística (tradicional) e aulas particulares. Formou-se em 1925 em letras na Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo (que originou a PUC). Patrionovista, atuava politicamente no Partido da Mocidade e no Centro Monarquista de Cultura Política Pátria Nova, posteriormente renomeada como Ação Imperial Patrionovista Brasileira. No âmbito negro, participou do Centro Cívico Cultural Palmares e a Frente Negra Brasileira⁹ (onde foi o primeiro presidente), bem como nos jornais O Clarim d'Alvorada e A Vóz da Raça (jornal da Frente negra Brasileira) (OLIVEIRA, 1998).

No que diz respeito a sua obra, resguardei algum material específico sobre branqueamento e imigrantes para frente, lançando mão de passagens que abordassem a temática racial por outros aspectos. No trato do seu pensamento, se torna imperioso clivar em duas partes as suas ideias. Como expliquei por ocasião do seguinte fragmento de minha empresa:

Entenderemos um discurso mais humanista e menos conservador por ocasião de um primeiro momento e outro tom, mais embasado numa pegada direitista próxima às correntes ultraconservadoras como a do Integralismo e a sua devida ideia de construção de uma identidade nacional. Desta forma, se construirá quadro explicativo embasado no discurso de Veiga dos Santos por ocasião de sua participação no Centro Cultural Palmares [onde tinha um posicionamento menos conservador] e, posteriormente, como presidente da Frente Negra Brasileira [com discurso ultraconservador] (SILVA, 2016).

Desta forma, utilizei textos produzidos por Arlindo Veiga dos Santos para demonstrar este caráter dual em sua obra. Para ratificar esta dualidade, no que tange a sua fase menos extremista, resgatei o seguinte texto elaborado pelo intelectual por ocasião do que seria o 1º Congresso da Mocidade Negra¹⁰, onde seu pensamento foi descrito da seguinte forma:

Gosamos, theoreticamente, de todos os direitos que, juridicamente, nos garante a própria constituição fundamental. Mas, como o direito, para o ser implica uma expressão de vida real e não abstracção, as forças da sociedade que estão, inapelavelmente, acima da lei ou contra ella, evitam-nos e até nos expulsam

⁹ O Centro Cívico Palmares é apontado como precursora/embrião da FNB. Segundo Leite, o CCP surge das rodas de conversas negras que aconteciam em lugares como a Praça da Sé. Largo dos Piques e cafés. Numa destas conversas, guiados pela ideia de Antônio Carlos, decidiu-se fazer uma biblioteca negra, surge o conceito da entidade deste movimento. Ver: (LEITE, 1992); Leite aponta que o objetivo do Palmares foi fazer a aproximação do negro, uma tentativa de levantamento e concentração que acabaria com a dispersão danosa à raça. “O que Palmares queria era que o negro se tornasse um elemento de força, de conjunto. Não precisava que toda raça negra se reunisse, mas pelo menos uma parte dela tivesse consciência. Falava-se na família palmarina, na família negra. O objetivo era a de união, de aproximação. O clamor era sempre esse: o negro precisava ter uma liderança, um caminho. Mas sempre de uma maneira unida” (LEITE, 1992).

¹⁰ O Congresso repercutiria a questão da "total integralização" negra no Brasil, focando as questões de cultura e educação para os jovens negros. Ver: (FERREIRA, 2005).

de suas instituições burocráticas, de utilidades ou 'polícia' social de ensino, e de formação intelectual, moral e religiosa também; abominam-nos nos orphanatos, e hospitaes e mais casas de assistência social, e até nas casas de expressão econômica em que, em suficiência de capacidade de competência, poderíamos ganhar o pão de brasileiros e humanos. Não há, para nós, a mais das vezes, justiça social. Em situação de direito, quando appellamos para quem nol-a garantia. Já estamos antecipadamente derrotados na demanda. Relegamos, pois, a nós brasileiros, uma posição horrível de inferioridade e desprestígio perante o nacional branco e, o que mais revolta, perante o estrangeiro. Nada tem valido os protestos insulados. E elles hão sido muitos, chegando as vezes tragicamente a reacção violenta que é paga pelo castigo de crime comuns articulados no Código Penal, sem atenuante. Somos a caricatura ambulante do grande Brasil da epopeia dos 300 annos, para a gargalhada beócia dos que não conhecem a história e as tradições nacionaes que somos nós, que são os nossos antepassados. Esbulhados de posses pessoaes e collectiva, não há quem efficientemente advogue a nossa causa, enquanto muitos de nós na ignorância da situação, nos esquecemos do futuro nosso. Miguel Pereira e Belisário Penna afirmaram que o Brasil é um immenso hospital. E nós não tememos afirmar que este vasto hospital deriva da doença mais grave, que é o preconceito de raça e de côr, enfim a dor da mentalidade dos nossos dirigentes, deixando que pereça toda uma gente que é preciso que seja substituída, porque é mestiça, porque é negra e deverá ser branca custe o que custar, mesmo a custa do esfacelamento do Brasil, pela vaza do aryanismo internacional immigrado. Começa a esboçar-se a reacção pelas correntes literárias e artísticas as quaes acuum os bonsos da sociologia que cogitam pelos juízos ao preconceito que arvoreia a Raça Brasileira de si mesma nos seus elementos que o erro dos homens abandonou ao infortúnio presente. Despertaes, patrícios! (...) Não precisamos consultar a ninguém para vermos a verdade dos direitos, a realidade tétrica da nossa situação, a rapidez da nossa decadência (...) Isso tudo não está nos livros europeus nem norteamericanos. (...) Seja cada um de nós um obreiro dessa reacção contra o sonogamento dos direitos sagrados da Gente Brasileira, de côr, e mais para a efetivação delles; seja cada qual um soldado contra a decadência dos nossos costumes, contra o derrotismo dos perversos e traidores, contra a ignorância e protervia aos preconceitos existentes embora muitos os queiram negar, contra o imperialismo dos advenas, contra a idéa e a política estrangeira aryanizante e, sobretudo, mais que tudo, contra a negação do que já há feito, pode fazer e quer ainda fazer o nosso Sangue, cuja nobreza foi conquistada nas artes, nas sciências, na política, na guerra pela identidade, unidade e independência nacionaes. Gente Negra, sede digna dos pretos e índios que ergueram Palmares, primeiro baluarte da pátria livre, nas acercanias gloriosas do Norte. (...) Como quer que seja, seja congressista. Pela Pátria e pela Raça!¹¹

A denúncia, articulada no texto, mostra as lacunas sociais, políticas e econômicas vividas pelo povo negro. A saber: negação ao Estado e suas instituições burocráticas, ao Direito; ao mundo do trabalho, da educação, do moral e religioso; figuram como campos sociais que são alijados do negro (SILVA, 2016). Percebe-se uma crítica social construída sobre fundamentos bem plausíveis, sem radicalismos de extrema direita ou ódio xenófobo em suas palavras.

Para fechar um outro viés de seu discurso, cinco anos depois deste primeiro

¹¹ Em 09 de junho de 1929, na primeira página do Clarim d'Alvorada, foi lançado o manifesto do 1º Congresso da Mocidade Negra. Escrito por Arlindo Veiga dos Santos, o texto tinha um objetivo político: chegar ao público não militante. Ver: Veiga dos Santos, "Manifesto do Congresso da Mocidade Negra", Clarim d' Alvorada, 09/06/1929, ano VI, no. 17, p.1 *apud* FERREIRA, 2005.

fragmento e já à frente da FNB, percebe-se um agressivo pensamento que, de maneira intrigante, chega ao ponto de fazer ode ao Hitler! Pois, como Veiga dos Santos defendeu:

FOGO NELES

Nações que se prezam, que tem uma doutrina nova e séria como a Itália e a Alemanha atuais, não podem permitir que uns pândegos da democracia liberal, os ladrões que até hoje vivem gritando os “imortais princípios” da Revolução Francesa, os socialistas anarquizadores e os comunistas criminosos pregam libertariamente a sua estupidez... Hitler, na Alemanha, anda fazendo uma porção de coisas profundas. Entre elas a defesa da raça alemã, defesa que chega até o exagero. E um aspecto vivo desta atuação está no incêndio de muitos livros de escritores alemães traidores da época de fraqueza do Estado Alemão, livros que pregavam coisas inconvenientes à afirmação e renovação da Germânia. E especialmente na questão da Raça. Hitler quer a afirmação da Raça Alemã. Por isso, age logicamente. Fogo nos livros inimigos da pureza social germânica! Fogo em tudo que possa diminuir o orgulho alemão! (A Vóz da Raça, 6 jan. 1934, n. 29, p. 1 apud CARVALHO, 2009)

Com uma postura completamente díspare do primeiro fragmento, ratifico a oposição trabalhada na minha monografia, com mais profundidade, acerca da abrupta diferença de postura e pensamento expressados em seu legado. Arlindo Veiga dos Santos, já à frente da FNB, muda o “tom” na agressividade de sua escrita e é acometido por um profundo sentimento de ódio xenófobo, que mostrarei mais à frente neste prólogo, de forma brevíssima, por ocasião da análise entre o pensamento intelectual branco e negro em perspectiva dialética.

No que concerne à José Correia Leite, nasceu em agosto de 1900, em berço pobre, foi trabalhador braçal desde criança e autodidata no plano educacional. Depois de já adulto, contou com a ajuda do amigo, Jayme Aguiar, para refinar sua educação formal (LEITE, 1992). Mostrei, a partir do relato do próprio Correia Leite, em biografia, que sua entrada no movimento político se deu por via do lazer e cultura primeiro, a partir dos coletivos negros, conhecidos como “sociedades negras”. Como o defendeu no seguinte fragmento:

Quando terminou, notei que ia começar o baile de uma sociedade negra de nome Elite Flor da Liberdade. Então começaram a chegar moças muito bem vestidas, aqueles negrinhos bem trajados... (...) Fui procurar e encontrei gente conhecida (...). Assim, comecei a participar do meio negro que até então eu não conhecia (LEITE, 1992).

A entrada de José Correia Leite na imprensa negra, propriamente dita, se deu por conta de um convite do mesmo amigo que o ajudou em sua educação formal, Jayme de Aguiar. Para exemplificar este momento, trouxe na monografia, por ocasião desta reminiscência, o seguinte fragmento do seu relato: “Um dia o Jayme deu a ideia de fundarmos um jornal. E disse: — Eu não tenho em confiança em ninguém. Ninguém é meu amigo íntimo como você. Eu me encarrego da parte literária e você faz a outra parte,

de tipografia e essas coisas” (LEITE, 1992). No início, o jornal recebeu o nome de o Clarim (1924), nasceu como um jornal de notícias literárias, não tendo um aspecto incisivamente militante (LEITE, 1992). A partir do Clarim, José Correia Leite passou a se aprofundar mais nos circuitos das sociedades negras, embora entendessem que elas tinham se perdido no objetivo inicial de beneficência à causa negra, se tornando atividade recreativa. Deste modo, Correia lança luz sobre a importância dos jornais negros surgidos destas mesas sociedades, ao passo que quanto mais o caráter recreativo delas se mostrava, mais o perfil político dos jornais se destacava. Como Correia Leite afirmou: “O negro, de certa forma, era também uma minoria [política] como os italianos, os alemães, os espanhóis. E todos eles tinham jornais e sociedades. As publicações negras davam aquelas informações que não se obtinha em outra parte” (LEITE, 1992).

Por casualidades do destino, o Clarim se tornou O Clarim d’Alvorada, sem Jayme de Aguiar e com uma guinada à militância engajada à causa negra (LEITE, 1992). Se faz imperioso ressaltar que Leite não escrevia todas as matérias, de fato, mas participava de todo o processo criativo e de edição. Um exemplo do pensamento de Correia Leite, personificado nas matérias do Clarim d’Alvorada, é condensado nas seguintes visões da imprensa em seu jornal:

Pretos ou mestiços é uma cousa (sic) só, todos descendem da mesma raça; todos são negros. E porque também a ideia (sic) não deve ser uma? Sendo uma só, a ideia a luta também será uma; porém caso contrário nunca haverá harmonia em nossa classe, e o preto deverá ser combatido pelo próprio preto (O Clarim da Alvorada, 22 ago. 1926, ano III, n. 24 *apud* CARVALHO, 2009)

O negro foi substituído pelo imigrante, o pobre ficou sem norte, iludido com sua carteira de eleitor e com o seu título de cidadão brasileiro, mas, não o ensinaram (sic) a ler nem a escrever; classificado pelos altos sociólogos, descendentes de raça inferior (O Clarim da Alvorada, 1 jul. 1928, ano I, n. 6, p.1 *apud* CARVALHO, 2009)

[...] As páginas da história nos demonstram, apesar da pouca consideração de que somos objectos, os dotes de intelectualidade dos verdadeiros directores da Raça, que advogam pelo seu enaltecimento e seu bem estar. Cooperemos com eles á todo custo. Desgraçadamente temos sido relegados na costa dos papeis inúteis (O Clarim da Alvorada, 3 fev. 1929, p.1 *apud* CARVALHO, 2009).

Os exemplos de publicações utilizadas na monografia, provenientes desta nova fase de militância do jornal O Clarim d’Alvorada, demonstraram uma produção intelectual que disputava a formação ideológica do seu público alvo, negros de São Paulo. Evidencia, também, uma qualidade de pensamento brasileiro que desafia pressupostos brancos supremacistas daquela conjuntura. As ideias de Correia Leite, o levavam a um nível de liderança ideológica que era firmado não no ódio xenófobo, como mais claramente apreensível no pensamento vinculado pelo Arlindo Veiga dos Santos, mas

sim, na construção de uma ideologia negra que valorizava a raça e sua importância no cenário nacional.

Uma vez apresentada, de forma sintética, os fundamentos supremacistas e a intelectualidade branca, bem como uma discussão acerca de raça (perspectiva social e política) e a intelectualidade negra, avancei na pesquisa para aquilo que seria o embate, propriamente dito, entre estas intelectualidades. Considerando, também, a hipotética adequação de categorias, como a *intelligentsia* e a intelectualidade orgânica, às suas respectivas propriedades de operação de pensamento.

Na esteira desta empreitada, destaquei as devidas consequências políticas e sociais acarretadas pelo pensamento racial branco dos finais do século XIX e começo do XX. O processo de embranquecimento da população brasileira, a partir do mega projeto estatal de imigração europeia na República Velha (1889-1930), personificou de forma satisfatória estas implicações. Uma postura intelectual mais relacionada à categoria de *intelligentsia* de Mannheim, pode aqui ser aludida.

Por outra via, procurei remontar a organização negra da época. Fiz isto de maneira a caracterizar origem, desenvolvimento e ação política destes grupos como partes integrantes de uma resistência intelectual que promovia um pensamento brasileiro de enfrentamento, ora à ideologia racial que tinha o branco como um ser superior, ora às consequências desta ideologia reificadas em investidas racistas de Estado. A saber, o conceito de intelectualidade orgânica de Gramsci fica, aqui, mais visível.

Desta forma, primeiramente lançaremos mão de um exercício sobre o que foi discutido no meu trabalho monográfico, por ocasião das consequências práticas do pensamento racial brasileiro, ou seja, o processo imigratório brasileiro. Antes de mais nada, se faz necessário explicar que ancorei grande parte desta discussão no trabalho de George Reid Andrews (1998), intitulado *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)* e Thomas Skidmore (2012), em sua obra denominada *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Além, destes, utilizei outros autores que foram de suma importância para a pesquisa, embora neste prólogo, não recebam maior destaque. Sendo assim, argumentei que o panorama político no final do século XIX demonstrava uma situação favorável à abolição da escravatura ao passo que uma ideologia do branqueamento e uma ideologia da vadiagem¹² catalisavam o descrédito acerca do

¹² A construção ideológica da figura do vadio esteve intimamente ligada com a também produção ideológica capitalista do que significava trabalho. [...] no sistema de produção capitalista o tempo precisa estar disponível para o trabalho e esse para o mercado. Portanto, trabalho, produção e ociosidade estariam intimamente ligados. No Brasil imperial o trabalho era concedido como coisa para escravo, portanto somente as elites tinham direito à ociosidade. E os brancos pobres, que não eram escravos e nem senhores,

potencial da mão de obra brasileira. Impulsionados pelo desejo de contornar estes problemas, fazendeiros de São Paulo (ainda com status de província imperial), se articularam em uma cooperativa, subvencionada pelo governo provincial, com o objetivo de operar no âmbito da atração e traslado de uma mão de obra pretensamente eugênica e “não vadia” para as fazendas paulistas, naquilo que seria uma parceria público-privada (ANDREWS, 1998). Andrews ressalta que:

Por isso, em 1871 e 1872 a Assembleia de São Paulo reservou fundos para subvencionar os custos dos fazendeiros que desejavam trazer imigrantes da Europa para trabalhar em suas fazendas. Os fazendeiros formaram a Associação Auxiliadora da Colonização, que fez um contrato para a vinda de 15 mil trabalhadores para a província; infelizmente, no término do contrato, em 1875, somente 480 haviam chegado. A imigração ganhou força no final da década de 1870, mas “era ainda apenas uma gota em comparação com a crescente demanda de mão de obra na zona cafeeira” (ANDREWS, 1998).

Ainda no que diz respeito à este primeiro movimento imigratório, resgatei, em Andrews, que dez anos depois da associação foi liberada uma verba de 400.000 mil-réis para o mesmo projeto de importação de mão de obra europeia descrito logo acima. Para além, no intuito de sistematizar e aumentar a eficiência desta iniciativa, foi criada a Sociedade Promotora da Imigração. Esta fundação era de cunho privado, atuando no Brasil e na Europa, e estava incumbida de assessorar a campanha pública-privada paulista na tarefa de trazer trabalhadores eugênicos europeus ao Brasil, persistindo, a despeito da mudança de regime (monárquico para o republicano) até 1985 (ANDREWS, 1998). Naquilo que se refere ao processo de branqueamento atravessando a mudança de regime de governo, Thomas Skidmore nos mostra que neste novo período do Brasil, já republicano, o ideal do branqueamento fomentou, a partir de ações do então incipiente Governo Provisório, uma política que definia as bases racistas condicionantes da imigração (SKIDMORE, 2012). Quem retrata estas bases racistas é Vainer (1999), utilizado por Amílcar Pereira (2013) no seu livro, *O Mundo Negro*.

o artigo 1º do Decreto nº528, de 28/06/1890 que definia: “É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho que não se acharem sujeitos à ação criminal de seu país, exceptuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas (VAINER, 1990 *apud* PEREIRA, 2013).

Uma combinação de liberalismo, por abertura do mercado de trabalho à oferta mundial, e racismo, por lançar mão de um perfil racial preterido de trabalhadores, intensifica-se na medida que outros parágrafos do decreto nº528 de 1890 são

que viviam soltos pela cidade em busca de ocupação, bebendo em bares, conversando em voz alta, em ajuntamentos, eram vistos como perigosos a ordem. Nesse sentido as diferentes regulamentações postas em prática ao longo do século vão procurar normatizar o comportamento desses sujeitos (OLIVEIRA, 2012).

descortinados, um exemplo que é resgatado por Skidmore (2012) e utilizado por mim é:

Os agentes diplomáticos e consulares dos Estados Unidos do Brasil obstarão pelos meios a seu alcance a vinda dos imigrantes daqueles continentes [Ásia e África], comunicando imediatamente ao governo federal pelo telégrafo quando não puderem evitar. [...] a polícia dos portos da República impedirá o desembarque de tais indivíduos, bem como o de mendigos e indigentes (SKIDMORE, 2012).

Na esteira desta discussão, Carlos Vainer (1999) reforça a reflexão sobre o perfil racista das investidas do Estado, a partir deste decreto governamental. A saber:

[...] primordialmente através da política imigratória, revela um compromisso pleno e explícito com um projeto racista de construção da nacionalidade, fundada em conceitos de superioridade de raça branca e voltada ao “aperfeiçoamento” da população brasileira através da incorporação de contingentes imigratórios ditos eugênicos (...). A todo o momento o Estado se posicionou claramente por uma estratégia racista que projetava o branqueamento da população. (VAINER, 1990 *apud* PEREIRA, 2013).

Reforcei durante a discussão deste capítulo, que a imigração fomentada pelo Estado brasileiro durou muitos anos, com períodos de maior ou menor fluxo de chegada de europeus (SKIDMORE, 2012). Todavia, o impacto social e político do contingente trazido ao país foi colossal. Um esforço digno de uma capacidade organizacional estatal e que ratifica a qualidade do empenho adotado neste processo. Quanto à esta empresa, Amauri Mendes Pereira (2008) nos mostra que:

Foram mais de três milhões de imigrantes em, mais ou menos, trinta anos. Aproximadamente a quantidade de negros escravos introduzidos pelo tráfico em cerca de trezentos anos. Pode-se avaliar, por aí, a envergadura da primeira e mais duradoura política pública da República: o esforço de substituir a população, de maioria negra e mestiça. É fácil imaginar o volume de recursos e o nível de empenho de agentes individuais e de instituições necessárias para a implementação dessa política. Para setores proeminentes das elites brasileiras, se era para “embranquecer” e augurar a “civilização”, valia a pena (PEREIRA, 2008).

No que tange à forma de atuação intelectual, para além da teoria já mencionada neste prólogo, procurei mencionar a assessoria e orientação política que estes pensadores promoveram na República, tentando estabelecer o nexos de influência e gerência entre a ideologia branca supremacista formulada e as ações racistas de Estado. Deste modo, pode-se observar a seguinte passagem da obra *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*, escrita por Nei Lopes (2004) e, respectivamente, uma proposição minha, à luz de Skidmore (2012), além de uma passagem deste mesmo autor:

[...] Fidélis Reis, propunha em projeto a mesma proibição de “colonos da raça de cor preta” e limitando as porcentagens de “amarelos”. Consultado sobre o projeto, Oliveira Vianna o endossou. Em 1928, em conferência na Faculdade de Direito de São Paulo, Batista Pereira citava a arianização da população brasileira como “fenômeno fatal e inevitável”. Cinco anos depois, Artur Neiva, Miguel Couto e Xavier de Oliveira, apresentavam, à Constituição que se elaborava, emendas no mesmo sentido. E em 1946, finalmente, através do

decreto-lei nº 7.967, a teoria ganhava a prática num dispositivo que estatua: “Os imigrantes serão admitidos de conformidade com a necessidade de preservar e desenvolver o Brasil na composição de sua ascendência europeia” (LOPES, 2004).

Sobre o caso do Fidélis Reis, em específico, Thomas Skidmore (2012) infere que, para conseguir apoio político para seu projeto, Reis se amparou em intelectuais da época, como Euclides da Cunha (1806-1909), Agassiz (1807-1873) e Le Bon (1841-1931) como autoridades contrárias à miscigenação ou que viam o mestiço como um tipo pouco confiável. Ainda num esforço para convencer o meio político da necessidade da aplicação da lei segregacionista, Fidélis buscou apoio na intelectualidade branca brasileira. E assim, o jurista Clóvis Beviláqua, da Escola de Recife, recusou a lei por acreditar que a mestiçagem estava cumprindo o seu objetivo que era o embranquecimento do povo brasileiro sem necessidades de mecanismos mais drásticos para se “eugenizar” a população (SILVA, 2016).

Uma divisão de opiniões mais ou menos semelhante ocorreu entre os delegados ao 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929. Azevedo do Amaral, destacado editor de jornais e defensor da posição racista agora cada vez mais anacrônica do ponto de vista científico, apresentou um programa de dez pontos que incluía a proposta de impedir a entrada no país de qualquer imigrante que não fosse branco. O congresso comportou diversas votações, derrotando primeiro (por vinte votos a dezessete) a proposta de proibir a imigração de não europeus, e depois derrubando (por 25 votos a dezessete) a proposta de impedir a entrada de imigrantes negros. A oposição a Azevedo Amaral foi liderada por Roquette-Pinto (SKIDMORE, 2012).

Desta maneira, pode-se observar que o pensamento racial brasileiro, personificado na figura de intelectuais como os descritos no começo deste prólogo, figuraram com grande influência no meio político, a ponto de determinarem diretrizes consultivas e propositivas acerca de políticas públicas voltadas à construção de um ideal de povo e Nação viáveis. Tendo no branqueamento por migração direcionada, uma ferramenta vastamente utilizada. As profundas raízes concebidas desde o século XIX, com bases no racismo científico, etnocentrismo europeu e inferioridade não branca, balizaram ideais legais de Estado que se arrastam até os dias de hoje, em algumas partes do mundo (GUIMARÃES, 2012).

Uma contestação fundamental salta aos olhos durante a pesquisa acerca da longevidade das medidas legais empregadas sob a égide do racismo científico. Se, por um lado, estas investidas de Estado se iniciaram desde o período monárquico, com seu maior fôlego durante a República Velha, por outro, o seu ponto final foi quase que inconclusivo durante a segunda metade do século XX. Isto porque, em 1934 (depois da República Velha), já na ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a Constituinte convocada pelo Governo Provisório, ratificou o artigo 121, parágrafo 6º, de autoria dos deputados Andrade Bezerra e Cincinato Braga por ocasião de 1920, onde dizia que:

A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o

limite de 2% sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos (SKIDMORE, 2012)

Ora, se desde 1890 a entrada dos indivíduos não eugênicos era impraticável por força de decreto, como poderia, no que alude a razoabilidade, se permitir 2% de vistos de permanência sobre o montante de praticamente nada?! Isto era claramente um subterfúgio que conservava o caráter excludente da permissividade imigratória brasileira naquilo que seria uma prova prática do racismo e da eugenia de Estado (PEREIRA, 2013). E, quanto ao final inconclusivo desta postura discriminatória estatal, temos que:

As mesmas cotas nacionais [de 1934] para imigrantes foram especificadas na Constituição autoritária de 1937 (artigo 151) que Getúlio Vargas outorgou após seu golpe em novembro daquele ano. Pouco antes da deposição de Getúlio Vargas pelos militares, em outubro de 1945, seu governo emitiu um importante decreto-lei (número 7967, de 18 de setembro de 1945) estipulando que os imigrantes deveriam ser admitidos de acordo com “a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia”. Os autores do texto da Constituição de 1946, que buscavam a redemocratização do país, evitaram propositalmente incluir no artigo 162 questões específicas sobre imigração, dizendo apenas que ela seria regulada por lei. Como nenhuma legislação sobre imigração foi aprovada desde então, o Brasil continuou subordinado às normas estabelecidas antes de 1946, com todas as suas implicações racistas (SKIDMORE, 2012).

Uma vez mencionado o caminho do nexos que estabeleci entre assessoramento intelectual branco, racismo e Estado, citarei, brevemente, o que trabalhei no âmbito de intelectuais negros, suas organizações e seu embate com a postura racial e política racista deflagrada no Brasil naquele contexto.

Antes de tudo, vale a pena ressaltar que a abolição da escravidão possibilitou que as pessoas de cor se organizassem de uma forma diferenciada da que era usual no período do Império. Estas novas investidas seriam díspares em comparação às organizações negras lícitas dos tempos imperiais pois, não operavam num viés assistencialista humanitário junto ao povo negro como as irmandades religiosas faziam. Fora do escopo religioso, durante a monarquia, as organizações negras como candomblé ou a capoeira eram ilícitas e, por serem clandestinas, eram severamente combatidas o que levava à limitação da sua forma de atuação na realidade política brasileira (ANDREWS, 1998). Sendo assim, estas novas formas de organização, surgidas (em sua maior parte) depois da abolição e do nascimento da República, foram descritas por mim da seguinte forma:

Com o fim da escravidão, os negros libertos convergiram em grupos que se transformaram em organizações que, não necessariamente, tinham caráter religioso. Agora, o gozo da liberdade poderia proporcionar uma forma de articulação que não dependeria de permissão expressa para ser válida. Estas novas organizações variavam em conceitos e arquétipos e estavam atreladas às origens de “classes” e das vicissitudes sociais de seus participantes (SILVA, 2016).

Muitos destes novos grupos, geralmente bem pobres, se encontravam para atividades recreativas com dança e música. Destas iniciativas, alguns historiadores acreditam, tenha surgido grupos de Carnaval e, posteriormente, as escolas de samba. Concomitantemente, os negros que por ventura se sentiam socialmente distintos, como uma classe média¹³, evitavam este cunho “popular” negro ao passo que não eram aceitos nos clubes sociais brancos. Deste dilema, a saída foi a construção das próprias sociedades ou clubes negros que cresceram em número na capital e interior paulistas. O Luvas Pretas foi a primeira sociedade, fundada em 1904. Estas entidades sociais funcionavam como um microcosmos de conforto social, onde uma relação paradoxal de exclusão da vida social branca era compensada pela discriminação das massas negras paupérrimas (ANDREWS, 1998).

Embora estas entidades cumprissem, de certa forma, a tarefa de reunir e organizar negros sob sua égide, manda a verdade dizer que esta iniciativa não tinha efeito coletivo naquilo que alude à atividades políticas de protesto contra os males da discriminação racial sofridos em seus respectivos contextos sociais. Esta apatia política começa a ser quebrada, de forma mais evidente, a partir da década de 1920, quando mudanças e efervescências de movimentos sociais de diversos tipos catalisaram uma atmosfera de consciência política que já existia desde os tempos de escravidão. Este contexto influenciou diversas vertentes a se levantarem contra situação de opressão social e política no país. O grupos negros, não indiferentes as mudanças, passam a se erigir ideologicamente no embalo desta conjuntura de sublevação política das classes populares brasileiras (ANDREWS, 1998).

Em linhas gerais, procurei apontar a ação de lideranças negras na atuação intelectual orgânica, promovendo dentro deste contexto de reboição político, uma frente de disputa ideológica. Esta, prezava por dignidade social, valorização da raça negra como componente nacional de importância histórica e, a partir de um embate de pensamento com a intelectualidade branca, o combate a ideologia do embranquecimento promovida naquela ocasião. Estes intelectuais, como José Correia Leite e, posteriormente, Arlindo Veiga dos Santos, atuavam em jornais negros atrelados ou não a entidades negras¹⁴. Caso

¹³ Importante ressaltar que, a distinção social compreendida como classe média era, via de regra, não trabalhar em um subemprego ou ser desempregado. Desta forma, motoristas ou empregadas domésticas já permeavam o grupo distinto de negros que se sentiam diferenciados socialmente, embora a referência de classe baixa e média, como dito, era em relação aos próprios negros em estado de miserabilidade e, não ao escopo de emprego e renda médio de toda a população propriamente dita. Ver: (LEITE, 1992). A capacidade de escrita e leitura também compõem este potencial de distinção.

¹⁴ A saber: O Menelick 1916, A Rua 1916, Xauter 1916, O Alfinete 1918-1921, O Bandeirante 1918, A Liberdade 1919-1920, A Sentinela 1920, O Kosmos 1922-1925, Getulino 1923-1926, O Clarim da

do jornal Kosmos (atrelado a sociedade de mesmo nome) e o Clarim da Alvorada (estaque destes clubes), por exemplo. Entretanto, não importando sua origem, o papel crucial desta imprensa na organização política negra era inegável. Isto pode ser entendido a partir do seguinte pensamento:

Dentro desse contexto [transformações políticas], a imprensa negra continuava sua trajetória de conscientização do negro em relação à busca de sua identidade e obtenção da cidadania. O caminho a ser trilhado era o do acesso à boa educação pública, ao trabalho decente, à cultura, à participação política e à almejada elevação moral. Esse período, contudo, marca o início da postura de reivindicação direta, da valorização do negro como protagonista da História, da lembrança de seu papel na sociedade e da crítica à falta de ação dos próprios irmãos (CARVALHO, 2009).

Para aproximar os intelectuais negros abordados com suas respectivas atividades políticas e por respeito ao limitado espaço de pesquisa que uma monografia de conclusão de um curso de graduação proporciona, projetei somente as entidades políticas mais relevantes e referentes à atuação de Arlindo Veiga dos Santos e José Correia Leite. Por isto, compreendi a necessidade de despende energia na pesquisa para entender O Clarim da Alvorada e a Vóz da Raça (imbricada na Frente Negra Brasileira), bem como o Centro Cívico Palmares, onde os dois atores em questão atuaram em conjunto.

Desta forma, apresentar-se-á algumas menções importantes acerca do Clarim d'Alvorada. Inicia suas atividades em 24 de janeiro de 1924, sob a direção de Jayme de Aguiar e José Correia Leite. Seus primeiros exemplares foram intitulados como “O Clarim”, e tinha uma pegada literária e pouco militante nesta primeira fase. Embora não fosse propriamente militante, ajudava a promover a circulação de ideias e notícias no meio negro e isto funcionava como uma ferramenta de coesão. Com a saída do Jayme de Aguiar, o já renomeado, Clarim d'Alvorada, teve na figura de José Correia Leite o seu diretor executivo. Desta forma, o caráter militante deste jornal é iniciado tendo a notícia da construção do monumento à Mãe Negra como capa (SILVA, 2016). Nas palavras de Correia Leite “[...]seria uma homenagem à raça negra, simbolizada na figura Mãe Negra. A imagem dela ficaria no pedestal e em volta vinham figuras do processo de luta e trabalho do negro na formação do Brasil.” (LEITE, 1992). Correia Leite (1992) explica a necessidade de tomada de consciência e a necessária função da imprensa negra para se atingir este objetivo na seguinte passagem:

Em 1924, já havia consciência formada, do idealismo do negro. Em Campinas, onde o emparedamento do negro era maior, essa consciência apareceu primeiro. Havia lá um bom jornal (O GETULINO) de combate e luta. Aparece, então, em São Paulo, a necessidade de formar-se um grupo consciente para

lutar contar o sentimento de inferioridade. Esclarece bem essa situação o jornal ‘O Clarim da Alvorada’, inicialmente com pretensões literárias, tornou-se um ano depois um jornal doutrinário e de luta, por força da colaboração que recebia (LEITE, 1973 apud SOUZA, 2013)

Na esteira da luta política que ganhava cada vez mais força a partir da liderança negra de Correia Leite à frente do Clarim d’Alvorada, um número cada vez maior de publicações eram promovidas. Como o próprio nos revela:

(...) O Clarim d’Alvorada existia para denunciar fatos como o que estava acontecendo lá na cidade -Botucatu-. No orfanato de meninos abandonados, órgão da arquidiocese de Botucatu [comandada pelo Bispo de Maura], onde não aceitavam crianças negras, ou pelo menos não eram vistas no jardim. (...) fui procurar informações sobre a função de bispo etc. Fui procurar elementos e respondi [o caso] com um artigo. Com aquele caso, conseguimos um representante em Botucatu. (...) ele disse que depois daquele artigo nosso, começou a aparecer no jardim uns negrinhos que nunca ninguém tinha visto. Foi uma vitória que deixou a gente contente, de ver que o Clarim d’Alvorada estava prestando serviço. (LEITE, 1992)

Desta disposição salientada por José Correia Leite, entende-se que a união e a cooperação da raça negra se mostra um objetivo comum de sua atuação política à frente do jornal. Para chegar a esta conclusão, capturei diversos exemplos de postagens referentes ao trabalho de Correia Leite no Clarim d’Alvorada, onde interpretei suas nuances de pensamento. Um exemplo é:

Ainda que tarde, devemos levar a efeito esse necessário desiderato, para que as outras raças veja que nós pensamos e trabalhamos para o reerguimento de nossa geração, que aos poucos parece estar prestes a decair. É preciso que haja, entre nós, sem exceção de profissões e de crenças uma verdadeira união. Creio que não há entre outras raças de povos civilizados, homens tão crentes e divertidos, como há em nossa raça. (O CLARIM DA ALVORADA, 23 de junho de 1924)

Seguindo meu esquema lógico, apreendi do fragmento, por ocasião da minha monografia, que existia uma noção de valorização negra no discurso de Correia Leite. A união clamada no fragmento, não é a que defende um tipo brasileiro uno, mas a que reconhece, num tom racista, diferentes agrupamentos raciais e a importância da coesão entre os pares da “nossa raça” [leia-se negros]. A disputa se mostra no que tange à ideia de que os negros, diante das demais raças, conseguem se manter e prosperar com dignidade, mas que se não forem movidos a isto, em pouco tempo decairiam [em função do agravamento das mazelas sociais] (SILVA, 2016). Continuei neste esforço de reminiscência sempre orientando a argumentação para a ideia que existia uma inclinação clara de orientação orgânica destes intelectuais negros ao grupo negro para o qual escrevem. Pois a intenção era a de congregar politicamente, uma vez que a distribuição destes jornais era guiada, vide:

Aqui em São Paulo nunca faltou ponto de concentração o principal (...) era o largo do Palácio. Muitos negros iam passear aos domingos para fazer hora e

depois ir para os bailes Era bonito ver negras de saia balão, redondas engomadas. Cada um queria ser mais vistosa que as outras. Muitas eram cozinheiras de forno e fogão [enquanto homens eram chofer] (...) Os jornais da época, os pequenos jornais, circulavam nesse tipo de concentração de rua, mas o forte da distribuição eram os bailes [negros]" (LEITE, 1992: 45)

Em 1925, o Clarim d'Alvorada tomou uma grande iniciativa, engendrar o primeiro Congresso da Mocidade dos Homens de Côr. Esta seria uma grande entidade política formada exclusivamente por negros. Infelizmente este objetivo não foi alcançado, mas serviu para pavimentar diversas relações de peso entre intelectuais negros, como a própria relação entre Veiga dos Santos e Correia Leite. Desta iniciativa frustrada também nasceu, em 1927, o Centro Cívico Palmares.

Esta entidade se mostrou nascida e organizada objetivando a causa negra, especificamente. Ela foi reduto de grande parte, se não de todos os nomes fundadores, posteriormente, da Frente Negra Brasileira. Idealizada, inicialmente, pelo sargento Antônio Carlos, com a premissa de servir como uma ferramenta de formação política e combate ao racismo, contou com mais de setecentos membros cujo o maior articulador e captador de membros se personificava na figura de Isaltino Veiga dos Santos, irmão do Arlindo Veiga dos Santos. O principal objetivo em jogo era a construção de alguma consciência de luta por direitos civis aos negros na conjuntura dos anos vinte. Em evidência estava a visão de que um movimento unificado era o ideal (LEITE, 1992). Os feitos desta entidade foram de muito peso histórico, com impactos em diversos dispositivos legais de segregação racial. Uma destas vitórias contra o aparato legal racista daquela conjuntura foi resgatado por George Andrews (1998), segue que:

A organização logo progrediu e passou a patrocinar encontros e conferências sobre questões de interesse público, e em 1928 lançou uma campanha para derrubar um decreto do governo que proibia aos negros ingressar na milícia do Estado, a Guarda Civil. O Centro foi bem sucedido ao requerer do Governador Júlio Prestes que suspendesse o decreto, e depois o convenceu a derrubar uma proibição similar que impedia as crianças negras de participar de uma competição patrocinada pelo Serviço Sanitário de São Paulo para encontrar o bebê mais "robusto" e eugenicamente desejável do Estado (ANDREWS, 1998).

O Centro Cívico Palmares sofreu fissuras políticas internas e desmoronou, por ocasião de 1930. Ainda que tenha fracassado como uma entidade duradoura, logrou êxito como experiência de organização negra institucionalizada e, deste acúmulo, nasceria a Frente Negra Brasileira, grupo político de extrema importância no cenário político paulista.

Desta forma, aludi a formação e atuação de intelectuais negros, mais precisamente do Arlindo Veiga dos Santos, em ação pela Frente Negra Brasileira. Esta atuação deve ser ressaltada pela sua liderança, como presidente da instituição, bem como por suas

ideias vinculadas pelo principal canal de comunicação desta entidade. O jornal *A Vóz da Raça*.

Para entender o contexto de formação da FNB, se faz necessário se entender a própria conjuntura histórica e muito mais ampla daquela ocasião. Nesta tarefa, utilizei George Andrews (1998), no seguinte relato:

[a eleição de 1930] Foi vencida, como sempre, pelo Partido Republicano, mas em outubro, um terceiro levante dos tenentes, apoiados desta vez pelas elites proprietárias de terras do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e dos Estados do Nordeste, não aceitou os resultados das eleições e derrubou a República. Getúlio Vargas, governador do Rio Grande do Sul e candidato presidencial da oposição nas últimas eleições, assumiu a presidência, cargo que ocuparia até 1945. Iniciava-se uma nova era na política brasileira (ANDREWS, 1998).

Os negros, que assistiram o cenário político mudar drasticamente, tinham em mente que nada poderia ser pior do que a situação que estavam. O sentimento de vingança e de ver as antigas famílias escravocratas apeadas do poder era algo que confortava seus espíritos. Neste clima de tensão política e mudanças, as fileiras negras se corporificaram e ganharam volume até se institucionalizarem no que ficou conhecido como Frente Negra Brasileira (LEITE, 1992). Na esteira destes acontecimentos, Arlindo Veiga dos Santos convocou vários encontros públicos para discutir a criação de uma nova entidade negra que fosse política por natureza, aos moldes da CCP, por ocasião de 1931. O volume de negros envolvidos nestes encontros foi aumentando e um cenário positivo se descortinou, onde a mobilização negra, coordenada e com um fim político explícito e comum ficava evidente. Assim, com materialidade para dar continuidade com o projeto político, em 12 de outubro de 1931, surge a Frente Negra Brasileira, como instituição política e bem organizada em moldes burocráticos e tendo Arlindo Veiga dos Santos como seu primeiro presidente. Neste sentido, *A Vóz da Raça* foi um canal importantíssimo de comunicação e coordenação ideológica da Frente. Tendo como um dos seus principais pensadores e colunistas o próprio Veiga dos Santos, temos na passagem de Gilmar Luiz de Carvalho (2009), uma ideia do que este intelectual negro penava como o caminho para o negro. A saber:

Arlindo Veiga, por muitas vezes, vê com pessimismo e desencanto o discurso político da sociedade dominante, e entende que o caminho a seguir é o da ação. O negro deve ser dono de seu destino e tomar para si seu lugar de direito. Na verdade, é um apelo mais incisivo à conscientização e à valorização do elemento nacional (CARVALHO, 2009)

Esta construção ideológica produzida pelo jornal *A Vóz da Raça* se firmava em uma doutrina bem mais radical, com uma estratégia que promovia uma total imagem de

ódio xenófobo como já citamos, de forma breve na parte do prólogo que trata propriamente do Arlindo Veiga dos Santos. A respeito, pode-se observar a postura conragacionista, no que tange aos negros e, repulsiva, no que se refere aos brancos imigrantes no seguinte artigo do jornal *A Vóz da Raça*:

QUE O NEGRO NÃO SE ILUDA

O negro precisa entrar violenta e tenazmente na HISTORIA DO PRESENTE DO BRASIL, conquistar violentamente o SEU LUGAR na comunidade nacional, porque – desengana-se! – ninguém lh’o dará por bem. No fim de todos os nossos trabalhos sempre nos quererão tapear, embrulhar, roubar... e felizes de nós ainda, quando o que devia ser nosso fica nas mãos de patrícios brancos e não vae parar nas de estrangeiros! (*A Vóz da Raça*, 15 dez. 1934, n. 43, p.1 *apud* CARVALHO, 2009)

Para além do combate ideológico, A Frente Negra atuava onde o Estado Brasileiro era omissivo em relação aos negros. Cursos de alfabetização e vocação para adultos, educação infantil, clínica médica e odontológica popular, assistência jurídica e campanhas de habitação onde casas eram erguidas e doadas aos membros da entidade por meio de mutirões. Tornavam a cidadania real aos negros, melhorando a dignidade desta comunidade de uma forma que outras entidades não tinham organização para fazê-lo (ANDREWS, 1998). Estas mudanças estruturais e concretas da sociedade são marcos da importância da luta da FNB, tanto para os negros sobre sua área de influência direta, quanto para os que tinham acesso as ideias vinculadas pela a entidade a partir da imprensa negra, sob chancela do Arlindo Veiga dos Santos, num primeiro momento.

Desta forma, caminhei para uma conclusão acerca da atuação intelectual de Correia Leite e Veiga dos Santos. A saber, os dois poderiam ser lidos na perspectiva gramsciana naquilo que se refere a organicidade. Eles atuavam de forma imbricada ao seu grupo social negro e trabalhava para a elevação da consciência política e emancipação humana dos seus correligionários negros. Todavia, manda a verdade dizer que a atuação dos dois variava bastante no escopo ideológico daquilo que vinculavam. O Clarim d’Alvorada se diferenciava da *Vóz da Raça* pois, nesta imprensa se verificava uma defesa ao autoritarismo, fascismo e xenofobia onde este jornal serviu como ferramenta de divulgação de ideias próximas ao nazismo e fascismo, por mais paradoxal que possa parecer.

Adiantando um pouco mais, já para a conclusão do trabalho, como um todo, temos que:

O pensamento social e político brasileiro é atravessado por um academicismo/ensaísmo e protagonizado fundamentalmente por pensadores brancos. Se apoiando em concepções de idealização da sociedade que tenham se fundamentado em noções de integração e embranquecimento biológica e cultural de seu povo, por mais positivadas que tenham sido as

contribuições negras e índias ao pensamento atribuído. Sob pretensa neutralidade, objetivam sanar o que julgavam ser problemas fundantes à instituição do Brasil como uma sociedade civilizada e, sob uma visão generalizada e embasada numa suposta técnica emancipada de valores que não os da “verdade”, definem uma solução inalienável ao progresso do país, que se desdobra numa avassaladora guilhotina social e política aos afro-brasileiros. Esta posição se assemelha ao tipo ideal mannheimiano de atuação intelectual que provoca uma antítese personificada na gramsciana forma de resistência da intelectualidade negra brasileira daquela conjuntura. Aguerriada defensora de seu grupo social, esta intelectualidade opera organizando o povo negro desde suas formas mais simples de atuação política até a mais complexa, reificada na institucionalização de um partido político legítimo e operante pela causa negra (SILVA, 2016).

INTRODUÇÃO

Na construção do ideal de identidade nacional, sob a ótica do pensamento social e político brasileiro, uma constante relativa aos intelectuais e o pensamento produzido na primeira metade do século XX é destacada. A saber, uma intelectualidade branca, racista (com raras exceções) e nacionalista, desponta no início do século XX como a norma de um esforço intelectual amplo, presente em variadas áreas do conhecimento e que é, inclusive, anterior à institucionalização das ciências sociais brasileiras. Esta intelectualidade fomenta, com raras exceções e de forma mais ou menos explícita, um pensamento social e político que têm na superioridade branca e, por corolário, na inutilidade negra, os fundamentos de uma bem-sucedida construção de um processo civilizatório. Houve resistência intelectual negra a estes pensadores racistas, a mais emblemática delas se personificou na imprensa negra paulista que produziu e veiculou ideias que aludiam à valorização, dignidade e cidadania brasileira plena ao povo negro. Não obstante, a ciência social brasileira se institucionalizou a despeito desta tensão incitada pela resistência do pensamento negro. Dessa forma, este projeto de pesquisa tem o foco direcionado à qualidade, reconhecimento ou mesmo visibilidade da produção intelectual negra, enquanto pensamento social e político brasileiro, na primeira metade do século XX, entre os anos de 1915 e 1937, de acordo com recortes metodológicos baseados em literatura clássica sobre imprensa negra.

Este tema, de conotação claramente enviesada à temática racial, lança luz sobre um tipo de produção intelectual do pensamento brasileiro que pouco ou nada é considerado no eixo das grandes discussões teóricas da área. Quando este desinteresse não se constitui como tal, os debates de intelectuais empreendidos são, em geral, voltadas às questões de branqueamento do povo brasileiro, provenientes das visões de intelectuais brancos do começo do século passado¹⁵. Entender o pensamento social e político brasileiro a partir de protagonistas negros com as suas especificidades inerentes à tensão racial provocada pelo processo de branqueamento brasileiro e o seu decorrido silenciamento, se mostra algo pouco estudado até o momento. A saber, leituras¹⁶ como Roger Bastide, Florestan Fernandes, Clovis Moura e Miriam Ferrara se mostram clássicas naquilo que se refere ao tema. Outros estudos¹⁷, mais recentes, figuram como empreendimento de nomes como Marcelo Paixão, Gilmar Luiz de Carvalho e Rosângela

¹⁵ Pensamento Racial brasileiro.

¹⁶ Ver: (FERRARA, 1986); (FERNANDES, 2014); (BASTIDE, 1974); (BASTIDE, 1983); (BASTIDE; FERNANDES, 1955).

¹⁷ Ver: (PAIXÃO, 2014); (CARVALHO, 2009); (SOUZA, 2013); (FERREIRA, 2005).

Ferreira de Souza.

Desta maneira, o recorte do objeto de pesquisa pretendido se constituiu no seguinte problema: a produção de pensamento social e político protagonizado pelos intelectuais da imprensa negra paulista, dos anos de 1915 até 1937. Neste sentido, reconhecer os principais nomes de jornais e pasquins que vinculavam pensamento social negro em São Paulo, naquela ocasião, se torna imperativo. Em conjunto ao levantamento dos principais veículos de construção e circulação de pensamento negro, se mostra imperioso identificar os principais nomes responsáveis pela consolidação das ideias nestes jornais. Ou seja, delimitar os pensadores que atuavam na produção ideológica que seria transmitida pela imprensa negra paulista daquele contexto. Bem como o pensamento por eles produzido como conteúdo aos jornais. Na esteira desta identificação, deve-se gerar um levantamento, breve, da conexão destes intelectuais com os jornais que utilizavam para promoção de suas posições ideológicas.

Mostra-se importante, também, elucidar as motivações que proporcionaram tal escolha de tema para este projeto de dissertação. A ideia do tema e do objeto de pesquisa surgiu, ao que tudo indica, de um contexto específico de gradual percepção da ação histórica de movimentos negros no início do século XX e de seus líderes. As formas de organização e atuação destes expoentes negros foram retratadas em um livro¹⁸ que eu adquiri em um congresso de pesquisadores negros em 2014, por indicação direta do seu autor, Amílcar Mendes Pereira. Na esteira da leitura que remete a construção histórica da organização negra daquela conjuntura, aprendi, a partir, também da disciplina oferecida na minha graduação em Ciências Sociais, denominada “Intelectuais e Cultura: Academia e Engajamentos”, ministrada em 2015, a compreender outras formas de consolidação do fazer intelectual e, logo, da classificação de sujeitos como tais. Não demorou muito para que eu pudesse fazer uma releitura da obra adquirida em 2014, sob a ótica da intelectualidade e do engajamento, e aferir que talvez houvesse um quadro de produção de um pensamento brasileiro negro.

Esta imprensa negra paulista, dentre as demais imprensas negras brasileiras da época, tem o maior, mais acessível e melhor catálogo para pesquisa no tema, como o acervo das bibliotecas virtuais da Universidade de São Paulo, a Universidade de Campinas e a Biblioteca Nacional. Tendo em vista uma breve análise da qualidade dos debates nos jornais, me inclinei à devida curiosidade nas questões que já acerca do

¹⁸ O “mundo negro”: relações raciais e a constituição do Movimento Negro contemporâneo no Brasil. Da editora PALLAS/Faperj, no ano de 2013.

pensamento social inserido neles.

Já no escopo da pesquisa, foi possível entender a intelectualidade negra paulista se posicionando organicamente a partir de um pensamento social e político que era endereçado à, antes de mais nada, seus pares de cor. Os dados que podem corroborar com essa inferência estão pulverizados em diversos jornais e circulares de clubes negros da época e, em tese, uma compilação e classificação deste material poderiam demonstrar a clara disposição de pensamento e postura política.

A maturidade política destes agentes de cor era tamanha, que, ainda que se buscasse a anulação das mazelas sociais e políticas desumanizadoras sofridas pelo povo negro a partir da sua mobilização, o movimento, por si, demonstrava vertentes ideológicas distintas nas soluções propostas para a superação da discriminação racial. Por exemplo, existiam noções de nacionalismo baseadas no combate ao racismo da sociedade e valorização da contribuição negra para um “tipo” brasileiro”, de maneira que se fortalecia a ideia de exclusão social dos brancos europeus imigrados. Já por outra via, o desalinhamento com ideias xenófobas, no que se refere os mecanismos sociais excludentes, e a aproximação com vertentes socialistas ou liberais como estratégias políticas, podem ser identificadas também. Toda essa pluralidade motivou a criação de categorias distintas de pensamento, a partir de uma apreciação quantitativa e qualitativa do conteúdo das proposições intelectuais descobertas.

Desta maneira, será empreendida uma tentativa de realce sobre a potência prática do pensamento social negro e sua disputa por dignidade social, por pertença política e ideal de nação. Tudo isso como forma de destacar os pensadores negros e combater um silenciamento dessa vertente intelectual subalternizada.

A justificativa mais consolidada dessa pesquisa se faz presente no pouco volume e densidade dos trabalhos sobre os intelectuais de imprensa negra do início do século XX. Sobretudo naquilo que tange ao pensamento social e político brasileiro e sua decorrente discussão étnica e racial no Brasil. O que demonstra um quadro de pouca diversidade em abordagens acadêmicas sobre o tema¹⁹ e um padrão que se assemelha a invisibilidade das classes populares no pensamento brasileiro²⁰.

¹⁹ (PAIXÃO, 2014); (CARVALHO, 2009); (SOUZA, 2013); (MOURA, 2002); (MOURA, 1988); (MOURA, 1983); (FERREIRA, 2005).

²⁰ “O pensamento brasileiro, produzido por uma sociedade com um passado escravista e com um presente de desigualdade no acesso a bens e serviços de toda ordem, inclusive no campo educacional, não poderia deixar de ter, como objetos preferenciais, intelectuais oriundos de nossas camadas dominantes. Contudo, a persistente caminhada de nossas classes populares na direção de maior protagonismo, participação e prestígio se desdobra também no pensamento brasileiro.”. Ver: (PERRUSO, 2017).

CAPITULO I

ESTADO DA ARTE

O conhecimento científico, sobretudo na contemporaneidade, engendra epistemologia a partir de pressupostos já estabelecidos por pesquisadores e teóricos que se debruçaram sobre as mais variadas questões. Dessa forma, a boa prática de investigação acadêmica demanda, antes de mais nada, consciência do que já foi produzido acerca do fenômeno que se busca respostas. Na esteira dessa proposição e, sobre o conceito de “estado da arte”, podemos destacar a seguinte enunciação:

Nos últimos quinze anos tem se produzido um conjunto significativo de pesquisas conhecidas pela denominação “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (FERREIRA, 2002)

O “estado da arte” ou o “estado do conhecimento” nada mais é do que o curso lógico de acúmulo epistemológico descrito de forma ordenada e selecionada, sobretudo por importância e reconhecimento na comunidade científica. Como Soares (1987) afirma:

Essa compreensão do estado de conhecimento sobre um tema, em determinado momento, é necessária no processo de evolução da ciência, afim de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, ordenação que permita indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições, e a determinação de lacunas e vieses. (SOARES, 1987 *apud* FERREIRA, 2002)

De fato, uma boa escolha de autores canônicos para o respaldo teórico ou metodológico de um trabalho de pesquisa, implica, necessariamente, na legitimidade acadêmica para dada iniciativa de investigação. Sendo assim, esse trabalho de dissertação buscará expor de forma breve e densa o “estado de conhecimento” concernente aos conceitos de Intelectualidade, Imprensa Negra Paulista e Pensamento Social e Político brasileiro. Isso, porque são elementos teóricos de suma importância para o fundamento da pesquisa como um todo.

1.1 Intelectualidade orgânica.

A imprensa negra paulista é concebida por intelectuais negros que se colocam numa atividade de formação ideológica e de orientação do seu grupo político. Essa afirmação pode soar como incongruente, uma vez que a visão de intelectualidade, via senso comum, corrobora com a concepção de características de prestígio como a escrita, leitura, produção epistemológica e função social próxima à atividade livresca. Essas características, na maioria dos casos, não são pertinentes à imprensa negra paulista da primeira metade do século XX. Com efeito, a consolidação de um entendimento desses personagens fundamentais para essa pesquisa, como intelectuais, precisa estar respaldada minimamente em algum precedente teórico que permita a correlação. Essa parte da pesquisa tem como objetivo determinar o que no “estado da arte” respalda esses homens e mulheres a serem encarados como, de fato, intelectuais.

De modo à prosseguir na argumentação que dê conta da questão apresentada acima, lançar-se-á mão da teoria sobre intelectuais de Antonio Gramsci. Essa formulação foi concebida pelo pensador italiano na obra “Cadernos do Cárcere” produzida por ocasião do seu tempo como prisioneiro político na ditadura fascista italiana em 1932. Nessa obra, Gramsci lança questão importante sobre o tema. A saber,

Quais são os limites “máximos” da aceção de “intelectual”? É possível encontrar um critério unitário para caracterizar igualmente todas as diversas e variadas atividades intelectuais e para distingui-las, ao mesmo tempo e de modo essencial, das atividades dos outros agrupamentos sociais? O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, é ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) encontram no conjunto geral das relações sociais. (GRAMSCI, 2004)

Movido pela questão, o autor concebe uma linha de argumentação que estabelece um princípio de pensamento acerca da atividade intelectual. A rigor, a intelectualidade está inserida nas relações sociais cuja as quais as pessoas são partícipes. Desta maneira, pode-se apontar todos os homens com o potencial de ser um intelectual. Nesse sentido, o autor nos explica que:

Por isso, seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, -fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). (GRAMSCI, 2004)

Essa proposição demanda alguma explicação um pouco mais detalhada. Não se

pode argumentar de forma tão generalista sem compreender o esvaziamento do sentido de intelectualidade que se coloca. No entanto, Gramsci detalha o porquê de sua formulação englobar todos os seres humanos em uma perspectiva intelectual. O pensador marxista afirma que:

Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividade especificamente intelectual. Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar. O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que cada um possui em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e fazendo com que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova perpetuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo. (GRAMSCI, 2004)

Ainda na esteira dessa qualificação generalista acerca do fazer intelectual, pode-se elencar alguns comentadores que formulam suas acepções de bases gramscianas de forma um pouco mais sintética, mas ainda sim com extrema qualidade. É o caso do Marco Antonio Perruso e Ana Carolina Quintana de Serpa Vieira, que defende o seguinte, acerca dessa mesma questão teórica:

Neste ponto evidencia-se que Gramsci percebe os intelectuais enquanto indivíduos socialmente contextualizados, antes que como uma camada dotada de qualificações técnicas ou particularidades exclusivas, separada do restante da sociedade. Desta forma, evita-se um enfoque essencialista na análise dos intelectuais, privilegiando uma dimensão teórica relacional que não olvida o conjunto da sociedade. (PERRUSO; VIEIRA, 2018, no prelo)

Uma vez compreendida a condição socialmente espalhada de intelectualidade, converge-se em um novo desafio de ordem prática. A rigor, a problemática se personifica da seguinte maneira: todos os intelectuais podem ser identificados a partir da sua prática em conformidade com as relações sociais, todavia, essa intelectualidade é de mesma ordem? Gramsci afirma que não e concebe mais uma questão teórica derivada das demais já citadas acima, a qualificação de intelectuais em gradientes distintos.

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. Seria possível medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). (GRAMSCI, 2004)

Assim, o autor marxista fomenta a ideia de “organicidade” e lança mão da concepção de dois tipos fundamentais de intelectuais: o intelectual orgânico e o intelectual tradicional. Uma boa percepção acerca da distinção desses fazeres intelectuais é a grande questão de abordagem analítica para o autor. Vide a seguinte passagem:

O ponto central da questão continua a ser a distinção entre intelectuais como categoria orgânica de cada grupo social fundamental e intelectuais como categoria tradicional, distinção da qual decorre toda uma série de problemas e de possíveis pesquisas históricas. (GRAMSCI, 2004)

Mesmo que a área de interesse dessa revisão bibliográfica seja justamente a intelectualidade orgânica, se faz necessário contrapor sua conceituação, uma vez que a própria teoria que a formula concebe um par ordenado entre intelectualidade tradicional e intelectualidade orgânica. Sendo assim, produzir-se-á uma pequena explicação sobre intelectualidade tradicional para, em seguida, desenrolar uma descrição um pouco mais encorpada de organicidade intelectual à luz de Gramsci.

No que diz respeito aos intelectuais tradicionais, pode-se afirmar que possuem uma capacidade de síntese não atrelada necessariamente à uma classe e, sim, que transitam entre grupos, não dispendo de um papel de organização e liderança da classe social que o concebeu originalmente. Em alguma medida, são intelectuais que fornecem “serviços” à grupos dominantes que se sobrepõem num contínuo histórico, em busca de hegemonia na sociedade. São filósofos, artistas, religiosos, administradores e etc.; todos preexistentes à revoluções sociais e altamente cobiçados à produzir em estreita relação com as novas classes dominantes embora, com efeito, se sintam absolutamente livres para conceber sua produção intelectual (GRAMSCI, 2004). É importante frisar o quanto esses intelectuais estabelecem uma forte concepção de visão de mundo, tendo o potencial, na visão de gramsciana, de produzir a legitimidade necessária à estabilidade de dada dominante. Sobre esses intelectuais tradicionais, Gramsci aponta que:

Todo grupo social “essencial”, contudo, emergindo na história a partir da

estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou - pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias - categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas.

[...]

Dado que estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com “espírito de grupo” sua ininterrupta continuidade histórica e sua “qualificação”, eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante. (GRAMSCI, 2004)

Finalmente, naquilo que tange à intelectualidade orgânica, propriamente dita, temos uma diametral oposição ontológica. De fato, e à luz da teoria gramsciana, o intelectual orgânico, em desacordo com a ideia tradicional, tem sua origem e visão de mundo absolutamente conectadas com a classe social a qual pertence. O intelectual trabalharia organicamente tendo bases de produção arraigadas e voltadas para aquilo que vive, como integrante de um grupo social e em prol desse grupo social, a partir de uma profunda vinculação ideológica e axiológica (SILVA, 2016). Sobre esses aspectos e, segundo Perruso e Vieira (2018):

É possível afirmar, a partir da obra de Gramsci, que os intelectuais orgânicos costumam ser provenientes da sua classe social de origem, mantendo seu vínculo a ela como porta-vozes dos seus interesses e ideologias de classe. Ainda que oriundos de outro setor social, são mesmo assim orgânicos na medida em que se intelectualizaram por meio da experiência da classe que os assimilou – que tanto pode ser a dominante como uma classe dominada. (PERRUSO; VIEIRA, 2018, no prelo)

Nas palavras do próprio autor italiano:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. (GRAMSCI, 2004)

Na visão de alguns comentadores do pensamento gramsciano, essa acepção acerca da ideia de intelectual orgânico está intimamente conectada com uma noção de organização e luta política das classes subalternizadas socialmente. Nesse sentido, intelectuais orgânicos estruturariam esses movimentos sociais no sentido da disputa com a ideologia das classes dominantes. Quem nos traz essa dimensão da concepção da intelectualidade orgânica é Carlos Eduardo Vieira (2008), que produz uma leitura interpretativa na seguinte direção:

As leituras das idéias de Gramsci, tanto na Itália como no Brasil, tenderam a enfatizar o papel revolucionário do intelectual organicamente vinculado aos interesses das classes subalternas. Sobre esse aspecto consideramos necessário destacar que essa dimensão da ação dos intelectuais em relação aos subalternos está intimamente sintonizada com o projeto político gramsciano. Indicando, na sua condição de líder de forças que se opunham à hegemonia burguesa, a necessidade de os subalternos criarem seus grupos intelectuais e, por extensão, suas estratégias de luta política.

[...]

Nesse sentido, o conceito de intelectual nos textos de Gramsci reúne, no mínimo, três sentidos principais: o intelectual tradicional, que despreza o sentimento popular e organiza-se como casta; o orgânico ao projeto do Estado burguês, que produz as condições ideológicas para a exploração dos trabalhadores pelo capitalismo; e o intelectual orgânico aos interesses das classes subalternas, que visa a organização de uma nova forma de domínio e de direção política (VIEIRA, 2008)

De fato, o que Vieira vem nos explicar se configura numa categoria específica de intelectualidade orgânica que pode-se apreender da obra gramsciana. Num dissociação da organicidade que possa está presente no fazer intelectual das classes dominantes, Carlos Vieira (2008) despõe da ideia específica de intelectualidade orgânica nas classes subalternizadas. Visto isso e, já caminhando para o fim dessa abreviada síntese do “estado da arte” acerca da intelectualidade, se faz necessário fazer alusão à um exemplo prático de produção intelectual orgânica, citada por Antonio Gramsci (1982). Esse exemplo está outra obra organizada a partir dos mesmos escritos que deram origem ao “Cadernos do Cárcere”, e foi denominada “Os Intelectuais e a Organização da Cultura”, onde a questão intelectual ganhou maior importância. A saber:

Um tipo de colegiado deliberativo, que busca incorporar a competência técnica necessária para operar de um modo realista, foi descrito em outro local, no qual se fala do que ocorre em certas redações de revistas, que funcionam ao mesmo tempo como redação e como círculo de cultura. O círculo crítica de modo colegiado e contribui assim para elaborar os trabalhos dos redatores individuais, cuja operosidade é organizada segundo um plano e uma divisão do trabalho racionalmente preestabelecidos. Através da discussão e da crítica colegiada (feita através de sugestões, conselhos, indicações metodológicas, crítica construtiva e voltada para a educação recíproca), mediante as quais cada um funciona como especialista em sua matéria a fim de integrar a competência coletiva, consegue-se efetivamente elevar o nível médio dos redatores individuais, alcançar o nível ou a capacidade do mais preparado, assegurando à revista uma colaboração cada vez mais selecionada e orgânica; e não se consegue apenas isso, mas cria-se também as condições para o surgimento de um grupo homogêneo de intelectuais, preparados para a produção de uma atividade "editorial" regular e metódica (não apenas de publicações de ocasião e de ensaios parciais, mas de trabalhos orgânicos de conjunto). (GRAMSCI, 1982)

Desta forma, estabelece-se a sugestão teórica de compreensão da organicidade gramsciana. Ou seja, a ideia de intelectualidade e seu fundamento ontológico, a dissociação entre categorias distintas de intelectualidade e, naquilo que se refere estritamente ao intelectual orgânico, a sua especial, mas não exclusiva, condição de organização das classes subalternas. Por

fim, e não por acaso, citou-se um exemplo prático de Gramsci acerca desse trabalho intelectual orgânico, ou seja, redações [por exemplo, imprensas] que funcionam como círculo de cultura.

1.2 Imprensa Negra

Regina Pahim Pinto (2013) e Gilmar Luiz de Carvalho (2009) fomentam uma concepção acerca da ideia de imprensa negra paulista. A rigor, essa instituição se desdobra em uma noção clara de movimento político cuja a luta contra as discriminações raciais que produzem marginalização do segmento racial negro, na sociedade brasileira, é, na maioria dos casos, sua principal atividade.

Dessa maneira, segue-se a necessidade de compreensão da conjuntura social e política vigente no contexto de ascensão da imprensa negra, sobretudo em São Paulo, para se compreender a própria natureza dessa ferramenta de luta por equidade, personificada nos jornais negros.

Antes de mais nada, mostra-se imperativo designar os precedentes da imprensa negra paulista do século XX como experiências extremamente válidas, embora de alcance e impacto localizado na história do Brasil. Nesse sentido, o período da escravidão não limitava a vontade por liberdade, autonomia e dignidade. Como Clóvis Moura (1983) aponta:

O negro brasileiro foi sempre um grande organizador. Durante o período no qual perdurou o regime escravista, e, posteriormente, quando se iniciou após a Abolição — o seu processo de marginalização — ele se manteve organizado, com organizações intermitentes, frágeis e um tanto desarticuladas, mas sempre constantes. A organização de quilombos, de confrarias religiosas, irmandades, dos cantos, na Bahia, de grupos religiosos afro-brasileiros como o candomblé, terreiros - de xangô e mesmo umbanda, mais recentemente, são exemplos significativos. (MOURA, 1983)

Dessa forma, entende-se que diversas experiências de sublevações negras contra o regime opressor tinham na figura de Quilombos e revoltas, como a dos Alfaiates²¹, o exemplo que demonstra os negros brasileiros numa perspectiva combativa desde sempre (PEREIRA, 2005). Uma dessas investidas de rebeldia contra à conjuntura social e política opressora, ainda no período escravocrata, foi a imprensa negra. Vide:

Os primeiros periódicos editados por negros e tendo a “raça negra” e o preconceito como principais temas datam do final do século XIX. Surgem *O Treze de Maio* (1888), *A Pátria* (1889), *O Exemplo* (1892), *A Redenção* (1899),

²¹ Um dos nomes da revolta que teve lugar em Salvador, BA, no ano de 1798. Seus integrantes eram essencialmente negros e pobres, os quais, inspirados pela Revolução Francesa, pretendiam proclamar a República e extinguir a escravidão, num momento em que os ecos da Revolução Haitiana chegavam ao Brasil. Dois de seus líderes, João de Deus e Manuel Faustino dos Santos Lira, eram alfaiates, daí o nome dado ao movimento. Tanto esses como Lucas Dantas e Luiz Gonzaga das Virgens, também articuladores da revolta, foram esquartejados em praça pública. A sedição é conhecida ainda como Conjuração Baiana e Revolta dos Búzios. (LOPES, 2004)

O Baluarte (1903), *O Propuganador* (1907), *O Combate* (1912), *O Patrocínio* (1913) e outros nos anos seguintes, com o objetivo de refletir sobre os desdobramentos do pós-emancipação e a situação dos “homens de cor”. (GOMES, 2005)

Muito incipiente e frágil, essa iniciativa pioneira contou com o pasquim “O Homem de Côr” para apontar as contradições existentes no caráter liberal que o período regencial e seu perfil liberalizante do entre impérios propunha (SILVA, 2016). Ana Flavia Magalhães Pinto (2006) explica que:

Em seu cabeçalho, reproduzido nos cinco números do jornal, de setembro a novembro de 1833, o que se vê é uma apresentação esquemática de um debate vivo ainda hoje: no lado esquerdo, a transição do parágrafo 14 do artigo 179 da Constituição de 1824, que diz: “Todo o Cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes”. (Pinto, 2006)

Se na escravidão as condições sociais eram, obviamente, nefastas para a ideia de dignidade à vida negra, tampouco essa conjuntura foi superada pelo processo de abolição e mudança de regime para o republicano. Segundo Flavio Gomes (2005), “A desigualdade não foi necessariamente inaugurada com a abolição. Ganhou contornos, marcas e argumentos econômicos e científicos.”. A situação dessa população negra recém liberta e alijada de meios de sobrevivência é descrita por Amauri Mendes Pereira (2008) e Clóvis Moura (1983) da seguinte forma:

Quanto aos negros recém-chegados às zonas urbanas, o seu esforço maior consistia em tentar superar todo tipo de adversidades e a degradação das coletividades geradas pela falta de trabalho, pela fome, pelo fato de muitos viverem ao relento, ou nas condições mais precárias, e pela falta de perspectivas. Era diminuta a quantidade de negros que conseguia manter alguma forma de remuneração regular. São esses que criam, nas áreas mais adiantadas do país, sociedades culturais e recreativas e os primeiros círculos e grupos com o propósito de enaltecer a figura do negro. (PEREIRA, 2008)

A Abolição no Brasil é feita conservando-se o latifúndio. As classes dominantes continuam praticamente as mesmas. Isto determina um trauma naquelas populações negras e mestiças egressas das senzalas que ficam sem ter onde se situar social e economicamente nesse tipo de estrutura. Por outro lado, continuamos dependendo de uma economia de exportação e de um produto exclusivo: o café. Com a importação maciça de imigrantes europeus (brancos), vastos contingentes populacionais poliétnicos são marginalizados, especialmente em São Paulo e nas demais zonas urbanas em desenvolvimento. (MOURA, 1983)

Essa última passagem nos atenta ao recorte político e ideológico do grande projeto

de imigração branca²² dos finais do século XIX e início do século XX que acentuava o desesperador quadro social negro. Isso acontecia porque uma vez salvo a igualdade técnica de condições de disputa por trabalho, a condição axiológica de inferioridade negra implicava em quadro altamente desfavorável num acirramento do mercado provocado pelos contingentes imigratórios brancos europeus. Como Vainer (1990), Marcelo Paixão (2014) e Andrews (1998) revelam:

[...] primordialmente através da política imigratória, revela um compromisso pleno e explícito com um projeto racista de construção da nacionalidade, fundada em conceitos de superioridade de raça branca e voltada ao “aperfeiçoamento” da população brasileira através da incorporação de contingentes imigratórios ditos eugênicos (...). A todo o momento o Estado se posicionou claramente por uma estratégia racista que projetava o branqueamento da população. (VAINER, 1990 *apud* PEREIRA, 2013).

Tanto em Marinho Azevedo (1987) como em Andrews (1998 [1991]), é possível encontrar consistentes observações de ordem histórica a uma determinada leitura influenciada por Florestan Fernandes e, em alguma medida, por Oliver Cox (1947), especialmente sobre o processo de formação do mercado de trabalho brasileiro. Nesse caso, os autores, cada qual dentro uma perspectiva, problematizam a tese de que os libertos fossem totalmente desqualificados, e que a importação de imigrantes europeus tenha obedecido a injunções técnicas, antes que políticas (PAIXÃO, 2014)

[Sobre a suposta imperícia ao trabalho negro] Essa incapacidade era em geral atribuída à recente experiência da escravidão por parte da população negra. Entretanto, durante esta época de darwinismo social e racismo científico, essas explicações tendiam a se fundir sutilmente – e às vezes não tão sutilmente – em afirmações sobre a incapacidade dos negros, tendo como base a herança racial. Por isso, aqueles afro-brasileiros que questionavam a noção de democracia racial corriam o risco de ser confrontados com uma análise detalhada das deficiências do grupo racial ao qual eles pertenciam – uma análise que, na melhor das hipóteses, seria dolorosa e embaraçosa de se ouvir, e, na pior, iria se refletir diretamente sobre eles como indivíduos e como membros do grupo racial negro. (ANDREWS, 1998)

Dessa forma, compreendendo minimamente o panorama social e político do início do século XX, pode-se entender a mobilização negra e, como consequência, a formação da imprensa negra, posteriormente. Com efeito, depois da abolição, os negros começaram a convergir em grupos e esses amadureceram em organizações, das mais variadas ordens (como religiosa, recreativa ou beneficente), algumas derivando iniciativas como imprensas, para a melhor comunicação e divulgação de suas demandas e pretensões. Regina Pahim Pinto (2013) destaca que em meio à esse quadro, alguns negros adotaram uma postura de crescente ebulição reativa. Pessoas de cor com um certo letramento ou até

²² No fim da década de 1880, o ideal do branqueamento combinara-se ao liberalismo político e econômico para formar uma autoimagem nacional mais definida. Isso se vê claramente nas atitudes relacionadas à imigração e na propaganda dirigida a estrangeiros veiculada pelos organismos oficiais e por intelectuais que representavam o pensamento da elite no Brasil. (SKIDMORE, 2012)

mesmo bem formados, do ponto de vista formal, partiram num movimento de crítica coordenada à situação precária do negro. Nas palavras da pesquisadora:

Foi principalmente através das associações negras e, sobretudo, de uma imprensa ativa e combativa, cuja existência se confunde com essa tomada de posição, que essa elite [negros letrados, geralmente com um mínimo de estabilidade social] exerceu, ou pelo menos tentou exercer, um papel conscientizador da população negra perante os seus problemas, como também estimulou a sua reação e, ao mesmo tempo, iniciou, ainda que de modo ambíguo, a luta para que o negro se assumisse enquanto tal, procurando mostrar-lhe o seu valor e os seus direitos. (PINTO, 2013)

Essa atitude, ainda segundo a autora, é destacada²³ por Florestan Fernandes como a iniciativa coletiva que negava a máxima da época, a saber: “o negro não tem problemas de natureza racial pois no Brasil não há discriminação por raça.” (PINTO, 2013). Nas palavras do próprio Florestan Fernandes:

A situação que se desenha no “meio negro” é completamente diversa. Enquanto se mantiveram as condições de existência social, criadas no antigo mundo rural, pela escravidão e pela dominação senhoreal, não se formaram canais de “protesto social”. Os desapontamentos e as insatisfações dos negros e mulatos não encontravam formas de expressão coletiva. Ao contrário, de acordo com os padrões vigentes de tratamento interracial, os desapontamentos e as insatisfações precisavam ser dissimulados ou resolver-se através de soluções de caráter estritamente pessoal (abandono do Estado, alcoolismo, evitação de certas pessoas brancas, isolamento, suicídio, etc.), variáveis portanto de um indivíduo para outro. Mas, com a progressiva assimilação dos negros e dos mulatos à ordem social produzida pelo regime de trabalho livre e pelo sistema de classes, começaram a surgir na população negra e mestiça da cidade tendências para a elaboração social e a expressão coletiva dos sentimentos provocados pela desigualdade econômica e social das duas “raças” e pelas manifestações da discriminação e do preconceito com base na cor. (BASTIDE; FERNANDES, 1955)

Ou seja, os coletivos negros e suas mais variadas formas de atuação, como a imprensa, passaram a significar uma saída de *catarse* para essa população de cor que reprimia suas inquietações por medo ou por falta de identificação política em pares que pudessem lhe despertar sentimento de solidariedade. Sobre esse sentimento de “angústia negra”, extravasada a partir das novas formas de participação política, podemos citar o trabalho de Virgínia Bicudo (2010), naquilo que tange a seguinte esfera:

Os pretos das classes sociais intermediárias demonstraram atitudes que revelam

²³ De fato, a posição de Florestan Fernandes é extremamente bem vinda à discussão, uma vez que o cenário sociológico lança luz sobre a mobilização política negra. Antes das organizações como a Imprensa Negra, a centralidade dos problemas das pessoas de cor eram atribuídas, de forma bem ratificada, à competências de ordem exclusivamente individual. Como pode ser lido no Roger Bastide (1957), a partir de sua reflexão sobre uma obra de Donald Pierson, que se debruçava por áreas menos centrais brasileiras. A colocação é a seguinte: “The Negroes are not trying to improve their economic position as a group but as individuals, and it is in the competition for access to the local upper class that the race criterion appears; it is at this level that prejudices or tensions become apparent.” (BASTIDE, 1957)

marcada sensibilidade ligada à cor. Por um lado, apresenta-se ressentidos e com ódio, pela rejeição do branco; de outro, desanimados e queixosos pela falta de solidariedade entre pretos. Os sentimentos de mágoa e revolta dirigidos contra o branco não são inconscientes, como parece entre os “pretos” da classe social “inferior”, mas conscientemente reprimidos por medo de provocar atitudes de rejeição mais acentuada. (BICUDO, 2010)

Naquilo que se refere a imprensa negra, propriamente dita, sua origem, como já mencionado, é intrinsecamente atribuída aos coletivos negros que se formaram por ocasião do início do século XX, como o *Kosmos e o Elite da Liberdade*. A variedade de jornais e de ideologias concebidas por eles era grande, mesmo que todos, em alguma medida, compreendessem a valorização e necessidade de ascensão da raça negra no cenário nacional. Demonstrando um pouco dessa variedade e comentando sobre alguns idealizadores desses jornais, lançar-se-a-remos mão de Petrônio Domingues (2007), a partir da sua seguinte visão:

Simultaneamente, apareceu o que se denomina imprensa negra: jornais publicados por negros e elaborados para tratar de suas questões. Para um dos principais dirigentes negros da época, José Correia Leite, “a comunidade negra tinha necessidade de uma imprensa alternativa”, que transmitisse “informações que não se obtinha em outra parte”. Em São Paulo, o primeiro desses jornais foi A Pátria, de 1899, tendo como subtítulo *Orgão dos Homens de Cor*. Outros títulos também foram publicados nessa cidade: O Combate, em 1912; O Menelick, em 1915; O Bandeirante, em 1918; O Alfinete, em 1918; A Liberdade, em 1918; e A Sentinela, em 1920. No município de Campinas, O Baluarte, em 1903, e O Getulino, em 1923. Um dos principais jornais desse período foi o Clarim da Alvorada, lançado em 1924, sob a direção de José Correia Leite e Jayme Aguiar.¹³ Até 1930, contabiliza-se a existência de, pelo menos, 31 desses jornais circulando em São Paulo. A imprensa negra conseguia reunir um grupo representativo de pessoas para empreender a batalha contra o “preconceito de cor”, como se dizia na época. (DOMINGUES, 2007)

O mesmo autor também constrói um caminho de explicação que sugere o que, dentre esses jornais, era compreendido como conteúdo. Nesse sentido, temos uma posição denunciativa no que tange ao racismo da sociedade brasileira ao passo que buscava soluções para esse problema. Sua atividade política era compreendida da seguinte forma:

Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de “segregação racial” que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou freqüentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas. (DOMINGUES, 2007)

Naquilo que é relativo à divisão clássica empregada no estudo das diversas frentes

de atuação em forma de jornais negros, tem-se um âmbito denso de ação em favorecimento dessa raça. Desta maneira, pode-se compreender três grandes momentos ou fases da imprensa negra paulista. São elas categorias de estilo e engajamento político que, de acordo com pesquisadores como Roger Bastide (1951) e Miriam Nicolau Ferrara (1986) desenham momentos distintos desses fenômeno. Quem faz a interpretação e ratificação dessas fases é Gilmar Luiz de Carvalho (2009), afirmando que:

O primeiro momento significativo dessa Imprensa ocorre em 1915 - data de fundação do jornal O Menelik. Não se buscava então apenas uma identificação e integração com a sociedade de brancos em São Paulo, mas a conscientização do negro como elemento participante da sociedade e da história brasileiras. A fase mais intensa da Imprensa Negra ocorreu a partir de 1923, com a fundação do Getulino, de Lino Guedes, e com o jornal O Clarim da Alvorada, de José Correia Leite e Jayme de Aguiar, surgido em 1924, segundo nossa periodização, que será explicada em detalhes no decorrer do trabalho. A abordagem realizada pelos periódicos negros passa a ser mais incisiva. Além de reforçar o sentimento de integração na sociedade brasileira, enfatizavam a necessidade de reivindicar direitos legítimos de cidadãos através da luta contra os males internos e externos que afligiam a população negra naquele momento. A instauração do Estado Novo, entretanto, enfraquece o movimento negro e as instituições a ele ligadas. Para isso, colaboraram também a sempre presente discriminação da população branca e os problemas estruturais da própria nação brasileira. Caracterizada desde sempre pela grande concentração de renda nas mãos de uma elite pouco numerosa, tal fato agravou ao longo dos anos a já difícil situação de acesso do negro às oportunidades de trabalho. (CARVALHO, 2009)

Sobre as proposições de Gilmar Carvalho (2009), percebe-se o que atrapalhou o contínuo de luta da imprensa negra paulista. O Estado Novo varguista constrói uma eficiente máquina de perseguição política e desarticula os principais movimentos sociais e políticos do país, desdobrando um golpe de misericórdia na pungência dos jornais negros.

Por fim, toda essa atividade da imprensa negra é “feita por um grupo racial diferenciado que sofre as imposições da ideologia dominante da sociedade brasileira, esta procura conscientizar o homem a reivindicar seus direitos” (FERRARA, 1986). Todavia, a precarização do trabalho intelectual desses negros que se colocaram a seguir na com os jornais demonstra a própria fragilidade econômica e social do grupo ao qual pertencem. Bastide (1951), nesse sentido, afirma que:

[...] os jornais negros não têm grande tiragem; vivem miseravelmente; poucos duram mais de um ano (...) Se esses jornais têm uma existência frágil, é porque se dirigem a uma classe pobre, que não pode sustenta-los financeiramente; os seus desaparecimentos não indicam, pois, oposição entre a opinião do jornal e a opinião da massa. (BASTIDE, 1951 *apud* FERRARA, 1986).

E, mesmo entendendo a disparidade de condições de disputa política, ainda assim, quando se insere dada condição de consonância entre a ferramenta política e o grupo

social da qual ela está inserida, como na fala de Bastide (1951) pode-se atentar para uma construção orgânica de uma ideologia negra.

Essa afirmação pode ser percebida no livro “A Integração do negro na sociedade de Classes”, em seu segundo volume. Florestan Fernandes (2014), que é quem assina essa obra, afirma que:

[...] é inegável que as aparências sugerem uma ideia falaciosa: que não existe uma “ideologia negra” - nem mesmo variantes toscas de algo que pudesse merecer esse nome. No entanto, atrás das ambiguidades, das vacilações e das contradições (por vezes agravadas pelas lutas encarniçadas e sem “quartel de líderes, de grupos ou de facções), havia uma situação de interesses comum. Por mais complexa e caleidoscópica que fosse essa situação de interesses, ela enredava os “agitadores” comprometendo-os com reivindicações e palavras de ordem substancialmente idênticas. Essa realidade foi prontamente descoberta e apontada pelos principais expoentes da “imprensa negra” (ainda que sem resultados práticos). E não pode deixar de ser reconhecida numa análise objetiva. (FERNANDES, 2014)

1.3 Pensamento Social e Político Brasileiro

Antes de qualquer coisa, para se discutir pensamento político brasileiro, deve-se compreender o que é pensamento social e político. Deste modo, pode-se adiantar que:

O pensamento político moderno nasceu na Europa quase ao mesmo tempo que nascia o Estado nacional e se anunciavam os primórdios da sociedade moderna. Maquiavel (1469-1527), como se sabe, não apenas desvendou segredos do Estado em formação. Ele queria também criar um Estado nacional na Itália. Concentrando suas atenções nos fenômenos de secularização do poder, o secretário florentino ofereceu perspectivas para o estudo não apenas do Estado, também da sociedade. É nesse sentido que o surgimento do Estado, como algo distinto da pessoa do monarca, está na raiz de um pensamento político que envolve aspectos que hoje diríamos sociais. (WEFFORT, 2006)

Para entender o Pensamento Social e Político Brasileiro, sua origem e função, se faz necessário compreendê-lo como uma área do saber que não tem objeto bem definido e nem consenso entre suas categorias de análise. Este campo das Ciências Sociais, pelo contrário, tem leituras e mapeamentos produzidos de formas distintas, com algum nível de acordo naquilo que se refere aos principais intelectuais que compõem os seu quadro clássico de produção. A rigor, é uma área jovem, com algo entorno de trinta anos de estruturação ou reestruturação, embora aquilo que seja entendido como pensamento social seja produzido desde antes do século XX. A saber,

Nos últimos trinta anos, pesquisas sobre as tradições intelectual, cultural, social e política brasileiras, ao se identificarem e serem identificadas como “pensamento social brasileiro”, contribuíram para dar forma a esta área de pesquisa que, hoje, tem apresentado uma dinâmica muito particular e amplas condições de afirmação no âmbito das ciências sociais praticadas no Brasil. Condições, porém, que não tornam autoevidentes as fronteiras entre o pensamento social e outras áreas de pesquisa, ou mesmo outros campos do conhecimento nas ciências humanas. (SCHWARCZ; BOTELHO, 2011)

Visto retrospectivamente, os seus contornos nunca foram muito claros: como se trata de uma área de fronteira, acolhendo orientações intelectuais providas das diversas ciências humanas, o estudo do “pensamento político social” estabeleceu-se aqui, como em todo o mundo, no cruzamento de disciplinas tão variadas como a antropologia política e a sociologia da arte; a história da literatura e a história da ciência; a história das mentalidades e a sociologia dos intelectuais; a filosofia e teoria política e social; e a história das idéias e das visões-de-mundo. (BRANDÃO, 2005)

Aos interlocutores dessa dissertação que estejam ávidos por uma definição sintética dessa disciplina, a título de orientação de leitura, pode-se conceber a rústica e malformada ideia de “interpretação da formação do Brasil” como uma vela padrão para o entendimento de Pensamento Brasileiro. Todavia, como mencionado, essa disposição em definições precisas são absolutamente inseguras quando nos deparamos com o

pensamento brasileiro. Mesmo grandes pensadores compreendidos como clássicos dessa vertente epistemológica das Ciências Sociais demonstram questões de ordem teóricas quando tentam circunscrever o tema. A saber, Francisco Weffort (2006) empreende a seguinte passagem:

As vicissitudes da história do pensamento brasileiro possibilitaram uma indagação que deu título a um pequeno ensaio de Raymundo Faoro (1925-2003): Existe um pensamento político brasileiro? Faoro define de maneira clara a relação do pensamento com a cultura nacional: "Se há um pensamento político brasileiro, há um quadro cultural autônomo, moldado sobre uma realidade social capaz de gerá-lo ou de com ele se soldar".¹ Essa pergunta, se referida ao presente, tem uma clara resposta afirmativa. Mas ela é mais interessante se entendida como se referindo à história, digamos às raízes do presente, às raízes históricas que geraram no país uma cultura e uma realidade social capazes de formar um pensamento brasileiro. (WEFFORT, 2006)

Segundo Elide Rugai Bastos (2011), existem várias questões que se desdobram no âmbito das ciências humanas e são de interesse para o entendimento da sociedade e da formação nacional. Por exemplo, “a problemática da emancipação, do direito à diferença, dos limites à liberdade, da definição da dignidade como projeto social, da temática do reconhecimento e da exclusão/excludência”. O autor explica que:

A condição não democrática do país – colônia, escravidão, sucessão de ditaduras, extrema desigualdade na distribuição de bens – constituiu-se no cenário em que a solução dos impasses políticosociais se impunha à reflexão e exigia um olhar mais atento à realidade. É certo que o interesse e as possibilidades da discussão nos vários períodos foram desiguais. Nos últimos anos o retorno dos estudos sobre o pensamento social brasileiro e sua história permitiu que fossem retomados os debates, avaliados o seu alcance e limites, além de constatar seus efeitos. Ora, as transformações mundiais colocam hoje aquelas questões sob outra ótica e conduzem à produção de diferentes categorias teóricas que buscam apreender os fenômenos, mas não podem desconhecer os caminhos trilhados pelas interpretações anteriores. (BASTOS, 2011)

Dessa forma, temos na compreensão das ideias sociais e políticas uma maneira de incluir a própria sociedade. Na esteira dessa proposição, pode-se elencar diversos temas que são encarados como objetos, nos mais variados ângulos analíticos, do Pensamento social e político brasileiro. Estado e povo são um binômio clássico dessa área, como Francisco Weffort explica, por ocasião do seu livro “A Formação do Pensamento Político Brasileiro”, no subtópico “Cultura política: ambigüidades e desigualdades”:

Os temas referentes ao povo e ao Estado formaram o pensamento brasileiro em um processo que atropela as cronologias. À parte o tema do Estado, que se esboça no século XVIII com Pombal e que se acrescenta no século XIX com a Independência brasileira, a única seqüência da qual se pode legitimamente falar quanto aos temas referentes ao povo é a da dominância desse ou daquele tema

nas diferentes épocas da história. Assim, o tema dos judeus foi dominante na passagem do século XV para o XVI. O dos índios, no século XVI até o XVII. O dos negros, no século XIX. O dos pobres – ou o da desigualdade – dominante, a partir das primeiras décadas do século XX. Foram temas coetâneos nas origens do país e se mantiveram ao longo de uma história de séculos na qual se acham as raízes de algumas ambigüidades fundamentais do pensamento e da cultura política. (WEFFORT, 2006)

Diversos pensadores clássicos estão na vanguarda da discussão teórica sobre as temáticas apontadas como pertinentes ao pensamento, nessa pequena explanação sobre o assunto. Sendo agrupados em díspares formas, dependendo do alinhamento das categorias analíticas que o olhar retrospectivo do pensamento social faça sobre esses autores, conseguimos uma maior ou menor aproximação de suas respectivas reflexões e interpretações acerca da ideia de Brasil. Brandão (2005), introduz alguns exemplos dos autores e obras considerados clássicos para o pensamento brasileiro. São eles:

[...] Casa Grande & Senzala (1933) e Sobrados e Mucambos (1936), de Gilberto Freyre; Formação Econômica do Brasil (1954), de Celso Furtado, Os Donos do Poder (1958), de Raymundo Faoro; Raízes do Brasil (1936), de Sérgio Buarque de Holanda; Coronelismo, Enxada e Voto (1948), de Victor Nunes Leal; Formação do Brasil Contemporâneo (1942) e Evolução Política do Brasil (1933), de Caio Prado Júnior; A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá (1952) e A Integração do Negro na Sociedade de Classes (1964), e outros, de Florestan Fernandes; Populações Meridionais do Brasil (1920) e Instituições Políticas Brasileiras (1949), de Oliveira Vianna; e Os Sertões (1902), de Euclides da Cunha (Schwartzman, 1999). (BRANDÃO, 2005)

Tendo sondado a ideia de pensamento brasileiro e os seus desdobramentos, como principais intelectuais, obras e temas; se mostra apropriado explicar um pouco os principais agrupamentos de afinidade teórica entre eles. Marco Antonio Perruso (2017) busca um mapeamento em formato de “taxonomia do pensamento brasileiro”. Suas reflexões caminham pela seguinte premissa:

[...] parece inexistir uma taxonomia a respeito do pensamento brasileiro que observe os espaços sociais, institucionais ou de classe por meio dos quais historicamente os intelectuais nacionais explicam o país, buscando conservá-lo como sempre foi ou, na maioria das vezes, mudá-lo em sentido modernizante. Tais lugares sociais, que recorrentemente inspiram ou sediam reflexões políticas e sociais dedicadas a realidade nacional, seriam o mercado, o Estado-Nação, a universidade (e outras instituições assemelhadas) e, por fim, as classes e movimentos sociais de extração popular. (PERRUSO, 2017)

Pedindo licença ao senhor Marco Antonio, essa dissertação afastar-se-á da atividade fim do artigo proposto e utilizará apenas alguns pressupostos relevantes para a criação de um panorama geral sobre os mapeamentos clássicos que hoje existem nas leituras de pensamento social brasileiro. Desse modo, Perruso (2017) aponta linhas

principais da cartografia padrão do pensamento social e político nacional onde convergências e divergências podem acontecer. A saber,

Bolívar Lamounier [1977], fazendo referência aos intelectuais antiliberais do início do séc. XX como objeto de estudo, indica quatro modos de ler o pensamento político social: o institucional cientificista, o historicista-nacionalista, o classista e o autoritarismo esclarecido. Já Maria Tereza Sadek (1982), ao compilar a bibliografia existente até fins dos anos 1970 a respeito do pensamento brasileiro, registra quatro paradigmas analíticos: o da institucionalização da atividade científica, o nacionalista, o classista e o conciliatório – quase os mesmos do mapeamento elaborado por Lamounier. Em ambos os mapeamentos se conjugam maneiras típicas de operar a análise do pensamento brasileiro e intelectuais representativos correspondentes. (PERRUSO, 2017)

Entendendo quais são as categorias padrão que fazem a leitura do pensamento político social clássico, se mostra imperativo discutir um pouco cada uma delas. Naqueles propostos por Bolívar Lamounier, temos, em princípio, o enfoque institucional-cientificista. Segundo Perruso (2017), Lamounier propõe que nessa chave analítica, quem se destacaria seria Florestan Fernandes e Fernando Azevedo. Dado que:

O método de elaboração do pensamento, e não o conteúdo elaborado, é a medida maior da avaliação da consistência ou adequação do pensamento político e social brasileiro. Tal enfoque possui como ideia-força central a ciência ou a razão em sua modalidade universitária/acadêmica de efetivação no mundo social, que quase sempre é acompanhada do ideal da neutralidade científica, classicamente formulada em chave weberiana. (PERRUSO, 2017)

Já na chave historicista-nacionalista, para Lamounier e, nacionalista, para Sadek, Marco Antônio (2017) explica que:

[...] referencia a qualidade ou pertinência do pensamento brasileiro não à dimensão procedimental da ciência (o método científico, propriamente), como o enfoque anterior, mas justamente ao conteúdo produzido, a partir de um balizamento específico: a Nação (ou o Estado-Nação). Isto é, o pensamento é mensurado por sua correspondência com o que supõe-se ser a realidade da sociedade nacional brasileira em seu desenvolvimento histórico. (PERRUSO, 2017)

Perruso (2017) chama atenção para uma peculiaridade do viés cientificista, presente nos dois mapeamentos, que também

[...] pode ser denunciado na perspectiva historicista-nacionalista. Seja pela ênfase na apuração dos conteúdos reais, “corretos”, do pensamento – com a aferição orientada pela trajetória da sociedade nacional – seja pela crença em uma camada intelectual paraestatal capaz de propor, com legitimidade (não só

política, mas científica), diagnósticos e soluções para nossos problemas. Aqui não haveria uma ciência neutra, como no primeiro enfoque, mas uma razão engajada – especificamente num Estado modernizador capaz de levar a Nação adiante. (PERRUSO, 2017)

Por último, Perruso (2017) explica o que Lamounier e Sadek entendem por paradigma classista. A rigor, existe

[...] uma relação de determinação ou condicionamento entre classe social e pensamento, típica do marxismo (nos pares infraestrutura-superestrutura ou ser-consciência). Um representante destacado de tal enfoque é Roberto Schwarz. Recorrente, tal perspectiva analítica por vezes é acionada de modo dogmático ou rudimentar. Segundo tal viés, e comparando-o com os anteriores, o impulso social do pensamento, digamos assim, advém não dos lugares sociais singulares onde se produz ciência e se exercita a razão (conforme proposto no enfoque institucional-cientificista), nem do espaço social mais largo da Nação ou do Estado-Nação (como propugnado pelos enfoques nacionalista, conciliatório e do autoritarismo esclarecido - todos aparentados, a meu ver), mas das classes sociais onde estão circunscritos os diversos agrupamentos intelectuais. (PERRUSO, 2007)

Sendo assim, fecha-se essa breve explanação acerca do estado da arte do pensamento social e político brasileiro, numa iniciativa breve que tentou repassar alguns dos principais pontos inerentes à introdução ao assunto.

CAPITULO II

ANÁLISE DOCUMENTAL

Essa pesquisa de dissertação tem como direção metodológica a investigação de vertente documental no âmbito do Pensamento Social e Político Brasileiro. Nessa iniciativa, alguns jornais paulistas da primeira metade do século XX serão a fonte primária de informações. Nesse sentido, temos um trabalho que busca releituras sociológicas sobre um contexto histórico específico, embora compreenda-se a limitação inerente à qualquer recorte de pesquisa social no que tange a pretensão de totalidade das conclusões dos fenômenos estudados. Como consequência dessas afirmações, compreende-se também as dificuldades em se conceber um método altamente objetivo, mesmo que esse passe por técnicas tão comumente aceitas numa perspectiva não subjetivada, tal como a própria análise documental. Mesmo no ato de escolha do tema e objeto estudado, que é o básico de uma pesquisa científica, já existe uma subjetividade do cientista presente em dada seleção. Isso, como já mencionado, inclui áreas e abordagens metodológicas do fazer científico como um todo. A saber:

Nas primeiras décadas do sec. XX, observava-se já que as Ciências Exatas e Naturais não estavam mais tão certas e seguras em suas perspectivas e em seus resultados quanto se imaginara. Verificava-se pouco a pouco que as descobertas consideradas científicas sofriam também influências e limitações da coletividade a que o investigador pertencia, assim como das próprias qualidades e preparo do mesmo; o conteúdo do seu saber, estava assim condicionado pela sua inserção numa sociedade, e também pelas circunstâncias de tempo e de espaço. A objetividade não podia ser, em seus resultados, tão indubitável quanto se acreditara, e as técnicas quantitativas não fugiam às injunções de tempo, de espaço, de predicados variados nas conclusões a que chegavam, reunindo-se neste aspecto as qualitativas. (QUEIROZ, 2008)

Assim, já por ocasião de uma análise documental, diversas formas de abordagens são válidas no trato dos dados que nas fontes estão contidos. De um modo geral, essas abordagens podem se suceder, no entanto, em três frentes analíticas principais, a saber: técnicas qualitativas, técnicas quantitativas ou ambas concomitantemente. Como não é o objetivo principal dessa dissertação explicar de forma abrangente sobre o fazer metodológico nas Ciências Sociais, o que será realizado nessa parte do trabalho é uma discussão superficial acerca dos ônus e bônus nos métodos citados, buscando uma reflexão acerca do melhor arranjo de execução dessa pesquisa.

2.1 Metodologia.

Uma versão adaptada da “análise de conteúdo” empregada pela Regina Pahim Pinto (2013) será a técnica principal utilizada na análise qualitativa em profundidade dessa pesquisa. A sua adaptação consiste naquilo que se refere à captação da “unidade de análise”. Sobre essa “unidade de análise”, Regina Pinto afirma que utilizaria a ideia de “tema”, nos moldes de afirmações ou declarações sobre algum assunto (PINTO, 2013). Todavia, a autora propôs que essa unidade de análise pudesse ser captada em “unidades de contextos”, tais como: “artigos, editoriais, crônicas, poesias, transcrição de artigos de outras fontes, entrevistas, diálogos, anúncios, avisos, notas sociais, notas religiosas de cada exemplar de jornal.” (PINTO, 2013). Nessa dissertação, apenas artigos serão utilizados.

Como sugerido na introdução dessa pesquisa, a análise documental empregada nessa dissertação está submetida em uma direção específica, ou seja, o objeto investigado. Dessa maneira, o tema geral que abrange esse trabalho pode ser entendido no âmbito do Pensamento Social e Político Brasileiro e o objeto estudado, por sua vez inserido nessa temática, é o pensamento social e político brasileiro produzido por intelectuais negros na imprensa negra paulista entre os anos de 1915 e 1937.

Dessa forma e, antes de mais nada, se faz necessário entender essas técnicas qualitativas e quantitativas como ferramentas de construção de um quadro explicativo válido da realidade. Em conformidade, entende-se que:

As técnicas são maneiras de fazer, bem definidas e transmissíveis, destinadas a produzir determinados resultados considerados úteis; sua função não é diretamente explicativa; busca operar reuniões de dados segundo esquemas específicos, com a finalidade de analisá-los, isto é, de, por meio da decomposição do todo em seus elementos, chegar a um arranjo dos dados que não existia anteriormente; [...]. (QUEIROZ, 2008)

Nesse sentido, perceber qualquer uma das duas técnicas como um fim em si mesmo na produção do conhecimento científico se mostra um equívoco, dado que, por pura mereologia, a consubstanciação dessas metodologias sugerem uma explicação mais completa em comparação ao que poderia ser levado à cabo por apenas uma dessas partes. Como explica Maria Isaura Pereira de Queiroz (2008), a união dessas práticas é pertinente na medida em que:

Os dois tipos de abordagem se mostraram aqui rigorosamente complementares e convergiam para um melhor conhecimento do problema que se desejava

esclarecer. O conhecimento qualitativo traça os contornos externos e internos da coletividade estudada; em seguida, a abordagem quantitativa desvenda o número de vezes em que ocorre o fenômeno e sua intensidade, segundo as divisões já efetuadas. A associação das duas abordagens possibilita um aprofundamento cada vez maior das facetas do objeto de estudo. (QUEIROZ, 2008)

Na esteira dessa proposição e sobre a pertinência do método combinado, temos a validade desse arranjo entre análises qualitativas e quantitativas se fazendo presente na quando as fontes do objeto estudado permitem essas abordagens de diferentes ordens articuladas. Antes de tudo, o método tem que servir ao propósito de reflexão científica acerca do objeto estudado da melhor forma possível:

Um bom método será sempre aquele, que permitindo uma construção correta dos dados, ajude a refletir sobre a dinâmica da teoria. Portanto, além de apropriado ao objeto da investigação e de oferecer elementos teóricos para a análise, o método tem que ser operacionalmente exequível. (MINAYO; SANCHES, 1993)

De modo à fazer justiça ao que foi tratado logo acima, essa pesquisa contará com os dois tipos de análise combinadas. Uma vez tendo selecionado as fontes relacionadas ao trabalho e de acordo com os parâmetros que ainda serão definidos por ocasião dessa apresentação metodológica, explicar-se-á o desenrolar investigativo em duas etapas.

A primeira fase se personifica em uma investida quantitativa que preza pela linguagem dos números para uma exemplificação de informações passíveis de quantificação. Sendo assim, dados recorrentes, proporções e correlações entre ordens de pensamento, autores e jornais; bem como as limitações inerentes ao recorte metodológico empregado frente à quantidade de dados disponíveis nas fontes, serão consideradas. Pode-se avaliar aqui uma disposição em desenhar um amplo quadro de possibilidades de estudo nesse tema e objeto, uma vez que os dados demonstrem uma variedade de autores e publicações que podem servir à diversas frentes de pesquisas.

Em um segundo momento a investigação qualitativa se desdobrará buscando os significados presentes nas reflexões negras elencadas como válidos. Tendo em vista que essa validade será concebida a partir de certos parâmetros (explanados abaixo), essa fase disponibilizará duas camadas analíticas. Primeiro, uma investigação preliminar, cujos os textos são categorizados por ordens de pensamento. Essa disposição busca compreender as formulações textuais como reflexões com potencial para um estudo mais amplo, no sentido dos seus conteúdos carregarem alguma visão sociopolítica concernente ao Pensamento Brasileiro. Por fim, uma investigação em profundidade, cujo os textos criteriosamente selecionados serão destrinchados de modo à produzir uma interpretação dos seus significados sociais e políticos da maneira mais completa possível. A intenção

desse segundo movimento qualitativo é demonstrar a complexidade de ideias vigentes nos mais variados intelectuais negros do recorte estudado.

Desta forma, findada a introdução da metodologia empregada na análise documental, vejamos os parâmetros respectivos de cada campo analítico. Ou seja, quais os critérios definicionais que foram implicados como recortes metodológicos e que recairão sobre as fontes analisadas.

2.1.1 Recorte de tempo e espaço.

O recorte de tempo e espaço é uma ferramenta metodológica importantíssima na construção de um objeto consistente na investigação das Ciências Sociais.

No caso dessa dissertação, para efeito de consonância com os trabalhos clássicos²⁴ já construídos ao longo da história e de disponibilidade material das fontes, efetivar-se-á um recorte temporal que atende os anos de 1915 até 1937 em São Paulo. Isto se dá em função da reformulação imposta por Miriam Ferrara (1986) na escala utilizada por Roger Bastide (1951). O autor assume o jornal *Menelick*, fundado em 1915 como o primeiro jornal negro da capital paulista. Dividindo a história da imprensa negra em três fases, onde 1915 é o marco da primeira fase, 1930 é a segunda fase e 1945 iniciando a terceira fase (FERRARA, 1986). Já Miriam Nicolau Ferrara defende o seguinte:

Propomos estabelecer outra periodização na história da imprensa negra, por ser o material de que dispomos mais amplo, ora pela dificuldade de localização do material impresso, ora porque alguns jornais são posteriores a obra de Bastide, o que nos permite apresentar o quadro que segue [...] 1º período de 1915 à 1923; 2º período de 1924 à 1937; 3º período de 1945 à 1963. De seu aparecimento em 1915 até 1923, os jornais de negros mantêm, de modo geral, as mesmas características, isto é, são um veículo de comunicação que se preocupa, principalmente, com pequenas notas, falecimentos, casamentos, festas religiosas, quermesses, mexericos, etc., apresentando de forma inexpressiva artigos reivindicatórios, apelos à conscientização, etc. Em 1923 surge em Campinas o jornal “Getulino”, sob a responsabilidade de Lino Guedes. Este foi o primeiro jornal combativo; neste como nos que o sucederam encontramos também nota de falecimento, casamentos, mas o seu conteúdo torna-se mais reivindicatório. Em 1924, é fundado em São Paulo o jornal “O Clarim da Alvorada” por José Correia Leite e Jayme de Aguiar. Com ele, o caráter combativo da imprensa negra desenvolve-se e acentua-se. Neste mesmo período temos a fundação da Frente Negra Brasileira (1931) e de seu órgão oficial o jornal “A Voz da Raça” (1933). Como frisou Bastide, temos “aqui a passagem da reivindicação jornalística à reivindicação política”. Este 2º período termina em 1937 com a instauração do Estado Novo. (FERRARA, 1986)

Essa periodização de Miriam Nicolau Ferrara (1986) será, com efeito, o recorte

²⁴ “A Imprensa negra do Estado de São Paulo”, de Roger Bastide, publicado em 1951. Outro exemplo é a obra “A Imprensa Negra paulista (1915-1963), de Miriam Nicolau Ferrara, publicado em 1986.

adotado por essa dissertação. Todavia, utilizar-se-á apenas dos dois primeiros grupos, de 1915 até 1937, mesmo que não se encontre no acervo das fontes os jornais que marcam o começo e o fim dessas respectivas primeira e segunda fases.

2.1.2 Parâmetros de seleção de fragmentos dos textos e autores.

Uma vez compreendido o recorte de tempo e espaço fomentado pela metodologia, se torna imperativo entender o que dentro do universo de fontes, já minimamente recortadas, despontará como válido à pesquisa.

Sendo assim, a escolha metodológica de textos ou fragmentos de textos se dará respeitando os seguintes critérios: as reflexões selecionados deverão ser legíveis, ou seja, sem comprometimento da ação do tempo na identificação dos caracteres componentes dos períodos; os textos, por mais que estejam em perfeita condição de interpretação, não poderão ser compostos de conteúdo comercial, “mexericos” ou intrigas pessoais do cotidiano da comunidade; as reflexões deverão apresentar algum conteúdo, mínimo que seja, de qualquer aspecto de interpretação da conjuntura social e política brasileira; e, por fim, os intelectuais que produzem esse material devem ser negros, salvaguardo quando excepcionais forem demandadas, desde que devidamente estipuladas.

2.1.3 Construção dos eixos de pensamento social.

Com o esforço metodológico de recorte por tempo, espaço e validade de ideias à pesquisa, todo o material resultante dessa seleção precisa ser minimamente categorizado. Dito isso, se faz necessário fomentar quais os parâmetros de construção dessas categorias analíticas relativas ao pensamento social e político brasileiro desses intelectuais.

Desdobra-se subgrupos textuais coesos a partir de uma afinidade de conteúdo estabelecida por teoria política e social *standard*. Esse respaldo teórico deve ser mencionado por ocasião da investigação qualitativa. Os subgrupos devem conter correlação analítica entre reflexões e teoria, produzindo um quadro harmônico cuja a legitimidade se dê por ocasião de recorrência temática dos conteúdos textuais até no máximo três eixos temáticos.

2.2 Material Fonte

Nessa fase da pesquisa, depois de se compreender a metodologia que foi empregada no decorrer da dissertação, discutir-se-á a substância em que será empregado o método. Ou seja, as fontes primárias personificadas pelos jornais da imprensa negra paulista. No acervo pesquisado contam vinte e cinco jornais negros com centenas de exemplares disponíveis. Esses jornais são denominados da seguinte forma: Alvorada, CORREIO D'ÉBANO, Hífen, Mundo Novo, Niger, Nosso Jornal, Notícias do Ébano, Novo Horizonte, O Baluarte, O Mutirão, Senzala, A Vóz Da Raça, A Sentinella, Auriverde, Chibata, Elite, Liberdade, O Alfinete, O Bandeirante, O Clarim, O Clarim da Alvorada, O Estímulo, O Progresso, Rua e Tribuna Negra. Antes de mais nada, se faz necessário agradecer a generosidade dos pesquisadores Miriam Nicolau Ferrara e Oswaldo de Camargo, que disponibilizaram seus respectivos acervos para devida digitalização e catalogação²⁵ pela equipe²⁶ da Universidade de São Paulo. Esses acervos, agora, compõem o meu acervo pessoal com mais algumas obras disponibilizadas por outros pesquisadores de renome em estudos sociocracias no Brasil, como Amauri Mendes Pereira²⁷.

2.2.1 Jornais analisados na pesquisa.

Como já apresentado acima, a partir da metodologia empregada sobre o portfólio de jornais negros que compõem acervo pessoal e, obedecendo o recorte temporal estipulado, chega-se ao número de quatorze diferentes títulos divididos em cento e quarenta e sete exemplares. A saber, A Vóz Da Raça, A Sentinella, Auriverde, Chibata, Elite, Liberdade, O Alfinete, O Bandeirante, O Clarim, O Clarim da Alvorada, O Estímulo, O Progresso, Rua e Tribuna Negra. Sobre esses jornais, pode-se afirmar alguma estrutura padrão de organização dos conteúdos. Sobre essas informações, temos que, geralmente, as edições dos jornais negros tinham quatro páginas, embora algumas publicações especiais pudessem chegar à mais de uma dezena de laudas. A primeira dessas trazia na parte superior o título do jornal, seguido de um subtítulo onde a linha

²⁵ Acervo disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/periodicos/>. Acessado em 23/03/2018.

²⁶ Essa equipe é composta pelos seguintes nomes: Dra. Ana Cláudia Castilho Barone (coordenadora), Dra. Edilza Correia Sotero (coordenadora), Louize Lenate Ferreira (estagiária), Vitor Luis Vital Martins (estagiário), Gustavo Taniguti (consultor digital). Obrigado pelo empenho e dedicação em tarefa tão valorosa.

²⁷ Militante do Movimento Negro, acadêmico e especialista em movimentos sociais negros. Doutor em Ciências Sociais- PPCIS-UERJ; Mestre em Educação- PPGEduc- UERJ; Especialista em História da África- CEAA-UCAM.

editorial era ratificada. Literatura, informações do cotidiano, luta política ou mesmo lemas; o subtítulo mostrava qual era a inclinação daquele periódico. Um pouco mais abaixo, ou mesmo ao lado, existiam informações compostas num cabeçalho. Essas informações explicavam data de publicação e número da edição, redatores, endereço da redação e, em alguns casos, nomes de dirigentes dos coletivos que tinham a propriedade daquele jornal ou nomes dos próprios proprietários (jornais particulares).

Na primeira página, geralmente, as principais notícias, ou textos de formação política eram demonstrados. Por vezes, esses textos poderiam continuar na última página, como forma de prender a atenção do leitor para as partes intermediárias que continham, poesias e literatura; informações acerca das sociedades negras, compostas por coletivos dançantes; notícias de outros jornais e grêmios. Nessas partes intermediárias e, em alguns casos, nas partes finais desses jornais, também se encontravam propagandas comerciais que deveriam ajudar a custear as impressões. Além disso, em casos especiais, como da *Vóz da Raça*, essas páginas intermediárias funcionavam para comunicação institucional entre aqueles que serviam ao corpo burocrático da organização que era proprietária do jornal, no caso, a F.N.B.

Todo esse trabalho de identificação dos principais elementos que compõem um jornal da imprensa negra paulista, apreciado pela análise dessa dissertação, por vezes, foi prejudicado em função do estado de conservação do material que foi digitalizado. Infelizmente a ação do tempo apagou diversos itens de alguns periódicos. Em determinados casos foi possível recuperar parcialmente os textos com auxílio de programas digitais específicos²⁸ de controle de contraste e lupas analógicas. Todavia, em alguns casos onde os jornais estavam dobrados ou tinham sido mutilados, os textos foram perdidos. Felizmente, não houve uma condenação de jornais por inteiro, mas sim, apenas pequenas partes que não tiveram influência significativa no resultado final do levantamento.

Sendo assim, vejamos um pouco sobre a história de cada um dos quatorze jornais utilizados na dissertação.

2.2.1.1 A Rua

De acordo com Gilmar Luiz de Carvalho (2009), o jornal negro *A Rua*, com o subtítulo: “literário, crítico e humorístico”, surgiu em 1916. Esse jornal teve como fundador o senhor Domingos José Fernandes e Oliveira Paula, redator chefe e secretário

respectivamente. Em geral, continua Carvalho, o jornal trazia gêneros literários como poesias e sonetos para o seu público. Quando por ocasião da “Secção Crítica” do jornal, a discussão se embasava na análise do decoro existente nas diversas sociedades negras dançantes ou na postura adotada pelos membros da comunidade negra em geral no cotidiano. Não se tem muitas informações sobre o tempo de vida desse periódico. Sabe-se da sua fundação em 1916 mas não existe muitas informações na literatura correspondente sobre o término de suas atividades. (CARVALHO, 2009)

2.2.1.2 O Alfinete.

Jornal negro fundado por volta de 1918. Tem como subtítulo a mensagem: “Órgão literário, crítico e recreativo dedicado aos homens de cor”. Seu diretor é A. Oliveira e Frederico Batista de Souza²⁹, seu secretário. Sobre o primeiro, poucas informações estão disponíveis. Segundo depoimento pessoal de José Correia Leite, Miriam Nicolau Ferrara afirma que: “O Alfinete (1918), jornal que tinha por objetivo “cutucar” as pessoas e o fazia de diferentes maneiras, exerceu certo controle social através do mexerico e de críticas ao comportamento moral e social do grupo negro” (FERRARA, 1986). Não obstante, Gilmar Luiz de Carvalho (2009), afirma:

No entanto, muito além dos mexericos, das regras de comportamento, das fofocas e da preocupação em “alfinetar negrinhos e negrinhas” por ocasião dos bailes, O Alfinete carregava em seus editoriais mensagens incisivas e direcionadas não só à população negra, mas às elites, sobre as oportunidades de mobilidade social e o acesso ao emprego no pós-abolição em São Paulo. (CARVALHO, 2009)

Gilmar Luiz de Carvalho (2009) também propõe destaque ao Alfinete como um dos primeiros jornais da capital paulista que se sobressai pela maturidade e qualidade dos seus editoriais. Assuntos como preconceito e acessão social negra eram tomados numa posição de crítica altamente pertinente que visava um debate acerca das condições sociais do negro.

²⁹ Frederico Baptista de Souza, conhecido colaborador de outros jornais, como O Bandeirante, Elite e A Liberdade.

2.2.1.3 O Bandeirante

Fundado por Antônio dos Santos e Joaquim Cambará³⁰ em 1918, esse jornal era um órgão de comunicação do grêmio negro Bandeirantes. Tinha um subtítulo que estipulava uma mensagem de militância bem arrojada, a saber: “órgão mensal de defesa da classe dos homens de cor” e “órgão de combate em prol do reerguimento geral da classe dos homens de cor”. A direção geral era do fundador Antônio dos Santos e a direção literária ficava à cargo de J. D’Alencastro. (CARVALHO, 2009)

De acordo com Gilmar Luiz de Carvalho (2009), além de relatar os acontecimentos e postura moral dos integrantes das sociedades negras nas suas diversas atividades coletivas, O Bandeirante também produzia críticas às matérias que circulavam nos grandes jornais da mídia tradicional. Sobre o jornal, esse mesmo autor afirma que:

Poder-se-ia associar o nome do jornal à fase de crescimento e pujança por que passava a cidade de São Paulo, como a consolidação dos sistema bancário e obras de saneamento, e onde se vislumbravam oportunidades para o negro, a partir do momento em que este pudesse extirpar do meio em que vivia o analfabetismo, o vício e a prostituição. Buscava-se, pelo que se compreende do segundo subtítulo, uma elevação de valores.

[...]

O Bandeirante, assim como a maioria dos jornais dessa imprensa, prestava homenagens praticamente míticas, assim definidas por Roger Bastide, aos grandes abolicionistas, como José do Patrocínio e Luiz Gama (CARVALHO, 2009)

É possível confirmar que esse jornal, publicado em 1918, circulou pelo menos até 1919. Não é possível precisar o fim de suas atividades a partir das informações contidas na literatura clássica sobre o tema.

2.2.1.4 A Sentinella.

Esse jornal da imprensa negra paulista foi criado em 1920. Não está claro quem, de fato, o fundou. Todavia, pode-se afirmar que ele era redigido por Ernesto. A. Balthazar (redator chefe) e B. Lazaro, transmitindo grande estima pelo coletivo negro Kosmos. De um modo geral, esse jornal surge dedicando elogios à presidência desse grêmio negro. Parecem ter uma relação muito próxima também com o Grêmio Recreativo Princesa do Norte, cujo a exaltação dos nomes de suas diretoras, a saber, Dona Inez de Oliveira e Helena de Oliveira Mattos, fica evidente. Este jornal, dedica espaço às sociedades

³⁰ Joaquim Cambará também era presidente do Grêmio Recreativo Kosmos. (CARVALHO, 2009)

(grêmios recreativos negros) onde atua como uma ferramenta importante de comunicação entre os grupos negros. Um padrão que é repetido em diversos jornais contemporâneos à esse. Não existe muitas informações acerca desse periódico na bibliografia clássica acerca do tema. Não foi possível, por exemplo, definir a data do encerramento das atividades desse jornal.

2.2.1.5 Elite.

Esse jornal negro foi fundado em 1924 e era o órgão oficial do grêmio negro Elite da Liberdade. Segundo Gilmar Luiz de Carvalho (2009), o cenário político, econômico e social conturbado de 1924 enredou o nascimento do Elite. O autor acredita que a necessidade de proteger e agregar a população negra, principalmente conscientizando-a, foi o principal motor de criação do jornal. Tendo como redator chefe o Frederico Baptista de Souza e sua experiência em outros jornais negros, Abílio Rodrigues e Alfredo Eugenio da Silva como secretário e Olívio Cardoso como gerente, o Elite tentava ser o fio condutor que promoveria a conscientização negra das lutas por trabalho digno, educação, moradia e saúde. (CARVALHO, 2009)

Segundo depoimento pessoal de Pedro P. Barbosa à Miriam Nicolau Ferrara (1986) e sobre os integrantes do Elite temos que:

[...] um grupo fechado, andavam sempre bem trajados, promoviam bailes, piqueniques e viagens. Seu diretor, Alfredo E. da Silva, era funcionário público da Secretaria da Fazenda do Estado. Para filiar-se ao grupo era necessário provar que era casado, chefe de família, com situação econômica estável. (FERRARA, 1986)

2.2.1.6 O Clarim da Alvorada.

Segundo Miriam Nicolau Ferrara (1986), esse jornal negro foi fundado por José Correia Leite e Jayme de Aguiar em 1924. Ganhando notoriedade no cenário político negro em São Paulo, e teve um papel muito importante para a imprensa negra. Inicialmente, surgiu como um jornal voltado ao gênero literário, onde pouca crítica social negra era concebida, embora existisse. Essa fase menos arraigada na luta social negra e mais voltada à literatura se faz presente por ocasião de 1924 até 1927. Já nos anos de 1928 até 1932, percebe-se um perfil muito mais combativo, de reivindicação política e crítica aos problemas sociais do negro (FERRARA, 1986). Essa mudança de postura podem ser percebida na medida em que:

[...] “O Clarim da Alvorada” é fundado como “órgão literário, noticioso e humorístico” e permanece com algumas variações (“órgão literário, noticioso e científico”; “Órgão literário, noticioso e político”), até 1928. Neste ano, o registro do subtítulo do jornal é outro: “O Clarim da Alvorada” – “Pelo interesse dos homens pretos. NOTICIOSO, LITERÁRIO E DE COMBATE”. (FERRARA, 1986)

2.2.1.7 Auriverde.

Segundo Gilmar Luiz de Carvalho (2009), esse jornal negro foi fundado em 1928, com o subtítulo: “Orgam Literario, Humorístico, Noticioso”. Seu presidente era João Augusto de Campos e a redação ficava à cargo do Deocleciano Nascimento. O Auriverde produzia jornais com conteúdo diversificado. Desde notícias sociais de coletivos negros, como grêmios e sociedades dançantes, até eventos esportivos e culturais. Não encontrou-se na bibliografia clássica acerca do tema um ano de encerramento das atividades desse jornal.

2.2.1.8 O Progresso.

Foi fundado em 1928 na capital paulista, tem direção de Lino Guedes e Argentino Celso Wanderley. Sua origem, segundo Miriam Nicolau Ferrara (1986), tem relação direta com a cooperação entre negros que tinham o intuito de comemorar o centenário da morte de Luiz Gama. Gilmar Luiz de Carvalho (2009) explica que:

Argentino Celso Wanderley, já citado, permaneceu como seu diretor e único proprietário até 1929, quando o cedeu a Wanderley & Ferreira, uma empresa criada por ele em associação com João Batista Ferreira. Lino Guedes juntou-se ao periódico como editor em 1928, seguido pelo diretor Euclides dos Santos e os gerentes Manoel Conceição e Horácio Cunha. Os principais colaboradores são Luiz Carmillo, Jacob Netto, Euclides de Oliveira, Benedicto Florêncio, Antônio dos Santos Oliveira, Adalberto Pires de Freitas, Rodolpho de Loremal, João B. Ferraz, João Eugenio da Costa e Arlindo Veiga dos Santos. Possuía representantes nas cidades de Tiête, Limeira, Cosmópolis, Sorocaba, São Vicente, Botucatu, Rio Claro e Uberaba. (CARVALHO, 2009)

Luiz de Carvalho (2009) Também explica que o periódico, além das homenagens à Luiz Gama, tinha o intuito de fomentar progresso e ascensão moral negra. O Progresso representava um papel fundamental nas críticas à situação precária de vida do povo de cor, induzindo uma reflexão por reação a partir dos próprios esforços, aos negros e, de desaprovação à postura discriminatória, ao restante da sociedade. Ainda segundo o autor,

Outra característica desse jornal foi a publicação de matérias alusivas a algumas

personalidades que participaram do processo de abolição da escravidão no Brasil. Aborda assuntos literários, humorísticos e políticos, nos quais procura manifestar a insatisfação perante as injustiças cometidas contra os negros. O Progresso combatia firmemente a ideia de inferioridade racial e o preconceito, muitas vezes revelado por estrangeiros, como no episódio envolvendo a apresentação da dançarina Josephine Baker em São Paulo em 1930 e o jornal Chileno *Las Últimas Notícias*, que intitulou o artigo sobre o acontecimento de “Coisas de Negro”. (CARVALHO, 2009)

2.2.1.9 Liberdade.

Esse jornal foi fundado em 1919. Tem na figura de Gastão Rodrigues da Silva o seu fundador e diretor, enquanto contou com nomes como Frederico Baptista de Souza como secretariado e Joaquim Domingues como gerente. Liberdade se colocava de forma crítica à sociedade em diversas percepções das mazelas sociais vigentes naquele contexto. Na esteira dessa proposição, podemos atentar à colocação de Gilmar Luiz de Carvalho, a saber:

A partir de maio de 1920 o subtítulo sofreu uma pequena modificação: a palavra “crítico” aparece antes e o termo “dedicado aos homens de côr” vai para o final da frase, que passou a ser *orgam crítico, literário e noticioso, dedicado aos homens de côr*. Nessa edição, o tom do discurso é mais incisivo, chamando a atenção do leitor para a especulação imobiliária, as condições de habitação e a crise econômica em São Paulo. (CARVALHO, 2009)

Não se tem informações que precisem o último ano de circulação desse jornal em São Paulo, o que pode-se afirmar é que ele foi produzido entre 1919 e 1920. Para além desses anos de publicação, não existem dados suficientes para garantir a existência da circulação.

2.2.1.10 Chibata.

Fundado em 1932, esse jornal foi erguido pelo grupo do Clarim da Alvorada. Esse grupo, sob a forte liderança de Correia Leite, divergiu politicamente do grupo da F.N.B e como não queria iniciar um conflito direto entre O Clarim da Alvorada e a Voz da Raça, por receio da reputação aderida ao seu jornal, engendrou e utilizou o pasquim CHIBATA. Esse pasquim saiu em dois números, levando críticas à conduta dos irmãos Arlindo e Isaltino Veiga de Almeida, dirigentes da Frente Negra Brasileira (LEITE, 1992). Segundo o próprio José Correia Leite:

[...] quando eles começaram com certas provocações, nós deixamos claro que não íamos manchar o nome do jornal [Clarim da Alvorada] numa luta de bate-

boca. Suspendemos as edições d'O Clarim d'Alvorada e fundamos um jornal com o nome de "CHIBATA". E aí começamos a atacar frontalmente todos eles. Saiu o primeiro número da Chibata, saiu o segundo, quando ia sair o terceiro eles mandaram uns fanáticos para empastelar o jornal [...] (LEITE, 1992)

O jornal CHIBATA foi descontinuado depois desse episódio de empastelamento do grupo de Correia Leite, onde sua pequena oficina de Tipografia foi depredada.

2.2.1.11 A Vóz da Raça.

Em 1933 o jornal A Vóz da Raça é fundado. Esse jornal era um órgão oficial da F.N.B e era o principal veículo ideológico dessa organização negra. Seu primeiro redator foi Deocleciano Nascimento³¹. Em um enfoque claramente combativo, teve um alcance gigantesco, oscilando entre os mil e cinco mil exemplares, produzidos em grande escala e, inclusive, exportado para Estados Unidos e Angola. Segundo Raul Joviano do Amaral, militante da F.N.B e redator, por alguns anos do jornal, a posição ideológica do A Vóz da Raça "era a defesa do elemento negro no seu sentido mais amplo" (FERRARA, 1986).

Pedro Paulo Barbosa, em depoimento à Miriam Nicolau Ferrara (1986), explica que a projeção enorme da Frente Negra Brasileira incentivou a transformação da entidade num partido político. Em função desse passo rumo à política, o Estado Novo Varguista, uma vez se levantando contra os partidos políticos, extermina a F.N.B e A Vóz da Raça, por conseguinte. Segundo Clovis Moura:

Em 1937, com a instauração do Estado Novo, A Frente Negra Brasileira bem como todos os outros partidos políticos foram extintos. Com isso, para que os princípios sociais, econômicos, educacionais da Frente Negra pudessem continuar, foi criada a União Negra Brasileira, com diretoria constituída por Raul J. Amaral, Rubens Ribeiro Costa, Mario Silva Júnior, Anibal de Oliveira, Marcos Rangel. "Mas, diante da repressão, o movimento se desarticulou e o seu jornal 'A Voz da Raça' deixou de circular. A União morreu, melancolicamente, em 1938, exatamente quando se comemoravam os 50 anos da Abolição". (MOURA, 1980 *apud* FERRARA, 1986)

2.2.1.12 O Clarim.

Segundo Ferrara (1986), na intenção de se opor à F.N.B, o grupo de José Correia Leite, que geria o "Clarim da Alvorada", fundou o C.N.C.S em 1932. Uma das ferramentas de formação de opinião que esse grupo contava era o jornal negro da imprensa negra "O Clarim" que só foi constituído em 1935. Esse jornal era redigido e

³¹ Fundador de outro jornal negro não contemplado por essa pesquisa, o Manelik.

publicado pelo departamento intelectual do Clube Negro de Cultura Social. Foi o único jornal que se tem notícia acerca da presença feminina no editorial. A saber, redatora Eunice. Mas segundo Florestan Fernandes, ele só circulou no ano de 1935. A saber:

O grupo do Clarim da Alvorada, depois da dissidência que surgiu no seio da Frente Negra Brasileira, continuou ativo, por meio do Clube Negro de Cultura Social e seus sucessivos órgãos de comunicação: aquele jornal; *Cultura*, “revista da mocidade negra”, publicada durante 1934; e o *Clarim*, que circulou em 1935. (FERNANDES, 2014)

2.2.1.13 A Tribuna Negra.

Publicado pela primeira vez em 1935 e com o subtítulo: “Pela união social e política dos descendentes da raça negra.”. Esse jornal foi concebido pelo grupo de José Correia Leite, que atuava no C.N.C.S. A Legião Negra Civil³² estava bem instalada na capital paulista e precisava de um órgão de comunicação e veiculação de ideias. O grupo do Leite foi convidado à formar esse órgão, personificado pela Tribuna Negra. A principal proposição que deveria ser vinculada era a valorização da “Casa do Negro”, lugar onde seria aplicado dinheiro da Legião para amparo das famílias negras com dificuldades em função das mortes dos combatentes de cor na Revolução Constitucionalista de 1932³³. O grupo formador da Tribuna Negra exigia autonomia para criticar as ações, inclusive, da própria Legião, caso houvesse divergências de postura. Dessa situação surge um embate entre esses grupos de interesse que condenam o jornal ao seu fim, ainda em 1935, com poucas edições publicadas. (LEITE, 1992)

2.2.1.14 O Estímulo.

Fundado no ano de 1935, tendo como redator Clovis P. do Amaral e diretor Alfredo Botelho, não é possível precisar seus fundadores com base nos exemplares disponíveis no acervo ou na bibliografia clássica. Seu conteúdo era diversificado. Trazia críticas bem construídas sobre a posição do negro na sociedade como um todo, bem como dos seus mecanismos de luta, como à própria imprensa negra. A variedade mesclava uma folha redigida, por um lado, com forte apelo literário e, por outro com um tom político bem arrojado. Não é possível afirmar até quando esse jornal circulou para o público a partir das informações disponíveis na literatura clássica sobre o assunto.

³² Existia uma vertente militar.

³³ A Legião Negra foi um braço militar exclusivamente negro que lutou por São Paulo na Revolução constitucionalista de 1932. Um dos seus comandantes era Guaraná de Santana, ex-advogado da F.N.B. Ver: Leite, 1992.

2.3 Análise Quantitativa.

Em uma relação de pesquisa em fontes primárias, principalmente nas fontes em que um contingente de dados passível de quantificação se mostra uma realidade, a demonstração desse montante de informações, em forma de números, pode ser extremamente valiosa. Isso, no caso dessa pesquisa de dissertação, deve ser entendido a partir da necessária condição de vastidão do objeto de pesquisa intentado frente ao que o recorte metodológico nos obriga à objetivar. É claro, o recorte é imprescindível à produção de uma boa análise, contudo, a consciência da grandiosidade do campo de estudo investigado não se mostra prejudicial, mas sim, se revela uma ferramenta de incentivo da curiosidade aos leitores desse trabalho. Existe muito conhecimento para ser construído nesse campo e os números dão uma demonstração disso.

Antes de mais nada, intentar-se-á apresentar não só a tabela 1³⁴ mas também a forma de constituição dela. Aqui deve-se atentar para o que já foi discutido nos aspectos metodológicos pertinentes ao levantamento documental empregado nessa pesquisa. Ou seja, aquilo que foi considerado válido para o levantamento quantitativo, por exemplo, não receberá a mesma legitimidade no futuro tratamento qualitativo. Nesse sentido, a parte imediatamente posterior à essa introdução buscara demarcar como se deu a construção do “universo” de textos possíveis de receber uma análise qualitativa. Nesse sentido, as dificuldades provenientes dos materiais disponíveis e as técnicas utilizadas influenciaram o resultado.

Já na segunda parte dessa investigação quantitativa, veremos uma tabela reduzida inserida diretamente no escopo do texto, a função dela é demonstrar um quadro geral de utilização dos textos em toda a dissertação, desde os textos por jornais até a quantidade de autores selecionados. Na sequência dessa tabela reduzida, uma interpretação desses números visará um diagnóstico sobre valores discrepantes, que podem saltar aos olhos como curiosidade ou intriga.

Numa escolha puramente didática, evitando a prolixidade, não lançar-se-á mão de ferramentas matemáticas como gráficos, seja representando percentagens ou números absolutos.

2.3.1 A Imprensa Negra em números.

³⁴ Ver: Anexo I.

Antes de estabelecer um primeiro tratamento investigativo nas fontes primárias, se faz necessário compreender quais os limites que serão empregados no escopo total das fontes, ou seja, de todos os jornais da imprensa negra paulista conseguidos, quais seriam utilizados. Essa tarefa se deu a partir de uma escolha metodológica, já discutida acima, que promoveu os jornais da imprensa negra paulista produzidos entre 1915 e 1937 como os objetos da investigação acerca do pensamento social e político negro para essa dissertação. Uma vez ratificado o recorte de tempo e espaço e, de posse dos materiais já descritos acima, chegamos ao número de quatorze jornais aptos à análise quantitativa e qualitativa. A saber: A Vóz Da Raça, A Sentinella, Auriverde, Chibata, Elite, Liberdade, O Alfinete, O Bandeirante, O Clarim, O Clarim da Alvorada, O Estímulo, O Progresso, Rua e Tribuna Negra.

Ainda na esteira do recorte metodológico, descartou-se mais três jornais desse conjunto de quatorze. São eles: A Sentinella, Rua e Chibata. Esse corte se fez necessário em função dos tipos de textos não agraciados pelo levantamento documental, como textos comerciais, poesias ou intrigas pessoais por intermédio de colunas de imprensa. Se as edições dos jornais negros, já dentro do recorte de tempo e espaço, somente apresentassem textos que seguiam essa linha editorial, eram descartados e não passavam pelo levantamento quantitativo e qualitativo posteriormente.

Finalmente, de posse dos onze jornais selecionados com base nos aspectos metodológicos já discutidos, chegamos ao levantamento de edições contendo textos válidos para a investigação acerca do pensamento social e político negro. Dessa forma, temos a seguinte quadro:

Números de edições da imprensa negra paulista metodologicamente válidas para essa pesquisa de dissertação.

JORNAL	EDIÇÕES VÁLIDAS
A VÓZ DA RAÇA	67
AURIVERDE	4
ELITE	3
LIBERDADE	13
ALFINETE	8
O BANDEIRANTE	2
O CLARIM	2
O CLARIM DA ALVORADA	20

O ESTÍMULO	3
O PROGRESSO	24
TRIBUNA NEGRA	1
TOTAL	147

Fonte: Levantamento documental em acervo pessoal de jornais da imprensa negra paulista.

De posse dessas cento e quarenta e sete edições da imprensa negra paulista, inicia-se o levantamento documental estritamente dirigido aos textos válidos, com base nas premissas já descritas aqui. Edição por edição, todos os jornais foram lidos, os textos válidos que fazem parte do seu conteúdo foram selecionados, bem como seus autores e as datas das mencionadas publicações. Esse escrutínio requereu muita paciência e dedicação, pois algumas edições de jornais, como O Alfinete, datavam mais de cem anos de existência e, embora digitalizadas, estavam extremamente castigadas pela ação do tempo, dificultando em muito a sua análise de texto. Em todo caso, essa análise quantitativa logrou êxito e promoveu a tabela 1³⁵. Dessa tabela, alguns dados importantes demonstram a grandiosidade do objeto analisado. Em primeiro lugar, saltam aos olhos o número de autores, cento e vinte oito nomes aparecem ao todo. Contudo, ao se debruçar sobre os jornais com um pouco mais de atenção, descobre-se que, de fato, alguns desses nomes são pseudônimos de autores já descritos em alguma parte do levantamento. A simultaneidade da produção desses intelectuais, ou seja, a colaboração em dois ou mais jornais negros concomitantemente, também é um fator que inflaciona os dados. Sendo assim, o número total de autores, já amenizando as possíveis variantes de imprecisão, é cento e dezenove autores. Esse contingente, em sua maioria de intelectuais, produziu cerca de quatrocentos e sete textos válidos, dentro do recorte pretendido e distribuídos como o quadro abaixo demonstra.

Números de textos da imprensa negra paulista metodologicamente válidos para essa pesquisa de dissertação.

JORNAL	TEXTOS VÁLIDOS
A VÓZ DA RAÇA	289
AURIVERDE	5
ELITE	3
LIBERDADE	30

³⁵ Ver: Anexo I.

ALFINETE	11
O BANDEIRANTE	1
O CLARIM	9
O CLARIM DA ALVORADA	44
O ESTÍMULO	3
O PROGRESSO	11
TRIBUNA NEGRA	1
TOTAL	407

Fonte: Levantamento documental em acervo pessoal de jornais da imprensa negra paulista.

A discrepância na distribuição desses textos pode ser explicada por vários motivos, como conservação material da fonte e motivação ideológica do editorial, todavia, ao que parece, o mais forte deles é atrelado à própria desproporção de edições compreendidas como metodologicamente válidas, tendo A Vóz da Raça o maior número de edições no portfólio da pesquisa (sessenta e sete).

2.3.1.1 Considerações acerca dos dados quantitativos.

Uma vez compreendida a necessidade de uma exposição numérica dos dados encontrados no trato da investigação, a construção de uma síntese quantitativa geral sobre como o recorte e a seleção dos textos para a análise qualitativa se deu, mostra-se necessária. De fato, alguma discussão que poderia ser engendrada nessa parte da exposição já foi feita, todavia, é de pertinência indicar os novos fatores que por ventura apareçam e, então, finalizar essa breve explanação de modo assertivo.

Balço do quantitativo dos jornais negros, textos e intelectuais utilizados ao longo da análise documental.

JORNAL	NÚMERO DE JORNAIS PUBLICADOS *	NÚMEROS DE EDIÇÕES DE JORNAIS DO ACERVO PESSOAL	NÚMERO DE ESCRITORES LEVANTADOS PELA ANÁLISE DOCUMENTAL	TOTAL DE TEXTOS LEGÍVEIS DESCOBERTOS PELO LEVANTAMENTO DOCUMENTAL	TOTAL DE AUTORES ELENCADOS PARA ANÁLISE QUALITATIVA	TOTAL DE TEXTOS DOS AUTORES ELENCADOS PELA PESQUISA QUALITATIVA PRELIMINAR	TOTAL DE TEXTOS DOS AUTORES SELECIONADOS UTILIZADOS NA DISSERTAÇÃO
A VÓZ DA RAÇA	≥70	67	73	289	7	36	6
A SENTINELLA	≥1	1	0	0	0	0	0
AURIVERDE	≥6	4	3	5	3	5	2

CHIBATA	-----	2	0	0	0	0	0
ELITE	≥4	3	2	3	2	3	1
LIBERDADE	≥18	13	11	30	3	3	0
O ALFINETE	≥77	8	7	11	3	4	0
O BANDEIRANTE	≥ 4	2	1	1	1	1	1
O CLARIM	≥4	2	9	9	4	4	2
O CLARIM DA ALVORADA	≥78	20	14	44	10	19**	5
O ESTÍMULO	≥18	3	1	3	1	2	0
O PROGRESSO	≥42	24	6	11	3	4	0
A RUA	≥3	1	0	0	0	0	0
A TRIBUNA NEGRA	≥1	1	1	1	1	1	0
TOTAL	≥326	151	128 (119)	407	38	82	17

Fonte: Levantamento documental em acervo pessoal de jornais da imprensa negra paulista.

* A partir do número de publicação no cabeçalho de cada edição, pode-se garantir, com certeza, o mínimo das edições de jornais publicadas em cada imprensa negra. Obras como *A IMPRENSA NEGRA PAULISTA (1915-1963)*, de Miriam Nicolau Ferrara, possuem anexos com o número de edições de cada jornal analisado e, com base neles, estipulei o “piso” de edições para cada título analisado. Ver: FERRARA, 1986.

** Dos dezenove textos, dois são de autoria compartilhada entre redatores, pois estão sem autoria confirmada, isso inflacionou a tabela. De fato, são 17 textos.

Antes de mais nada, se torna imperativo atentar ao número reduzido de edições de jornais da imprensa negra analisado, frente ao que, de fato, foi produzido. Essa constatação tem que ser evidenciada de modo a permitir que o interlocutor dessa dissertação compreenda a limitação de diferentes ordens (conservação, disponibilidade e etc.) que afetaram, de forma consistente, a captação de mais textos e autores daquele recorte de tempo e espaço. Isto, salvo *A Vóz da Raça*, que com sessenta e sete exemplares, constituiu quase a totalidade³⁶ do que foi publicado durante o seu período de existência (1933 até 1937). Jornais como *O Alfinete*, por exemplo, tem aproximadamente 10% das suas edições investigadas por essa dissertação, o que, do ponto de vista qualitativo, é um

³⁶ Segundo Regina Pahim Pinto (2013), *A Vóz da Raça* teve o número total de setenta exemplares publicados durante os seus cinco anos de duração. Ver: PINTO, 2013.

número expressivo, todavia, no âmbito total de produção desse jornal, o seu peso quantitativo se mostra negativamente afetado. Isto porque muitos autores e textos de suma importância podem estar perdidos no tempo “esperando” por uma investigação do seu conteúdo, o que implica uma caracterização analiticamente mal formada desse editorial, no caso do embasamento exclusivo em um número tão pequeno de edições frente a produção total desse jornal. Reitera-se, portanto, a total despreocupação em se caracterizar linhas editoriais, em si. A estratégia nesse trabalho de dissertação é focar no pensamento social e no intelectual.

De fato, cento e dezenove intelectuais puderam ser identificados na produção de conteúdo metodologicamente válido para os jornais investigados, a discrepância numérica desses autores e dos textos produzidos por eles, como já aludido acima, tem relação direta com o desequilíbrio no número de edições que compõem o acervo pessoal estudado. Desse modo, para equilibrar os conteúdos e autores, foi necessário introduzir critérios extras ao se elencar os intelectuais pertinentes ao trabalho qualitativo. Assim sendo, e quando possível, buscou-se os autores com mais publicações ao longo dos anos de existência dos jornais com maior número no acervo, atentando ao interesse da pesquisa. Já nos jornais com menos material disponível, a qualidade do pensamento em si, serviu como parâmetro de seleção, não importando o número de textos produzidos por dado intelectual. A busca por balanceamento em meio à discrepância dos números no acervo foi a máxima da seleção dos textos e autores até essa parte da pesquisa.

Por fim, ainda na esteira de um balanceamento nos conteúdos propostos à investigação dessa dissertação, temos quinze textos no escopo de uma análise qualitativa em profundidade e mais dois textos³⁷ no âmbito de uma análise extra. Nesse sentido, foram elencados cinco textos relativos à cada eixo temático (liberal, emancipação de classes e nacionalista) já mencionado no capítulo discutindo metodologia e que serão melhor debatidos nos subtópicos posteriores. Esses textos obedecem, necessariamente, à um critério de validade de pensamento por eixo temático, já não mais sendo recortados por um balanço numérico, a equidade de representação foi incentivada até a análise qualitativa preliminar, tão somente. Isso explica a pouca simetria entre jornais na utilização dos textos na análise em profundidade, que é a última fase da pesquisa, a relação entre reflexões sociais, intelectuais e eixo temático passou a vigorar com maior destaque do que o equilíbrio quantitativo. As reflexões extras, como excepcionalidades,

³⁷ Esses dois textos serão tratados fora do grupo principal divididos em três eixos e funcionaram como adendos de excepcionalidades de produção, como autores mulheres e brancos, que eram presentes em um número rareado de publicações.

foram escolhidos de forma livre de parâmetros numéricos ou temáticos.

2.4 Análise Qualitativa.

Uma vez que a análise quantitativa se mostre consolidada nessa pesquisa, se faz necessário estabelecer um aprofundamento qualitativo nesse vasto material recuperado. A tarefa aqui se justifica pela demanda de entendimento específico acerca do conteúdo programático do Pensamento Negro construído pela imprensa negra paulista de 1915 até 1937. Nesse sentido, como já referido na sessão anterior acerca da metodologia empregada, identificou-se três principais linhas ideológicas de argumentação presente no pensamento de intelectuais negros, a saber: Liberalismo, Emancipação das classes populares e Nacionalismo. Em acordo à esses eixos, quinze reflexões de quinze intelectuais em diversos jornais publicados ao longo dos anos, delimitados no recorte temporal estabelecido, foram elencados para personificar a “estrutura básica” das vertentes ideológicas apresentadas. Essa “estrutura” se mostra composta por uma pluralidade de reflexões que se descortinam, por vezes, de maneira conflitante, ainda que discutindo sobre uma mesma perspectiva temática. É importante ressaltar também que de forma alguma as reflexões apontadas por essa análise personificam uma unidade de ideias acerca do intelectual em particular, pois esse pode ter produzido sobre um mesmo tema, a partir de argumentações diferenciadas e mesmo contraditórias ao longo de sua trajetória. Como, por escolha metodológica e buscando visibilidade ao Pensamento, optou-se em diversificar ao máximo o número de autores, tendo cada um apenas um texto analisado, não será possível perceber essas variações de pensamento, embora, em alguns casos, possam existir. A ideia dessa análise quantitativa é empregar o máximo de discussão conceitual na maior escala possível de intelectuais e ideias, tendo o pensamento em si prioridade sobre o próprio intelectual, por vezes.

Buscando justiça histórica com a promoção da visibilidade do Pensamento Negro, se torna imperioso ressaltar as condições de invisibilidade que possam existir na própria busca por destaque e reconhecimento para esse grupo intelectual. Isso porque existe um pensamento vinculado na imprensa negra, que pode passar despercebido por diversos fatores, um deles é a disparidade quantitativa, por exemplo. As ideias promovidas por mulheres negras e pensadores brancos, são excepcionalidades no montante quantitativo do levantamento dos textos da Imprensa negra Paulista mas se mostraram presentes e merecem algum tipo de apontamento ou menção. Dessa forma, será trabalhado duas reflexões em específico, um de um intelectual branco e outro de uma intelectual negra, ao

final das análises qualitativas em profundidade.

2.4.1. Delimitando os intelectuais negros presentes na pesquisa.

Na ampla quantidade de textos e autores descobertos pela análise documental, estabeleceu-se alguns critérios para eleger as reflexões que receberiam atenção especial na interpretação das suas ideias. Dessa forma, pode-se construir uma tabela explicativa, separada em colunas que contém células cuja as características como autoria, nome do jornal, data de publicação, título do pensamento, tese central do texto e eixo temático, estão presentes. No que se refere ao discernimento envolvido na triagem dos textos para a análise qualitativa preliminar, buscou-se, como já explicado na metodologia, definir as ideias interessantes à pesquisa. Sendo assim, procurou-se excluir colunas sociais sobre a vida entre os coletivos negros; poesias, fábulas e literatura; textos comerciais ou qualquer produção que não levasse em consideração algum aspecto analítico, mínimo que seja, sobre a conjuntura política e social brasileira. Espera-se que em trabalhos futuros, com mais condições de produção acadêmica, possa-se incluir esses aspectos extras das fontes primárias em uma investigação mais ampla.

Na esteira dessa proposição e de acordo com os parâmetros já discutidos no âmbito metodológico dessa dissertação, deve-se aqui ressaltar a peculiaridade atribuída à tarefa de produção da tabela 2³⁸ que personifica a análise qualitativa preliminar. Essa análise qualitativa preliminar é uma seleção de reflexões e autores que se faz presente em função da pertinência de seus conteúdos ideológicos, uma vez que são exemplos recorrentes das três tendências mais comumente percebidos ao longo do levantamento documental, ou seja, liberalismo, nacionalismo e emancipação das classes populares. Dessa maneira, alcançou-se um perfil mais refinado de entendimento acerca da produção dos intelectuais, embora com um escopo ainda largo, para as dimensões de uma dissertação. A saber, trinta e sete autores, produzindo oitenta³⁹ textos em onze⁴⁰ jornais. Esses textos estão divididos nas três tendências principais já citados numa proporção pouco discrepante. Essa se configura da seguinte forma: quarenta e cinco textos atribuídos ao nacionalismo, vinte e seis textos concernentes à emancipação de classes populares e somente onze reflexões

³⁸ Ver: Anexo II.

³⁹ Na tabela 2 do Anexo II somam 82 textos, todavia, dois desses textos tem autoria compartilhada, logo esses textos aparecem duplicados e inflacionam a contagem total.

⁴⁰ Notadamente o número de jornais empregados, de fato, na apreciação qualitativa é diferente do número total de jornais incluídos no recorte de tempo e espaço estabelecido na metodologia, a saber, 14. Essa discrepância se dá em função dos critérios de seleção do pensamento que forçosamente alijam esses três jornais do escopo analítico, por falta de textos coerentes com os parâmetros buscados. Os jornais não incluídos na análise qualitativa são: A Sentinella, Chibata e Rua.

relativas ao liberalismo.

2.4.2 Demarcando o Pensamento Social e Político Negro.

Na medida em que se construiu um levantamento documental inicial e, posteriormente, um refinamento preliminar para um recorte de tempo, espaço e critérios de relevância ao empreendimento da pesquisa, mostrou-se necessário refinar ainda mais esse recorte, objetivando a maior qualidade analítica possível. Com efeito, e visando maior visibilidade ao pensamento negro estudado, buscou-se diversificar ao máximo a presença de intelectuais, bem como das suas reflexões, tentando apontar aqueles trabalhos em que se encontravam os melhores exemplos de pertinência aos eixos temáticos correspondentes, já discutidos acima. Na esteira dessa empreitada, acrescentou-se dois textos extras nessa análise aprofundada, fomentando a atenção para as produções que fugiam da normalidade compreendida durante o levantamento documental e a análise qualitativa preliminar.

Dessa maneira, formou-se a tabela 3⁴¹ a partir de algumas premissas que tentam garantir o máximo de visibilidade e pluralidade das reflexões sociais e políticos que interpretassem o Brasil em algum aspecto. Dessas características que prezam pela equidade no trato do objeto, pode-se ressaltar o número de autores e textos elencados, a saber, quinze autores e seus quinze reflexões publicados nos jornais negros em conformidade com os critérios já discutidos. Esses textos foram distribuídos de forma simétrica entre os eixos nacionalista, liberal e de emancipação das classes populares, ou seja, cinco intelectuais com seus respectivos trabalhos para cada grupo temático. Esse número atende às possibilidades que as condições matérias de produção acadêmica do pesquisador e do objeto dispõem, bem como exemplifica de forma robusta a pluralidade de ideias e posições de interpretação acerca da conjuntura social e política brasileira que os pensadores negros daquele período tinham. Os eixos estão separados em colunas, com células contendo as mesmas características descritas na tabela 2 de análise qualitativa preliminar, vistas no subtópico imediatamente anterior. Nessa tabela 3 os textos extras foram adicionados respeitando sua pertinência, assim como os demais, o que os colocou no âmbito da emancipação das classes populares.

Como um último adendo, se mostra necessário incluir algumas informações acerca dos intelectuais elencados para a constituição da tabela 3 e, conseqüentemente, da própria

⁴¹ Ver: Anexo III.

interpretação de pensamento em profundidade que se dará no subtópico posterior dessa dissertação. Como já discutimos um pouco da história dos jornais negros analisados nessa pesquisa, por ocasião da explicação acerca dos materiais utilizados, somente uma breve elucidação acerca dos intelectuais negros citados na análise qualitativa em profundidade, quando possível, será realizada.

Dessa forma, iniciaremos por Arlindo Veiga dos Santos. Esse intelectual negro nasceu na cidade paulista de Itu, em 1902. Fugindo à regra do analfabetismo e da ausência de acadêmicos no meio negro, terminou o primário e o antigo ginásio além de se formar em Filosofia e Letras na antiga Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo, 1925. Foi militante político no Centro Monarquista de Cultura pátria Nova, que mais tarde se tornaria a Ação Imperial Patrimonista Brasileira, no Centro Cívico Palmares⁴² e na Frente Negra Brasileira, cuja a entidade presidiu. (OLIVEIRA, 1998)

Francisco Lucrécio é um intelectual negro nascido na cidade paulista de Campinas em 1909. Foi funcionário público e cirurgião-dentista. Militou na F.N.B em 1931, alcançado o cargo de diretor. (BARBOZA, 1998)

José Benedito Correia Leite nasceu na cidade de São Paulo, em 1900. Autodidata, foi editor do jornal O Clarim da Alvorada e militante da F.N.B, embora tenha cindido com a organização ainda em seu início. Foi fundador de outros clubes negros importantes como o C.N.C.S, em 1932 e o A.C.N, em 1956. (LEITE, 1992)

Luiz de Souza foi um colaborador do jornal negro O Clarim d'Alvorada, chegando ainda no início dessa organização e se tornando gerente depois de 1927. Também escreveu para O Clarim. Participou do Centro Cívico Palmares.

Castelo Alves tem pouco material disponível. Ao que tudo indica, ele era um colaborador da A Vóz da Raça, com publicações em 1933 e 1934.

Raúl Joviano do Amaral⁴³, pseudônimo Rajovia, publicou em todos os anos de existência do A Vóz da Raça, sendo redator desse jornal durante o período de 1934 e

⁴² O Centro Cívico Palmares é apontado como precursora/embrião da FNB. Segundo Leite, o CCP surge das rodas de conversas negras que aconteciam em lugares como a Praça da Sé. Largo dos Piques e cafés. Numa destas conversas, guiados pela ideia de Antônio Carlos, decidiu-se fazer uma biblioteca negra, surge o conceito da entidade deste movimento. (LEITE, 1992 *apud* SILVA, 2016)

⁴³ Amaral foi estudante da Escola Livre de Sociologia e Política, nos cursos de Estatística e Sociologia. Antes disso, Joviano já era militante do movimento negro, pelo menos desde a década de 1930, como partícipe da Frente Negra Brasileira, de jornais da imprensa negra paulista e da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo, instituição sobre a qual ele escreveu um importante livro, Os pretos do Rosário de São Paulo (Amaral, 1991). Joviano também era advogado, com escritório no Centro da cidade, tendo tido certo papel num caso de crime envolvendo racismo, como o caso do Restaurante Chinês, segundo Bóris Fausto (2009: 129-130). E no intervalo democrático inaugurado com o fim do Estado Novo (1937-1945), ele se lançou, como Abdias do Nascimento, Sofia de Campos e outros sujeitos negros, candidato a cargos políticos em São Paulo, configurando um momento importante da participação negra em formulação de projetos para o seu grupo social (Sotero, 2015; Rios, 2014 *apud* Silva, 2018)

1935, além de dirigente da F.N.B. Junto com Fernando Góis e José Correa Leite, fundou a Associação do Negro Brasileiro (A.N.B), em 1945. (FERNANDES, 2014)

Silvério de Lima é um pensador com publicações recorrentes no *A Vóz da Raça*, tendo colaborado durante todos os anos de existência desse jornal. Infelizmente, poucos dados foram encontrados sobre esse intelectual.

Humberto de Campos foi um escritor imortal da Academia Brasileira de Letras, poeta e jornalista maranhense que publicava colunas no *Diário de São Paulo*, jornal da imprensa tradicional paulista. Embora branco, seu pensamento foi utilizado pelos dirigentes da F.N.B, mais de uma vez, para articular alguma crítica social por meio do *A Vóz da Raça*. Vai ser entendido aqui como um adendo excepcional e será estudado como conteúdo extra.

Deocleciano Nascimento trabalhava como fundidor em São Paulo, mas formou-se em comércio e lhe foi atribuído grau de guarda-livros. Foi o fundador do jornal da imprensa negra *O Manelik*, em 1915; redator do *Auriverde* e da *Vóz da Raça*; além de publicar textos nesses jornais e em outros como: *Elite*, *Kosmos* e *O Clarim da Alvorada*. (CARVALHO, 2009)

Horácio da Cunha ou Horácio Cunha foi um procurador da justiça no Estado de São Paulo. Importante colaborador dos jornais negros do contexto estudado. Publicou reflexões sociais e políticas no *Auriverde*, *O Progresso* e na *A Vóz da Raça*. (SOUZA, 2013)

Theóphilo de Camargo era um alfaiate que chefiava um jornal negro denominado *Binóculo* em 1915, para além de colaborar com publicações no jornal negro *ELITE*. (CARVALHO, 2009)

José Augusto de Oliveira foi diretor do jornal negro *O Alfinete*, mas também colaborava com publicações em outros jornais, como o *Clarim da Alvorada*. Não há muitas informações sobre esse intelectual.

J. D'Alencastro era o diretor literário do jornal *O Bandeirante*, de 1918. Não há muitas informações sobre esse intelectual. (CARVALHO, 2009)

Eunice é uma representante do pensamento social e político negro feminino. O pensamento da intelectual negra é muito minimizado proporcionalmente aos dos homens negros. Todavia, estão presentes em diversos jornais. Eunice ou Nice era colaboradora e redatora do jornal *O Clarim*, de 1935.

Luiz Barboza era um colaborador do *Clarim da Alvorada*, com publicações nesse jornal negro. Não há muitas informações sobre esse intelectual.

Ejalves era um colaborador do Clarim da Alvorada, com publicações nesse jornal negro. Não há muitas informações sobre esse intelectual.

Moysés Cyntra era um colaborador do Clarim da Alvorada, com publicações nesse jornal negro. Não há muitas informações sobre esse intelectual.

2.4.2.1 Os principais eixos temáticos presentes no Pensamento Negro.

Ao descortinar a produção de pensamento dos intelectuais analisados nessa pesquisa documental, verificou-se algumas tendências de ideias que abarcavam grande parte dos textos produzidos e que seguiam em três eixos principais. A saber, nacionalismo, emancipação das classes populares e liberalismo. Em função dos critérios já mencionados acima, nas condições metodológicas e de materiais empregadas na análise, estabeleci uma quantidade de textos simétrica entre esses eixos e elenquei aqueles que melhor personificavam esses ideais de pensamento. É importante frisar que esse recurso se mostra válido por conta da pertinência desses eixos nos mais variados autores, jornais e anos de produção como a tabela 3⁴⁴ demonstrou. Uma curiosidade, trazida pela constatação quantitativa averiguada pela tabela 4⁴⁵, e mostra extremamente inquietante. Do total de oitenta e dois textos selecionados pela análise qualitativa preliminar, distribuídos em onze jornais, temos uma proporção percentual aproximada de reflexões que colocam o eixo nacionalista com 54,8% do total de produções intelectuais, seguido do E.C.P com 31,7% e, finalmente, liberalismo com 13,4%. Essa constatação não é mera coincidência, uma vez que parte importante da bibliografia clássica que se debruça sobre a imprensa negra desse contexto de estudo, aponta a luta por reconhecimento e identidade nacional como um marco propositivo desse grupo. Um exemplo dessa afirmação está na seguinte passagem resgatada na obra de Regina Pahim Pinto (2013):

Um dos aspectos que mais chama atenção, nos jornais negros da época, é a posição francamente nacionalista defendida por algumas lideranças negras. Coerente com essa postura, aqueles que a adotavam combateram tudo aquilo que, a seu modo de ver, minava essa doutrina. Por outro lado, a defesa do nacionalismo levou-os a se posicionarem politicamente e a defenderem ideologias que, em longo prazo, eram-lhes francamente desfavoráveis, aspecto que, entretanto, eles pareciam não perceber. (PINTO, 2013)

Sendo assim, uma fundamentação desses eixos, mesmo que de forma breve,

⁴⁴ Ver: Anexo III.

⁴⁵ Ver: Anexo IV.

mostra-se imperiosa nessa altura do trabalho, considerando que o próximo passo nessa pesquisa se dará justamente no sentido da interpretação do pensamento negro à luz de sua especificidade ideológica (nacionalista, emancipadora classista ou liberal).

Desta maneira, o primeiro eixo temático apreendido das produções de pensamento dos intelectuais negros selecionados para análise qualitativa é o Nacionalismo. Na esteira dessa ideia, compreende-se uma singela, porém necessária explanação acerca de nação, sem pretensões de esgotar o assunto ou se aprofundar de forma intensa nele. Manda a verdade dizer que reservo o direito de dialogar com autores que de alguma forma cooperem para uma compreensão do contexto geral de discussão dessa pesquisa, alguns relacionando compreensões de racismo e nacionalismo, por exemplo, embora tenham como tema central a nação e a questão nacionalista.

Antes de mais nada, devemos nos preocupar em descaracterizar o conceito de nação como algo natural e posto como pertinente às comunidades humanas de forma geral. Por corolário, desconstruir-se-á a própria condição naturalizada de nacionalismo. Para tal, deve-se entender a nação como uma construção artificial, uma experiência moderna, totalmente atrelada ao não menos moderno Estado Nação e que de nenhuma forma, faria sentido sem ele. Quem sustenta essa proposição inicial são os pensadores Eric. J. Hobsbawm e Carlos Lessa:

[...]como a maioria dos estudiosos rigorosos, não considero a “nação” como uma entidade social originária ou imutável. A “nação” pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o “Estado-nação”; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação. (HOBSBAWM, 1990)

A construção da nação, como um sistema aberto, é infensa a casualidades lineares, porém preñe de anedotas históricas. Qualquer ensaio sobre esse tema é minado por limitações e não mapeia todas as circunstâncias interferentes. Mesmo com insuficiência de informação, o registro do processo singular que conduz à de formação da nação histórica é preliminar imprescindível para seu entendimento. A nação é acontecimento e o Estado Nacional, seu demiurgo. (LESSA, 2008)

Partindo dessa premissa na qual a nação é uma invenção, é algo construído e não dado de forma natural e conseqüente à uma coletividade humana, passamos àquilo que ela pretende satisfazer como uma entidade coletiva. Quem nos ajuda nessa definição é o senhor Samuel Pinheiro Guimarães, com a seguinte passagem:

NAÇÃO, em seu sentido político moderno, é uma comunidade de indivíduos vinculados social e economicamente, que compartilham certo território, que reconhecem a existência de um passado comum, ainda que diverjam sobre aspectos desse passado; que têm uma visão de futuro em comum; e que acreditam que esse futuro será melhor se se mantiverem unidos do que se separarem, ainda que alguns aspirem modificar a organização social da nação e seu sistema político, o Estado. (GUIMARÃES, 2008)

Sendo assim, pode-se observar que dentro do que seria a ideia moderna de nação, espera-se um tipo de coordenação de valores e de interesses comuns, ainda que se compreenda algum grau de divergência entre setores internos dessa coletividade. Em última instância, a regra em voga é a harmonia entorno de um grupo ou grupos de indivíduos que promova uma visão de mundo relativamente comum. Todavia, a efetivação desse processo não se mostra mais real do que um mito bem contado. As comunidades humanas têm na pluralidade dos modos de vida uma realidade posta desde as sociedades de organização mais simples até as mais complexas e isso exige um preço do conceito de nação. Os processos de ajustamento e acomodação de valores e interesses sobre a égide da ‘normalização’ interna tencionam com os diferentes grupos que por ventura constituam esse lugar supostamente comum. Dessa tensão interna surge a necessária fundamentação nacionalista. Aqui se torna imprescindível atentar para a ideia do nacionalismo como sendo o determinante para a nação e não o determinado. O próprio processo de normalização das idiossincráticas formas de vida em dado território se dá por via de um processo de construção onde o nacionalismo é fundamental e anterior a própria nação ou imediatamente necessário à manutenção de uma incipiente experiência nacional. Nas palavras de Paulo Nogueira Batista Jr: *Fica evidente, portanto, que o nacionalismo é um fenômeno histórico, não um valor universal e atemporal. Não faz sentido inventar uma axiologia em que a Nação, com n maiúsculo, seja considerada o valor supremo.* (BATISTA JR, 2007). Sem o nacionalismo, que pode ter diferentes roupagens e mecanismos, como a iniciativa contra uma ameaça “interna” ou “externa”, por exemplo, a coesão em torno dos interesses comuns e “nacionais” dificilmente funcionaria. Ainda nesse sentido, temos que:

[...]“As nações, postas como modos naturais ou divinos de classificar os homens, como destino político... inerente, são um mito; o nacionalismo, que às vezes toma culturas preexistentes e as transforma em nações, algumas vezes as inventa e freqüentemente oblitera as culturas preexistentes: isto é uma realidade.” Em uma palavra, para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto; (GELLNER, 1983, *apud* HOBBSAWM, 1990)

Os nacionalismos podem preceder, como discurso propiciatório, ou podem suceder à formação da nação. O Estado Nacional pode ser pensado como um devir, como a efetivação de Estados potenciais ou latentes, de algo herdado do passado e afetado por circunstâncias presentes. (LESSA, 2008)

Por fim dessa pequena síntese, temos que o caminho de construção do nacionalismo, fundamental para a existência da própria nação, na sua função de normalização e coordenação de diferentes interesses contou com “ajustes” que pressupõem exclusão de um ou mais grupos sociais. Nesse sentido, xenofobia e racismo

aparecem como algo indubitavelmente coligado à própria ideia de nacionalismo e, em última instância, ao conceito de nação. Essa afirmação é apoiada por Peter Wade na seguinte proposição:

Em um plano mais teórico, Balibar tenta explicar esses eventos argumentando que o racismo está interligado com o nacionalismo desde o momento que os estados-nação tentaram controlar os movimentos das populações dentro de um determinado território e produzir o povo como uma entidade política e especialmente étnica. O nacionalismo envolve exclusão e inclusão do mesmo modo que o racismo; não são apenas complementares, mas "pressupõe-se" um ao outro. Neste sentido, é errado ver o nacionalismo como uma ideologia "normal" que pode tornar-se "anormalmente" racista em determinados casos (o nazismo é freqüentemente citado como exemplo desta "perversão"). As duas ideologias estão ligadas de forma mais fundamental. Na verdade, o nacionalismo fica sempre prisioneiro entre universalidade e particularidade. É universalista porque sustenta a noção de cidadania uniforme como direito humano: todos são, ou têm direito a ser um nacional, todas as nações têm direito à existência etc. Neste sentido, o nacionalismo é libertador. De outro lado é particularista porque sempre enfoca uma nação específica, excluindo e talvez oprimindo outras nações, e também minorias e outras "nações em potencial" dentro da nação. Neste sentido, o nacionalismo é repressor. (WADE, 2000)

Uma vez apresentada algumas definições e concepções acerca do nacionalismo como conceito, nos cabe agora discutir de forma sintética e sucinta o segundo "eixo" ideológico presente com mais intensidade no Pensamento social Negro, a saber, emancipação classista. Por essa expressão, a primeira coisa que salta à mente é o ato de se tornar livre ou independente, seja de alguém ou de alguma coisa. De fato, caminharemos nesse sentido da interpretação. A segunda coisa que sobressai é a ideia de classe e, na esteira desse desafio, nada melhor para respaldar algumas reflexões sobre o tema do que Karl Marx, embora sob o intermédio de comentadores. Quem nos auxiliará na tarefa teórica por ocasião desta empresa são Osmar Martins de Souza e Analéia Domingues, Rúrion Melo e Lívia Cristina de Aguiar Cotrim.

Marx promoveu um intenso trabalho de pesquisa acerca da ideia de emancipação classista, tendo concebido dois principais resultados teóricos dessa empreitada. Esses são encontrados nos seguintes tratados: *Sobre a Questão Judaica*, de 1843 e *Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social" de um Prussiano*, de 1844. Nessas publicações o teórico estabelece uma crítica aos avanços libertários promovidos pelas revoluções burguesas no seu papel iconoclástico de derrubada do Antigo Regime. O desdobramento dessa crítica se personifica na produção de duas noções de emancipação, a emancipação política e a emancipação humana. Sobre a primeira, temos que:

Marx enuncia com toda clareza, o significado da emancipação política

(emancipação burguesa). Ela trouxe apenas a liberdade jurídica, uma emancipação formal, ou seja, proclama uma liberdade que não pode se realizar na sociedade burguesa. A emancipação política é o resultado da revolução burguesa, portanto, emancipação da burguesia e não da humanidade. (LUKÁCS, 2009 *apud* SOUZA; DOMINGUES, 2012)

A emancipação política representa concomitantemente a dissolução da sociedade antiga, sobre a qual está baseado o sistema estatal alienado do povo, o poder do soberano. A revolução política é a revolução da sociedade burguesa. Qual era o caráter da sociedade antiga? Uma palavra basta para caracterizá-la: a feudalidade (MARX, 2010 *apud* SOUZA; DOMINGUES, 2012)

A consequência prática dessa emancipação política se revela na condição imperfeita de liberdade humana proposta pelo regime burguês. Nesse novo contexto, a desvinculação com o regime feudal e suas atribuições se mostram como avanço, mas suas limitações no sentido de uma plenitude libertária ficam evidentes por conta da contingência de exploração humana promovida na alienação do trabalho do proletariado e o monopólio dos meios de produção pela burguesia. Como pode-se observar:

Por isso, o regime burguês emancipou os homens das relações de dependência pessoal, vigentes na feudalidade, mas a liberdade política, ela mesma essencial, esbarrou sempre num limite absoluto, que é próprio do regime burguês: nele, a igualdade jurídica (todos são iguais perante a lei) nunca pode se traduzir em igualdade econômico-social e, sem esta, a emancipação humana é impossível (NETTO; BRAZ, 2007 *apud* SOUZA; DOMINGUES, 2012).

A emancipação política, expressa pela cidadania e pela democracia é sem dúvida, uma forma de liberdade superior à liberdade existente na sociedade feudal, mas, na medida em que deixa intactas as raízes da desigualdade social, não deixa de ser ainda uma liberdade essencialmente limitada, uma forma de escravidão. A inclusão dos trabalhadores na comunidade política não ataca os problemas fundamentais deles, pois eles podem ser cidadãos sem deixarem de ser trabalhadores (assalariados), mas não podem ser plenamente livres sem deixarem de ser trabalhadores (assalariados) (TONET, 2010 *apud* SOUZA; DOMINGUES, 2012).

No que diz respeito a emancipação humana propriamente dita, uma noção de reconhecimento como classe trabalhadora, vilipendiada pelas condições de exploração do homem pelo homem, imposta pelo burguês, está presente. Entendendo essa necessária tomada de consciência, temos que “a peculiaridade da concepção revolucionária defendida por Marx residiria justamente [...] no princípio de autoemancipação da classe trabalhadora.” (MELO, 2011). Aqui a profundidade libertária é muito mais radical que a promovida pela experiência burguesa contra o Antigo Regime. Nas palavras de Rúrion Melo:

A noção de uma atividade autônoma permitiria criar uma tensão considerável entre necessidade e liberdade no âmago da crítica imanente na medida em que oferece um modelo teórico de explicação de processos emancipatórios que parece não depender das razões meramente estruturais do capital. Se os efeitos reificantes do sistema capitalista diagnosticados nas atividades dos trabalhadores

podem ser pensados como a imposição necessária das leis do capital sobre a vontade dos indivíduos, a afirmação de uma ação livre e autônoma do proletariado implica mostrar que suas atividades não precisam ser determinadas pelos interesses de autovalorização do capital; a ação política de autodeterminação resultaria, conseqüentemente, na autoemancipação do proletariado diante da lógica de reprodução capitalista. (MELO, 2011)

Portanto, podemos estabelecer uma qualidade díspare de emancipação classista no pensamento de Marx no qual a condição libertária burguesa, por mais que seja reconhecidamente um avanço em comparação ao Antigo Regime, não reflete em si as premissas que prega (liberdade, igualdade e fraternidade). Embora as pessoas estejam em um patamar mais flexível de exploração, gozando de um certo grau de liberdade, a emancipação humana só seria refletida pela revolução social e superação da exploração econômica do homem pelo homem (capitalismo). Por fim, temos na afirmação de Livia Cotrim, um quadro analítico que personifica de maneira eficiente essa ideia central. A saber:

Marx explicita a natureza da politicidade examinando a distinção entre emancipação política e emancipação humana, apontando o caráter limitado, parcial, da emancipação política, e em geral de toda solução política: “O limite da emancipação política aparece imediatamente no fato de que o estado pode se libertar de um constrangimento sem que o homem se liberte realmente dele; de o estado conseguir ser um estado livre sem que o homem seja um homem livre. Esta parcialidade ou limitação não constitui um defeito, uma imperfeição da política, mas, ao contrário, sua determinação essencial: o estado elimina, “a sua maneira, as diferenças de nascimento, posição social, educação e profissão, ao declarar nascimento, posição social, educação e profissão diferenças não políticas; ao proclamar, desconsiderando tais distinções, que todo membro do povo é partícipe igualitário da soberania popular, ao tratar a todos os integrantes da vida real do povo do ponto de vista próprio do estado”. (COTRIM, 2007)

Com base na análise documental do Pensamento Social e Político Negro presente nos jornais que essa pesquisa trabalhou, foram propostos três eixos temáticos principais que contemplavam as ideias dos intelectuais estudados. Já discutimos um pouco da teoria dos dois primeiros conceitos, nacionalismo e emancipação classista, por sua vez, o liberalismo passa ser o objeto da discussão. Ressalta-se a necessidade tão somente de se debater o tema de forma sintética e pouco aprofundada, o objetivo aqui é uma mera introdução dos principais pontos de relevância dessa ideologia.

Antes de qualquer coisa, o liberalismo mostrou uma perspectiva dialética diante das fundamentações políticas que regulavam a relação social do Antigo Regime. O Absolutismo, com sua ingerência sobre os âmbitos públicos e privados, se mostrou como o algoz dos principais teóricos liberais que proclamavam a inalienável condição de liberdade e primazia do indivíduo sobre o todo, bem como seus direitos fundamentais e naturais anteriores à qualquer desmando do Estado, como o direito à propriedade privada,

por exemplo. Para efeito de relevância à esse trabalho de dissertação, dos diversos aspectos concernentes ao liberalismo, o individualismo é o que mais merece destaque nessa análise, por ser a base dos discursos pertinentes ao eixo liberal recortados nos textos dos intelectuais trabalhados na pesquisa. Sobre o individualismo, é possível discernir que:

O individualismo é compreendido na filosofia política como a teoria que exalta o indivíduo em detrimento da superposição estatal. De fato esta idéia foi sumamente importante para o surgimento da política moderna. O modelo sócio-político da época era o do organicismo, ou seja, a sociedade era organizada segundo a idéia de que o todo é anterior à parte e que esta carece de sentido sem a referência ao primeiro. O quadro social era a da total submissão dos indivíduos ao Estado. A crescente insatisfação burguesa diante do regime absolutista ganhou um instrumento teórico na luta por emancipação deste sistema a partir da crescente divulgação de teorias que se opunham ao organicismo. Estas teorias descreviam o indivíduo com tal grau de subsistência que ele deveria ser visto como a base da organização social. Destaca-se aqui a doutrina dos direitos naturais. Esta teoria era defendida especialmente pelos jusnaturalistas, que compreendiam o indivíduo como dotado de direitos e de uma dignidade anteriores ao Estado. Era a própria natureza humana que determinava estes direitos, de modo que à razão cabia descobri-los e ao Estado, reconhecê-los e defendê-los. É esta concepção de cunho fundamentalmente individualista que será a base do liberalismo burguês, tanto na vertente política (o contratualismo), quanto na vertente econômica (o capitalismo). Ambos são marcados pela exigência de não intervenção estatal nos assuntos de interesse individual. (ROCHA, 2010)

Sendo assim, é preciso conceber as Revoluções Liberais, como a Gloriosa, na Inglaterra de 1688-1689 e a Revolução Francesa, em 1789, como sendo a derrocada do Antigo Regime e a ascensão de experiências políticas liberais. Uma vez sob o comando político, os preceitos que outrora vigoravam no plano puramente teórico, para aquele contexto, passaram a ser vividos na prática sobre a égide da burguesia como classe dominante. Claro, tudo isso respeitando os “limites” de liberdade inerentes ao próprio liberalismo burguês, como visto no eixo imediatamente superior. Desse contexto, ao que cabe à ideia do indivíduo, temos:

No plano político o Estado não lhe era mais senhor absoluto, pois a sua legitimidade dependia do acordo mútuo dos indivíduos (o contrato social). No plano econômico o Estado não poderia mais intervir além do estritamente necessário, ou seja, além das ações que facilitassem a livre concorrência e a segurança física dos indivíduos. No campo epistêmico o indivíduo ganhou liberdade em relação ao objeto, passando de um simples reprodutor da realidade que lhe era autônoma à condição de sujeito criador, uma vez que era na estrutura subjetiva deste indivíduo autônomo e independente que residia o sentido da realidade que o cercava. (ROCHA, 2010)

Se por um lado, temos uma relação confortável e positivada dessa premissa individualista, elencando o que são os pontos fortes dessa vertente sob o referencial da supressão do indivíduo experimentada no Antigo Regime, por outro viés, temos a faceta

perturbadora de uma sociedade burguesa que prioriza o individual sobre o coletivo. Nesse sentido, pode-se observar que:

Examinando a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1793, demonstra como a liberdade política do cidadão abstrato, destituído de suas condições concretas de vida, corresponde, na sociedade civil, a liberdade do homem egoísta, “do homem enquanto múnada isolada e auto-suficiente, retirado para o interior de si mesmo”, do “direito do indivíduo circunscrito, fechado em si mesmo”, do “direito do interesse pessoal. Essa liberdade individual e sua aplicação constituem o fundamento da sociedade civil. (MARX, 1987 *apud* COTRIM, 2007)

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral. Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forces propres” (forças próprias) como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política (MARX, 2010 *apud* SOUZA; DOMINGUES, 2012).

Dessa forma, tendo caminhado brevemente por um pouco de teoria relativa aos eixos temáticos pertinentes ao Pensamento Negro analisado nessa pesquisa, poder-se-á compreender os referenciais mínimos para a interpretação dos fragmentos textuais na análise qualitativa em profundidade, por ocasião da seção imediatamente posterior.

2.4.2.1.1 O Pensamento Negro e a sua interpretação do Brasil.

Dando prosseguimento com o trabalho qualitativo de interpretação dos textos elencados pelo escrutínio preliminar e selecionados por pertinência aos eixos temáticos, sendo apresentados em tabela⁴⁶, vejamos as reflexões dos intelectuais negros a partir, primeiro, do eixo nacionalista, para depois compreender os fragmentos de escrita relativos à ideia de emancipação classista e, por último, os de cunho liberal. Como já descrito no capítulo que corresponde à discussão metodológica e em alguns adendos acima, para a interpretação qualitativa em profundidade utilizar-se-á passagens textuais com fortes correlações aos eixos temáticos que mais se sobressaíram na pesquisa qualitativa preliminar. Todavia, não será todo o texto que será empregado mas apenas as partes fundamentais que interessam à melhor interpretação possível das reflexões enquanto esses próprios interpretam de alguma forma o Brasil.

Desse modo, inclinando-se a análise de um pensamento nacionalista, iniciar-se-á essa etapa pelo texto “AOS FRENTENEGRINOS” de Arlindo Veiga dos Santos,

⁴⁶ Ver: Anexo III.

publicado em 18 de março de 1933 no jornal “A Vóz da Raça”. Segue-se os fragmentos:

Nesse gravíssimo momento histórico da NACIONALIDADE BRASILEIRA, dois grandes deveres incumbem aos negros briosos e esforçados, unidos num só bloco na FRENTE NEGRA BRASILEIRA: a defesa da Gente Negra e a defesa da Pátria, porque uma e outra coisa andam juntas, para todos aqueles que não querem trair a Pátria por forma alguma de internacionalismo.

A Nação acima de tudo.

O internacionalismo é para os irresponsáveis, que não têm que dar contas de uma Tradição de sangue, de trabalho, de criação, de dôr, mas também de glória, visto como “recordar o mal que é já passado, da depois mais prazer que então cuidado”.

A Nação acima de tudo.

E a Nação somos nós com todos os outros nossos patrícios que conosco, em quatrocentos anos, criaram o Brasil. Não podemos, pois, permitir que impunemente uma geração atual, que é um simples momento na vida eterna da Nação, traia a Pátria, quer atirando-se nos erros materialistas do separatismo (que nada mais é do que o efeito da concepção do “materialismo histórico” – a economia, a riqueza material acima de tudo), quer namorando o terra-a-terra socialista na sua mais legítima expressão que desfecha no bolchevismo, pregado pelos traidores nacionais ou estrangeiros e cuja resposta é e há-de-ser o aniquilamento violento, seja êle adotado por cidadãos do povo, seja êle adotado por governos que traíam a Nacionalidade.

[...]

Os poucos ou muitos bravos que restarem das longas caminhadas de sofrimento e conquista serão suficientes para despedaçar a última trincheira dos inimigos da Pátria e da Raça, que são quase sempre os mesmos. (A Vóz da Raça, 18 de março de 1933).

Antes de mais nada, o título do texto cujo qual esses fragmentos pertencem mostra-se desprezioso à análise de sua influência nacionalista como um ideal, embora nos passe a mensagem clara de que ele é voltado ao público de cor, em especial, à comunidade da FNB.

Já no escopo do texto, por ocasião da primeira linha, percebe-se em “caixa alta” a expressão ‘nacionalidade brasileira’ que, diga-se de passagem, chama a atenção do leitor para um perigo que a ameaça. Aqui é possível compreender uma ideia de unidade nacional que abrangeria o negro. Para além disso, é exaltado o dever do frentenegrino em atuar não só na defesa da raça negra mas também na defesa da pátria, pois as duas coisas andam juntas. Na parte final desse primeiro parágrafo, o algoz a ser combatido é um inimigo externo a este ideal nacional, figurados pelos “internacionalismos” sem uma definição mais propriamente dita sobre o que seria isso até ali. Importante ressaltar as “máximas” que emendam o primeiro e o segundo parágrafo, bem como o segundo e o terceiro parágrafo do texto, a saber, “A Nação acima de tudo.”, reforçando a ideia de um todo nacional e da sua qualidade absoluta sobre estrangeirismos, uma postura claramente xenófoba.

No segundo parágrafo o pensamento principal é a adversidade entre a nação e sua

tradição concebida com sacrifícios, e o internacionalismo que é visto como algo próprio de irresponsáveis que não se sentem atrelados à esse processo de construção “árduo e glorioso”. Nessa parte é possível compreender uma exaltação clássica do nacionalismo que é a menção à um passado comum para os integrantes de dada nação, no caso, o Brasil. No terceiro parágrafo encontramos o que seria a ratificação dessa ideia originária, na frase “a Nação somos nós com todos os outros nossos patrícios que conosco, em quatrocentos anos, criaram o Brasil.”. Um pouco mais a frente, nesse mesmo parágrafo, Arlindo Veiga dos Santos (1933) especifica qual é a natureza do estrangeirismo cujo qual ele refuta. Ao que indica a passagem, ela seria as doutrinas ideológicas tidas como estrangeiras, nas suas respectivas roupagens teóricas. Elas seriam os “perigos” à raça negra e à nação como um todo, por consequência. Definindo ainda com mais precisão o alvo de suas críticas, Veiga dos Santos fala dos “erros materialistas do separatismo” que seriam resultantes do “materialismo histórico”. Propõem, pela chave da economia, se entender esses erros como a “riqueza material acima de tudo” (liberalismo) ou “o terra-a-terra socialista na sua mais legítima expressão que desfecha no bolchevismo” (marxismo). O caminho da superação dessas doutrinas, o “aniquilamento violento”, bem como dos seus porta-vozes e defensores, “traidores nacionais ou estrangeiros” sejam “cidadãos do povo ou governo”, são enunciados de forma clara pelo pensador. A relação aqui é de aversão ufana à roupagem teórico marxista ou liberal (doutrinas ideológicas) compreendidas não só como ideias fora do lugar⁴⁷ mas como uma verdadeira traição à nação.

O nosso segundo texto analisado nesse mesmo eixo de pensamento será o *GRATIA AGAMOS DOMINO DEO NOSTRO*, de Silvério de Lima, publicado em setembro de 1936, no jornal “A Vóz da Raça”. Um, dos muitos textos que foram passíveis de resgate na análise documental preliminar dentre tantos outros que estavam seriamente avariados pela ação do tempo. Sendo assim, vejamos os fragmentos de maior relevância ao pensamento político nacionalista do autor:

Mais uma etapa galhardamente vencida na marcha acelerada para a segunda década do segundo centenário da nossa independência política, acontecimento este de máximo valor histórico e de interesse para todos os brasileiros e para todos quantos aqui trabalham e prosperam sob a sombra da ordem e do progresso. Não logramos fugir à sorte dos demais povos irmãos, que nos antecederam em idêntica arrancada cívica. Porisso foi que a nossa emancipação não se processou em ambiente pacífico, como seria desejável. Houve lutas sangrentas e lamentáveis perdas de vidas preciosas, sacrificadas na certeza e fé absolutas de que, destutelados, senhores de nós mesmos e norteados pelos mais puros sentimentos de fraternidade cristã, saberíamos organizar – como de facto organizamos – a nação mais pacífica e hospitaleira do mundo. As condições privilegiadas do nosso meio físico, ausência absoluta dos rigores

climatéricos, abundância dos valores naturais e divinos, a índole ordeira da nossa gente, conjugada à codificação das nossas leis humanas, são fatores lógicos para que todos, sem exceção, se sintam no Brasil garantidos contra todas as vicissitudes da vida. Força é reconhecer o esforço cíclico despendido em todos os progressos da atividade humana, que atingimos nestes 114 anos de vida livre, mas que nada representa se encararmos o quanto temos de produzir e construir para chegar ao nível das nossas possibilidades inesgotáveis. Só conseguiremos com [ilegível] ação da vontade [ilegível] de todos os brasileiros – sem exceção – o que, aliás, a Pátria muito espera e confia.

[...]

O negro, arrancado do habitat, mercantilizado, transportado para aqui em condições impressionantes [negativamente], valendo-se do bom humor e da resignação que lhes são inatos, pode sopitar as dores nostálgicas que lhe retalhavam a alma, submetendo-se à dura conjuntura que lhe talhara o destino pela sua nova terra que seria dos seus filhos e de todos outros descendentes. Desse modo, interjais a sua integridade física entre o instrumento aviltante do branco, e a certa flecha do índio, doando-a para a fundação e consolidação do trabalho, da economia e da nossa civilização. Tais feitos de sumo valor histórico-político têm permanecido sob nuvens do anonimato e, talvez, esquecidos da maioria dos brasileiros, sendo, portanto, muito oportuno revivê-los neste dia em que exaltamos a grandeza e o valor da nossa terra e da nossa raça. (A Voz da Raça, setembro de 1936).

Nessa passagem do intelectual da Frente Negra Brasileira, podemos perceber um outro nível de nacionalismo do que foi descrito no texto do Veiga dos Santos, imediatamente superior. Logo no título, “Graças ao Senhor Nosso Deus” (tradução livre) observamos uma condição de gratidão por algo a ser revelado e uma noção eclesiástica que parece ser bem específica desse autor, uma vez que os demais textos analisados preliminarmente não apontam outros escritores na direção desse mesmo caminho.

Na primeira parte do fragmento, o autor demonstra uma disposição patriótica em saudar o aniversário de independência do país ao passo que concebe este acontecimento como algo “de máximo valor histórico e de interesse para todos os brasileiros e para todos quantos aqui trabalham e prosperam sob a sombra da ordem e do progresso”. Sobressai uma ideia de unidade, de todo sobre a égide da nação como no texto do Arlindo Veiga, todavia, a tolerância com o elemento “não brasileiro” parece ser considerada no escopo do pensamento. Sobre essa primeira parte, o reforço é na importância da data histórica para quem é brasileiro e para quem não é e vive, trabalha e prospera num âmbito harmônico de “ordem e progresso”. Nessa postura mais relaxada quanto aos demais povos e nações, o intelectual rotula como “povos irmãos” os estrangeiros e afirma que a construção da nação como tal, traduzido por ele como “arrancada cívica”, não se deu de forma harmoniosa mas sob um banho de sangue em lutas sofridas e com sacrifícios e perdas de vidas preciosas. De fato, embora evoque uma narrativa triste como pano de fundo para emancipação nacional brasileira, da mesma maneira que descortinou o desejo inverso, no qual o processo poderia ter sido pacífico, o autor fomenta a disposição na luta

para tal conquista nacional. A característica nacionalista valorizada nesse momento é a enunciação de um passado glorioso como mito originário da nação. O autor ressalta a “certeza e fé absolutas de que, destutelados, senhores de nós mesmos e norteados pelos mais puros sentimentos de fraternidade cristã, saberíamos organizar – como de facto organizamos – a nação mais pacífica e hospitaleira do mundo”.

No segundo parágrafo, ainda nessa perspectiva suavizada em relação à tolerância com estrangeiros, o pensador elogia a índole do povo nacional sob a alcunha de “nossa gente”, engrandece as qualidades geográficas e humanas (atentando à influência das boas leis nacionais), como “fatores lógicos” para que “todos, sem exceção, se sintam no Brasil garantidos conta todas as vicissitudes da vida”. O que salta aos olhos nesse segundo parágrafo é a premissa de reconhecimento de um passado nacional comum, com características de glória, dessa vez não pautadas na luta emancipatória mas no próprio esforço de construção da nação. Se mostra imperioso atentar à ideia de futuro comum, com muito para “produzir e construir” num panorama de “possibilidades inesgotáveis”. Fechando que a tarefa só será completa com a participação, sem exceção, de todos os brasileiros o que “A Pátria muito aguarda e confia. Infelizmente algumas partes posteriores desse texto estão extremamente rasuradas pela ação do tempo e sendo assim, salta-se para a parte imediatamente futura capaz de ser interpretada.

Desse modo, chega-se ao último fragmento onde a condição de valorização nacional existe, mas sob um viés novo, de pano de fundo racial. Se faz necessário apontar a sensibilidade do autor em expressar muito sofrimento no processo de diáspora negra e sua conseqüente instalação de mão de obra escravizada de cor no Brasil. Não obstante, sob uma premissa nacional que faz sombra mesmo à esse sofrimento, o intelectual destaca características positivadas no negro e afirma que “valendo-se do bom humor e da resignação que lhes são inatos, pode sopitar as dores nostálgicas que lhe retalhavam a alma, submetendo-se à dura conjuntura que lhe talhara o destino pela sua nova terra que seria dos seus filhos e de todos outros descendentes”. Essa atitude demonstra o quanto a nação, para o autor, é precedente à própria ideia de raça, embora essa não seja sublimada do seu pensamento mas, inversamente, é o que condiciona maior peso dramático à pertença nacional. Essa ideia de pertinência existe e é valorada, apesar dos traumas da escravidão⁴⁸. Nessa última parte do fragmento, Silvério Lima alude à ideia do tronco

⁴⁸ Talvez essa premissa seja uma importante contraposição das relações de raça e nação, já bem discutidas no âmbito do pensamento racial, sobretudo na tutela de Frantz Fanon no *Pele Negra, Mascaras Brancas*; por ocasião do capítulo 5. Fanon sugere que a ideia de nação para os descendentes dos negros escravizados na diáspora é desconstruída na medida em que esses afrodescendentes se constrói como “negros em si”. Ver: (FANON, 2008).

originário da nação brasileira ser formado pelo índio, branco e negro. Assim, o negro permearia “a sua integridade física entre o instrumento aviltante do branco, e a certa flecha do índio, doando-a para a fundação e consolidação do trabalho, da economia e da nossa civilização”, num novo exemplo de mito originário nacionalista que roga um passado histórico comum. O pensador termina sua escrita postulando uma crítica à realidade de anonimato à estupenda dedicação e contribuição negra na construção nacional, onde o valor histórico dos seus patrícios de cor estariam “esquecidos da maioria dos brasileiros” no dia de exaltação da “grandeza e o valor da nossa terra e da nossa raça”. Desta maneira, é possível perceber que, Silvério Lima, como um intelectual orgânico que promovia conscientização política nos seus correligionários frentenegrinos, lançava mão de um perfil de ideia nacionalista que fugia do primado xenófobo e da aversão da alteridade como um todo, procurando fundamentar suas propostas a partir da ideia de comunhão e cooperação de diferentes elementos humanos, sem exceções, para o fortalecimento e progresso nacional.

O terceiro texto concernente ao nacionalismo brasileiro que será analisado no Pensamento Negro dessa pesquisa é o “ECHOS DO PROJETO F.REIS⁴⁹”, de Theóphilo de Camargo, publicado em 20 de janeiro de 1924 no jornal Elite. Numa perspectiva analítica na qual a justificativa para o projeto de lei que proibia a imigração negra, do deputado federal Fidélis Reis, se desdobrou numa breve síntese acerca da questão racial, da ideia de pertença nacional e a respectiva mediação do Estado brasileiro nessas problemáticas. Embora o jornal em questão esteja em ótimo estado de conservação, a importação das ideias do autor se darão de forma recortada em três fragmentos. Respeitando as condições de predileção às partes de maior interesse ao debate nacionalista, que é o foco geral do texto. Desse modo, temos:

Há uma lágrima terrível orgulhosa de sua ferocidade; lágrima que não verte aos olhos para no contacto com o exterior, não perder a sua temperatura de ferro ardente; lágrima inexoravelmente cruel, lágrima que vibra como a picareta do mineiro no seio da caverna; lágrima que mata na própria vida, que aniquila o pensamento humano; capaz de por si só, provocar o que há de mais negro na vida, a abolição da fé, a abdicação do cumprimento do dever, o desaparecimento do indivíduo em prejuízo da colectividade – a lágrima vertida no seio d’alma, pelo pranto da alma, a lágrima moral.

⁴⁹ O deputado federal Fidélis Reis, propunha em projeto a mesma proibição de “colonos da raça de cor preta” e limitando as porcentagens de “amarelos”. Consultado sobre o projeto, Oliveira Vianna o endossou. Em 1928, em conferência na Faculdade de Direito de São Paulo, Batista Pereira citava a arianização da população brasileira como “fenômeno fatal e inevitável”. Cinco anos depois, Artur Neiva, Miguel Couto e Xavier de Oliveira, apresentavam, à Constituição que se elaborava, emendas no mesmo sentido. E em 1946, finalmente, através do decreto-lei n° 7.967, a teoria ganhava a prática num dispositivo que estatuiu: “Os imigrantes serão admitidos de conformidade com a necessidade de preservar e desenvolver o Brasil na composição de sua ascendência europeia”. Ver: (LOPES, 2004)

Choram, nestes dias amargos, alguns milhões de homens a quem o capricho da criação envolveu na epiderme negra.

[...]

Todos nós estamos convencidos de que mais negros no Brasil, seria aumentar o infortúnio da raça infeliz.

Mas, o que nós fêre a alma, como ferro em brasa, é incontestavelmente, a fórmula por que certo parlamentar justificou o seu projeto, o que vae constar dos annaes do Congresso por toda uma eternidade!

Sim, por toda uma eternidade vae ficar patente que, o sangue negro é uma corrupção, que o elemento negro é uma desordem na formação do character ethnologico nacional.

E o povir, dos altos píncaros da posteridade amaldiçoará o negro, esse negro que fez o Brasil agrícola com seus braços, que fez o Brasil intelectual com o seu sangue das suas esposas as quaes aleitaram com tanto carinho os grandes vultos que hoje sentem praser em se tornarem os nossos mais encarniçados inimigos.

É assim que, hoje, nos sentimos sobejamente pagos da nossa dedicação e do nosso sacrificio.

[...]

O Brasil atravessa o período mais amargo da sua existência independente. Centupliquemos os nossos esforços; eduquemos os nossos filhos, sacrifiquemos tudo para eleval-os à altura de perfeito cidadão e dia virá em que, proclamarão bem alto, para todo universo, que são brasileiros tão dignos como os demais o são e o Brasil ainda mesclado de então, consciente da sua força, consciente no seu valor e orgulhoso de si, lançará fogo aos papelórios infamantes que um dia escarneceram da sua própria casta. (Elite, 20 de janeiro de 1924)

Por ocasião do primeiro fragmento resgatado, o autor exalta os sentimentos de extremo sofrimento e tristeza personificados pela metáfora “lágrima terrível”. As características dessa lágrima são descritas como aterrorizante, cruel, inquieta, assassina (que proporciona a morte na própria vida), aniquiladora do pensamento humano, capaz de produzir o que há de mais negro (no sentido negativado da sua época), de retirar a fé, promotora da desvirtuação do cumprimento do dever e, o mais impactante para o nosso estudo sobre nacionalismo, “o desaparecimento do indivíduo em prejuízo da colectividade”. Todas essas mazelas são implicadas ao povo negro, por ocasião do final desse primeiro fragmento. Desta maneira, percebe-se que o algoz em questão é a condição de discriminação ratificada no projeto de lei referenciado pelo título. Como também pode-se observar logo acima, sob a descrição do intelectual, quais são as consequências desse preconceito na saúde moral, mental, espiritual e identitária do negro brasileiro que sofre com tal condição de preterição nacional.

Essa diminuição da nacionalidade negra, como uma essência não favorável ao Brasil, teria duas consequências práticas, a saber: “a abdicação do cumprimento do dever” e “o desaparecimento do indivíduo em prejuízo da colectividade”. A primeira seria o reflexo do todo “hostil” ao indivíduo, que não se reconhecendo como um elemento nacional se lança numa indiferença com o compromisso do seu dever como brasileiro. A segunda é o reflexo inverso, do prejuízo à nação de ter negada o negro como elemento de

engendramento nacional. A chave de leitura aqui perpassa pela perplexidade em se atestar a disposição estatal em se discutir o negro como válido ou não para o país e os reflexos desse processo para a raça em si e para a própria nação.

No segundo trecho analisado, não conjugado com o primeiro, a frase que é utilizada se mostra intrigante. O autor afirma que “Todos nós estamos convencidos de que mais negros no Brasil, seria aumentar o infortúnio da raça infeliz”. Na perspectiva do pensamento nacionalista de cunho negro e do que já foi demonstrado na primeira parte, quase parece uma contradição, mas ao olhar atentamente, percebe-se a sua total coerência axiológica. Isso porque ratificado a condição de preconceito e discriminação cujo qual o negro é exposto no país, importar mais negros seria aumentar o infortúnio, não da Nação com ‘n’ maiúsculo, mas da “raça infeliz” (negra). Em outras palavras, a entrada de negros no Brasil seria um sofrimento, nos moldes do descrito acima, para esses próprios negros e para a raça negra em última instância, pois aumentaria o número dos seus indivíduos expostos à “lágrimas da alma”. Continuando nesse segundo fragmento, a consternação do pensador é atrelada à justificação⁵⁰ utilizada pelo Fidélis Reis para redigir o seu projeto, argumentação essa que ficaria registrada para sempre nos “annaes do Congresso”. Segue-se a frustração do intelectual negro com a descaracterização de sua raça na formação nacional, dessa vez de forma explícita, ao afirmar que “(...) por toda uma eternidade vae ficar patente que, o sangue negro é uma corrupção, que o elemento negro é uma desordem na formação do character ethnologico nacional”. A partir daqui, o autor assume uma qualidade de questionamento acerca dessa nacionalidade, se colocando de forma reativa no passo imediatamente posterior, deflagrando uma disputa por reconhecimento ao negro por seu papel no desenvolvimento do país. No seu argumento, o autor explica que foi “esse negro que fez o Brasil agrícola com seus braços, que fez o Brasil intelectual com o seu sangue das suas esposas as quaes aleitaram com tanto carinho os grandes vultos que hoje sentem praser em se tornarem os nossos mais encarniçados inimigos.”. Encerra essa parte com a ideia de ingratidão imposta ao negro, uma vez que lhe é negada a legitimidade no empenho da edificação nacional.

Na terceira parte, depois de estabelecer sua resposta ao Fidélis Reis e ao desserviço à raça negra como elemento nacional, Theóphilo Camargo se dirige ao negro, em si. Explica que o país vive um momento difícil de sua história independente, isso por

⁵⁰ “Além das razões de ordem étnica, moral, política, social e talvez mesmo econômica, que nos levam a repelir in limine a entrada do povo preto e do amarelo, no caldeamento que se está processando sob o nosso céu, neste imenso cenário, outra porventura existe a ser considerada, que é o ponto de vista estético e a nossa concepção helênica da beleza jamais se harmonizaria com os tipos provindos de semelhança fusão racial.” (BRASIL, 1923).

intermédio de uma ação demolidora da própria ideia de nação cujo o negro é elemento fundamental. Nesse sentido, o autor faz um diagnóstico e revela o tratamento a partir da educação dos filhos negros, onde os pais deveriam sacrificar tudo pela perfeita formação deles como cidadãos. Nessa parte o autor recorre à ideia do auto aprimoramento visando um reconhecimento nacional. Aqui o “tratamento contra o ostracismo político” do negro degringola da crítica à ação discriminadora do branco para o aperfeiçoamento do negro. O autor volta-se unicamente ao negro na tarefa de luta pela nacionalidade, onde o constante melhoramento, via educação, levaria a raça negra ao patamar de pertencimento e assimilação à nação brasileira. Só então, harmonizados e cientes de suas capacidades, orgulhosos de sua origem, renegariam o passado de conflito e desunião “amargo” de sua existência.

O Theóphilo Camargo demonstra um perfil nacionalista de suas ideias que não apela à xenofobia e coesão a partir da exclusão da alteridade e, não conclama a nacionalidade a partir de uma perspectiva tão somente inclusiva e harmoniosa. O autor, acima de tudo, carrega o debate inerente à discriminação e ao questionamento racial para o âmbito das discussões da identidade nacional pela ótica negra! Fomentando a reflexão nos seus correligionários de cor.

O penúltimo texto a ser trabalhado nessa chave nacional do pensamento negro é “GRAVE ERRO”, do J. D’Alencastro, publicado em setembro de 1918 no jornal O Bandeirante.

Muitos há que dentre nós, formam uma ideia errônea do que seja o reerguimento de nossa classe; muitos há que, adulterando completamente o fim elevado que todos devemos ter em vista, pensam e pregam, sem nenhum fundamento, simplesmente a separação de raças, selecionando a nossa da raça branca!... É o cumulo do disparate! É um grave erro, sinão um verdadeiro crime de leza-Pátria!

[...]

Si os nossos ante-passados tiveram por berço a terra africana, é preciso que se note, nós temos por berço e Pátria este grande Paiz... Não somos africanos, somos brasileiros!

Vinte e um Estados constituem este colosso Brasil, e a nossa bandeira é uma só... Cuidar de separação de raças, fomentar esse absurdo dos absurdos, é pregar a discórdia, provocar ódios e possíveis luctas fratricidas.

Si nos Estados Unidos existem preconceitos de raças, aqui, felizmente, não há desse tremendo flagelo.

[...]

Onde [há] o rancor, perseguições e guerra de morte contra nós?

[...]

Aqui, o preto é empregado nas Repartições Públicas, é auxiliar de confiança nas casas mais importantes de commercio do Paiz, é servente das mais conceituadas casas da aristocracia brasileira, e tem ingresso nas academias onde o branco estuda, goza dos mesmos direitos e regalias que aquelle e é cidadão brasileiro.

Em toda a parte onde estiver um branco, pode estar mui tranquilamente um preto; por isto, pretender provocar a utópica separação de raças, será attrahir sobre nós uma guerra sem tréguas – em a qual seremos fatalmente vencidos e cobertos de

opprobrios...

Cuidando da impossível e desnecessária separação das raças, negaremos a nossa pátria amada, que é esta!...

Lembremo-nos de que pretos e brancos, irmanados pelo mesmo amor a esta terra, teem vindo lutando pelo seu engrandecimento, tanto no commercio como na vida particular e publica, tanto na política como nas industrias, tanto na guerra como na paz. Em todos os casos – sempre ao lado de um preto está um branco! Portanto, de que nos queixamos?

Devemos queixar de nos mesmos, de nossa própria negligência, de nossa falta de comunhão de vistas, em vivendo, como vivemos, em um vasto meio cosmopolita como este... Em esta Capital, o elemento nacional se confunde com o estrangeiro e, como este tem seus centros de socorros e de assistência geral, nós, os nacionais, cada um na sua esfera, devemos-nos agremiar afim de prestarmos mútuos auxílios.

[...]

O Brasil é a nossa pátria. Sejamos brasileiros e rememoremos as palavras de Roosevelt por ocasião de sua visita ao nosso paiz.

Elevar o nosso caráter, construir família legítima e legal, crear homens de bem – é o que nos cumpre.

Pregar a loucura da separação de raças, estabelecendo de permeio comnosco e brancos tremendos preconceitos, é praticar simplesmente um crime de leza-Patria!

O Brasil acima de tudo, primeiramente! (O Bandeirante, setembro de 1918).

Pelo título do texto, percebe-se que o autor irá se apropriar de alguma crítica direcionada à alguém ou alguma situação equivocada ou irregular que ele não concorde.

Destarte, o intelectual demonstra, já no primeiro fragmento, qual é o motivo de sua advertência: “muitos há que, adulterando completamente o fim elevado que todos devemos ter em vista, pensam e pregam, sem nenhum fundamento, simplesmente a separação de raças, selecionando a nossa da raça branca!...”. De fato, o pensador se mostra radicalmente contra ao que chamou de separação de raças, no que parece ser uma investida que vai de encontro à qualquer tipo de consciência de raça. O motivo principal dessa aversão declarada é o que faz desse autor um dos selecionados para essa pequena coletânea de Pensamento Negro, na chave nacionalista. A saber, qualquer tomada de identidade racial no Brasil, se desdobraria em um “verdadeiro crime de leza-Pátria!”. O autor defende a identidade nacional como anterior a qualquer tentativa de racismo⁵¹. Mais do que isso, ele entende a identidade negra como uma ameaça à identidade nacional. Isso é muito significativo quando leva-se em conta o público de circulação desse jornal, basicamente coletivos de negras e negros da cidade de São Paulo.

Na sequência do segundo fragmento do texto, a razão para essa postura nacionalista é explicada, leia-se que “Si os nossos ante-passados tiveram por berço a terra africana, é preciso que se note, nós temos por berço e Pátria este grande Paiz... Não somos africanos, somos brasileiros!”. Ou seja, o autor recorre à ideia de uma origem comum

⁵¹ Para uma maior compreensão acerca do racismo, ver: (APPIAH, 1997)

para sua identidade nacional, ao passo que justifica a identidade negra atrelada à sua própria origem (africana), numa afirmação que estipula o negro como brasileiro antes de ser propriamente negro. Nessa chave de leitura, se ser negro corresponde a uma ameaça à ideia de ser brasileiro, pois fomenta algum sectarismo, o intelectual refuta a própria condição de raça em favorecimento à condição nacional. Essa é a principal mensagem retirada da passagem imediatamente posterior, “Vinte e um Estados constituem este colosso Brasil, e a nossa bandeira é uma só... Cuidar de separação de raças, fomentar esse absurdo dos absurdos, é pregar a discórdia, provocar ódios e possíveis luctas fraticidas.”.

Na esteira desse ode à nação perante à identidade negra, o intelectual faz um rápido movimento de comparação entre a questão racial nos Estados Unidos e no Brasil, buscando respaldar sua tese nacionalista a partir de um suposto cenário de harmonia ou desarmonia sócio racial. É o que podemos observar na frase que fecha o parágrafo “Si nos Estados Unidos existem preconceitos de raças, aqui, felizmente, não há desse tremendo flagelo.” E na pergunta do terceiro fragmento, “Onde [há] o rancor, perseguições e guerra de morte contra nós [negros]?”.

A tese da harmonia racial sob a égide nacional é descrita sob a forma de amostras genéricas desse “sucesso” brasileiro. Exemplos que estranhamente sempre condicionam o negro ao lugar da subordinação ao branco, mas que no contraste com o “apartheid” norte americano, sublinham o que para o autor é um verdadeiro paraíso nacional sem distinções sectárias raciais.

Uma síntese desse cenário de harmonia brasileira que a identidade racial poderia desconstruir é descrita pelo J.D’Alencastro no segundo parágrafo do quarto fragmento: “Em toda a parte onde estiver um branco, pode estar *mui* tranquilamente um preto; por isto, pretender provocar a utópica separação de raças, será attrahir sobre nós uma guerra sem tréguas – em a qual seremos fatalmente vencidos e cobertos de *opprobrios*...”

O mito nacionalista originário, onde um passado comum é ovacionado pelos membros de dada coletividade, bem como as glórias edificantes do sentimento de pertença ao todo, que é a nação, toda a narrativa de cooperação pelo interesse nacional são descritos no quarto fragmento. No fim dessa parte também é concebido o tipo de cooperação, para mútuos auxílios, que deve existir entre os homens de cor. Ressalta-se o cuidado de trocar a ideia de “agremiações negras” por uma ideia de agremiações de “nacionaes” cuja qual se organizariam em “espeheras” distintas. Tudo isso para não macular sua argumentação de primazia à identidade nacional diante das demais identidades.

Já no quinto e último fragmento, o pensador inicia o texto com um lema patriótico, embora evoque o presidente estadunidense “Roosevelt” para indicar o caminho necessário ao fortalecimento do país, o que passa por uma receita moral com elementos como caráter, família e homens de bem.

Por fim, reforça sua tese nacionalista que: “Pregar a loucura da separação de raças, estabelecendo de permeio comnosco e brancos tremendos preconceitos, é praticar simplesmente um crime de leza-Patria! O Brasil acima de tudo, primeiramente!”

O Intelectual J. D’Alencastro é muito importante em função das especificidades do seu pensamento nacionalista. Não é a aversão à visão de mundo estrangeira que fomenta a ideia de coesão nacional, como no Arlindo Veiga dos Santos, tampouco um flexível âmbito inclusivo de pertença, como Silvério de Lima propunha, sua argumentação é diametralmente oposta à aludida por Theóphilo de Camargo, no que se refere a tensão racial existente no país. D’Alencastro é categórico ao assumir uma roupagem nacionalista de linha dura, onde a nação se coloca acima de qualquer condição identitária tida por ele como sectária. “A nação acima de tudo” é um lema que traveste todo o seu pensamento e, mesmo sendo um negro, escrevendo para negros a partir do “O Bandeirante”, desmonta qualquer condição de organização negra que não seja a de cooperação moral, cívica e intelectual que tenha o fim no engrandecimento não da raça, mas da própria nação brasileira em última instância. O coletivo político e a identidade que interessa é a nacional. A raça nada mais é que a brasileira, sendo o negro brasileiro um elemento formador dessa, livre como qualquer outro compatriota para se desenvolver e prosperar a nação.

O último texto dentro desse eixo temático nacionalista com proposta de um pensamento negro nacional é “AO DESLIZAR DA PENNA” de José Augusto Oliveira, publicado no “O Clarim da Alvorada” em 13 de maio de 1927. Por ocasião desse texto em específico, lançar-se-á mão não de fragmentos, mas do escopo do pensamento como um todo. Leia-se:

A dynamica social do universo, essa poderosa alavanca de todos os tempos, demonstra axiomáticamente a Nullidade de um povo, de uma raça, em cuja organização o seu movimento não se faça sentir.

Para se evidenciar essa incontestável afirmativa, ahí temos a nossa raça. essa raça primordial na formação da Nacionalidade brasileira, que, não sentindo os iniluxos benéficos do grande agente do progresso, dia a dia se define nos terrenos sáfaros da insociabilidade moral e intelectual.

Se, num rápido relance, alongar nossas vistas sobre as diferentes raças, que cooperam para o engrandecimento da gleba do Brasil, facilmente topografamos a raça preta.

Ella permanece na ultima escala ou, melhor dizendo, há penúltima, porque naquela ainda, se destacam os aborigenaes, não por falta de sociabilidade, mas

de instrução.

O deixar que a ethmographia propale, aos quatro ventos, a parcimônia intelectual de nossa raça não nos causa deslouro, mas, abandonar o culto às letras, a tendência para a sociabilidade, é o suicídio lento da raça.

Não podemos continuar no ostracismo em que temos vivido até hoje.

A alfabetização da raça é medida imprescindível, para que possamos ser dignos de um Cruz e Souza, de um Henrique Dias e de outros, que a voz oracular da história repete de quando em quando.

Mas, não sejamos ambiciosos de gloria individual, porque o som da gloria da collectividade repercute com maior intensidade.

Os casos esporádicos não produzem afirmações categóricas; são excepções que muito longe de nos conceituar, demonstram claramente a precariedade do nosso espirito.

Fazer uma intensa propaganda sobre a instrução de nossa raça é accender um facho dos mais luminos nas trevas da ignorância, é forjar no pensamento o camartelo dos preconceitos sociais, é interpretar como se deve o dístico da Revolução Franceza: – Liberdade, Igualdade, Fraternidade. (O Clarim da Alvorada, 13 de maio de 1927)

Ao que parece, o intelectual José Augusto Oliveira não intitula o texto com qualquer dica que possa ajudar o interlocutor do pensamento na tarefa de decifrar o que estar por vir no escopo da escrita. Isto porque essa dica não está propriamente no título, mas na correlação do título com a data de publicação o pensamento, a saber, 13 de maio de 1927, dia do aniversário de 39 anos da abolição da escravatura. Nesse sentido, pode-se observar que o “deslizar da penna”, será alguma relação crítica de análise da assinatura da lei áurea, mesmo sem saber em qual sentido.

No primeiro parágrafo o autor dá o “tom” do que será sua tese central durante todo o trabalho. Ele exemplifica qual é o efeito de uma coordenação social falha, em qualquer nível de organização identitária. Para o autor, onde o “movimento não se faça sentir” o resultado é a “Nullidade de um povo, de uma raça”. Em outras palavras, os elementos que se identificam como comunidade, se não trabalharem por ela, terão como resultado a sublimação dessa identidade. É preciso empenho para manter a coesão.

No segundo parágrafo, o pensador traz um exemplo para a tese descrita acima, personificado na questão do negro em relação à nacionalidade brasileira. Aqui, pode-se apreender que embora a raça negra fosse “primordial na formação da Nacionalidade brasileira”, ela não sentia as benesses do progresso e se definhava nos “terrenos sáfaros da insociabilidade moral e intelectual.”. Ou seja, a raça negra precisa agir no sentido de justificar sua condição nacional, pois se tal movimento não acontecesse, o esfarelamento da raça como elemento fundamental à identidade brasileira, seria inevitável.

Nesse sentido, o intelectual reafirma no terceiro parágrafo que a raça negra era um componente que promovia um “engrandecimento da gleba⁵² do Brasil”.

⁵² Porção de terra doada do suserano a seu vassalo. Um sistema utilizado no feudalismo.

No quarto parágrafo, José Augusto de Oliveira afirma que dentre os grupos que compõem e formam a nacionalidade brasileira, o negro só não está pior que os “aborigenaes”, e isso somente por uma relação de desfalque na “instrução”.

No quinto parágrafo do texto, o pensador exprime a ideia de que não era a etnografia da época, vinculando uma suposta condição de inferioridade à raça negra, que fazia da raça negra, de fato, inferior. O que ratificaria a condição de “Nullidade” da raça negra no todo nacional seria o abandono às letras e à tendência para a sociabilidade. Essas ações que promoveriam o “suicídio lento da raça”.

No sexto parágrafo o autor compreende a raça negra, embora primordial ao todo nacional, vivendo um ostracismo⁵³.

Exemplifica, no sétimo parágrafo, que a educação é ação imprescindível à saída desse ostracismo vivido pelo negro. Aqui o autor sugere que a inércia do “movimento que não se faz sentir” e que implica na “Nullidade” do povo ou da raça, tratada no começo do texto, tem na instrução uma ferramenta de manutenção da legitimidade nacional. Essa que é dada como certa, pela história do negro na formação do Brasil, estaria se esvanecendo e padecendo de reação da raça negra. Os exemplos de dignidade dessa saída pela educação formal são Cruz e Souza⁵⁴ e Henrique Dias⁵⁵, citados como ocasionais na história, até ali.

Já no oitavo e nono parágrafos, o autor trabalha uma posição decididamente contrária ao individualismo. Sua tese, então, se mostra reiteradamente disposta a incutir no interlocutor a necessária condição de “ação” e de “movimento” nos homens de cor, como um todo, visando a dignidade de ser entendido como brasileiro.

O sucesso individual do negro não promoveria o objetivo final da chave de leitura do pensador, que é o fortalecimento e manutenção da pertença negra na ideia de nação. Por isso o seu discurso é diferenciado em relação à percepção da fragilidade da presença negra como elemento nacional legítimo. Pois a sua solução nacionalista não partiria do aprimoramento individual, onde cada negra e negro cuidando dos seus interesses educacionais, morais e econômicos; impulsionariam e consolidariam o negro como um expoente inalienável da identidade nacional. A resolução da questão passa,

⁵³ Isolamento e exclusão política praticada na Grécia Antiga como punição política.

⁵⁴ João da Cruz e Sousa, negro, foi um importante poeta brasileiro.

⁵⁵ Henrique Dias foi um negro liberto que lutou contra invasores estrangeiros no século XVII, se consagrando como um herói de guerra. Como mestre de campo nunca perdeu uma batalha militar. governador dos crioulos, negros e mulatos do Brasil. Ver: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=292. Acessado em: 27 setembro 2018.

inexoravelmente, pela percepção da identidade negra como tal. Dessa forma, articulando a cooperação e comunhão dos negros como um grupo étnico, seria possível proporcionar o desenvolvimento das pessoas de cor, como um todo, a partir da educação. Esse movimento fortaleceria a legítima pertença nacional que a raça negra já possuía, por conta de sua história primordial na edificação do Brasil.

Como um adendo importante, por ocasião do último parágrafo, podemos perceber que o nacionalismo promovido pelo intelectual não parece dispor de problemas com ideias internacionais. Isso porque, na visão do autor, a concretização do desenvolvimento da “instrução” seria benéfico por combater a ignorância, os preconceitos sociais e ratificar o lema da Revolução Francesa no âmbito nacional brasileiro, a saber: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

José Augusto Oliveira é um nacionalista muito interessante porque dispõe de qualidades no seu pensamento que são extremamente relevantes. Antes de mais nada, o autor parte de uma ideia em que a construção da nação se faz por meio da disposição dos grupos que a compõem em se “movimentar” para se fazer relevantes nacionalmente. Ou seja, ele não contrapõe a identidade nacional à étnica, como faz D’Alencastro, pelo contrário, ele aponta o fortalecimento da identidade nacional a partir do fortalecimento da identidade étnica negra. Isso é absolutamente fantástico no seu pensamento e mostra algum grau de originalidade em suas ideias, já que a condição de aprimoramento, visando o ideal nacional, é constantemente ligada ao negro por si, como indivíduo, não necessariamente como coletivo político. Não nega o preconceito racial, assim como Theóphilo de Camargo, embora divirja na solução para a superação dessa mazela, justamente na perspectiva coletivista. Ele faz menção a legitimidade negra pela primordial colaboração no erguimento da nação, assim como todos os autores vistos até aqui, entende que a nação é constituída por grupos distintos, como visto, e esses tem que promover o desenvolvimento do país, um pouco na linha de Silvério Lima. Como já dito, ataca a falta de atitude negra e seu conseqüente ostracismo. Por fim, se mostra diametralmente contra a posição de Arlindo Veiga dos Santos no que concerne ao que é internacional, sobretudo na última parte de seu texto, quando advoga em favor da educação sob o lema iluminista da Revolução Francesa.

Terminado esse eixo nacionalista, no âmbito da análise qualitativa em profundidade, descortina-se a certeza da robusta potência de Pensamento Negro. A pluralidade do posicionamento e das chaves analíticas dão conta, em graus e aspectos diferentes, de uma rica gama de perspectivas da valorização da pertença nacional

brasileira, sobretudo ao negro. A boa qualidade e diversidade de ideias, num reduzido recorte de intelectuais, demonstra o quanto ainda pode-se avançar na área, enquanto dezenas de reflexões negras e nacionalistas esperam por catalogação e interpretação nos mais variados jornais da imprensa negra.

Uma vez discutida a vertente nacionalista na análise qualitativa em profundidade, com interpretação direta dos textos dos autores. Vejamos agora o eixo liberal, discutido nos mesmos parâmetros do eixo imediatamente anterior.

O Primeiro texto da temática liberal é “Os Homens Pretos e a Evolução Social” de Horácio da Cunha, publicado em 20 de fevereiro de 1927 e 29 de abril de 1928, nos jornais “O Clarim da Alvorada” e “AURIVERDE”, respectivamente. Quanto ao texto, será transcrito quase na íntegra, em função da pertinência razoável de quase todas as suas partes à argumentação que alude à vertente liberal e individualista proposta por ocasião desse eixo temático, com a exceção do último parágrafo. Dessa maneira, segue-se o texto:

Há muitos pretos que afirmam a existência de um pequeno preconceito em nossa terra!

Não é verdade, meus patrícios de cor. Existem uns incurtos e invejosos que sempre procuram obstruir à ascensão de alguns dos nossos de cor, em benefício dos seus candidatos. Isso sempre acontece e tem de acontecer com toas as classes ou pessoas que procuram o bem estar para seus dias.

Para combater esses obstáculos, nós os pretos, precisamos mandar educar nossos filhos, dando-lhes uma educação conforme a nossa força; assim elles estarão preparados para tomar parte em qualquer cargo que dependa de exame ou concurso.

Bem dissera o gramático João Ribeiro: “Ensinae aos vossos filhos o que não pudestes aprender”. O Dr. Sylvio Romero no seu livro Moral e Civil, diz: “Todos os homens que tem o seu preparo intellectual ou profissional estão aptos para ganhar sua vida honestamente. Nós os de cor para obter um lugar, custa um pouco; mas, graças a Deus sempre surge coração humanitário que não quer ver nossa cor sem caráter, e dão lugar para nossos de cor.

É porisso meus irmãos, que eu digo não existir preconceito; só há incurtos e invejosos. Tenho observado do meu canto, que por todas as partes vejo irmãos de cor, prestando sua atividade profissional e intellectual para a grandesa da nossa indústria e progresso do nosso glorioso Estado de São Paulo.

Há muitos anos tendo eu lido uma velha revista, que contava factos dos tempos da escravidão, deparei com essas estrofes cantadas n’um samba por um dos nossos paes velhos, d’aquelle tempo:

[...]

Hoje nós somos livres

Amanhã nossos filhos

Vão todos para estudar

Depois serão: Professor,

Medico, Deputado e Senador

[...]

Vedes meus patrícios?

O que cantou no samba à 40 annos passados agora vem realizando o ideal dos nossos antepassados!

Vedes, meus patrícios, que belo quadro de homens pretos que ocupam lugar de destaque em nossa goriosa terra de Santa Cruz!

O orgulho para a nossa raça negra brasileira.

Eis aqui a falange de pretos que nos orgulha:

Padre Dr. José Joaquim Lucas; inventor da Machina de escrever música, Dr. Alcides Bahia; Deputado Federal pelo Amazonas, Dr. Evaristo de Moraes; Jurisconsulto, Dr. Casemiro da Rocha; Medico e Deputado Estadual, Dr. Cuba dos Santos; Juiz de Direito de Bananal, Dr. José Bento de Assis; Lente de Latim do Gymnasio de Campinas, Professor Hemeterio dos Santos e Lente de Portuguez da Escola Militar.

E muitos mais que não posso citar em virtude de não se julgarem negros.

[...] (AURIVERDE, 29 de abril de 1928)

Antes de mais nada, encontrasse no título do texto, sem qualquer mistério ou anedota, a proposta de discussão do autor. O desenvolvimento social dos homens de cor será o tema de sua síntese, resta saber sob quais bases de desenvolvimento o autor pontua seu pensamento.

Nos primeiros e segundos parágrafos, o autor nega a tese da discriminação racial no país, levando o contexto do preconceito para o âmbito das relações pessoais, de forma isolada e contextualizada. O intelectual negro aponta esse problema como algo comum e concernente à esfera do indivíduo.

A força do indivíduo também fica evidente na solução proposta pelo Horácio da Cunha, por ocasião do terceiro parágrafo, que denota a real necessidade de se combater esses problemas de ordem pessoal e do âmbito da “inveja”, a partir da educação dos filhos negros. Solução essa amplamente defendida, por exemplo, nos textos relacionados ao ideal nacionalista, mas voltados para a ideia de se alcançar ou manter uma legitimidade nacional, como vimos no eixo acima. Ao que parece, o simples exercício da aplicação na instrução formal poderia garantir, pela via meritocrática, aquele indivíduo negro em qualquer relação de demanda por pessoas dotadas de qualidades excepcionais. Nesse sentido, tendo a educação aprimorada, supostamente o problema do preconceito seriam “combatidos”.

No quarto parágrafo, o autor reitera a posição da educação como mecanismo de ascensão social, inclusive citando Sylvio Romero, cujo o perfil já foi discutido no prólogo dessa dissertação. Na frase escolhida para a citação, a ideia de que o preparo “intellectual” ou “profissional” é o que dá condições para “ganhar sua vida honestamente” é correlacionada com a questão do preconceito, uma vez que basta o indivíduo merecer e, a partir do aprimoramento pessoal, esse poderá viver honestamente, independentemente de qualquer coisa. Por isso o preconceito racial não tem fundamento para o pensador, pois a questão de desigualdade negra não se dá por ação da sociedade que cria empecilhos de ordem estrutural ao negro, mas sim por culpa do indivíduo negro que não busco o seu aprimoramento pessoal.

Essa ratificação de tese individual e liberal é confirmada pelo próprio autor por

ocasião do quinto parágrafo, onde ele atesta que o racismo é irreal, praticado por brancos incapazes de competir com indivíduos negros bem formados e que por serem bem formados, não sofrem qualquer mazela dos “incurtos e invejosos”. Leia-se: “É porisso meus irmãos, que eu digo não existir preconceito; só há incurtos e invejosos. Tenho observado do meu canto, que por todas as partes vejo irmãos de cor, prestando sua atividade profissional e intellectual para a grandesa da nossa indústria e progresso do nosso glorioso Estado de São Paulo.”

Já no sexto e sétimo parágrafos, o autor utiliza de uma canção de um samba antigo, em que a ideia de ascensão social negra via aprimoramento individual já era presente e, que no contexto do Horácio da Cunha, aquelas aspirações estavam sendo alcançadas.

Para terminar, o pensador tenta reforçar as suas preposições liberais com exemplos genéricos de casos de sucesso negro.

Sendo assim, pode-se observar as premissas liberais, mais especificamente de ordem meritocrática e individualista, que o intelectual lança como ferramentas de ascensão social para todo negro que tenha disposição de buscar o aprimoramento intelectual e profissional. Sua reiterada posição de problematizar o indivíduo em lugar do social se mostra presente mesmo no trato do preconceito racial, que é debatido a partir de fundamentação liberal. Deste modo, o autor exprime o racismo como um problema contextualizado e próprio das relações interpessoais, entre brancos pouco preparados (incurtos e invejosos) e negros dotados de capacidades excepcionais por conta de um bom aprimoramento pessoal, por via da instrução.

O segundo texto trabalhado é “Um dever” do Moysés Cintra, publicado em 02 de março de 1924, no jornal “O Clarim da Alvorada”. Sobre o resgate textual empregado para a análise do pensamento, temos uma diferença quanto ao escrutínio imediatamente superior. Aqui, utilizaremos apenas fragmentos do texto que demonstrem o caráter liberal e individual do pensamento, salvo um ou outro fragmento que corrobore à discussão, embora não necessariamente explicita de forma clara preceitos liberais.

Noutros tempos, quando se via um pobre negro, esfarrapado, esmolando para matar a fome, muitas e muitas vezes ouvia-se dizer: coitado, trabalhou muito, Enriqueceu o sr. barão, a sra. baroneza, a sra. Marquesa... Hoje, porém, como anda!...

Era esse misero escravo um dos que se esforçaram para o engrandecimento da nossa Pátria, naqueles tempos de tyrania, e, com elle, quantos e quantos, sob um sol abrazador, derramaram seu sangue, sacrificaram seus lares, deram a própria vida, sucumbiram naquellas fazendas onde só se viam castigos e se ouviam gritos de desespero, que ecoavam em todos os recantos desta terra, que é hoje tão conhecida pelas potencias do universo?

Hoje, infelizmente, ainda se veem passar, pelos arredores, mesmo no coração da

cidade, muitos patrícios que são escravos, não daquelles senhorios carrascos, mas dos vícios que os tornam incapazes para tudo: principalmente ao trabalho, que é a base essencial da nossa vida material.

Merecem compaixão, causam-nos dó!

Quaes os motivos que os obrigam andar maltrapilhos, cobertos de chagas, dormindo em bancos públicos e sendo muitas e muitas vezes pensionistas da polícia!

É porque se deixaram dominar pelos vícios.

Pela embriaguez, constantemente, vemos chefes de família abandonar seus lares; jovens que podiam ter uma mocidade progressiva, e muitos velhos que poderiam agora gozar uma velhice feliz, hoje, porém, como andam!...

Aquele que se deixa dominar pelos vícios, de como poderá ministrar no lar uma educação, si os vícios, principalmente o álcool, lhe roubam o essencial de um chefe de família, que é a força moral? É deste terrível vício que derivam outros tantos, que a todo transe observamos innumeras infelicidades.

Rouba-nos o character, a moral, o respeito às leis e à sociedade, tornando-nos inúteis à Patria.

[...]

Portanto, a esses pobres infelizes, ainda resta uma taboia de salvação: a regeneração.

Assim, deixarão de promover disturbos e escândalos, e serão fortes e valorosos. Não prejudicarão a si próprios, não darão trabalho às autoridades policiaes, nem, tampouco, serão palhaços dos transeuntes.

É tempo de pensarmos no futuro.

Quando virdes esses pobres que andam dominados pelos vícios, aconselhae-os. Quem sabe se vos attenderão?

Então recebereis mais tarde, de Deus, o premio pelo bem que praticastes.

Esses infelizes de hoje, foram em outros tempos, como vós, homens de bem (excepto os degenerados por hereditariedade), porem, no lodaçal do vicio cahiram e não souberam dominar a si próprios, seguiram as más companhias, e o resultado lhes foi funesto.

Além desses, há outros viciados, os pobres de espírito!

[...]

Um dever urge, portanto: zelar pela nossa raça, em reuniões mais frequentes, nas associações, afim de se tratarem com seriedade dos interesses mais inadiáveis e palpitantes.

Relembramos, mais uma vez, que não temos união. Tratemos de conquistá-la!... (O Clarim da Alvorada, 02 de março de 1924).

A partir do título do texto, entende-se que o autor sugere algum tipo de obrigação, de necessidade de ação, para o que, ainda não se sabe.

Destarte, no primeiro e segundo parágrafos, do primeiro fragmento, o autor caminha para uma construção narrativa que cria a imagem do passado da escravidão em que o negro não era senhor da própria vida e o trabalho era voltado ao enriquecimento do escravocrata e fortalecimento do país. Claro, tudo isso sob um mar de sangue e sofrimento vivido pelas pessoas de cor escravizadas.

Já no terceiro parágrafo, o autor exprime uma condição de lamento, pois a mesma situação de escravidão é vivida por grande parte da população negra, mesmo que o contexto seja o de liberdade. Todavia, afirma o pensador, a escravidão pertinente à sua conjuntura não era mais a permitida por lei, por força do senhor de escravos ou pelas correntes de ferro. A escravidão que assola aos negros é fruto inteiramente dos vícios.

Moysés Cyntra entende que os homens entregues aos vícios se “tornam incapazes para tudo: principalmente ao trabalho, que é a base essencial da nossa vida material.”. Dessa forma, o autor canaliza, de um modo sutil, todas as mazelas sociais sofridas pelos homens de cor, bem como sua incapacidade à ascensão social, para a responsabilidade do negro, como indivíduo. Aqui, na esteira do pensamento de Horácio da Cunha, de uma forma analítica tão somente, pode-se observar uma descaracterização das consequências sociais imputadas aos negros pelos custos da escravidão. São desconsiderados a estrutura ideológica da supremacia branca que permanece com a abolição, a pauperização e expropriação negra que durou trezentos anos ou mesmo o cerco econômico aos meios de produção, absolutamente negados aos negros de uma forma geral. O caminho de argumentação passa necessariamente pela condição individual de descontrole quanto aos vícios ou despropósito quanto ao aprimoramento e instrução.

No quarto, quinto, sexto, sétimo e oitavo parágrafos vemos uma caracterização do que seria esse comportamento acrático⁵⁶ no qual o homem negro era vítima de si mesmo, para o intelectual estudado. O destaque aqui é a embriaguez, que na visão do autor seria o principal dos vícios, aquele que poderia gerar outras mazelas.

No nono parágrafo do primeiro fragmento o pensador exprime a qualidade de inutilidade ao homem que se permite ao descontrole e desgoverno. Em suas palavras, essa postura acrática “Rouba-nos o character, a moral, o respeito às leis e à sociedade, tornando-nos inúteis à Patria.”.

O caminho para esses indivíduos, segundo as proposições de Cyntra, está nos primeiro, segundo, terceiro e quarto parágrafos do segundo fragmento. A saída passaria pela regeneração que visa um futuro sem os desdobramentos negativos vividos por esses indivíduos por seus comportamentos fundamentados numa vida de vícios.

No quinto e sexto parágrafos, também desse fragmento, o pensador negro, também de contorno sutil, estabelece uma possibilidade de não regeneração por parte dos negros supostamente desvirtuados, sobretudo por conta da própria ação dos indivíduos sob os vícios. Na afirmação que começa do seguinte modo: “Quando virdes esses pobres que andam dominados pelos vícios, aconselhae-os”. Segue-se que a escolha de querer melhorar ou não continua com os “viciados”, onde o autor exprime: “Quem sabe se vos atenderão?”. Ou seja, não se trata de uma situação onde o negro, como raça, sofra (isso

⁵⁶ Acrático, para Aristóteles, é o indivíduo que não consegue seguir uma virtuosidade moral, não se habituou com a deliberação na busca pelo meio termo nas suas ações. Dessa forma, seria levado a agir não por força de sua liberdade e vontade próprias, mas fundamentalmente pelos desmandos dos vícios. Nesse sentido, o acrático aristotélico se aproximaria ao viciado de Moysés Cyntra. Para uma maior compreensão acerca desse assunto, leia a *Ética a Nicômaco*, livros I e II. Ler: (ARISTÓTELES, 1985).

se dava no passado de escravizado). Mas sim, o padecer existente no contexto do autor é aquele vivido por negros acráticos (individualmente) e única e exclusivamente por aquilo que é a própria vontade dos viciados.

Essa culpabilidade no indivíduo é caracterizada de forma clara no sétimo parágrafo. Moyses Cyntra afirma, se direcionando aos negros que levam uma suposta “vida de bem” que “Esses infelizes de hoje, foram em outros tempos, como vós, homens de bem (excepto os degenerados por hereditariedade), porem, no lodaçal do vicio cahiram e não souberam dominar a si próprios, seguiram as más companhias, e o resultado lhes foi funesto.”. Tanto é possível compreender essa dimensão avessa ao coletivo para explicar as mazelas sociais vividas por negros e não pelo negro, que o pensador admite degeneração por hereditariedade!

No último parágrafo desse fragmento, o autor completa a ideia de “viciados” incorporando os “pobres de espírito”, sem uma definição mais específica sobre.

No primeiro e único parágrafo do terceiro fragmento, uma atitude mais associativa é percebido pelo autor. Depois de diagnosticar os problemas que afetavam o negro de sua época como sendo de categoria unicamente individual, numa postura tipicamente crítica de ordem liberal, a solução proposta pelo Moyses Cyntra passaria por algum grau de articulação entre os que eram “pessoas de bem”. O dever, anunciado no título do texto, seria o de zelar pela raça, embora os problemas não fossem da raça e sim de indivíduos supostamente degenerados que à ela pertencem. Uma reviravolta entre diagnóstico e tratamento que, ainda que estipule a necessidade de união, revela uma postura que assente à iniciativa privada (grêmios) e de liberdade de reunião aos que, de alguma forma, figuravam na qualidade de vencedores em meio aos que cederam aos vícios. A união para zelar e cuidar da raça, não era a união de todos os negros, mas sim, dos que são os destacadamente regrados, educados sob a alcunha de pessoas de bem. Ao que parece, o autor entende a união pela raça como a promoção de um clube dos vencedores!

O terceiro pensamento do eixo liberal que analisaremos é “TARADOS” do Castelo Alves, publicado em 11 de novembro de 1933, no jornal “A Vóz da Raça”. Nesse jornal, utilizar-se-á o texto na integra, para uma maior compreensão de sua perspectiva individualista.

Taras se diz de uma certa tendencia espiritual ou Psíquica que arrasta o indivíduo para a prática de atos e costumes formalmente reprovados pela moral, e os *tarados* quando não tem a devida educação para se conter, trnam-se insuportáveis e perigosos para a sociedade.

A *tara* é, pois, um estado de alma hereditário. O filho de um ébrio ou bêbado, não só manifesta muito cedo a inclinação para o vício, como também são possuidores de outras propensões que acompanhára porventura os paes viciosos,

como seja: — libidinagem, homicídio, meretrício, falta de caráter etc. sendo que neste ponto falam bem alto todos os cientistas, principalmente os médicos psiquiatras que descobrem na *tara* o principal fator da alienação mental e nós cremos certa essa afirmativa da ciência porque temos notado nas crianças filhas de ébrios grande falta de capacidade para aprenderem a leitura e toda e qualquer disciplina relativamente fácil para outras cujos pais tenham-se conservado sóbrios ou mais ou menos puros.

Os *Tarados*, são rixentos, propensos ao latrocínio, à mentira e odientos menosprezam a própria Divindade só porque os seus sacerdotes aconselham a prática de todas as virtudes, que eles influídos pela *tara*, não prezam.

A *tara* está com todas as raças e no seio de todos os povos como intorpecente das melhores qualidades.

Seria mais fácil evitar a *tara* do que curá-la visto que o único medicamento eficaz é a educação sistemática nas escolas, como já o afirmara Lombroso em sua Medicina Legal.

Evitaríamos a *tara* combatendo o alcoolismo e a sífilis como fatores principais, evitando-se o alcoolatra e o sífilítico, e estes por sua vez, num lampejo de bom senso evitar constituir proles de infelizes como até hoje.

Como o negro deseja reerguer-se, é bom que se saiba como evitar a *tara* para a nossa felicidade e grandeza da pátria. Para bem se entender meia palavra basta!... (A Vóz da Raça, 11 de novembro de 1933)

Antes de mais nada, vale destacar que o título demonstra uma qualidade de definição acerca do que são os tarados. Se não podemos ir tão longe só pela leitura do título, certamente poder-se-ia estipular que a narrativa subsequente ao título será sobre taras e ou vícios. Nesse sentido, pode-se esperar algum pensamento de conteúdo estreito ao que acabamos de acompanhar no pensamento de Moisés Cyntra, nos fragmentos imediatamente superiores, por ocasião do texto “Um dever”.

Já na primeira frase do texto, atesta-se que, de fato, a narrativa girará em torno de uma proposta de definição da ideia de “tara” e suas implicações. Na esteira dessa afirmação, temos que “*Taras* se diz de uma certa tendencia espiritual ou Psiquica que arrasta o indivíduo para a prática de atos e costumes formalmente reprovados pela moral...”. Para além, o autor afirma que “(...) quando não tem a devida educação para se conter, tornam-se insuportáveis e perigosos para a sociedade.”. Aqui temos uma ameaça social imbrincada diretamente numa noção individual.

Continuando sua análise no segundo parágrafo, o autor reitera a condição individualista da degeneração entendida pela “tara”, pois não só estipula o comportamento social anômalo como sendo de caráter pessoal, mas também entende ele como um fator hereditário. Nessa altura, já vemos a similitude com a argumentação proposta por Cyntra, quando a característica “vicioso” aparece no escopo do texto. A sugestão aqui pode ser entendida como a ideia de uma conexão direta entre vulnerabilidade social de diversas ordens, como violência e prostituição, e a pré disposição individual para tais comportamentos desviantes. Mais uma vez, como no escrutínio acima, qualquer relação de condicionamento social como estruturante para esse

contexto de mazelas da sociedade é suprimida na interpretação do intelectual negro. Vemos uma supervalorização do caráter pessoal nos problemas recorrentes da comunidade.

Depois de mais características sócio degeneradas atribuídas aos “tarados”, o autor, por ocasião do quarto parágrafo, começa a ligação entre uma noção genérica de raça e a noção de “tara”. No contínuo dessa ideia, temos que “A tara está com todas as raças e no seio de todos os povos como um intorpecente das melhores qualidades”.

Em seguida, a saída já usual das reflexões de cunho liberal, no que tange ao desenvolvimento social, é lembrada. A saber, o autor afirma que é mais fácil evitar as “taras” a cura-las, mas o único caminho de cura é a “educação sistemática”, se apoiando em um famoso nome da Antropologia Criminal de sua época, Cesare Lombroso⁵⁷.

O pensador negro recomenda, no sexto parágrafo, que o alcoolismo e a sífilis sejam evitadas. Esse tratamento para o diagnóstico dos problemas sociais são exemplos descritos como os mais fáceis de serem postos em prática, uma vez que não se recorra à educação como ferramenta de superação dos problemas. Todavia o autor excreta sua vertente individualista, do âmago liberal, na seguinte síntese, presente na mesma parte: “(...) evitando-se o alcoolatra e o sifilítico, e estes por sua vez, num lampejo de bom senso evitar constituir proles de infelizes como até hoje.”. Ou seja, se combate os problemas de ordem social, a partir da deliberada exclusão dos indivíduos que sejam desviantes. A causa da perpetuação dos problemas sociais estaria nos indivíduos e não no todo desequilibrado. O indivíduo teria a responsabilidade de não promover essa perenidade dos vícios e das mazelas sociais a partir, unicamente, do controle da natalidade desses elementos que se mostram incapazes do autocontrole.

Na derradeira parte de seu pensamento, Castelo Alves conclui, a partir das premissas apresentadas durante todo o texto, que o reerguimento da raça negra se daria a partir do rechaçar da “tara”. Fecha com uma frase capciosa “Para bem se entender meia palavra basta!...”. Onde, depois de sua argumentação completa, pode-se inferir que o autor entende a degeneração, por exemplo, na raça negra, por vícios nos indivíduos e não na raça como um todo e que a solução passa, invariavelmente, pela educação ou pela exclusão dos indivíduos inaptos à normalidade.

Nesse estreito laço entre o pensamento de Moysés Cyntra e Castelo Alves, embora

⁵⁷ Cesare Lombroso (1836-1909), foi um relevante nome da antropologia criminal italiana, servindo como um referencial para intelectuais brasileiros de importância, como Raimundo Nina Rodrigues. As principais teses de Lombroso eram edificadas a partir da premissa da possibilidade de imputar comportamentos desviantes nos indivíduos a partir das suas características raciais, por exemplo. Ver: (COSTA, 2006).

suas ideias estejam separadas por jornais e algum intervalo de tempo, tem-se a nítida impressão da supressão da sociedade no diagnóstico do baixo desenvolvimento social do negro. Essa análise, no caso do Castelo Alves, se respalda nos próprios referenciais procurados pelo pensador, onde a esfera do *Eu* é reiteradamente citada para dar conta, pela ordem psíquica ou ética, de uma culpabilidade do indivíduo pelos problemas sociais ou pelo “sucesso” que vive.

O quarto texto de inclinação liberal considerado será “Instrução” de Raúl Joviano do Amaral, pseudônimo Rajovia, publicado em 08 de julho de 1933, no jornal “A Vóz da Raça”. Para o trabalho de investigação nessa fonte primária, lançar-se-á mão do texto na íntegra, pois todo o material coopera à interpretação da ideia central presente. A saber, meritocracia, individualismo como chaves de desenvolvimento da parcela negra da população. Segue-se:

A revolução traz quase sempre evolução. Pois bem, graças a Deus, a revolução de 30 foi o que despertou os últimos mimos do coração do negro de há muito espezinado no conceito da sociedade brasileira.

E daí nasceu o mais forte desejo entre os negros de se colocarem à altura dos seus merecimentos.

E o negro de lá para cá tem procurado consolidar a sua educação, cimentando-a com a instrução.

As nossas sociedades compreenderam a tempo o quanto vale a biblioteca, o valor que tem para o negro o queimar as pestanas ao ouvir atentamente o que outros mais adiantados na instrução, sacrificando as suas horas de lazer, ministram, com orgulho de poder dizer alguma cousa de útil a seus irmãos que não tiveram RECURSO para aprenderem.

Recurso porque o negro nunca teve recompensa exata do seu trabalho físico; porque o seu salário mal dá para as despesas de primeira necessidade.

E assim o negro só aprendeu algum coisa, devido à sua fé inabalável, graças sempre ao seu esforço próprio e à sua vontade tenaz.

Hoje, admiravelmente se vê desde o menino até ao adulto receber o livro como um pão celestial, guardar as lições recebidas como o entusiasmo sempre crescente de evolução.

O programma de instrução no meio negro, ganha terreno dia a dia, crescendo sempre a olhos vistos, de uma maneira belíssima; embora não conte com proteção oficial ela aí está patente aos olhos de todos.

E todo esse trabalho dos guiaadores negros têm sido levado a efeito com a paciência dos fortes, sustentando, despeito de nome, política interna, ambições de grupo, etc.

<A paciência é a fonte mais bela e mais apreciável da fortaleza de animo e também a mais rara>

Imaginou-se fazer uma obra grandiosa na sociedade negra, difundindo-se a instrução e vae-se conseguindo esse desideratum.

E sem partidarismo — por pertencer a uma e outra — quero citar entre as diversas que cultivam com carinho a instrução: a FRENTE NEGRA BRASILEIRA E O CLUBE NEGRO DE CULTURA SOCIAL.

Contando somente com a boa vontade de seus associados e com a firme resolução de fazer os alicerces desta obra grandiosa que é a educação e a instrução da Gente Negra, os seus dirigentes provam mais uma vez que querer é poder, e desprezando os ataques hipócritas de uma corrente sem fim de chorões de todas as espécies, vão levando com paciência a obra a que se propuseram.

O leitor ao ler estas linhas e que talvez nunca ouvisse falar disso, ficará naturalmente em dúvida, e, nesse caso eu o aconselho que vá assistir as aulas

noturnas que essas sociedades ministram aos seus sócios.

Enfim estão de parabéns os mentores negros que escolheram o melhor caminho para chegarem ao fim desta cruzada: A INSTRUÇÃO. (A Vóz da Raça, 08 de julho de 1933)

Como usual nas interpretações de pensamento até aqui, iniciaremos a análise pelo título que, sem mistérios, demonstra uma pré disposição ao tema da educação formal.

Logo no primeiro parágrafo, o autor traz uma reflexão acerca da Revolução de 30⁵⁸ e o quanto essa foi importante para despertar uma “ vaidade ” no coração do homem negro, que se via em uma situação desfavorável na sociedade. Essa primeira parte não revela que desejo é esse, mas sugere que as mudanças sociais das ebulições políticas do contexto proporcionaram essa nova demanda.

No segundo parágrafo, o dito desejo é revelado. O pensador explica que os negros desejavam estar “ à altura dos seus merecimentos ”. Aqui é possível, a partir do primeiro e segundo parágrafos, compreender uma retórica que caminha para a ideia de uma mudança de postura em relação ao descompasso entre esforço e recompensa, que o negro estava sujeito. Em outras palavras, o homem negro não aceitaria por mais tempo, ser preterido de forma injusta em relação ao seu mérito.

Ainda sobre a noção de mérito, o pensador explica o quanto o homem negro passou a se dedicar na educação, a fim de se aprimorar. Nos terceiro e quarto parágrafos, em especial, pode-se observar um ode ao que o pensador entende como empenho, dedicação e sacrifícios; todos na esfera da atitude pessoal. Importante salientar que as sociedades dos homens de cor, a partir dos “ notáveis ”, desempenhariam importante papel nessa tarefa de educar os indivíduos que não tiveram os recursos para esse aprimoramento pessoal.

Essa dimensão do descompasso entre o esforço e o resultado é o que o autor aponta no quinto e sexto parágrafos. Nesses, supostamente o negro que nunca teria sido remunerado de forma honesta pelo seu trabalho físico, não conseguiria investir na sua educação e não disporia de recursos para uma “ evolução ”. A “ fé inabalável ”, o “ esforço próprio ” e a “ vontade tenaz ” são grifados como os instrumentos necessários para se conseguir instrução e educação pelo homem negro, pois sem isso não seria possível.

⁵⁸ Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março anterior. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano. Ver: Acervo CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>. Acessado em: 03 de outubro de 2018.

No sétimo parágrafo, o autor remonta à ideia de entusiasmo causado pela educação, personificando pelo livro, e sua possibilidade de conceber a “evolução”, como já foi dito.

Importante salientar, na oitava e nona partes, que essa grande investida educativa se dá, como o autor reforça, numa relação de duas vias entre os “guiadores negros” que são os “mais adiantados na instrução”, das associações negras, e os interessados em aprender. Isso porque, como ressalta o pensador, a esfera pública, aludida como “proteção oficial”, não oferece garantias à iniciativa do “programma de instrução” promovido entre as pessoas de cor.

Nas últimas partes do texto, o pensador considera que esse tipo de atitude se desdobrará numa “obra grandiosa” no meio negro. As ações promovidas “somente com a boa vontade dos associados” e com o aval dos líderes das associações, demonstram como uma iniciativa de ordem privada, entre indivíduos de boa vontade, podem significar o desenvolvimento dos alicerces de uma nova forma de vida para o negro. Nesse sentido, o intelectual negro termina seu pensamento parabenizando, não o governo ou mesmo as associações de homens de cor onde ocorriam aulas, mas os “mentores negros que escolheram o melhor caminho”, caracterizado pela “INSTRUÇÃO” em letras garrafais, como visto.

De um modo geral, vemos nesse pensamento de Rajovia, um tipo de posicionamento de cunho liberal, pautado no individualismo e na meritocracia, mas que destoa das reflexões do mesmo eixo, que acompanhamos até aqui. As bases liberais e individualistas dispostas nos outros textos trabalhados, como os do Moysés Cyntra e do Castelo Alves, são de um teor “ácido” que atribui culpabilidade ao homem negro por sua situação social desfavorável. Embora sejam consonantes em entender a educação como ferramenta de desenvolvimento individual, tanto quanto a responsabilidade do indivíduo em buscar seu aprimoramento e evolução, Raúl Joviano do Amaral mostra-se diametralmente oposto à noção de culpabilidade atribuída aos negros. Na sua visão, uma relação de descompasso entre o trabalho e o mérito do homem negro dificultou a capacidade de buscar a instrução e a educação para uma evolução social. Muitas vezes, como visto anteriormente, os autores sugeriram uma seleção entre os capazes e os incapazes, promovendo uma ideia de aprimoramento por exclusão dos “indivíduos moralmente e intelectualmente fracos”. Esse tipo de individualismo é o oposto da conotação positivada que as ideias do texto “Instrução” demonstram. Aqui, a faceta da superação dos problemas, do mérito individual em buscar e ceder ajuda educacional e da

capacidade do homem negro de construir um futuro melhor por seus próprios meios, sem ajuda estatal, por exemplo, demonstra uma noção centrada no indivíduo negro que é muito menos excludente, narcísica e egoísta.

O último texto dessa linha de pesquisa com um pano de fundo liberal é “O PRETO TEM ALMA PRÓPRIA” de Francisco Lucrecio, publicado em dezembro de 1936 no jornal “A Vóz da Raça”. Utilizar-se-á o texto na íntegra, para essa última análise desse eixo.

Geralmente, do negro que se apresenta em algum ambiente mais ou menos elevado, ou de alguma projeção e quando se realça por qualquer motivo (literário ou social), dizem logo. “Esse é um negro que tem alma branca”!...

Esse conceito não se coaduna com a época e muito menos com a mentalidade nova. Não concordamos com semelhante aberração, pois que o homem negro convicto do seu valor, só age de acordo com a sua consciência e, muito naturalmente, a de cidadão livre. Essa mania de querer incrustar nas nossas cabeças que tudo quanto é “negro”, derivado ou sinônimo de negro não presta, é preciso acabar porque é uma mentira.

É verdade que a nossa língua permite a indicação de um caso bárbaro empregando vários termos quais sejam: “Atirados à negridão da vida”, um crime “negro”, ou uma ação “negra”. Pode isso contribuir para que os idiotas façam ideia de que o homem “negro” é sinônimo de coisa ruim, chegando até ao ponto de trocar a cor ou dar cor a alma do indivíduo. Creio que todos os homens tem a alma igual, sem querer entrar aqui na ciência filosófica, mas o que influi no indivíduo é o grau de educação (que não tem cor), que o mesmo recebe. Portanto, aí se vê, que não há nada de alma branca, se não instrução que cada um recebeu. Logo, o negro precisa, quase que no geral, de conhecimentos superiores. Quando isso feito, poderemos com uma voz única, gritar:
SOMOS PRETOS E TEMOS ALMA PRÓPRIA!

A partir do título do pensamento, percebe-se o tom da crítica e o possível direcionamento da narrativa que ainda será construída pelo autor. Ao que tudo indica, uma interpretação axiológica da ideia do negro brasileiro como indivíduo estará em voga no texto.

Sendo assim, entende-se, já por ocasião do primeiro parágrafo, o pressuposto que o autor pretende desconstruir. A saber, que qualquer indivíduo negro que por ventura tenha uma vida de destaques positivos, pessoais ou profissionais, seja caracterizado como branco. Claro, não se trataria de uma transmutação racial, necessariamente, mas sim, da essência negra da pessoa que estaria sendo diminuída por valores positivos! A frase “Esse negro que tem alma branca” sugere um deslocamento moral do homem preto, uma vez que qualidades positivas, “socialmente atribuídas” ao branco, estariam no indivíduo que é “socialmente” negativado. Essa condição “social contraditória” seria restabelecida a partir do emprego dessa mesma expressão. É justamente essa noção de “harmonização social” que o autor pretende discutir, pelo início do texto.

No segundo trecho do pensamento, o autor ratifica sua posição sumariamente

contrária à adjetivação racista que desvirtua o homem negro de sua essência como indivíduo. O pensador diz não concordar com “semelhante aberração, pois que o homem negro convicto do seu valor, só age de acordo com a sua consciência e, muito naturalmente, a de cidadão livre.”. Ou seja, Francisco Lucrecio defende que o homem negro agi consciente do seu valor e da sua posição como um indivíduo livre, não a partir de um referencial branco. O intelectual também alude e discorda radicalmente da tentativa de valorização social negativa condicionada ao negro e tudo relativo à negritude⁵⁹.

No terceiro parágrafo, Francisco Lucrecio enumera algumas formas de construção de uma inferioridade negra que é estabelecida, por exemplo, a partir da linguagem. Na sua opinião, essa forma de caracterização pode “contribuir para que os idiotas façam ideia de que o homem “negro” é sinônimo de coisa ruim, chegando até ao ponto de trocar a cor ou dar cor a alma do indivíduo”. O autor completa a sua argumentação afirmando que os indivíduos tem que ser entendidos como iguais, por serem possuidores de almas que não são qualificáveis por cores. Para o pensador, é o grau de educação e não a raça que faz o indivíduo ser bem sucedido. O intelectual fecha seu texto reforçando uma necessidade de se promover conhecimentos superiores ao negro, para que todos possam ter um desenvolvimento tal, que permita aos pretos se colocarem de forma verdadeiramente autônoma e radicalmente contra as postulações raciais usurpadoras de mérito.

Francisco Lucrecio demonstra um tipo de pensamento liberal que é bastante distinto dos outros autores analisados até aqui, embora existam pontos em comum. Pelos aspectos similares aos demais, podemos elencar a ideia centralizada na educação como ferramenta de desenvolvimento para o negro. Essa última característica é bastante marcante em todos os textos desse eixo, praticamente não foge à regra aplicada pelos demais intelectuais estudados. A educação seria a chave primordial do aprimoramento e progresso social. Por outro lado, Lucrecio diferencia-se dos demais, na centralidade ontológica do individuo negro. O autor em questão argumenta, promove e protege o caráter existencial do negro enquanto homem negro. Sua abordagem almeja desconstruir a ideia social valorada do branco como sendo o referencial ao homem de cor. Sobretudo

⁵⁹ Nesse sentido, é curioso notar o quanto Francisco Lucrecio se aproxima à Frantz Fanon, por ocasião, sobretudo, do capítulo o preto e a psicopatologia, no livro *Pele Negra, Mascaras Brancas*. Fanon, explicando acerca da incapacidade da psicanálise freudiana em dar conta das neuroses do negro, afirma que “Uma criança negra, normal, tendo crescido no seio de uma família normal, ficará anormal ao menor contacto com o mundo branco” (FANON, 2008). Disso se segue que a normalidade do comportamento não é aplicado ao negro da mesma forma que ao branco. O negro “normal” reage “automaticamente” ao contexto do mundo branco e entra em um “modo defensivo”. Isto, dado a sua socialização “normalizadora e castradora” que estabelece o negro como algo a ser combatido e inferiorizado. Assim, internalizando essa diretriz de normalidade, o negro passaria a ser seu próprio alvo naquilo que se refere ao aparato de exclusão e submissão raciais do mundo dos brancos.

aquele que se aprimora a partir dos seus próprios esforços e que atinge alguma relevância social. Isso porque os homens de cor de sucesso deveriam servir como baluartes negros, no entanto, eram descaracterizados como tais e “reconstruídos” de forma perversa, tendo seu “conteúdo existencial negro” esvaziado ao passo que sofriam um enxerto branco “teleguiado”. A singularidade presente na argumentação do Francisco Lucrecio se encontra na defesa da ideia do indivíduo, mas não somente de um indivíduo “genérico” e, sim, do indivíduo negro que está em constante disputa existencial.

Ao término da análise das reflexões negros liberais acima, a diversidade das abordagens referentes à aspectos específicos do liberalismo, a saber, o individualismo e a meritocracia, ficam evidentes. As variadas chaves analíticas fomentam, a partir das fontes, a atenção para a boa qualidade de argumentações e interpretações referentes ao negro e aos seus respectivos caminhos de desenvolvimento social no cenário brasileiro. Infelizmente, as implicações de recorte, tempo e tamanho para esse trabalho de dissertação; limitam um maior escopo da pluralidade das ideias debatidas. Partimos para a última etapa dessa análise em profundidade com a certeza do potencial de construção epistemológica que esses intelectuais negros tem.

Na parte final desse trabalho analítico no qual o eixo estudado será o de emancipações de classes populares, sobretudo no que diz respeito ao viés marxista de leitura econômica e política, iniciar-se-á as interpretações a partir do texto “O inimigo do preto é o próprio preto” do Ejalves, publicado em 13 de maio de 1924, no jornal O Clarim da Alvorada. O texto será transcrito quase que em sua totalidade, por exceção do primeiro parágrafo. A exclusão dessa parte mostra-se pertinente por ser uma ideia introdutória com elementos vagos. As informações importantes, sobre Moacyr Marques⁶⁰, serão repetidas no segundo parágrafo, portanto, começar-se-á por essa segunda parte. Assim sendo:

[...]Talvez até hoje, apesar de já terem sido publicados diversos jornaes de classe, alguns infelizmente com muito pouca existência, ainda não foi ventilado esse assumpto que é de real importância.

Diz bem Moacyr Marques em seu artigo, agradecendo o recebimento de um exemplar do “Getulino”, achava no entanto, pelo que leu, que os seus irmãos de Campinas ainda não tinham chegado ao ponto em que se descortina o nosso problema.

— No Brasil, há duas classes que combatem corpo a corpo; porem, não é a *branca* nem a *preta* – é o *capital privilegiado* e o *trabalho escravo*.

É necessário que nós pretos esqueçamos da cor, e tenhamos na mente, que somos os produtores, os escravizados, os espoliados, os sacrificados, os infelizes, enfim somos aqueles que trabalhamos para a grandeza da pátria; mas, em primeiro lugar para o enriquecimento de meia dúzia de exploradores privilegiados; sejam elles brancos ou pretos.

⁶⁰ Moacyr Marques foi um conhecido jornalista paulistano, redator da “Folha da noite”, segundo o próprio Ejalves.

Dirá talvez o leitor: que exaggero em dizer que há explorador privilegiado que seja preto! disse bem, porque se acaso existe, elle procurará por todos os meios disfarçar a sua descendência, empregando meios de provar que embra seja preto, porque pela sua cor não pode negar; mas que é estrangeiro ou filho de estrangeiro, logo não se mistura, (com rara exceção).

É com rara experiência que digo assim, porque ainda que não existisse nem um explorador preto nesta Capital, que representasse nosso inimigo, conheço alguns pretos que só por possuírem uma collocaçãosinha publica ou mesmo particular, ou alguns “caraminguás”, já procuram fugir de seus irmãos pretos: funcionários muitas vezes da mesma repartição, só pelo facto de serem inferiores em categoria, aliando-se aos brancos, amarelos, etc, contando que sejam de igual ou melhor posição, instigando até muitas vezes a outros; quasi sempre brancos, que ainda convivem muito bem na roda dos pretos mais simples; neste tom: fulano! Largue mão de pretos, voce lá, nada poderá conseguir, como se elles, alguma cousa que conseguiram não devessem a esta malfadada classe que é a espoliada!? Isto que acabo de citar, de que o inimigo do preto é o próprio preto, verifica-se até no próprio seio da família, entre irmãos legítimos.

Por isso, nós trabalhadores devemos unir para combater os que gozam o capital privilegiado, embora sejam da nossa cor.

Devemos combater todo aquelle que constróe sua riqueza com as pedras das nossas misérias que nos dão a ganhar o pão e nos tiram o sangue, e mais ainda nos tiram o próprio leite com que amamentamos os nossos filhos, e nos dão casa para morar por preço exorbitante que é uma verdadeira força, e tudo isto é praticado indistinctamente!...

Diz ainda o digno redactor da “Folha da Noite”, único orgam mais independente desta Capital, nós trabalhadores pretos devemos formar ao lado de nossos irmãos trabalhadores brancos, na conquista da liberdade, que não veio em 88 e que só poderá ser conquistada a golpes de pensamentos; de devotamento, de sacrificios, até com o próprio sangue. (O Clarim da Alvorada, 13 de maio de 1924)

O título do texto é intrigante e parece implicar a linha liberal de individualização do negro, já vista no eixo temático anterior, onde o primeiro ‘preto’ da frase tende a ser entendido como raça, e o segundo como indivíduo. Todavia, por mais que exista essa relação semântica contida no título, o conteúdo do texto parece seguir a direção oposta da individualidade.

Já no segundo e terceiro parágrafos, que inicia a transcrição acima, pode-se notar um enunciado onde o autor expressa-se acerca de um “assumpto que é de real importância” e que esse é um problema do negro. Também é citado o jornalista Moacyr Marques como alguém que definiu bem qual problema seria esse, ratificado na quarta parte do texto.

Na fala do jornalista, então reproduzida por Ejalves, leia-se que “No Brasil, há duas classes que combatem corpo a corpo; porem, não é a *branca* nem a *preta* – é o capital *privilegiado* e o *trabalho escravo*”. Ou seja, o autor concentra a atenção do leitor à distinção de classes sociais. Essa distinção, aludida na citação sintética reproduzida pelo intelectual negro, exalta a primazia da classe social sobre a raça no que se refere à luta política e social. O pensador negro arma as bases do seu discurso político, sob a pretensa necessidade da emancipação social como solução final para o problema do negro, que é

classista e não racial! Interpretando essa situação à luz da teoria marxista já discutida nessa dissertação, compreende-se que o “trabalho escravo” em questão não é o de tipo feudal que o negro estava inserido anteriormente àquele contexto, mas toda e qualquer relação de expropriação da força de trabalho do homem pelo o homem.

No quinto parágrafo, na esteira do que foi postulado logo acima, o intelectual negro clama por uma tomada de consciência aos homens de cor, não uma consciência negra, mas sim, uma consciência de classe. Sua narrativa caminha no sentido de incitar a ideia em que os negros eram antes de mais nada trabalhadores que, explorados, serviam ao enriquecimento do capital privilegiado e esse não tinha cor específica. Ao que salta aos olhos, o autor se posiciona radicalmente contra qualquer ideia de exploração que não seja relacionada à luta de classe.

No sexto, sétimo e oitavo trechos desse texto, o autor promove uma retórica na qual ele se coloca como alvo de um possível questionamento acerca da validade da seguinte hipótese: negros poderiam ser exploradores do capital privilegiado? O pensador, de inclinação marxista, responde esse questionamento retórico demonstrando exemplos de situações genéricas onde o negro, assumindo o mínimo de posição social elevada, já tende ao comportamento hostil contra aos que ele entende como socialmente inferiores, sobretudo aos próprios negros. Nesse sentido, até mesmo a negação da raça por subterfúgios como a troca de nacionalidade seria utilizada e, nem os laços familiares seriam mais fortes do que o imperativo de classe. A proposição defendida é a que a verdadeira emancipação dos negros se dá com a consciência de classes e que a expropriação do homem pelo homem é aquilo que essa consciência deve combater, seja ela empregada por negros ou brancos.

Essa postulação fica mais evidente nos décimo e décimo-primeiro parágrafos, no qual o autor defende que “nós trabalhadores devemos unir para combater os que gozam o capital privilegiado, embora sejam da nossa cor”. Nessa demanda por fomentar a ideia marxista de “classe por si”⁶¹, Ejalves defende que “devemos combater todo aquele que constrói sua riqueza com as pedras das nossas misérias que nos dão a ganhar o pão e nos tiram o sangue(...)”.

Na última parte do pensamento, ao referenciar Moacyr Marques, Ejalves postula

⁶¹ Essa definição de “classe em si” e “classe por si” é apreendida no livro “A Miséria da Filosofia” de Karl Marx, publicado em 1847. Nesse sentido, a exploração promovida pelo capital cria, para a massa de trabalhadores, uma situação comum, pois esses viviam o mesmo contexto social de expropriação da força de trabalho. Até aí, os trabalhadores seriam classe em si. A partir de uma tomada de consciência, na medida em que esses trabalhadores se identificam com interesses comuns, a própria condição de se entender como trabalhadores fomenta a transformação da “classe em si” numa “classe por si” frente ao capital. Ver: (MARX, 1985).

a ideia marxista já apreciada nessa dissertação, na qual existe a certeza da incapacidade da emancipação política de ordem burguesa em promover a verdadeira liberdade para os homens. Essa liberdade, que só poderia ser alcançada com a emancipação social, a partir da superação da exploração do homem pelo homem, pode ser compreendida na frase: “nós trabalhadores pretos devemos formar ao lado de nossos irmão trabalhadores brancos, na conquista da liberdade, que não veio em 88 e que só poderá ser conquistada a golpes de pensamentos; de devotamento, de sacrifícios, até com o próprio sangue”. É fulgente o estreitamento entre a teoria marxista e o postulado pelo intelectual negro. Desse modo, a síntese claramente captada aqui mostra-se da seguinte forma: a liberdade (da abolição) para ser explorado como trabalhador, não seria uma liberdade verdadeira. Essa só poderia ser alcançada com a Revolução da classe trabalhadora (como um todo com pretos e brancos).

Nosso segundo pensamento concernente à emancipação das classes populares será “A Abolição” de Luiz Barbosa, publicado em 13 de maio de 1927, no jornal “O Clarim da Alvorada”. Esse texto será transcrito por completo para uma melhor qualidade de interpretação, já que nenhuma parte do seu escopo mostra-se como um empecilho de entendimento às suas ideias.

A escravidão, mancha que existia na nossa nacionalidade, constituía terrível espantinho, para emigração, fazendo com que ficasse estacionário o progresso da nossa agricultura e o da nossa indústria, que só prosperaram quando além de terem o amparo nobre e vigoroso dos braços livres, são trabalhados por homens que tem aspirações. — Os primeiros escravos do Brasil foram os indígenas que eram pelos colonos portugueses obrigados a serviços penosos tendo dahi originado inúmeros conflitos entre colonos e jesuítas.

Passado alguns séculos foram os pretos africanos que eram introduzidos nesta terra pela Companhia de Comercio do Maranhão, — Esses infelizes, não conheciam gozo nem recompensa, trabalhavam sob a fiscalização de um homem bárbaro e de mau extinto. — Essa macula vergonhosa, que deslavrava o nome de nossa pátria, tinha desaparecer um dia; e aquelles infelizes desgraçados haviam um dia, de vêr-se livres de seus algozes; e sentir brilhar sobre sua fonte o sol da liberdade.

Afinal, em 1831 foi creada a lei que abolia o tráfico, lei essa que foi renovada e posta em execução em 1850. Mas, infelizmente a supressão do infame commercio não extinguiu a escravidão; tendo porem, surgido a lei de 28 de Setembro de 1871, que declarava livres todos os filhos de escravos nascidos a partir daquela época em diante. Lei essa, que foi votada pelo congresso e sancionada pela princesa Izabel. — Com a dita lei estava acabada a escravidão, sendo assim, propostos a lei da abolição imediata da escravidão, em 13 de maio de 1888, que foi recebida com aplausos unanime da nação. (O Clarim da Alvorada, 13 de maio de 1927).

O título do texto e a data (13 de maio) demonstram a disposição do autor em discutir algum aspecto da abolição da escravatura, embora não dê pistas de qual aspecto será este.

No primeiro parágrafo, o autor caracteriza o que seria a escravidão e como ela impactou negativamente o Brasil, sobretudo no que tange o progresso econômico do país. Aqui, Luiz Barbosa demonstra o quanto o desenvolvimento tem que estar atrelado à ideia de liberdade, afirmando que a agricultura e a indústria “só prosperaram quando além de terem o amparo nobre e vigoroso dos braços livres, são trabalhados por homens que tem aspirações.”. Esse posicionamento vai de encontro ao que foi postulado nos diferentes textos e eixos já analisados. Numa perspectiva diametralmente oposta, em boa parte das citações do tempo da escravidão, a força negra e o desenvolvimento proporcionado por ela seriam estrategicamente utilizados para engrandecer o papel histórico dos homens de cor para a construção da nação. O pensamento do intelectual prioriza a liberdade como conceito na sua argumentação e, nesse sentido, sem ela o que foi produzido era atraso. No fim do parágrafo, os indígenas são lembrados como sendo os primeiros a passarem por esse sistema escravocrata perverso.

No segundo parágrafo, o autor fala da escravização dos negros africanos e das condições de trabalho envolvidas nesse sistema. Sem qualquer tipo de recompensa por serviços prestados, o autor destaca que a escravidão era um trabalho movido à fiscalização bárbara (violência) e que significava uma mácula vergonhosa.

O autor fecha seu pensamento descrevendo as diversas investidas legais promovidas no sentido da extinção do modelo escravocrata vigente no Brasil, desde de 1831 até 1888, com a abolição definitiva.

Esse texto é pequeno e muito menos denso que os reflexões anteriores. Sobretudo quando comparado com as primeiras ideias discutidas nesse eixo sobre emancipação das classes populares. Essa diferença é gritante, mas a escolha do texto é proposital. Existem alguns motivos para que esse pensamento seja elencado como pertinente e, o principal deles, é justamente sua simplicidade. Pois os elementos teóricos empregados nele, serviram como uma diretriz padrão para o entendimento dos demais textos que se seguirão.

Antes de mais nada, é importante salientar qual é a estreita relação da proposição de Luiz Barbosa com a teoria sobre emancipação das classes populares trabalhada nessa dissertação. O intelectual negro propõe uma chave de leitura onde um modelo social e econômico atrasado e bárbaro deva ser superado em direção à outro melhor e que proporcione liberdade. O modelo a ser superado é o da escravidão, onde a violência e a supressão do homem é a regra, já a proposta do autor visa uma saída moderna pelo modelo liberal. Esse modelo não é o que irá “liberar” os outrora explorados (por pressão da

barbaridade) da expropriação e alienação do trabalho, como vimos no pensamento anterior, mas sim, será aquele regime que garantirá as aspirações de homens livres de trabalharem por gozo de recompensas. A “liberdade” que em “13 de Maio de 1888, foi recebida com applausos unânime da nação” é a liberdade de ser explorado recebendo um respectivo quinhão por isso e não mais por ação da violência e barbaridades.

Essa forma de se entender a superação da escravidão como uma conquista política, econômica e social para os negros é totalmente pertinente. Assim como as próprias revoluções liberais foram conquistas para os que estavam submetidos às regras do Antigo Regime (salvo as devidas proporções entre servidão e escravidão). Todavia, acusar esse modelo liberal de proporcionar a emancipação última do homem é um equívoco, como já visto pela na chave de leitura marxista. Sem valorações acerca do pensamento do autor, apenas analiticamente, pode-se concluir que pela chave de leitura marxista, que Luiz Barbosa visava a emancipação política e não social como a provedora última de liberdade. Em outras palavras, o autor visava a liberdade para ser explorado como um homem livre.

O terceiro texto dessa temática será “Lei Aurea” do Deocleciano Nascimento, publicado em 13 de maio de 1928, no jornal “AURIVERDE”. Com exceção do primeiro parágrafo, no qual o autor presta homenagem à Princesa Izabel nos 40 anos de assinatura da lei Áurea (abolição da escravatura no Brasil) e a última parte, de anedotas metafóricas, toda a escrita do autor será utilizada.

Em todas as épocas, existem criaturas que vivem espreitando, entre seus semelhantes, uma brecha onde elle possa encaixar os princípios de seu bem estar, embora em prejuízo de outrem.

Nos tempos ideos, em que assignalára a base da oppressão, morta em 88 [1888] pelos poderes da lei Aurea alguém a inventara, como um invento qualquer, com caracteres commerciaes, industriaes e seus congeneres. Levada a idéia em presença dos poderes constituídos, aquelles não exitaram em ordenar a marcha de torpe acontecimento.

Olhares cobiçosos de aventureiros, foram lançados atravez do Atlantico; meditaram que se o demandassem iriam ter ao continente africano e de lá trariam as “machinas humanas,” empregando, como capital, a negaça adicionada com a famigerada usurpação.

A idéa fora posta em pratica... Lucros fabulosos, etc.

Para comprehensão desse excerptos, é necessário repartirmos, que a escravatura referida, recahira, sobre os hombros da raça negra, que era tida como um pária, assim afirma a história, assim afirma alguns sobreviventes daquella época.

Si os immortaes abolicionistas, Luiz Gama, José do Patrocinio, Euzebio de Queiroz, Antonio Bento, Visconde do Rio Branco, e tantos outros, que a Parca implacável levou para a eternidade, pudessem surgir de além tumulo, em todas as datas em que se comemora a de 13 de Maio, que alegria, que prazer!... Como é lindo ver florecer o productto do sacrificio... Nós, os modernos, nem de longe fazemos uma idéa do quanto custou aos heroes abolicionistas, para derrocarem o nefando cativo, porque só o conhecemos atravez da historia; temos todo o conforto, com que, bem ou mal, vamos suprimdo as nossas necessidades da maneira que nos aprou ver.

Agora anossa evolução, depende, unicamente, de nós, educando cada vez mais

a intelectualidade afim de podermos arrojarmos às empresas onde está acento o seu ponto culminante. (AURIVERDE, 13 de maio de 1928)

A expressão que intitula o texto demonstra o caráter relativo à abolição da escravatura no Brasil do pensamento que se seguiu. Nesse sentido, é importante frisar o quanto a abolição destaca-se dentro dessa ótica de emancipação, como se funcionasse como um marco de passagem entre o “atraso” e o “moderno” para a população negra.

Dessa forma, pode-se observar, já no segundo parágrafo, que o autor expressa, metaforicamente, uma condição histórica de expropriação presente à vida humana. Na esteira dessa metáfora, indica que a despeito dos homens serem semelhantes, a busca pelo o bem estar de uns em prejuízo do outro é uma constante.

Na terceira parte do pensamento, o autor “aplica” essa ideia de expropriação ao Brasil aludindo à escravidão negra como um exemplo concreto disso. Expõe essa condição de submissão sob a alcunha de “opressão” e a acusa como extinta em 1888 pela lei Áurea. Nesse contexto de escravidão, o pensador explica que essa “opressão” negra fora algo inventado para dar conta das demandas comerciais e levado à cabo pelo Estado, denominado por ele por “poderes constituídos”. Aqui, destaca-se a leitura econômica bastante lúcida sobre as bases do período escravocrata no Brasil e sobre a ideia de “invento com características comerciais” inerentes ao modelo escravista. Essa posição é radicalmente avessa aos determinismos biológicos que sugeririam não só as divisões por raças, mas também a hierarquização racial dos povos. Por sua vez, essas teorias implicavam em “atenuantes” para a situação de escravização negra e ainda eram presentes na situação política e social na qual o Deocleciano Nascimento produzia. Sobre essa leitura econômica da escravidão, pode-se lembrar de Stuart Hall (2013) que afirma:

Conceitualmente, a categoria "raça" não é científica. As diferenças atribuíveis a "raça" numa mesma população são tão grandes quanto aquelas encontradas entre populações racialmente definidas. "Raça" é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão — ou seja, o racismo. Contudo, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. (HALL, 1994 *apud* HALL, 2013).

Ainda sobre essa perspectiva econômica, já no quarto, quinto e sexto parágrafos, o intelectual negro do início do século XX fez menção ao tráfico negreiro praticado contra os africanos, entendidos como “machinas humanas” usurpadas e empregadas como “capital”, para promoção de “lucros fabulosos”. Essas passagens em seu texto promovem uma nítida leitura economicista sobre a ideia da escravidão e de uma coisificação do

negro, onde o ser humano é destituído ontologicamente como tal, à serviço da expropriação da sua força de trabalho.

Na sétima parte do texto, o pensador inicia a sua guinada para o que acredita ser a retomada da liberdade da raça negra e da sua respectiva dignidade como seres humanos plenos. Por mais que tenha agradecido à Princesa Izabel, no primeiro parágrafo, como já explicado acima, o autor menciona diversos nomes abolicionistas como corresponsáveis pelo fim da escravidão. Também lembra que esses ficariam orgulhosos com o resultado de suas iniciativas e sacrifícios. Por fim desse parágrafo, o autor cria uma clara distinção entre a escravidão e o moderno, naquilo que podemos concluir como condições econômicas dissonantes entre o “atraso e o moderno”. Outrossim, pode-se concluir que o atraso, como dito pelo próprio Deocleciano, era a figura do cativo e dos homens sendo usurpados como máquinas humanas. Já o moderno seria a derrocada do cativo, o fim da coisificação da raça negra, além do conforto para suprir as necessidades da forma que forem pertinentes ao negro.

Desta maneira moderna, infere o autor, a evolução da raça dependeria unicamente dos próprios negros, esses estariam livres para promover o que fosse necessário para atingir o máximo do seu desenvolvimento.

Para interpretação do pensamento do Deocleciano Nascimento, antes de mais nada, é importante salientar a ideia da abolição como um marco de transição. Esse marco estipula o conceito já trabalhado no texto anterior no qual a condição escravocrata seria ratificada em premissas atrasadas que diminuiriam o negro da sua categoria de humano, limitando sua liberdade e expropriando sua força de trabalho a partir da violência e da barbárie. Mais uma vez, como no texto acima do Luiz Barbosa, a condição moderna atribuída ao negro, ou seja, de ascensão ao modelo liberal de pertença social como um indivíduo, no pós abolição, significou a pura concepção de emancipação política, vista aqui por ocasião da revisão da teoria marxista. Não é creditado à ideia de superação da exploração entre classes sociais, como o objetivo último da verdadeira liberdade para o homem, como visto no pensamento do Ejalves. E, analiticamente, o Antigo Regime e suas práticas servis seriam análogos à escravidão, enquanto o contexto pós abolicionista significaria o modelo liberal de organização social no qual o negro encontraria sustentação política para suprir sua justa demanda por “liberdade”.

O penúltimo texto analisado dentro dessa discussão acerca da ideia de emancipação das classes populares é “TREZE DE MAIO” de Luis de Souza, publicado em 13 de maio de 1927, no jornal “O Clarim da Alvorada”. O texto será reproduzido na

íntegra para uma melhor compreensão do seu conteúdo.

Irmãos! É hoje o dia que se comemora a data da libertação dos escravos. Data em que foi extinta para sempre a escravidão negra no Brasil. Portanto, o dia do nosso incomensurável jubilo, da nossa alegria sem par, em que as fibras dos nossos corações se agitam, pulsando fortemente ante tantas manifestações. Em cada olhar nota-se a expressão de gratidão, em cada lábio a expressão do jubilo, e em cada peito percebe-se o arfar forte, dando-nos demonstração de orgulho. Este grandioso feito devemos a; Antonio Bento, José do Patrocínio, Luiz Gama e muitos outros que tudo fizeram para o engrandecimento da raça negra no Brasil.

Esses foram os nossos homens de hontem, foram os que não mediram sacrifícios, não pouparam esforços para a realização do seu ideal, que é o nosso. Lutaram com intrepidez, com bravura, afim de ver um dia a liberdade do negro captivo. A esses heroicos devemos render no dia de hoje, as nossas los dignos de aplausos. Aplaudamos pois os homenagens, honrando os seus nomes e fei-abolicionistas que coadjuvaram para a evolução da nossa raça. Irmãos!... Imitemol-os, a nossa classe necessita de homens. Trabalhem para que vejamos alto, bem alto a nossa classe. Unamo-nos, esforcemo-nos, estudemos, para o melhorio da raça negra. Ella necessita de um hospital para o amparo dos nossos patrícios inválidos, necessitamos de Jornaes, como já temos o CLARIM D'ALVORADA, pequeno na verdade, no entanto, essa pequenez toma vulto de gigante, pois grande, soberbo, é o ideial pelo qual elle se bate. Não se pejam de ver a classe desprovida do elemento mais precioso? – A união, - si unirmos, dentro de poucos anos seremos outros, teremos tudo quanto almejamos, como sejam: Hospitaes, Jornaes, Caixas beneficentes, etc. etc.

Portanto, unamo-nos, a classe nos chama, corremos a ella e ergamol-a dos escombros. Com um pequenino esforço de cada, poderemos tão facilmente levar avante o nosso ideal, e mantermos uma posição mais elevada em nosso meio social. Oh! Mocidade, despertai, estudaí para o engrandecimento da raça, pensai nos vossos filhos, nos homens de amanhã que virão lutar em pról dos nossos interesses. Para que este desperdiço de tempo? Trataremos então de estudar, de trocarmos de ideias, deixando de lado esta ilusão em que nos afundamos. Oh, irmãos, cooperai para a evolução da nossa classe e para o orgulho do nosso Brasil. Não poupai esforços, trabalhai com afinco, que algum dia vereis rodeados de êxitos. Então o nosso ideal será um facto, e o nosso futuro, portentoso no concerto dos póvos. (O Clarim da Alvorada, 13 de maio de 1927)

O título desse pensamento remete à ideia de abolição, como no texto anterior. Também como tal, a ideia do fim da escravidão é concebida como um marco entre duas situações diferentes para o negro, naquilo que se refere à liberdade.

Logo na primeira parte do pensamento, o autor se refere aos interlocutores negros que são o público alvo do jornal, lembrando o “13 de maio” como uma data de liberdade onde a escravidão tinha sido extinta para sempre. O pensador atribui essa nova condição libertária à alguns abolicionistas, postulando seus respectivos papeis no enaltecimento da raça negra brasileira.

Na segunda parte do texto, o pensador reforça a importância dos abolicionistas, seus sacrifícios, bravura e luta no combate ao regime escravocrata. Estipulando que a raça negra tinha evoluído por ação desses protagonistas. Ainda nesse segundo parágrafo, o autor consagra a ideia de ação e união entre os homens de cor pelo melhoramento e

aprimoramento da raça como um todo. Essa coordenação de esforços era, na visão do pensador, aquilo que proporcionaria o que a raça demandava nessa nova realidade de liberdade. Ao que tudo indica, a ação dos abolicionistas, sobretudo os negros, promoveram o engrandecimento ou evolução da raça a partir da conquista da liberdade da mesma forma que, naquele contexto do pensador, as pessoas de cor deveriam promover a evolução da raça, já em liberdade, pela união e conscientização de grupo.

Quando no terceiro parágrafo Luis de Sousa reafirma a necessidade de união, dizendo que a “classe nos chama”, essa classe é a forma de se referir não às classes sociais no modelo marxista, mas sim a própria ideia de união racial. Somente a conscientização da raça como tal, promoveria um movimento do negro de erigir-se no meio social, atingindo posição elevada e respeitável. Nesse mesmo trecho, o autor reafirma a receita liberal padrão desse desenvolvimento, no ambiente de liberdade conquistado pelos abolicionistas de outrora, lançando mão da educação como a ferramenta indispensável à tarefa. Ao término das suas proposições, o intelectual negro cita a troca de ideias, a necessidade de união, o aprimoramento pela educação e o trabalho com afinco como o caminho para exaltação e dignidade negra, em relação aos demais povos.

No que diz respeito à emancipação das classes populares, esse pensamento tem similitudes e alguma coisa de peculiaridade em comparação aos dois últimos casos vistos logo acima. Naquilo que se refere às similitudes, podemos destacar a própria função social da abolição, com destaque para os abolicionistas negros, vista não só como a consagração da liberdade pelo fim da escravidão, mas fundamentalmente como o instrumento que promoveu a igualdade entre os mais variados povos. Essa liberdade deixaria a ascensão social a cargo do próprio negro, uma vez que esse estaria em uma disputa “livre, justa e harmônica”, na qual bastaria o esforço e a vontade para se desenvolver socialmente ao patamar de qualquer outra raça. A consagração da superação do regime “escravocrata” de expropriação e a constatação da liberdade liberal como ambiente último para a superação das diversidades sociais, fazem desse pensamento de Luis Sousa um pensamento alinhado com as ideias de Luiz Barbosa e Deocleciano Nascimento vistas logo acima.

No que tange à peculiaridade do pensamento, pode-se citar a “união” e conscientização racial negra como algo evidenciado ao longo do escopo do texto acima. Assim, não só a emancipação política, promovida pela abolição, apresenta-se como obra fundamentalmente ligada aos abolicionistas negros, mas também a ascensão nesse novo regime livre dependeria necessariamente da coordenação e trabalho em conjunto dos homens de cor, como um grupo ou “classe”, sem destaque ao elemento individual. O

regime liberal no qual o negro virtualmente passara a fazer parte, depois de 1888, era fomentando como o ambiente perfeito à liberdade da raça, que só consolidaria a sua emancipação política, de fato, a partir da conscientização de grupo, não para superação do regime, mas sim, para sua perfeita acomodação nesse modelo.

Desta forma, pode-se observar em perspectiva analítica, a ideia marxista de *classe por si e em si*, já vista acima, como um fator importante para o movimento necessário à evolução negra, citada pelo autor. Um movimento que não ratifica o imperativo de consciência de raça para a superação da *exploração do homem pelo homem* inerente ao modelo liberal de liberdade, mas, pelo contrário, que lança mão dessa tomada de consciência para a promoção de um esforço coletivo de aprimoramento negro aos parâmetros sociais que a liberdade burguesa fornece. É a emancipação política liberal como a fonte última de liberdade.

Por fim desse eixo de emancipação das classes populares, apresentar-se-á o texto “O POVIR DA RAÇA NEGRA” de José Correia Leite, publicado em maio de 1935, no jornal “O Clarim”. O texto será transcrito de forma integral, pois todo o seu escopo é pertinente ao debate proposto aqui.

13 de Maio é uma data que assignala uma jornada, no tumulto das ideas e das realizações do povo brasileiro. A data de hoje, passa sem o cunho respeitável dessa significação nacional. Mas, contudo, é expressivamente comunicativa ao sentimento da raça negra. O povo negro, faz as suas manifestações porque qualquer cousa de humano o 13 de Maio symboliza. Talvez seja o marco contemporaneo das suas afirmações libertárias. O homem negro, desde o advento da chamada <<lei aurea>> é um espectador que se confunde entre os avanços e recuos da nacionalidade. Porém, esforça-se em movimentos-tende a evoluir. Este 13 de Maio, veio alcançar o homem negro, perfeitamente integrado nas luctas politicas sociaes. E, em 17 annos de suposta liberdade, os negros começam a reconhecer a si mesmo. Concitam-se para uma obra de unidade da raça. Surgem os entraves, as luctas de divergência, as explorações dos traficantes, mas, estas determinaram aos negros o caminho firme para o povir.

13 de Maio é um symbolo histórico que a nação brasileira não pode desprezar. Para nós — os negros visionários — é apenas uma ironia a mais que vem servir para contemporizar as nossas penas. São penas que valem para ostentar as emoções que sentimos, quando alongamos as nossas vistas ao passado. Mas para que repisar o passado? Os apóstolos da abolição? Ell-os fibra a fibra no pedestal da posteridade. Estão como testemunhas mudas do destino incerto que foi dado a raça negra após a secular espoliação. E para os martyres que tombaram no eito, regando os cafesaes com seu sangue? Temos um minuto do nosso recolhimento. Glória in excelsis. E depois a vida continua... Enquanto aguardamos a solução decantada do nosso desaparecimento, vamos e marchando lentamente e penosamente, vamos construindo as bases para a nossa emancipação integral. **Negro, enquanto descança carrega pedra.** Essa foi a palavra de ordem e de tormenta, soffrida pelos antepassados. E nós, havemos de carregar pedra, e sobre pedra havemos de construir os alicerces da nossa verdadeira aleluia. E não tardará porque os dias de hoje indicam — somos a raça do futuro.

O título desse texto remete ao futuro da raça negra. Embora não sejam dadas dicas

sobre o que seria esse futuro, o autor propõe algum tipo de reflexão que tende a investigação do destino dos homens de cor a partir da ideia do fim da escravatura, já que o texto foi publicado por ocasião do aniversário da abolição.

No primeiro parágrafo José Correia Leite sugere que a abolição da escravatura demonstra um caminho distinto dentre as diversas ideias presentes na formação do povo brasileiro. Também afirma que esse caminho de liberdade ao povo negro não se mostra respeitado do ponto de vista nacional, mas é extremamente significativo ao povo de cor. Isto pois, a abolição tem um significado especial para o negro, ela simbolizaria uma concepção onde o elemento negro se torna, de fato, um humano. Ainda nessa primeira parte do texto, é possível reparar uma forte oposição aos demais autores trabalhados até aqui no que se refere ao significado da liberdade. Muitos textos analisados nesse eixo temático tem o marco libertário da abolição como uma certeza, mas para Correia Leite, significa apenas uma possibilidade. Por que? Porque apreende-se que a ideia de emancipação e liberdade para a raça negra não se deu totalmente pela ação da abolição, embora essa demonstre um caráter humanizador. Na esteira dessa proposição, o intelectual infere que desde a lei áurea, que acabou com a escravidão, o negro não foi efetivamente emancipado como sujeito político, porque se tornou um mero espectador de “avanços e recuos da nacionalidade”. Nesse sentido, vem lembrar que naquele contexto, o “13 de Maio” serviria para afetar politicamente “o homem negro integrado perfeitamente nas luctas sociaes”. Em seguida o autor volta a questionar a abolição como marco libertário, ao passo que introduz o conceito de *classe por si* ao dizer que “em 17 anos de suposta liberdade, os negros começam a reconhecer a si mesmo”. Desta forma, o autor expõe um questionamento da real liberdade que o modelo liberal proporciona ao negro. Para além disso, ele mostra que dessa relação libertária dúbia, o conscientizar-se como raça se fortalece. Nesse processo de tomada de consciência, os negros se movem para as lutas políticas internas e externas num movimento que indica o futuro de aprendizado e amadurecimento da raça.

Na segunda parte do texto, o pensador dissocia o significado do “13 de Maio” em uma retórica extremamente poderosa e coerente, embora escrita sob um jogo de conflito. Ou seja, reafirma a condição excepcional da abolição como um símbolo histórico para a nação brasileira, não obstante, entende que esse mesmo símbolo carregue uma denotação de hipocrisia para a população negra, pois nunca se concretizou em liberdade real. Essa condição de ironia com a ideia da abolição continua a ser trabalhada pelo autor nas seguintes metáforas de impacto: “(...) Mas para que repisar o passado? Os apóstolos da

abolição? Ell-os fibra a fibra no pedestal da posteridade. Estão como testemunhas mudas do destino incerto que foi dado a raça negra após a secular espoliação(...)” e “(...)E para os martyres que tombaram no eito, regando os cafesaes com seu sangue? Temos um minuto do nosso recolhimento. Gloria in excelsis. E depois a vida continua... (...)”. Se mostra imperioso destacar que José Correia Leite aponta essas contradições da “liberdade” do negro como lamentos que ajudam a promover um esforço dos homens de cor no sentido da construção do que ele entende como “as bases para a nossa emancipação integral.”. Compreendendo que somente a consciência de raça garantiria o movimento na direção da real liberdade. O negro, como “raça do futuro” deveria construir os alicerces da verdadeira “alleluia”⁶².

Assim, o autor entende que a liberdade conferida pela abolição dos escravos, de fato, não significou uma verdadeira emancipação política e social do negro. Converte com o texto do Ejalves em algum sentido mas discorda na solução final do problema. Ejalves entende a formação da consciência de classe proletária como a solução da exploração sofrida pelo negro e por todo e qualquer trabalhador. Já Correia Leite aponta a consciência de raça como o alicerce da verdadeira emancipação e liberdade que o “13 de Maio” não concedeu ao negro e que é de especial implicação aos homens de cor. No que se refere aos demais textos, José Correia Leite, como visto reiteradamente nesse pensamento, discorda que a liberdade da abolição tenha gerado verdadeira emancipação e igualdade ao negro, formando-o como um sujeito político pleno. Para o intelectual, os grilhões de aço caem e continuam os grilhões sociais que só seriam quebrados com a união negra no sentido de se buscar, pelas lutas políticas, a consagração da liberdade plena, que a abolição e o regime liberal não garantiram.

Assim, chega-se ao fim desse eixo de emancipação das classes populares e do trabalho de interpretação da análise qualitativa em profundidade dos textos de pensamento social e político como um todo. Foram três eixos temáticos principais, quinze autores e quinze reflexões divididas de forma simétrica entre as linhas de temas. A saber, nacionalismo, liberalismo e emancipação das classes populares. As ideias trabalhadas aqui não necessariamente personificam de forma essencial o estilo do autor, mas dão um pequeno exemplo de recorte da sua produção, implicada pelo seu contexto histórico, podendo ela ter variado em diversos aspectos ao longo do seu tempo de vida. As ideias, mesmo divididas em eixos por proximidade de assuntos, demonstram variedade argumentativa valorosa e uma completa disposição de, através da imprensa

⁶² Por metonímia, ressurreição.

negra, formar politicamente os homens de cor, principais interlocutores desses pensadores. O objetivo era dar formalidade acadêmica às ideias dos intelectuais negros com a maior amplitude possível do número de autores. Toda a interpretação proposta é um ponto de vista embasado em elementos textuais, teóricos e particulares do pesquisador e não visa esgotar as questões abordadas, mas sim, dar visibilidade para que sejam criticadas e debatidas.

2.4.2.2 As excepcionalidades no Pensamento Negro.

Como visto acima, o campo do pensamento social e político vinculado aos jornais da imprensa negra é bastante vasto, todavia, algumas constâncias se mantêm presentes. A quase hegemônica presença masculina e negra são o exemplo disso. No entanto, mesmo nesse ambiente, algumas excepcionalidades podem ser percebidas. Na esteira dessa proposição, faremos menções ao pensamento feminino e branco, muito rareados mas presentes em alguma medida no levantamento documental. Se mostra necessário informar que, não será dada o devido espaço à essas reflexões porque não há margem para se ampliar o escopo do conteúdo dessa dissertação, embora existam planos para se pesquisar em profundidade toda a categoria de pensamento negro ou vinculado por jornais negros em um futuro doutorado.

Dessa maneira, a análise das excepcionalidades iniciar-se-á pelo texto “O destino da raça negra no Brasil” do autor branco Humberto de Campos, transcrito do jornal da imprensa tradicional denominado “Diário de São Paulo”, de 7 de novembro de 1933 e, republicado na primeira página do “A Vóz da Raça” em 25 de novembro de 1933. O texto será reproduzido na íntegra.

O negro encontra-se, além de tudo, mais deprimido, no Brasil, do que o negro escravo. Antigamente, no tempo do captiveiro, os membros da raça ainda se reuniam para reagir, ainda se reajustavam para lutar. Havia o mocambo, estabelecendo a solidariedade na revolta, e a senzala, renovando-a no sofrimento. Hoje, o preto só se reúne para dansar. Não possuem uma associação inteligente, nem sequer, uma escola. O patrimonio moral da raça e, mesmo, o sentimental,

dissolve-se na materialidade bruta, numa inconsciência alarmante e deplorável. Na introdução ao seu livro “Os Africanos no Brasil”, Nina Rodrigues assinalava, Já, as dificuldades que surgiam para o estudo dos problemas referentes à raça negra. “Para uns—escreve— será assunto delicado e meandroso de tratar, fácil de ferir suscetibilidades respeitáveis! Quantos serão, entretanto, no Brasil, os indivíduos de raça negra? Começam por aí, as dificuldades. Aceitar as cifras oferecidas pelos recenseamentos, seria ingenuidade. Quem enche o boletim da estatística, é o proprio recenseado. E como no Brasil, só se considera negro aquele que não encontra o menor pretexto para considerar-se moreno, é de concluir que os resultados oficiais não representam a verdade, na qual se deve basear a ciencia. Utilizados todavia, para ponto de referencia os algorismos legados pela colonia e pelo Imperio: tomando-se em consideração que, há um século, havia no pais, dois milhões de negros, representando 40% da população, é de concluir que tenhamos, hoje, nada menos de 10 milhões de indivíduos desse sangue, nas suas diversas gradações. E, no entanto, que fazem eles pela sua raça? Onde o documento da sua coesão, ou de qualquer, esforço, com essa tendencia? Em outra passagem do seu livro, o sr. Henrique Pongetti volta a examinar a inferioridade do negro brasileiro, e o sentimento, que dorme no seu subconsciente, dessa inferioridade. Chico Vitrola é um moleque nacional, que se fez ladrão, e que tomou esse nome pelo gênero de objeto que preferentemente furtava. Mas, não penetra, jamais, em palacetes de luxo. Mesmo sozinho, no silencio da noite, alimentava um repeito religioso pela gente branca, possuidora de fortuna. “Tinha vergonha da sua cor, — escreve o sr. Henrique Pongetti, — dos seus pés esparramados de palmípede, do cheiro de suor que era a maldição da sua raça”. Só entrava, por isso, nas casas remediadas. Os palacetes opulentos ficavam para os ladrões brancos, especialmente estrangeiros, de atividade internacional. Ele, da sua parte não tinha coragem...

Uma noite, porém, penetra em casa de luxo. Um alvoroço indizível lhe enche o coração. Será porque se trata de uma casa de gente rica? É possível. Mas, o certo, é que, si houvesse pretos milionários, ele não sentiria o menor constrangimento em lhes galgar a janela do palacete. O revólver tremendo na mão, Chico Vitrola Chega à sala de jantar.

<<Balanço rápido>> particulariza o escritor — alguns contos de reis em pequenos objetos portáteis. Prosseguiu na escuridão, sentindo debaixo dos pés esparramados a carícia dos tapetes veludosos. Numa saleta parou, cheio de espanto. Pela fazenda pregueada da porta de vidro coava-se uma luz vermelha. Era a jovem senhora dona da casa.

E o sr. Henrique Pongetti descreve: <<Olhou pela fresta da porta, subjugando o seu desejo de fugir. A nudez da mulher branca perturbou-o como si os seus pousassem no colar de diamantes. Ela acabara de sonhar, porque havia qualquer cousa de inverosimil nos seus olhos dilatados. Seu corpo se desenhava nítido sobre a colcha cor de lilazes.

Um livro caído se conservava em pé, sobre o tapete, debaixo da sua mão pendente. Vinha do quarto um cheiro bom da riqueza, de carne perfumada, de felicidade>>. E Chico Vitrola, amedrontado, fugiu, na noite silenciosa...

É essa realmente, hoje, a mentalidade do negro brasileiro. A escravidão do seu corpo desapareceu. Mas ele continua cativo de alma, submissão de espirito, e temendo, ainda involuntariamente, o feitor e o senhor. E isso porque? Por falta de união. Por falta de guias, de orientadores, de um Moises que os reuna, os discipline, e os conduza à Terra Prometida, isto é, a uma vida melhor em que possam tirar de si mesmos, pelo estudo e pelo trabalho, como nos Estados União, os tesouros de sentimento e de inteligência de que são hereditariamente depositários.

Dar-se-a, porem, esse Milagre? Os dez milhões de negros existentes no Brasil chegarão a organizar-se socialmente, saindo da passividade e da mediocridade em que se encontram, e a que os condenou a imprevidência da monarquia, atirando-os as cidades, ignorantes e primitivos, com a lei de 13 de Maio?

Eu não creio nesse prodígio. Exceptuados os cinquenta ou cem pretos que se destacaram da massa étnica e vivem isolados, os negros brasileiros vão se deixando anular sem protesto, antes com uma volúpia de servir, que é o ultimo remanecente da escravidão. Prolíficos, a fecundidade assegurar-lhes-á a resistência, bloqueadas pela civilização branca. Mas não sairão da inferioridade

em que vivem, nem darão à comunidade figura patrimoniais, como as deram no cativo, quando o branco lhes impunha a sua disciplina com o seu convívio. E a raça negra desaparecerá, após uma agonia lenta e anônima de dois ou três séculos, absorvida pela raça dominadora cujas ondas se avolumam com a imigração, ficando apenas, da sua passagem nos povos em que o Brasil de hoje se dividir, um pouco mais de sentimentalidade na alma dos homens, e uma centelha a mais, e uma tonalidade mais dourada no olhar e na tez das mulheres... (A Voz da Raça, 25 de novembro de 1933).

No título do texto, o intelectual branco concebe um pensamento que remete à discussão da ideia de raça no país, sobretudo quanto ao seu futuro. Ao que tudo indica, ele demonstrará uma interpretação do que ele entende como os caminhos de desenvolvimento do negro brasileiro.

Por ocasião da primeira parte desse texto, Humberto de Campos inicia sua argumentação afirmando que o negro, já inserido na sociedade como homem livre do pós-abolição, é mais consternado do que era no tempo da escravidão. Isso não era, na visão do pensador branco, motivado por outra coisa que não fosse a atmosfera de protagonismo político presente nas ações negras de sublevação contra aquele regime. Numa provocação de alta densidade, o intelectual branco infere que, apesar dos tempos de supressão da liberdade, a escravidão era o período histórico no qual o negro se movimentava no sentido de ser um agente político de luta. Esse negro escravizado promovia-se como um sujeito de sua própria história, não a partir da ótica dos grilhões que aprisionavam os corpos, mas a partir das atitudes que demonstravam um espírito político combativo por liberdade. A união, a solidariedade e os objetivos libertários guiavam aqueles homens e mulheres escravizados no sentido da liberdade. O pensador promove essas proposições baseado numa comparação, acima aludida, entre o negro escravizado mas motivado politicamente e o negro livre que não se coloca politicamente, como categoria, por objetivos comuns, se interessando unicamente em “banalidades” como os clubes dançantes. Nessa forma “descompromissada”, segundo o autor, de reunião, “O patrimônio moral da raça, e mesmo sentimental, dissolve-se na materialidade bruta, numa inconsciência alarmante e deplorável”.

No segundo parágrafo, o autor resume alguns pontos de dificuldade, no que se refere o estudo dos problemas relativos à raça negra. Ele cita, por exemplo, a dificuldade de se precisar o número de indivíduos de cor no país, já que seriam os recenseadores que dariam suas opiniões acerca da raça do indivíduo pesquisado e, acreditar na opinião dos recenseadores seria “ingenuidade”. Outra barreira para se entender a real situação do negro no Brasil seria a própria condição de auto declaração que o indivíduo pesquisado por ventura demonstra-se. Isso porque, segundo o autor, só se assumia negro, de fato,

quem não conseguia nenhum subterfúgio para negar sua condição racial, por mais que ela fosse socialmente legítima. Essa situação é apontada pelo autor como outro fator que influenciava negativamente a veracidade dos dados que a ciência trabalhava, concluindo que seria extremamente problemático chegar num número ponderável por puro levantamento demográfico. Sendo assim, assume premissas de controle de homens negros escravizados da época colonial e imperial e faz um cálculo que indica dez milhões de pretos e mestiços no país. Esses seriam um contingente de pessoas de cor que não promoviam politicamente nada por sua raça, de acordo com Campos, na sua vida de liberdade.

Da terceira à sexta parte do seu pensamento, referenciando Henrique Pongetti⁶³, o autor se vira à definição da suposta condição de inferioridade do negro brasileiro, atribuindo uma faceta psicanalítica de entendimento desse povo, sobretudo no que tange ao já mencionado atrofiamento político negro em meio à liberdade da pós-abolição. Deste modo, fomenta com base num personagem fictício, do escritor já citado, a ideia de que o negro “alimenta um respeito religioso pela gente branca” ao passo que “tinha vergonha de sua cor”. Medo, reverência e vergonha do homem branco são os sentimentos atribuídos ao homem de cor pelo dramaturgo que descreve a cena e pelo Humberto de Campos que à resgata para seu próprio texto.

Já no sétimo parágrafo, o autor tenta justificar esses sentimentos atribuídos à mentalidade do negro como um reflexo direto da falta de coesão política e decorrente descompromisso com a condução da raça para uma vida melhor. Isso deixaria os negros à deriva numa submissão estruturada pela escravidão, que não se promove de forma material por correntes e senzalas, mas que perduram através de um condicionamento mental do homem de cor. O autor ainda sustenta que essa situação de melhora de vida se daria pelos negros a partir de si mesmos, com estudo e trabalho, acionando os “tesouros de sentimento e de inteligência de que são hereditariamente depositários.”. Sobre essa dimensão de coerção mental, será necessário fazer menção a Frantz Fanon, no seu livro *Pele Negra e Mascaras Brancas*, embora tivesse a primeira publicação levada à cabo em 1952, dezenove anos depois do pensamento de Humberto de Campos. No sexto capítulo do descrito livro, “O preto e a psicopatologia” podemos entender o seguinte pensamento do Michel Leiris⁶⁴, reproduzido e respaldado, em parte, por Fanon.

[...] a conseqüência da instauração, na consciência-de-si do escravo, de uma

⁶³ Henrique Pongetti (1898 -1979) foi um escritor, jornalista e dramaturgo brasileiro branco.

⁶⁴ Michel Leiris (1901-1990) foi um escritor, etnólogo e crítico de arte francês.

instância representativa do senhor, no lugar do espírito “africano” recalcado, instância instituída nas profundezas da coletividade, que deve vigiá-lo como um exército vigia a cidade conquistada. [...] (LEIRIS, 1950, *apud* FANON, 2008)

No oitavo e nono trechos do seu pensamento, Campos se mostra cético quanto a realização dessa tomada de consciência política pelo povo de cor. Considera a tarefa de “organizar-se socialmente, saindo da passividade e da mediocridade em que se encontram, e a que os condenou a imprevidência da monarquia, atirando-os as cidades, ignorantes e primitivos”, como uma impossibilidade aos negros brasileiros. Percebe-se que a crítica do pensador branco não se acomoda na ideia do indivíduo negro como um elemento essencialmente incapaz, vide o forte elogio à organização política negra do período escravista. Ao que tudo indica, a impossibilidade de reviravolta na situação de supressão política negra é atribuída pelo autor à condição última de resignação e passividade que o homem de cor do pós abolição encarnou. Pode-se entender essa crítica de forma sintética a partir da seguinte afirmação do autor, já no nono parágrafo: “Excepuados os cincoenta ou cem pretos que se destacaram da massa étnica e vivem isolados, os negros brasileiros vão se deixando anular sem protesto, antes com uma volúpia de servir, que é o ultimo remanecente da escravidão.”

Por fim, Humberto de Campos entende que essa passividade, essa pouca capacidade de se organizar politicamente como nos tempos da supressão da liberdade, fariam o negro desaparecer, por mais prolíficos que fossem, no “caldeamento” das raças. Isso, pois, o processo da imigração branca se avolumava e produzia, de forma cada vez mais eficiente, o embranquecimento da população.

O porquê da escolha estratégica desse texto, sendo ele de um autor branco, e na primeira página do “A Vóz da Raça”? Imagino que a resposta esteja nas características de interpretação da situação do negro no país dadas pelo autor. Na visão dele, o negro é capacitado, forte, já mostrou suas habilidades de luta e organização política durante a escravidão, é inteligente e bom. Todavia, se acomodou com a “liberdade” do pós abolição, perdeu seu senso crítico, não se coordena e não se mostra unido pelos seus objetivos desde então, mostra-se fraco e incapaz perante o branco e, isso, não se dá por outro motivo que não seja o próprio desleixo do homem de cor em ser sujeito de sua própria história. O final do texto, em que o destino do negro é se transformar em um resquício brasileiro vem ao encontro dessa crítica à apatia da raça. Os dirigentes do jornal negro claramente caminharam no sentido de incitar à prática política no seu público de cor. Isto porque, sendo produzido por um autor branco, e publicado num jornal tradicional, a ideia engendrada sobre o que era o negro ganhava status diferenciado, pois era promovida para

toda a sociedade e não apenas de negros para negros. Ou seja, mostrava uma legitimidade social para um argumento comumente utilizado pelos intelectuais negros. Qual seria ele? Que o negro só poderia existir socialmente e ser livre, de fato, na medida em que se unia e se movimentava politicamente no sentido dos interesses em comum.

Nosso segundo texto analisado nesse conjunto de reflexões excepcionais é “O que será deles...” da Eunice, publicado no jornal “O Clarim” em março de 1935. Esse texto não será transcrito na íntegra, excluir-se-á o segundo parágrafo, em que apresenta-se um caso de racismo no horário infantil cuja uma criança lamenta o fim da escravidão. O pensamento da autora sobre o ocorrido iniciar-se-á no trecho imediatamente posterior e, a partir dele, todo o texto será reproduzido na íntegra! Segue:

É lamentável se dizer que num paiz como o nosso, cheio de opulências onde a cultura se esboça vertiginosa, cresce também com o seu progresso, o preconceito absurdo. [...]

[...]

Eis um facto provando que até as próprias creanças já fazem distinção de cor. Deante disso o que devemos fazer? Precisamos trabalhar com ardor, afim de mostrar aos brancos que também temos capacidade. Continuar como nossos avós que embalaram o Brazil pequenino, com a sua força muscular, lutar também, provando uma tensão muito maior a força moral e intellectual.

Não é só com a espada que se torna heroe, mas também, com palavras e acções. Será que os negros não sentem os prejuízos originados pelos preconceitos?

Somente nas organizações modelares é que se pode lutar pela a nossa emancipação.

Moças, minhas patrícias, é de nós mulheres que talvez dependa uma partida da resolução desse problema. Imitemos as mulheres de outrora. sejamos corajosas, trabalhamos em prol da nossa geração, dentro das organizações de finalidades sãs e seguras.

Sejamos como uma heroína do passado, uma Luiza Mahin e outras mulheres que se evidenciaram na história.

Esforcemo-nos para o progresso do C.N.C.S. de modo a formar um forte contra o qual o seres de outras raças não terão armas para destruí-lo.

Si não pensarmos assim o que sera de nossos sucessores?

Pelo título do texto, entende-se que a autora faz uma pergunta enigmática voltada para algum grupo. Aqui ainda não é definido qual corte de grupo estaria voltado essa pergunta, mas pelo decorrer do texto parece que se refere às próximas gerações de negros. No primeiro parágrafo, Eunice afirma que apesar dos progressos do país, o preconceito se mostrava como uma realidade crescente. A autora distinguiu a ideia de desenvolvimento econômico do Brasil da ideia de superação do preconceito racial. Nesse sentido, a constatação da pensadora vai em acordo com algumas leituras que interpretavam aquele momento social e político brasileiro. Um exemplo dessa consonância se encontra no pensamento de Marcelo Paixão, por ocasião do livro *A lenda da Modernidade encantada: por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre*

relações raciais e projetos de Estado-Nação (2014). O economista, em diálogo com o sociólogo Florestan Fernandes e se referindo à conjuntura de preconceito racial do pós-abolição, afirma:

[...] após o fim da escravidão, a dinâmica da sociedade (de classes) brasileira teria sido transferida para o binômio fazendeiro do café/imigrante, e, ao longo do século XX, para o binômio burguês/operário. Não obstante, ambas as polaridades teriam sido ocupadas por pessoas de peles claras, ou nos termos do autor, constituíam o *mundo dos brancos*. Assim, o modelo capitalista periférico e dependente não haveria sido generoso o suficiente para abrir as portas da sociedade de classes aos brasileiros de todas as cores. (PAIXÃO, 2014)

Por sua vez, o próprio Florestan Fernandes, na sua obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes vol 2*, entende que para os negros “a desintegração da sociedade *estamental* e de castas não os favoreceu socialmente, pois eles se convertem, rapidamente, em elementos residuais do sistema social” e “viveram dentro da cidade, mas não progrediram com ela e através dela.” (FERNANDES, 1964 *apud* PAIXÃO, 2014). Nas palavras do próprio economista contemporâneo, em mesma obra de edição mais recente:

[...] as manifestações do “preconceito de cor” interferem nos mecanismos de integração do “negro” à vida social normal. Como se ainda tivesse pleno vigor o padrão tradicionalista de relação racial assimétrico, “cor” e “posição social inferior” se associam num verdadeiro círculo de ferro. Os brancos intolerantes apegam-se à “cor” e fundamentam suas avaliações em atributos herdados racialmente; os brancos tolerantes repelem esses critérios, mas sucumbem, de uma maneira ou de outra, às avaliações tradicionalistas. No fundo, pois, qualquer que seja o ângulo de que o encaremos, como polarização “racial” ou como polarização “social”, o “preconceito de cor” preenche as mesmas funções. Ele concorre seja para manter a distância social entre os dois estoques raciais em presença; seja para dificultar a classificação e a ascensão sociais do negro e do mulato; seja, por fim, para diminuir o impacto das influências modernizadoras da ordem social competitiva sobre o sistema tradicional de relações raciais. (FERNANDES, 2014)

Na segunda parte da transcrição, terceiro parágrafo no texto, a autora ratifica que a distinção de cor no Brasil é um fato até mesmo dentre as crianças e que a saída para essa situação de preconceito absurdo seria o afincamento num trabalho de desenvolvimento econômico, moral e intelectual do povo de cor. Nesse sentido, a autora usa a roupagem “liberal padrão” de superação do preconceito a partir do mérito pelo esforço dos negros.

No quarto parágrafo, a intelectual fomenta a mobilização dos negros a partir de um contexto de solidariedade, fugindo, em certa medida, de uma centralidade no indivíduo e deslocando o principal motor de mudanças, já ratificadas no mérito e no esforço, para as “organizações modelares” que seriam a forma de luta por emancipação. Dessa

passagem se segue que a pensadora compreende uma conjuntura social e política de liberdade limitada ou irreal para a população negra, onde a necessidade de se organizar politicamente, para promover as condições de desenvolvimento da raça, serviriam à verdadeira emancipação.

No quinto parágrafo, a autora guina ao chamado feminino negro à luta política. Fomentando a ideia de centralidade feminina na resolução do problema do preconceito racial. Para tal chamado à ação, a pensadora foca em mulheres de referência política e histórica da luta negra, fomentando a necessidade de coragem e imbricação nos coletivos políticos das pessoas de cor. O grande exemplo feminino de movimentação política no meio negro, utilizado pela autora como referencial é Luísa Mahin⁶⁵.

Na parte final do seu pensamento, Eunice reitera a necessidade de se fortalecer os coletivos políticos, como C.N.C.S. de modo a criar uma instituição forte cuja a ameaça de outras raças não poderia se efetivar em destruição da iniciativa negra. Por último, entrega a resposta para o título enigmático. “O que será delles...” que pode ser entendido como “O que será dos nossos sucessores?” se a mobilização negra não acontecer.

A autora demonstra uma qualidade militante altamente centrada na figura da mulher negra como público alvo. Seu pensamento versa sobre as disparidades raciais e sociais que permanecem no país a despeito da ideia de progresso econômico e, as formas de se combater essa discriminação, sobretudo a partir da mobilização política com realce à mulher negra.

Suas ideias demonstram uma necessidade de se visibilizar as reflexões mais periféricas dentro desse eixo de Pensamento Negro que, em si, já se mostra deslocado dos grandes esforços de interpretação acadêmica.

⁶⁵ Nascida em Costa Mina, na África, no início do século XIX, Luísa Mahin foi trazida para o Brasil como escrava. Pertencente à tribo Mahi, da nação africana Nagô, Luísa esteve envolvida na articulação de todas as revoltas e levantes de escravos que sacudiram a então Província da Bahia nas primeiras décadas do século XIX. Algumas evidências apontam Luísa Mahin como mãe natural do poeta abolicionista Luiz Gama. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=26662>. Acesso em: 10 outubro 2018.

CAPITULO III

O PENSAMENTO SUBALTERNO

O pensamento negro trabalhado nessa pesquisa pode ser compreendido, em alguma medida, pelo viés analítico da subalternidade. O exercício de se entender a ideia do pensamento subalterno força a investigação da origem e dos limites de utilização desse termo no campo das Ciências Humanas e Sociais. Dessa maneira, esse capítulo, em especial, procurará sintetizar uma argumentação que compreenda a produção intelectual da imprensa negra paulista, estudado nessa pesquisa, a partir da chave de análise subalterna. Essa iniciativa demonstra um qualificador extra do pensamento social e político brasileiro negro daquele contexto, que precisa ser discutido.

Destarte, afirma-se que essa ideia de “subalternidade” tem origem na teoria social gramsciana. O autor em questão, por ocasião da sua obra: “Cadernos do cárcere” de produção da década de 30 do século XX, cunhou as noções de classes e grupos subalternos. Esses conceitos são amplamente utilizados no estudo políticos, sociais e históricos contemporâneos. (ROIO, 2007)

Segundo Roio (2007), o desafio em questão, ao que parece, é desvencilhar-se das consequências nocivas de uma ampla difusão dos conceitos elaborados por Gramsci, a rigor, os variados significados atribuídos à sua teoria pelo uso comum dentro e fora da academia. E, então, tentar extrair uma ideia originária do que é o “subalterno” em Gramsci, o porquê de sua utilização e quais os desenrolares teóricos valorosos e pertinentes à nossa pesquisa que, hoje, são utilizados no campo acadêmico.

Sendo assim, seguir-se-á o caminho de indicar o fundamento original do conceito, bem como suas implicações no contexto político onde era inserido, a saber, Itália do começo do século passado. Logo depois, buscar-se-á uma compreensão acerca das novas leituras que carregam influência gramsciana em seu escopo teórico. Nesse sentido, os *cultural studies*, seus alicerces e principais nomes devem ser mencionados, ainda que de forma sintética e simplista.

Por fim, espera-se chegar em condições de se formalizar uma base ao entendimento da discussão proposta por Clovis Moura (1988), e seu pensamento negro subalterno e crítico. Numa investida acadêmica que preza por esse recorte bem definido de discussão.

3.1 Breve análise dos diferentes fundamentos do conceito “subalterno”.

A perspectiva gramsciana de subalternidade toma vida própria e se desenvolve a partir de diversas mentes e contextos que extrapolam a condição material de análise econômica de um fenômeno específico. A rigor, Antonio Gramsci promovia uma teorização que desse conta da experiência de fragmentação das classes dominadas na luta política da Itália, no início do século XX, contra fascistas e contra o capitalismo. Roio (2007) realiza esse quadro de distanciamento do sentido econômico materialista da ideia do “subalterno” em Gramsci, da seguinte forma:

Não há dúvida de que a perspectiva universalizante de Gramsci sugere, mesmo para o capitalismo contemporâneo, uma ampliação e diversificação do conceito de subalterno, como teremos ocasião de discutir. Afinal, subalterno, do ponto de vista etimológico, significa apenas o outro inferior ou inferiorizado. Mas o que deve ser por agora destacado é que parte significativa desses estudos decorre de pressupostos teórico-metodológicos que se colocam num campo bastante distante de Gramsci, que partia de pressupostos muito diferentes, quando não antagônicos a esses. Para Gramsci, a determinação essencial encontra-se nos fundamentos materiais da realidade em movimento contraditório. (ROIO, 2007)

Antes de qualquer coisa e, mesmo aceitando que o termo “subalterno”, etimologicamente, é bem abrangente, ainda assim, existe um fundamento marxista de cunho materialista dialético na ideia originária feita pelo autor clássico Italiano. Por mais que existam desdobramentos culturalistas sob a égide dessa teoria, um grau de entendimento acerca da especificidade econômica do conceito é evidente. A respeito, pode-se notar o papel útil de sua aplicação naquilo que se refere uma ampliação de escopo das fragmentadas classes oprimidas pelo capital, num sentido de orientação política comum. Dessa maneira,

A vida fragmentada das classes subalternas era vista por Gramsci como uma característica da própria situação social em que se encontram esses agrupamentos, submetidos à exploração e à opressão. Mas essa condição deve ser superada historicamente, pois à medida que essas classes deixam de ser subalternas e passam a disputar a hegemonia, ganham organicidade e a perspectiva da totalidade. (ROIO, 2007)

Ainda segundo Marco Del Roio (2007), o pensador clássico italiano era um fiel adepto das doutrinas marxistas que viam a centralidade da luta política na auto-organização dos trabalhadores e na centralidade operária do ambiente fabril. Com efeito, sob a forte orientação marxista que guiava suas pretensões de superação da exploração do capital, Gramsci pouco ou nada atentava para uma parcela de trabalhadores que também estavam alijada do meio de produção, ou seja, o campesinato. Essa negligência

só começou a mudar em 1919, quando:

[...] numa perspectiva fortemente marcada pela guerra e pela revolução socialista internacional, notava que o campesinato se tornava uma força motriz da revolução socialista, fosse na Rússia ou na Itália. Percebia, então, que “quatro anos de trincheira e de exploração do sangue mudaram radicalmente a psicologia dos camponeses. Essa mudança se verificou principalmente na Rússia e é uma das condições essenciais da revolução. O que o industrialismo não determinou com seu normal processo de desenvolvimento foi produzido pela guerra”. (GRAMSCI, 1995 *apud* ROIO, 2007)

Dessa forma, o pensador político italiano do começo do século XX passou a lidar com uma nova forma de compreender a centralidade da luta política. Não mais depositando exclusivamente sua disposição teórica no ambiente de fábrica e no operariado, mas, sim, fomentando uma coalizão entre os grupos da classe dominada, numa iniciativa de união entre campesinato e operariado numa frente de luta política e econômica dos subalternos. Como pode-se compreender a partir da seguinte passagem:

Na qualidade de deputado comunista e de principal dirigente do PCI, Gramsci encontrava-se então tomado pelo empenho de desenhar a estratégia da frente única para a Itália, que deveria encontrar na aliança operário-camponesa o núcleo gerador da revolução socialista. A fórmula política da frente única foi a chave para que Gramsci não só traduzisse Lênin para a particularidade da Itália, mas que pudesse encontrar um novo lugar para o campesinato na estratégia revolucionária. Esse sujeito revolucionário, tão importante quanto o peso econômico e demográfico que desempenhava, foi, mais tarde – nos Cadernos do cárcere –, colocado num conjunto denominado como “classes subalternas”. (ROIO, 2007)

Tendo marcado de forma incisiva essa condição “materialista econômica” da criação do termo “subalterno” nos anos 30 do século passado, por Gramsci, cabe agora voltar atenção aos desdobramentos contemporâneos desse conceito que, como já aludido, atualmente não se prende ao viés econômico para engendrar teoria. Bem como já explicado na introdução desse capítulo, uma parte importante da teoria que se apropria do conceito gramsciano de “subalterno”, são os *cultural studies*⁶⁶. Del Roio (2007) aponta

⁶⁶ *Cultural studies is an innovative interdisciplinary field of research and teaching that investigates the ways in which “culture” creates and transforms individual experiences, everyday life, social relations and power. Research and teaching in the field explores the relations between culture understood as human expressive and symbolic activities, and cultures understood as distinctive ways of life. Combining the strengths of the social sciences and the humanities, cultural studies draws on methods and theories from literary studies, sociology, communications studies, history, cultural anthropology, and economics. By working across the boundaries among these fields, cultural studies addresses new questions and problems of today’s world.* Definição do campo acadêmico em questão provido por *Cultural Studies UNC*. Disponível em: <http://culturalstudies.web.unc.edu/resources-2/what-is-cultural-studies/>, acessado em 11 de novembro de 2018.

para duas perspectivas existentes neles, uma que

[...] tende a observar a cultura como elemento determinante, enquanto outra – que não exclui a primeira –, de clara inspiração pós-moderna, tende a encarar a fragmentação das classes subalternas como um pressuposto metodológico e como identidade histórica marcada de positividade (BUTTIGIEG, 1999 *apud* ROIO, 2007).

Os *cultural studies* referem-se à uma teoria que deve as bases de sustentação à alguns nomes importantes no cenário acadêmico internacional, a saber, Foucault e Derridà são os principais. Não obstante, outros autores despontaram nesse cenário teórico que contempla a ideia de subalternos. São esses, Raymond Willians, Edward Thompson, Edward Said e Stuart Hall (ROIO, 2007).

Naquilo que se refere à contribuição de Foucault ao estudo dos subalternos, algumas disposições importantes devem ser salientadas. A primeira que salta aos olhos e merece menção, em função da tácita conexão com o objeto dessa dissertação, é o trato do autor acerca de uma característica evidente nos “subalternos”, o silenciamento. Nesse sentido, pode-se compreender as iniciativas de expressão dos subalternos, de qualquer ordem, tenderem desde o anonimato até a sublimação no esquecimento. Sobre o autor e essa disposição, Isabelita Maria Crosariol (2009) afirma que:

Segundo Foucault, ao serem retiradas do silenciamento a que foram submetidas durante séculos, essas breves narrativas seriam capazes de emocionar e, ao mesmo tempo, de incitar à reflexão acerca das razões de seu sufocamento no passado [...] Além disso, sendo trazidos à tona no presente (ainda que com por meio da intervenção de outros sujeitos), esses discursos revelariam um desejo de enfrentamento em relação ao poder que subjugou a vida desses homens infames, e que os tomou como seres incapazes de participar ativamente da História. (CROSARIOL, 2009)

Ainda na esteira dos comentários de Isabelita Maria (2009) e, diante de uma consequência política e identitária clara dessa noção de silenciamento intrínseca ao subalterno, é possível identificar um quadro de descompasso entre o que se estimula como Nação e o que é, de fato, a comunidade em questão. Em outras palavras, se a subalternidade é atravessada pelo silêncio, quem decide a sua nacionalidade é o “outro”, o que ocupa algum espaço de poder. Essa configuração de arbitrariedade identitária é claramente percebida nas situações de ex-colônias e antigos colonizados, cuja a construção de sua nova experiência nacional se dá, na maioria dos casos, de forma não homogênea e extremamente desigual. É o que a autora fomenta, inspirada em Stuart Hall, no seguinte trecho:

[...] primeiro, o prefixo “pós” não é um marcador temporal, logo, não serve simplesmente para agrupar os discursos produzidos após a independência das antigas colônias; segundo, o “pós-colonial” implica sempre um retorno ao passado colonial, uma vez que, sendo a experiência da colonização um fato que ainda ecoa no presente, não se deve, portanto, ignorá-la; terceiro, o voltar ao passado significa adotar uma postura de releitura e de reescrita da colonização, considerando-se para isso não apenas o que foi dito nos discursos coloniais, mas também aproveitando as lacunas deixadas naquilo que não foi dito. (CROSARIOL, 2009)

Outro pensamento que relaciona as questões de silenciamento e identidade é de Ana Mafalda Leite (2003), também resgatada por Crosariol (2009). No pensamento de Leite, a crítica pós colonial tem que ser voltada para o fortalecimento de uma reinterpretação da discursividade colonial que impera na mediação cultural identitária da situação politicamente renovada, mas que culturalmente exprime as mesmas bases axiológicas anteriores. Nas palavras da Mafalda (2003) resgatada pela própria Isabelita Maria Crosariol (2009):

[...] todas as estratégias discursivas e performativas (criativas, críticas e teóricas) que frustram a visão colonial, incluindo, obviamente a época colonial; o termo é passível de englobar além dos discursos das ex-colônias da Europa, o conjunto de práticas discursivas, em que predomina a resistência às ideologias colonialistas, implicando um alargamento do corpus, capaz de incluir outra textualidade que não apenas das literaturas emergentes, como o caso de textos literários da ex-metrópole, reveladores de sentidos críticos sobre o colonialismo. (LEITE, 2003 *apud* CROSARIOL, 2009)

Outro conceito importante das teorias que lidam com essa mediação cultural, identidade política e subalternidade; é o colonialismo interno. Esse conceito, segundo Letícia Cesarino (2017), obteve evidência nas ciências sociais latino-americanas com nomes importantes como Stavenhagen, 1963; González Casanova, 1963; Cardoso de Oliveira, 1966.

Letícia Cesarino (2017) explica que o colonialismo interno tem, no seu sentido original, uma perspectiva teórica da “construção do nacional”. E, no que se refere à tensão entre subalternos e os que detém poder do discurso acerca da nação, a situação pós colonial é, mais uma vez, um bom exemplo à se observar. Sobre o conceito em si, e o fenômeno que ele personifica, a autora sugere que:

Não obstante a justeza do contraste entre os estados-nação pós-coloniais e os grandes impérios ocidentais que os colonizaram, ele parte de um divisor que superestima a ruptura pós-colonial. Como vários dos autores que abordo aqui, parto da constatação de que muitos dos processos históricos que marcaram a construção e perpetuação dos impérios coloniais têm análogos internos nos

estados-nação nascidos a partir de ex-colônias. É nesse sentido que a ideia de colonialismo interno vem lançar luz sobre processos e relações que são normalmente obscurecidos por noções mais comuns como a de construção da nação. (CESARINO, 2017)

Letícia Cesarino (2017) segue promovendo uma construção argumentativa que reforça os indícios vistos acima. A rigor, embora não cite a questão do silenciamento da subalternidade, de fato, menciona aquilo que é diametralmente oposto, ou seja, a discursividade do mais forte sobre a nação. Nas palavras da pensadora:

Em primeiro lugar, é inevitável que a ideia de construção da nação tenha uma ressonância forte com o ponto de vista historiográfico dos “vencedores”, ou das elites econômicas e políticas que capitanearam a formação dos estados-nação pós-coloniais. Esse processo de construção de hegemonias nacionais na esteira das independências, na América Latina e alhures, tem sido descrito na literatura através de noções já bem consolidadas como a “invenção da tradição” de Hobsbawm e Ranger (1984) e as “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson (2008). Entre os avanços produzidos por essas análises estão as propostas de que estado e nação, embora intimamente interligados, foram historicamente constituídos em relativo descompasso (geralmente, a última vindo a reboque do primeiro); que não há nada imemorial, ou essencial, nas identidades nacionais; e que estes processos históricos têm envolvido relações de poder de longa duração, a partir das quais certos grupos lograram impor sua própria ideologia e interesses como horizonte hegemônico para o restante da nação. (CESARINO, 2017)

A autora acima aproxima a ideia da construção de hegemonias nacionais da ideia de “invenção da tradição”. Essa relação é extremamente pertinente à reflexão sobre subalternidade ou mesmo, pensamento subalterno. Isso porque, segundo Stuart Hall (2013), a tradição é um elemento vital da cultura e está dissociado, em grande medida, da persistência de velhas formas. A associação e articulação dos elementos é o que estaria mais em destaque. O autor realça que esse arranjo, no que diz respeito à cultura nacional-popular, não possui uma posição fixa ou determinada e, tampouco, algum significado que possa ser levado ao longo da história de forma inalienável.

O que se vê, a partir da argumentação proposta aqui, é um cenário de construção da identidade nacional no qual a subalternidade é eficientemente silenciada sobre sua visão de mundo, ao passo que os elementos da comunidade que permeiam os espaços de poder tem na primazia do discurso a principal ferramenta de construção das ideia de nação. E, para as experiências de antigas colônias, isso pode se desdobrar em continuidades de fundamentos desiguais entre imagem construída e real personificação da nação e do seu povo. Todavia, Stuart Hall (2013) defende que:

Os elementos da tradição não só podem ser reorganizados para se articular a

diferentes práticas e posições e adquirir um novo significado e relevância. Com frequência, também, a luta cultural surge mais intensamente naquele ponto onde tradições culturais distintas e antagônicas se encontram ou se cruzam. Elas procuram destacar uma forma cultural de sua inserção em uma tradição, conferindo-lhe uma nova ressonância ou valência cultural. As tradições não se fixam para sempre: certamente não em termos de uma posição universal em relação a uma única classe. As culturas, concebidas não como formas de vida, mas como “formas de luta” constantemente se entrecruzam: as lutas culturais relevantes surgem nos pontos de intersecção. (HALL, 2013)

Sendo assim, o pensador defende que o cenário de “silenciamento” implicado à subalternidade não é absolutamente imutável, pelo contrário, o “discurso dos vencedores” pode ser mais audível ou mesmo ensurdecador, todavia, o silenciamento dos subalternos não significa silêncio dos subalternos. Essa concepção de “tradição” tem que ser encarada como dinâmica, pois, de fato, ela é uma área de disputa desigual, assimétrica e injusta. Contudo, aberta à mudanças das mais variadas ordens por ação da resistência e rebeldia das camadas populares alijadas de serem ouvidas, mas ainda assim capazes de se expressar, portanto, capazes de lutar.

É importante salientar o quanto toda essa discussão alude, em alguma medida, o próprio objeto destacado por ocasião dessa dissertação. Com efeito, a produção do pensamento social e político brasileiro, da imprensa negra paulista estudado aqui, pode ser justamente o ponto de intersecção. Ou seja, o ponto de conflito entre uma tradição hegemônica branca de raízes coloniais e imperiais, que venceu e, portanto, grita a plenos pulmões o que é o Brasil e o brasileiro, e o negro que silenciado que reage culturalmente buscando uma resignificação e “ressonância e valência cultural”.

3.2 Clovis Moura e o Pensamento Negro subalternizado.

Como visto ao longo dessa discussão acerca do conceito de subalterno, temos nas mais diversas sociedades e, sobretudo nas antigas regiões colonizadas, uma tensão entre a tradição, vinculadas pelas classes dominantes e de raízes coloniais, e uma iniciativa subalterna de resistência. Na experiência brasileira, Clóvis Moura⁶⁷ figura como um negro de pensamento crítico, altamente solidário à luta por dignidade do seu povo e um ávido defensor da identidade negra, constantemente questionada pelos discursos discriminatórios das elites. Uma característica extremamente marcante do pensamento desse autor é a capacidade de questionar um dos principais veículos de “vocalização” das elites e silenciamento do negro brasileiro, a saber, a cientificidade. Avesso à ambientes acadêmicos, a sua produção teórica foi edificada sob a premissa da desqualificação científica tradicional, pelo menos no que tange a interpretação de uma ideia de Brasil. Em sua obra intitulada “Sociologia do Negro Brasileiro”, de 1988, o autor negro inicia o primeiro capítulo, denominado “pensamento social subordinado” (leia-se corrompido) da seguinte forma:

Os estudos sobre o negro brasileiro, nos seus diversos aspectos, têm sido mediados por preconceitos acadêmicos, de um lado, comprometidos com uma pretensa imparcialidade científica, e, de outro, por uma ideologia racionalizada, que representa os resíduos da superestrutura escravista, e, ao mesmo tempo, sua continuação, na dinâmica ideológica da sociedade competitiva que a sucedeu. Queremos dizer, com isto, que houve uma reformulação dos mitos raciais reflexos do escravismo, no contexto da sociedade de capitalismo dependente que a sucedeu, reformulação que alimentou as classes dominantes do combustível ideológico capaz de justificar o peneiramento econômico-social, racial e cultural a que ele está submetido atualmente no Brasil através de uma série de mecanismos discriminatórios que se sucedem na biografia de cada negro. (MOURA, 1988)

Mais uma vez, e à luz de Moura (1988), se mostra imperioso ressaltar o quanto uma edificação da ideia de nação, construída, sobretudo a partir dos pensadores das elites, supostamente delineavam o Brasil fomentando o negro como um absoluto e indesejável acidente. Os trezentos anos de escravidão e tráfico negreiro seriam de importância diminuta e indesejável nas mais diversas chaves analíticas que produzem diagnósticos

⁶⁷ Clóvis Steiger de Assis Moura, negro, nasceu em 1925, em Amarante, no Piauí. Ingressou no PCB nos anos 1940, trabalhando como jornalista na Bahia e São Paulo. Foi um dos raros intelectuais que acompanhou o PC do B na ruptura de 1962. Nos anos 1970, destacou-se pela militância junto ao movimento negro brasileiro. Clóvis Moura produziu importante obra sociológica, histórica e poética. Disponível em: <http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=57>. Acessado em: 12/11/2018.

sobre o que era e como deveria ser a nação brasileira. Ao povo, independentemente do contingente da população de cor, deveria ser garantida à todo custo, a capacidade de se reproduzir em conformidade à uma ascendência europeia branca e, o negro, esse seria equalizado como um distúrbio, um problema para viabilidade de povo, em última instância, um alienígena à nação brasileira. Ainda na esteira da crítica feita pelo intelectual negro do Piauí, pensadores como Renê Ribeiro, Gonçalves Fernandes, Ulisses Pernambucano e Arthur Ramos tinham o negro como esse problema exótico ao que era de fato o povo, independente da composição e formação do próprio país ter sido à sombra de milhões de negros escravizados. Mesmo Gilberto Freyre, na visão do intelectual negro marxista, montara uma “tentativa sistemática e deliberadamente montada para interpretar as contradições estruturais do escravismo com simples episódio sem importância”. Inclusive reforçando uma fantasiosa harmonia entre exploradores e explorados. Nas palavras de Clóvis Moura (1988):

Todos esses trabalhos procuravam ver, estudar e interpretar o negro não como um ser socialmente situado numa determinada estrutura, isto é, como escravo e/ou ex-escravo, mas como simples componente de uma cultura diferente do *ethos* nacional. Daí vemos tantas pesquisas serem realizadas sobre o seu mundo religiosos em nível etnográfico e sobre tudo aquilo que implicava *diferença* do padrão ocidental, tido como normativo, e tão poucos estudos sobre a situação do negro durante a sua trajetória histórica e social. Minimiza-se por isto, inclusive, o número de escravos entrados durante o tráfico negreiro, fato que vem demonstrar como esses estudos, conforme já dissemos, assessoram, consciente ou inconscientemente, e municiam a subjacência racista de grandes camadas da população brasileira, mas, especialmente, o seu aparelho de dominação. (MOURA, 1988)

O intelectual negro de vertente marxista elabora sua crítica de modo a compreender o “pensamento social da inteligência brasileira” como um constructo ideológico subordinado à visão de mundo das elites brasileiras que, entre outros vieses, se mostra “parcial ou totalmente alienadas por haverem assimilado e desenvolvido a ideologia do colonialismo” (MOURA, 1988). O serviço que Clovis Moura presta, antes de mais nada, se expressa na interpretação da realidade brasileira a partir da discussão acerca do conceito de subalternidade e construção de nação que foi construído até aqui, embora não precise esgrimir a teoria de maneira detalhada. A correlação entre os mecanismos de silenciamento e submissão apresentados no começo desse capítulo e a visão da conjuntura social, política e cultural do autor são facilmente percebidos, sobretudo nessa passagem de outra de suas obras, “Raízes do Protesto Negro” de 1983. Perceba que o “silenciamento” ganha contorno no mito da democracia racial.

Essa ideologia de dar as costas às origens étnicas do negro, isto é, a formação de uma sociedade supostamente aberta vem acompanhada do mito da democracia racial que é um elemento desarticulador da consciência crítica e revolucionária do negro brasileiro. A chamada democracia racial é, portanto, o suporte ideológico no qual se assenta uma política discriminatória, racista, de extermínio físico e social contra o negro brasileiro. (MOURA, 1983)

Na esteira da argumentação do autor, o subtópico “3”, do primeiro capítulo da mesma obra utilizada até agora, de sua autoria, amplia o escopo dessa projeção de hegemonia de discurso das elites sobre uma construção de nação, altamente fundada em preceitos coloniais e, como tal, que desqualifica o negro como um elemento partícipe e consubstanciado à ideia de Brasil. Por ocasião dessa parte de sua reflexão, outras áreas do saber, para além das de cunho cientificista, são lembradas pelo autor. Ele afirma que:

Este aspecto alienante que se encontra na literatura antropológica, histórica e sociológica, e que tem raízes sociais na estrutura despótica e racista do aparelho de Estado escravista, e, posteriormente, na estrutura intocada da propriedade fundiária, encontra-se, também, na literatura de ficção da época do escravismo, com desdobramentos visíveis e permanentes após a sua extinção. O mundo ficcional, o imaginário desses romancistas ainda estava impregnado de valores brancos, o seu modelo de beleza ainda era o greco-romano e os seus heróis e heroínas tinham de ser pautados por esses modelos. E a nossa realidade ficava desprezada como temática: os heróis tinham de ser brancos como os europeus e a massa do povo apenas pano de fundo dessas obras. (MOURA, 1988)

Por fim, o autor se volta à reação negra aos desmandos desses silenciamentos. Para Clovis Moura (1988), as tentativas de sublevação negra contra as diversas investidas das elites, a partir dos mecanismos citados acima, e a imprensa negra paulista do começo do século XX é um exemplo dessa resistência, demonstram “O negro como ser pensante e intelectual atuante [que] articula uma ideologia na qual unem-se a ciência e a consciência.” (MOURA, 2018). O autor continua sua posição explicando as limitações desse posicionamento negro, nas suas palavras:

Evidentemente que não se pode falar, ainda, em uma consciência plenamente elaborada, mas de uma posição crítica em processo de radicalização epistemológica a tudo, ou quase tudo, o que foi feito antes, quando se via o negro apenas como objeto de estudo e nunca como sujeito ativo no processo de elaboração do conhecimento científico. (MOURA, 1988)

Por sua vez, o pensador piauiense sugere que em face dessa nova realidade (constatação do negro em posição combativa), as experiências dos negros estabelecendo uma contra ideologia branca ou ideologia negra a partir de teoria social, é rejeitada academicamente como pensamento brasileiro. Mesmo em uma posição analítica retrospectiva, feita na contemporaneidade,

[...] muitos cientistas sociais acadêmicos não aceitam, ainda, esta posição como válida cientificamente, mas somente mensurável como ideologia, *bandeira de luta*, ponta de lança de ação e de combate. A unidade entre teoria e prática repugna a esses cientistas que ainda não querem permitir à *intelligentsia*⁶⁸ negra participar do processo dialético do conhecimento.”. (MOURA, 1988)

Clovis Moura (1988), mais adiante na sua argumentação, estipula que o movimento negro, já na sua contemporaneidade, ou seja, na segunda metade do século XX, estava empenhado na produção desse novo pensamento brasileiro, a saber, um pensamento negro. Ele ratifica que essa nova proposta de interpretação do Brasil tem que ser entendida como uma legítima forma de enfrentamento da tradição do campo científico que, como visto, zela por vieses de silenciamento negro e reafirmação das elites (brancas). O autor defende que esse pensamento social negro é “elaborado na prática social, enquanto o outro se estrutura e se desenvolve nos laboratórios petrificados do saber acadêmico” (MOURA, 1988).

⁶⁸ Note que Clóvis Moura não lança mão, de forma clara, da ideia gramsciana de intelectualidade orgânica, embora descreva várias características possíveis de ação dessa. Ao que tudo indica, o autor expande o universo de negros combativos incluindo brancos empenhados na luta antirracista a partir do campo científico. A saber, o autor, por ocasião da mesma página do livro que contém a passagem cuja a qual essa nota é remetida, faz alusão a nomes da Ciência Social brasileira como: Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Emília Viotti da Costa, L.A. Costa Pinto, Jacob Gorender, Lana Lage da Gama Lima, Luis Luna, Décio Freitas, Oracy Nogueira, Joel Rufino dos Santos, Carlos A. Hasenbalg como nomes empenhados com a academia e com os problemas étnicos da sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse exercício de construção e análise de um pensamento social e político produzido por intelectuais de cor na imprensa negra paulista, de 1915 até 1937, foi possível compreender como se deu o processo dialético da ideologia e contra ideologia branca a partir de um campo tão difícil como o do pensamento social e político brasileiro. A dificuldade, em si, não somente se ratifica nas diversas formas de se entender o que é esse P.S.P.B mas, sobretudo, se desenrola no problema do “garimpo” dessa qualidade material presente nos mais variados veículos de comunicação do movimento de negro que atuava a cem anos atrás. O levantamento documental, bem como sua análise, quantitativa e qualitativa, descobriu uma enorme quantidade de dados que demonstra, no mínimo, um posicionamento intelectual combativo de pensadores da imprensa negra paulista dos anos 10, 20 e 30 do século passado. Essa dissertação teve uma amplitude extremamente reduzida em relação à grande demanda por apreciação acadêmica e científica que os dados das fontes primárias revelaram, mas foi o suficiente como indício de sua legítima necessidade de atenção pela Ciência Social brasileira. Dito isso, chega-se às conclusões dessa investigação. A saber, existe um pensamento brasileiro produzido por negros daquele contexto histórico, esse pensamento está disponível para o acesso e contemplação da comunidade científica, todavia, essa iniciativa intelectual negra tem dificuldades de legitimação acadêmica por conta de fatores intrínsecos à própria estrutura da academia brasileira, de forte viés elitista e, por sua vez, racista. Essa disposição excludente da ciência social brasileira está em acordo com os fundamentos de uma sociedade extremamente arraigada em premissas coloniais, como racismo e exclusão do direito à voz sobre a ideia de nação das camadas populares; o papel de “silenciamento” dessas camadas populares, pela iniciativa científicista, se mostra cada vez mais ilegítimo, na medida que a pesquisa social se desenvolve e assimila uma camada cada vez maior de pesquisadores com origens, inclusive, das camadas populares subalternizadas. Essas novas visões de mundo chegam minando o elitismo a partir do interior científico, com as ferramentas elaboradas pelo próprio campo e, com legitimidade, fomentam reflexões e críticas de posições anacrônicas e não condizentes com a condição democrática e plural que a sociedade, bem como o seu saber, devem assumir como um “vir a ser”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREWS, George Reid. **Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)**. São Paulo: EDUSC, 1998.
- APPIAH, Kwane Anthony. **Na Casa de Meu Pai: a África na Filosofia da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ARISTÓTELES. **ÉTICA A NICÔMACO**. Trad. Mario da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- BARBOSA, Márcio (Org.). **Frente Negra Brasileira: depoimentos**. São Paulo: Quilombhoje, 1998.
- BASTIDE, Roger. **A Imprensa Negra do Estado de São Paulo**. Estudos Afro-brasileiros, São Paulo, 1983.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo**. São Paulo, Unesco/Anhembi, 1955.
- BASTIDE, Roger. Race Relation in Brazil. **UNESCO INTERNATIONAL SOCIAL SCIENCE BULLETIN**, Paris, n.4 vol. IX, p. 495-512, 1957.
- BASTOS, Elide Rugai. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, vol. 26 n.2, p. 51-70 Maio/Agosto 2011.
- BATISTA JR., Paulo Nogueira. Nacionalismo e desenvolvimento. **Novos estudos. CEBRAP**, São Paulo, n. 77, p. 29-35, Mar. 2007.
- BICUDO, Virgínia L. **Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo**. Edição organizada por Maio, Marcos C. São Paulo, Sociologia e Política, 2010.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 48, n°2, 2005, p. 231-269.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Diário da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 22 outubro 1923, p. 3939. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=D&Datain=23/10/2018>. Acesso em 23 de setembro de 2018. Discurso do deputado Fidélis Reis.
- CARVALHO, Gilmar Luiz de. **A Imprensa Negra Paulista entre 1915 e 1937: Características, Mudanças e Permanências**. 2009. Dissertação (mestrado em História) – Universidade de São Paulo.
- CESARINO, Letícia. Colonialidade Interna, Cultura e Mestiçagem: repensando o conceito de colonialismo interno na antropologia contemporânea. **ILHA**, v. 19, n. 2, p. 73-105, dezembro de 2017.
- COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos: Teoria Social, Anti-Racismo, Cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- COTRIM, Livia. C. A. **Marx política e emancipação humana**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais,

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CROSARIOL, Maria Isabelita. QUANDO O SUBALTERNO DESEJA FALAR: O ESCRAVO E A HISTÓRIA REVISTA EM A GLORIOSA FAMÍLIA, DE PEPETELA. **Revista de Letras**. Curitiba, n.11, 2009.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** [online]. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>>

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo, Editora Globo S.A, vol. 2, 2014.

FERREIRA, Maria Claudia Cardoso. **Representações Sociais e Práticas Políticas do Movimento Negro Paulistano: As Trajetórias de Correia Leite e Veiga dos Santos (1928-1937)**. 2005. Dissertação (mestrado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. AS PESQUISAS DENOMINADAS “ESTADO DA ARTE”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, Agosto. 2002.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A Imprensa Negra Paulista (1915-1963)**. São Paulo, FFLCHUSP, 1986.

FRANTZ, Fanon. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 2. 3ª ed. 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª ed. 1982.

GUIMARÃES, Antônio Sergio. **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2012.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Nação, nacionalismo, Estado. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 62, p. 145-159, 1 abr. 2008.

HALL, Stuart. **Da diáspora. Identidade e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HOBSBAWM, Eric. J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LACERDA, João Batista de. **Sur les Métis au Brésil**. Paris: Imprimerie Devouge, 1911.

LEITE, José Correia; CUTI, Luiz Silva (Org.). **...E disse o velho militante José Correia Leite: Depoimentos e Artigos**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

- LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 62, p. 237-256, 1 abr. 2008.
- LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. 4a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MANNHEIM, Karl. **Sociologia da Cultura**. In: FORACCHI, Marialice Mencarini (Org.). Karl Mannheim: Sociologia - Coleção Grandes Cientistas Sociais - vol. 25. São Paulo: Ática, 1982.
- MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.
- MELO, Rúrion. A teoria da emancipação de Karl Marx. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, São Paulo, n. 18, p. 35-58, 14 dez. 2011.
- MICELI, Sérgio. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. V.1. São Paulo: Vértice, 1989^a.
- MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.
- MOURA, Clóvis. **Imprensa Negra - Estudo Crítico de Clóvis Moura** – Edição Fac-Similar. São Paulo. Imprensa Oficial de São Paulo: Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, 2002.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.
- MOURA, Clóvis. **Brasil: As Raízes do Protesto Negro**. São Paulo: Global Editora, 1983.
- OLIVEIRA, Eduardo. **Quem é Quem na Negritude Brasileira**. São Paulo: Edição do autor, 1998.
- PAIXÃO, Marcelo. **A Lenda da Modernidade Encantada: Por uma Crítica ao Pensamento Social Brasileiro sobre Relações Raciais e Projeto de Estado-Nação**. Curitiba. Editora CRV, 2014.
- PAIXÃO, Marcelo. **Manifesto Anti-Racista: Idéias em Prol de uma Utopia Chamada Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, LPP/UERJ, 2006
- PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala editora, 2008
- PEREIRA, Amilcar Araújo. **O Mundo Negro: a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. 2010. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- PEREIRA, Amilcar Araújo. **O “Mundo Negro”: Relações Raciais e a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas/Faperj, 2013.

PERRUSO, Marco Antonio. Revendo Mapeamentos do Pensamento Brasileiro. **Revista Em Tese**. v. 14, n. 1, jan./jun., 2017.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura à tinta preta - a imprensa negra no século XIX (1833-1899)**. 197 f. Brasília: UNB, 2006. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2006.

PINTO, Regina Pahim. **O MOVIMENTO NEGRO EM SÃO PAULO: LUTA E IDENTIDADE**. Ponta Grossa: Editora UEPG; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LUCENA, Célia Toledo et alli (orgs). **Pesquisa em Ciências Sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz**. São Paulo: CERU, 2008, pp 15 -34.

ROCHA, Antonio G. V. O individualismo e a contemporaneidade: a crítica de Emmanuel Mounier à perspectiva individualista. **Intuitio**, Porto Alegre, v.3, n.2, novembro de 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/view/7718/5652>. Acesso em: 24 setembro 2018.

RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Editora Cia. Ed. Nacional, 1932.

ROIO, Marcos Del. GRAMSCI E A EMANCIPAÇÃO DO SUBALTERNO. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n.29, p. 63-78, nov. 2007

SCHNEIDER, Alberto Luiz. **O Brasil de Silvio Romero: Uma Leitura da População Brasileira no Final do Século XIX**. Projeto de História, São Paulo: PUC-SP, n.42, p.163-183, 2011.

SCHWARCZ, Lilia; BOTELHO, André. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma. **Lua Nova**, São Paulo, n.82: p.11-16, 2011

SILVA, Jhonata da Costa. **Intelectualidade Negra Brasileira, uma Perspectiva de Conflito e Resistência no Pensamento Social e Político Brasileiro do Início do Século XX**. 2016. Monografia. Licenciatura em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

SILVA, Mário A. M. da. Órbitas sincrônicas: sociólogos e intelectuais negros em São Paulo, anos 1950-1970. **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v.08.01: p.109–131, abril, 2018.

SKIDMORE, Thomas. E. **Preto no Branco. Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Osmar. M. de.; DOMINGUES, Anamélia. Emancipação política e humana em Marx: alguns apontamentos. **Revista Eletrônica Arma de Crítica**, Ceará, n. 4, dezembro 2012. Disponível em: http://www.armadacritica.ufc.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=77:emancipao-politica-e-humana-em-marx-alguns-apontamentos&id=30:artigos&Itemid=84. Acesso em: 23 setembro 2018.

SOUZA, Rosângela Ferreira de. **Pelas Páginas dos Jornais: Recortes Identitários e Escolarização do Social do Negro em São Paulo**. 2013. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo.

VIEIRA, Ana Carolina Quintana de Serpa; PERRUSO, Marco Antonio. **GRAMSCI E MANNHEIM: CONCEITUAIS CLÁSSICOS SOBRE INTELECTUAIS**. 2018, no prelo.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e intelectuais – sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 16, jan/abr. 2008, p. 63-85

WADE, Peter. Identidade racial, formação do Estado e nacionalismo: uma visão teórica. **Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, ano 2, n.1, p.105-128, 2000.

WEFFORT, F. C. **Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens**. São Paulo: Editora Ática, 2006.

FONTES CONSULTADAS

A Sentinella.

A Sentinella, 10 de outubro de 1920.

A Voz da Raça.

A Voz da Raça, 18 de março de 1933.

A Voz da Raça, 25 de março de 1933.

A Voz da Raça, 01 de abril de 1933.

A Voz da Raça, 08 de abril de 1933.

A Voz da Raça, 15 de abril de 1933.

A Voz da Raça, 22 de abril de 1933.

A Voz da Raça, 29 de abril de 1933.

A Voz da Raça, 06 de maio de 1933.

A Voz da Raça, 13 de maio de 1933.

A Voz da Raça, 20 de maio de 1933.

A Voz da Raça, 29 de maio de 1933.

A Voz da Raça, 03 de junho de 1933.

A Voz da Raça, 10 de junho de 1933.

A Voz da Raça, 17 de junho de 1933.

A Voz da Raça, 24 de junho de 1933.

A Voz da Raça, 01 de julho de 1933.

A Voz da Raça, 08 de junho de 1933.

A Voz da Raça, 05 de agosto de 1933.

A Voz da Raça, 19 de agosto de 1933.

A Voz da Raça, 02 de setembro de 1933.

A Voz da Raça, 16 de setembro de 1933.

A Voz da Raça, 30 de setembro de 1933.

A Voz da Raça, 28 de outubro de 1933.

A Voz da Raça, 11 de novembro de 1933.

A Voz da Raça, 25 de novembro de 1933.

A Voz da Raça, 09 de dezembro de 1933.

A Voz da Raça, 06 de janeiro de 1934.
A Voz da Raça, 20 de janeiro de 1934.
A Voz da Raça, 03 de fevereiro de 1934.
A Voz da Raça, 17 de fevereiro de 1934.
A Voz da Raça, 17 de março de 1934.
A Voz da Raça, 31 de março de 1934.
A Voz da Raça, 14 de abril de 1934.
A Voz da Raça, 28 de abril de 1934.
A Voz da Raça, 26 de maio de 1934.
A Voz da Raça, 23 de junho de 1934.
A Voz da Raça, 07 de julho de 1934.
A Voz da Raça, 11 de agosto de 1934.
A Voz da Raça, 15 de dezembro de 1934.
A Voz da Raça, 29 de dezembro de 1934.
A Voz da Raça, 11 de maio de 1935.
A Voz da Raça, 06 de junho de 1935.
A Voz da Raça, 31 de agosto de 1935.
A Voz da Raça, 23 de novembro de 1935.
A Voz da Raça, março de 1936.
A Voz da Raça, abril de 1936.
A Voz da Raça, maio de 1936.
A Voz da Raça, junho de 1936.
A Voz da Raça, julho de 1936.
A Voz da Raça, agosto de 1936.
A Voz da Raça, setembro de 1936.
A Voz da Raça, outubro de 1936.
A Voz da Raça, novembro de 1936.
A Voz da Raça, dezembro de 1936.
A Voz da Raça, janeiro de 1937.
A Voz da Raça, fevereiro de 1937.

A Voz da Raça, março de 1937.
A Voz da Raça, abril de 1937.
A Voz da Raça, maio de 1937.
A Voz da Raça, junho de 1937.
A Voz da Raça, agosto de 1937.
A Voz da Raça, setembro de 1937.
A Voz da Raça, novembro de 1937.

Auriverde.

Auriverde, 08 de abril de 1928.
Auriverde, 15 de abril de 1928.
Auriverde, 29 de abril de 1928.
Auriverde, 13 de maio de 1928.

Chibata.

Chibata, fevereiro de 1932.
Chibata, março de 1932.

Elite.

Elite, 20 janeiro de 1924.
Elite, 17 de fevereiro de 1924.
Elite, 02 de março de 1924.

Liberdade.

Liberdade, 14 de julho de 1919.
Liberdade, 28 de setembro de 1919.
Liberdade, 12 de outubro de 1919.
Liberdade, 09 de novembro de 1919.
Liberdade, 23 de novembro de 1919.
Liberdade, 14 de dezembro de 1919.
Liberdade, 28 de dezembro de 1919.
Liberdade, 01 de fevereiro de 1920.

Liberdade, 07 de março de 1920.

Liberdade, 04 de abril de 1920.

Liberdade, 09 de maio de 1920.

Liberdade, 12 de setembro de 1920.

Liberdade, 31 de outubro de 1920.

O Alfinete.

O Alfinete, 22 de setembro de 1918.

O Alfinete, 12 de outubro de 1918.

O Alfinete, 04 de janeiro de 1919.

O Alfinete, 09 de março de 1919.

O Alfinete, 28 de agosto de 1921.

O Alfinete, 28 de setembro de 1921.

O Alfinete, 30 de outubro de 1921.

O Alfinete, novembro de 1921.

O Bandeirante.

O Bandeirante, setembro de 1918.

O Bandeirante, setembro de 1918.

O Clarim.

O Clarim, março de 1935.

O Clarim, maio de 1935.

O Clarim da Alvorada.

O Clarim da Alvorada, 06 de janeiro de 1924.

O Clarim da Alvorada, 03 de fevereiro de 1924.

O Clarim da Alvorada, 02 de março de 1924.

O Clarim da Alvorada, 06 de abril de 1924.

O Clarim da Alvorada, 13 de maio de 1924.

O Clarim da Alvorada, 22 de junho de 1924.

O Clarim da Alvorada, 12 de outubro de 1924.

O Clarim da Alvorada, 07 de dezembro de 1924.

O Clarim da Alvorada, 25 de janeiro de 1925.
O Clarim da Alvorada, 26 de julho de 1925.
O Clarim da Alvorada, 30 de agosto de 1925.
O Clarim da Alvorada, 27 de setembro de 1925.
O Clarim da Alvorada, 15 de novembro de 1925.
O Clarim da Alvorada, 14 de novembro de 1926.
O Clarim da Alvorada, 15 de janeiro de 1927.
O Clarim da Alvorada, 20 de fevereiro de 1927.
O Clarim da Alvorada, 17 de abril de 1927.
O Clarim da Alvorada, 13 de maio de 1927.
O Clarim da Alvorada, 18 de junho de 1927.
O Clarim da Alvorada, 17 de julho de 1927.

O Estímulo.

O Estímulo, 12 de maio de 1935.
O Estímulo, 19 de maio de 1935
O Estímulo, 02 de junho de 1935.

O Progresso.

O Progresso, 23 de junho de 1928.
O Progresso, 22 de julho de 1928.
O Progresso, 19 de agosto de 1928.
O Progresso, 07 de setembro de 1928.
O Progresso, 12 de outubro de 1928.
O Progresso, 15 de novembro de 1928.
O Progresso, 16 de dezembro de 1928.
O Progresso, 13 de janeiro de 1929.
O Progresso, 24 de fevereiro de 1929.
O Progresso, 21 de março de 1929.
O Progresso, 26 de abril de 1929.
O Progresso, 23 de junho de 1929.
O Progresso, 28 de julho de 1929.
O Progresso, 31 de agosto de 1929.

O Progresso, 26 de setembro de 1929.
O Progresso, 31 de outubro de 1929.
O Progresso, 24 de novembro de 1929.
O Progresso, dezembro de 1929.
O Progresso, 31 de janeiro de 1930.
O Progresso, 15 de fevereiro de 1930.
O Progresso, 24 de abril de 1930.
O Progresso, 31 de julho de 1930.
O Progresso, 20 de agosto de 1930.
O Progresso, 26 de setembro de 1930.

Rua.

Rua, 24 de fevereiro de 1916.

Tribuna Negra.

Tribuna Negra, setembro de 1935.

ANEXOS

- I. Tabela 1 com dados quantitativos relativos à produção textual nos jornais por intelectual.
- II. Tabela 2 com amostra qualitativa da produção do pensamento social e político presente na imprensa negra paulista de 1915 até 1937, recuperado na análise documental.
- III. Tabela 3 com amostra qualitativa da produção do pensamento social e político escolhido para a análise com profundidade durante a dissertação.
- IV. Tabela 4 com eixos temáticos por jornais negro.

Anexo I: Tabela 1 quantitativa de produção textual por jornal e intelectual.

AUTOR	JORNAL	EDIÇÃO COM PUBLICAÇÕES	TOTAL
ARLINDO VEIGA DOS SANTOS	A VÓZ DA RAÇA	18/03/1933; 25/03/1933; 01/04/1933; 20/05/1933; 03/06/1935; 10/06/1933; 17/06/1933; 01/07/1933; 02/09/1933; 16/09/1933; 28/10/1933; 09/12/1933; 17/02/1934; 17/03/1934; 28/04/1934; 07/07/1934; 11/08/1934; 15/12/1934; 11/05/1935; 29/06/1935; 31/08/1935; 23/11/1935; 31/12/1935; 03/1936; 04/1936; 08/1936; 09/1936; 12/1936; 01/1937; 04/1937.	30
COLÚ BARBOZA	A VÓZ DA RAÇA	25/03/1933.	1
JOAQUIM PEDRO KIEL	A VÓZ DA RAÇA	25/03/1933.	1
LEÃO PEIXOTO	A VÓZ DA RAÇA	25/03/1933.	1
DEOCLICIANO NASCIMENTO	A VÓZ DA RAÇA	01/04/1933*; 06/05/1933; 10/06/1933*; 20/01/1934; 28/04/1934*; 29/12/1934; 29/06/1935*; 29/06/1935*; 31/08/1935*.	9
ISALTINO VEIGA DOS SANTOS	A VÓZ DA RAÇA	01/04/1933; 13/05/1933/; 10/06/1933; 17/06/1933.	4
PEDRO PAULO BARBOZA	A VÓZ DA RAÇA	08/04/1933; 11/11/1933; 11/05/1935; 31/12/1935; 03/1936; 04/1936; 08/1936; 10/1936; 11/1936; 05/1935.	10
HENRIQUE DIAS	A VÓZ DA RAÇA	15/04/1933; 13/03/1933.	2
PEDRO RODRIGUES	A VÓZ DA RAÇA	03/06/1933.	1
CASTELO ALVES	A VÓZ DA RAÇA	06/05/1933; 20/05/1933; 11/11/1933; 17/06/1933; 15/07/1933; 05/08/1933; 19/08/1933; 28/10/1933; 09/12/1933; 17/03/1934.	10
JOÃO B. MARIANO	A VÓZ DA RAÇA	06/05/1933; 03/06/1933; 17/06/1933; 01/07/1933; 30/09/1933; 25/11/1933.	6
JOSÉ BUENO FELICIANO (branco)	A VÓZ DA RAÇA	01/04/1933; 20/05/1933; 24/06/1933; 08/07/1933; 25/11/1933; 17/02/1934; 28/04/1934.	7

OLYMPIO MOREIRA DA SILVA	A VÓZ DA RAÇA	20/05/1933; 02/09/1933; 16/09/1933; 30/09/1933; 11/11/1933; 17/02/1934; 31/03/1934; 17/03/1934.	8
ISMAEL FERREIRA ALVES	A VÓZ DA RAÇA	03/06/1933.	1
JOÃO EUGÊNIO DA COSTA	A VÓZ DA RAÇA	03/06/1933.	1
MARIA DE LOURDES ROSÁRIO	A VÓZ DA RAÇA	03/06/1933; 15/07/1933; 02/09/1933; 16/09/1933; 17/03/1934.	5
MARIO CAMPOS	A VÓZ DA RAÇA	24/06/1933.	1
RAÚL JOVIANO DO AMARAL (PSEUDÔNIMO RAJOVIA)	A VÓZ DA RAÇA	24/06/1933; 16/09/1933; 30/09/1933; 11/11/1933; 20/01/1934*; 17/03/1934; 28/04/1934*; 23/06/1934; 11/05/1935; 29/05/1935*; 29/05/1935*; 29/05/1935*; 31/08/1935*; 08/07/1933; 03/1936; 04/1936; 05/1936; 06/1936; 07/1936; 08/1936; 09/1936; 10/1936; 12/1936; 01/1937; 02/1937; 03/1937; 04/1937; 05/1937; 06/1937; 07/1937; 08/1937; 09/1937; 11/1937.	33
VIRATO CORRÊA	A VÓZ DA RAÇA	24/06/1933.	1
HORÁCIO DA CUNHA	A VÓZ DA RAÇA	01/07/1933; 19/08/1933; 20/01/1934; 14/04/1934; 29/12/1934; 29/12/1934; 29/06/1935; 07/1936; 01/1937; 08/1937.	10
SILVÉRIO DE LIMA	A VÓZ DA RAÇA	01/07/1933; 08/07/1933; 15/07/1933; 05/08/1933; 26/05/1934; 26/06/1934; 07/07/1934; 11/08/1934; 15/12/1934; 23/06/1934; 29/12/1934; 23/11/1935; 04/1936; 05/1936; 07/1936; 08/1936; 09/1936; 10/1936; 11/1936; 12/1936; 01/1937; 02/1937; 03/1937; 04/1937; 05/1937; 06/1937; 07/1937; 08/1937.	28
OLAVO XAVIER	A VÓZ DA RAÇA	15/07/1933.	1
VITOR AURÉLIO	A VÓZ DA RAÇA	19/08/1933.	1
ADALBERTO PIRES DE FREITAS	A VÓZ DA RAÇA	19/08/1933.	1
JOÃO DE SOUZA	A VÓZ DA RAÇA	02/09/1933.	1

CANTIDIO C. ALVES	A VÓZ DA RAÇA	19/08/1933; 16/09/1933; 30/09/1933.	3
ARISTIDES ASSIS NEGREIROS	A VÓZ DA RAÇA	16/09/1933; 10/1930.	2
RIBEIRO	A VÓZ DA RAÇA	30/09/1933.	1
DUTRA FERREIRA	A VÓZ DA RAÇA	30/09/1933.	1
JOÃO CANDIDO DOS SANTOS	A VÓZ DA RAÇA	28/10/1933; 09/1936; 01/1937; 04/1937.	4
CESÁRIO GONÇALVES DE FREITAS	A VÓZ DA RAÇA	28/10/1933; 06/1936; 07/1936; 08/1936; 11/1936; 08/1937.	6
JERSEN DE PANHA BARBOSA	A VÓZ DA RAÇA	11/05/1935.	1
J.H. SERVATINO DE CAMPOS	A VÓZ DA RAÇA	25/11/1933.	1
HUMBERTO DE CAMPOS (branco)	A VÓZ DA RAÇA	25/11/1933; 09/12/1933.	2
V.L. PEREIRA DUARTE	A VÓZ DA RAÇA	20/01/1934.	1
ABEL B. DE FREITAS	A VÓZ DA RAÇA	03/02/1934.	1
CREOLO LEUGIM	A VÓZ DA RAÇA	17/02/1934.	1
JOÃO MARIA DE CAMARGO	A VÓZ DA RAÇA	31/03/1934.	1
JAYME DE AGUIAR/ JIM DE ARAGUARY	A VÓZ DA RAÇA	17/03/1934; 09/1936; 10/1936; 04/1937; 10/06/1933; 08/07/1933.	6
ADALBERTO PIRES DE FREITAS	A VÓZ DA RAÇA	17/03/1934; 14/04/1934.	2
GUILHERME ENFEDT	A VÓZ DA RAÇA	17/03/1934.	1
JOÃO BATISTA GALVÃO	A VÓZ DA RAÇA	05/08/1933; 19/08/1933; 16/09/1933; 28/10/1933; 25/11/1933.	5
ASCANIO DE SAXA	A VÓZ DA RAÇA	26/05/1934.	1
S.JOE	A VÓZ DA RAÇA	26/05/1934.	1
C.SILVA	A VÓZ DA RAÇA	07/07/1934.	1
LINO GUEDES	A VÓZ DA RAÇA	23/06/1934; 03/1937.	2
WILSON	A VÓZ DA RAÇA	07/07/1934; 15/12/1934.	2
FRANCISCO LUCRÉCIO	A VÓZ DA RAÇA	15/12/1934; 11/05/1935; 31/08/1935; 06/1936; 07/1936; 08/1936; 09/1937; 10/1936; 12/1936; 01/1937; 03/1937; 04/1937; 05/1937; 6/1937; 11/1937.	15
JACOBUS	A VÓZ DA RAÇA	08/07/1933.	1

ARLINDO ALVES SOARES (ARLINDO DE JUNDIAÍ)	A VÓZ DA RAÇA	17/03/1934; 29/12/1934; 11/05/1935; 29/06/1935; 09/1936; 10/1936; 01/1937; 02/1937; 03/1937; 04/1937; 06/1937; 08/1937; 09/1937.	13
CELINA VEIGA	A VÓZ DA RAÇA	11/05/1935; 23/11/1935.	2
ARISTIDES TEIXEIRA	A VÓZ DA RAÇA	11/05/1935; 31/08/1935.	2
JUSTINIANO COSTA	A VÓZ DA RAÇA	11/05/1935; 08/1936; 10/1936; 12/1936; 05/1937; 06/1937.	6
JOÃO DE MOURA CAMPOS	A VÓZ DA RAÇA	29/06/1935.	1
FOYS BLACK	A VÓZ DA RAÇA	31/08/1935.	1
IMIL ACARAT	A VÓZ DA RAÇA	31/12/1935.	1
ANTÔNIO M. DOS SANTOS	A VÓZ DA RAÇA	03/1936; 06/1936; 05/1937.	3
JORACY SCHAFFLOR CAMARGO (branco)	A VÓZ DA RAÇA	04/1936.	1
MOYSE'E CINTRA/ MOYSÉS CINTRA	A VÓZ DA RAÇA	04/1936.	1
ISPEAM	A VÓZ DA RAÇA	05/1936.	1
RUBENS R. COSTA	A VÓZ DA RAÇA	05/1936; 11/1936; 02/1937; 03/1937; 05/1937; 06/1937; 11/1937.	7
ISMAIL N. AMARAL	A VÓZ DA RAÇA	06/1936; 08/1936.	2
LIMA	A VÓZ DA RAÇA	09/1936.	1
JOÃO DE SOUZA	A VÓZ DA RAÇA	12/1936.	1
PAULO	A VÓZ DA RAÇA	12/1936.	1
MARCOS RODRIGUES DOS SANTOS	A VÓZ DA RAÇA	02/1937.	1
MARIO VAZ COSTA	A VÓZ DA RAÇA	02/1937.	1
ISRAEL F. JORDÃO	A VÓZ DA RAÇA	02/1937.	1
RÁJHE	A VÓZ DA RAÇA	02/1937.	1
BENDITO VAS COSTA	A VÓZ DA RAÇA	03/1937.	1
ALBERTO FARIA	A VÓZ DA RAÇA	04/1937; 06/1937.	2
LUIZ MASCARANHAS	A VÓZ DA RAÇA	05/1937.	1
A. AMARAL	A VÓZ DA RAÇA	08/1937.	1
PROTTA	ELITE	02/03/1924.	1

THEÓFILO DE CAMARGO	ELITE	02/03/1924; 20/01/1924.	2
DEOCLICIANO MORAES	AURIVERDE	08/04/1928; 13/05/1928; 29/04/1928.	3
HORÁCIO DA CUNHA	AURIVERDE	29/04/1928.	1
GERVÁSIO MORAES	AURIVERDE	29/04/1928.	1
JOÃO B. PRATES	LIBERDADE	23/11/1919; 28/09/1919.	2
MATUTO	LIBERDADE	28/12/1919; 14/12/1919; 01/02/1920; 09/11/1919; 12/10/1919; 14/07/1919; 23/11/1919; 28/09/1919; 07/03/1920; 09/05/1920; 12/09/1920; 04/04/1920; 31/10/1920.	13
JOAQUIM DOMINGUES	LIBERDADE	28/12/1919; 14/07/1919.	2
FREDERICO BAPTISTA DE SOUZA	LIBERDADE	04/04/1920; 09/11/1919; 14/07/1919.	3
S.	LIBERDADE	01/02/1920; 04/04/1920.	2
ARTHUR DE OLIVEIRA	LIBERDADE	09/11/1919; 28/09/1919.	2
VÃO LYTHEZER	LIBERDADE	12/10/1919;	1
ALBERTO FRANCO	LIBERDADE	14/12/1919; 23/11/1919.	2
DEOCLÉCIO MINÉ	LIBERDADE	14/12/1919.	1
ODARP.	LIBERDADE	31/10/1920.	1
J. MELLO	LIBERDADE	31/10/1920.	1
JOSÉ AUGUSTO OLIVEIRA	O ALFINETE	22/09/1918; 12/10/2018; 09/03/1919; 28/08/1921.	4
EUZÉBIO	O ALFINETE	22/09/1918.	1
BENEDICTO FONSECA	O ALFINETE	22/09/1918.	1
A. RODRIGUES	O ALFINETE	28/09/1921.	1
FREDERICO BAPTISTA DE SOUZA	O ALFINETE	12/10/1918.	1
FONSECA JÚNIOR	O ALFINETE	04/01/1919.	1
BENEDICTO FLORENCIO	O ALFINETE	11/1921.	1
J. D' ALENCASTRO	O BANDEIRANTE	09/1918.	1
EUNICE	O CLARIM	03/1935.	1
JOSÉ CORREIA LEITE	O CLARIM	05/1935.	1

ELPIDIO OLIVEIRA	O CLARIM	05/1935.	1
COSTA REGO (BRANCO)	O CLARIM	05/1935.	1
JAYME DE AGUIAR	O CLARIM	05/1935.	1
MARCIANO GOMES	O CLARIM	05/1935.	1
RAÚL JOVIANO DO AMARAL	O CLARIM	05/1935.	1
OSCAR B. DE ASSIS	O CLARIM	05/1935.	1
LUIZ DE SOUZA	O CLARIM	05/1935.	1
JOSÉ CORREIA LEITE	O CLARIM DA ALVORADA	06/01/1924; 06/04/1924; 12/10/1924; 12/10/1924; 25/01/1925; 26/07/1925; 30/08/1925; 27/09/1925; 15/11/1925; 14/11/1926; 17/04/1927; 13/05/1927; 13/05/1927*; 18/06/1927*.	14
EJALVES	O CLARIM DA ALVORADA	13/05/1924.	1
BOOCKER	O CLARIM DA ALVORADA	25/01/1925; 26/07/1925; 27/09/1925; 15/11/1925; 15/01/1927	5
MOYSÉS CYNTRA	O CLARIM DA ALVORADA	02/03/1924; 06/01/1924; 06/04/1924; 12/10/1924; 07/12/1924; 27/09/1925; 17/04/1927; 18/06/1927.	8
A. CELSO (POSSIVELMENTE BRANCO)	O CLARIM DA ALVORADA	26/07/1925.	1
MIXTO	O CLARIM DA ALVORADA	27/09/1925.	1
HORACIO DA CUNHA	O CLARIM DA ALVORADA	15/11/1925; 20/02/1927; 17/04/1927; 17/07/1927.	4
GERVÁSIO MORAES	O CLARIM DA ALVORADA	14/11/1926; 13/05/1927.	2
JAYME DE AGUIAR/ JIM DE ARAGUARY	O CLARIM DA ALVORADA	13/05/1927; 13/05/1927*; 18/06/1927*.	3
ARLINDO VEIGA DOS SANTOS	O CLARIM DA ALVORADA	13/05/1927.	1
LUIZ BARBOSA	O CLARIM DA ALVORADA	13/05/1927.	1
JOSÉ AUGUSTO OLIVEIRA	O CLARIM DA ALVORADA	13/05/1927.	1
LUIS DE SOUSA	O CLARIM DA ALVORADA	13/05/1927.	1

HERMETO LIMA	O CLARIM DA ALVORADA	17/07/1927.	1
CLOVIS PACHECO DO AMARAL	O ESTÍMULO	12/05/1935, 19/05/1935; 02/06/1935.	3
JOSÉ CORREIA LEITE	A TRIBUNA NEGRA	09/1935.	1
LINO GUEDES	O PROGRESSO	19/08/1928*; 19/08/1928*; 07/09/1928*; 07/09/1928*; 12/10/1928*; 21/03/1929*.	6
DAVID RODOLPHO DE CASTRO	O PROGRESSO	19/08/1928.	1
ARISTEUS DE MORAES	O PROGRESSO	19/08/1928.	1
EUCLYDES DE OLIVEIRA	O PROGRESSO	07/09/1928.	1
GASTÃO CARNEIRO	O PROGRESSO	15/11/1928.	1
DUBOIS (DESTAQUE INTERNACIONAL NEGRO)	O PROGRESSO	21/03/1929.	1
128 (119)	11	-----	407

* Texto sem autoria confirmada, atribuído ao(s) redator(es) da edição.

Fonte: Levantamento documental em acervo pessoal de jornais da imprensa negra paulista.

Anexo II: Tabela 2 com amostra da produção do pensamento social e político presente na Imprensa Negra Paulista de 1915 até 1937.

AUTOR JORNAL/NÚMERO/ PUBLICAÇÃO	TÍTULO DO TEXTO	TESE CENTRAL DO PENSAMENTO	EIXO TEMÁTICO
ARLINDO VEIGA DOS SANTOS A VÓZ DA RAÇA Nº 1. 18/03/1933	AOS FRENTENEGRINOS	Defesa dos negros é a defesa da pátria, pois as duas coisas são intrinsecamente ligadas.	NACIONALISMO
ARLINDO VEIGA DOS SANTOS A VÓZ DA RAÇA Nº 3. 01/04/1933	ALERTA	Intolerância contra valores democráticos ou espírito de luta de classes. Defesa da propriedade privada e negação dos ideais internacionalistas.	LIBERALISMO
ARLINDO VEIGA DOS SANTOS A VÓZ DA RAÇA Nº 10. 20/05/1933	PELA PAZ EM SÃO PAULO	O Comunismo é o domínio judeu e internacional que promove a escravidão da pátria e da raça.	NACIONALISMO
ARLINDO VEIGA DOS SANTOS A VÓZ DA RAÇA Nº 11. 03/06/1933	EM MARCHA	Qualquer forma de democracia e de igualitarismo estrangeira não serve ao Brasil. Democracia deixou o Brasil com dívidas, desmoralizado, com atraso mental, moral e econômico.	EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES
ARLINDO VEIGA DOS SANTOS A VÓZ DA RAÇA Nº12. 10/06/1933	A AFIRMAÇÃO DE RAÇA	Brasileiros são uma raça específica, de tipo mestiço que deve valorizar sua vertente profundamente singular e nacional.	NACIONALISMO
ARLINDO VEIGA DOS SANTOS A VÓZ DA RAÇA Nº13. 17/06/1933	PAPAGAIOS NEGROS	Do ponto de vista social, o nacionalismo extingui o preconceito de raça ou cor no Brasil.	NACIONALISMO
ARLINDO VEIGA DOS SANTOS A VÓZ DA RAÇA Nº 21. 16/09/1933	NA HORA DA CELEBRAÇÃO	A necessidade de extinção da economia liberal em benefício da população negra.	EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES

<p>ARLINDO VEIGA DOS SANTOS A VÓZ DA RAÇA Nº 24. 28/10/1933</p>	<p>APELO À ECONOMIA</p>	<p>O brasileiro deve compreender a necessidade de poupar, tendo uma relação econômica bem ordenada para que possa gozar de alguma segurança financeira em meio as relações econômicas anárquicas. Leia-se liberalismo.</p>	<p>NACIONALISMO</p>
<p>ARLINDO VEIGA DOS SANTOS A VÓZ DA RAÇA Nº 27. 09/12/1933</p>	<p>RESPOSTA A UM BOLETIM</p>	<p>Aversão às ideologias de lutas de classes sob a premissa de benefício único e exclusivo aos estrangeiros. Situação essa estimulada por políticas públicas que alijam o negro dos postos de trabalho em favorecimento do branco.</p>	<p>NACIONALISMO</p>
<p>ARLINDO VEIGA DOS SANTOS A VÓZ DA RAÇA Nº 36. 28/04/1934</p>	<p>MARCHANDO</p>	<p>A defesa do negro e do mestiço é a defesa do Brasil eterno.</p>	<p>NACIONALISMO</p>
<p>ARLINDO VEIGA DOS SANTOS A VÓZ DA RAÇA Nº40. 07/07/1934</p>	<p>POVOS QUE OBEDECEM E POVOS QUE MANDAM</p>	<p>Nação forte é a nação em que não existe no povo uma ação decisória, mas sim, uma centralidade deliberativa no Estado Nacional. Aversão ao modelo Democrático Liberal</p>	<p>NACIONALISMO</p>
<p>ARLINDO VEIGA DOS SANTOS A VÓZ DA RAÇA Nº 41. 11/08/1934</p>	<p>OS NEGROS E ALGUMAS AFIRMAÇÕES DE BRANCOS</p>	<p>A contribuição da raça negra à edificação nacional.</p>	<p>NACIONALISMO</p>

<p>ARLINDO VEIGA DOS SANTOS A VÓZ DA RAÇA Nº43. 15/12/1934</p>	<p>QUE O NEGRO BRASILEIRO NÃO SE ILUDA!...</p>	<p>A contribuição da raça negra à edificação nacional.</p>	<p>NACIONALISMO</p>
<p>ARLINDO VEIGA DOS SANTOS A VÓZ DA RAÇA Nº46. 29/06/1935</p>	<p>O QUE SE TEM DITO SOBRE O NEGRO</p>	<p>A contribuição da raça negra à edificação nacional.</p>	<p>NACIONALISMO</p>
<p>ARLINDO VEIGA DOS SANTOS A VÓZ DA RAÇA Nº 49. 23/11/1935</p>	<p>DISCURSO OFICIAL PRONUNCIADO PELO DR. ARLINDO VEIGA DOS SANTOS, NA SESSÃO SOLENE DE 22 DE SETEMBRO</p>	<p>Embranquecimento prejudica a dignidade racial brasileira. Nesse sentido, as imigrações dividem e prejudicam o futuro da Pátria brasileira.</p>	<p>NACIONALISMO</p>
<p>ARLINDO VEIGA DOS SANTOS A VÓZ DA RAÇA Nº 50. 08/1936</p>	<p>O NEGRO E O COMÉRCIO</p>	<p>Em função da imigração e do embranquecimento, o negro foi alijado do trabalho e renda</p>	<p>EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES</p>
<p>ARLINDO VEIGA DOS SANTOS A VÓZ DA RAÇA Nº 64. 04/1937</p>	<p>DATAS HISTÓRICAS</p>	<p>O Estado palmarino como exemplo de organização, trabalho, sangue, luta e independência.</p>	<p>EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES</p>
<p>CASTELO ALVES A VÓZ DA RAÇA Nº 25. 11/11/1933</p>	<p>TARADOS</p>	<p>A degeneração da raça tem, nos seus indivíduos incapazes, o seu grande problema.</p>	<p>LIBERALISMO</p>
<p>RAÚL JOVIANO DO AMARAL (PSEUDÔNIMO RAJOVIA) A VÓZ DA RAÇA Nº 51. 03/1936</p>	<p>A VERDADE DO MOMENTO</p>	<p>Os negros promovendo seu desenvolvimento a partir do seu próprio protagonismo.</p>	<p>EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES</p>
<p>RAÚL JOVIANO DO AMARAL (PSEUDÔNIMO RAJOVIA) A VÓZ DA RAÇA Nº 16. 08/07/1933</p>	<p>INSTRUÇÃO</p>	<p>Valorização da educação como instrumento de evolução e desenvolvimento individual.</p>	<p>LIBERALISMO</p>
<p>SILVÉRIO DE LIMA A VÓZ DA RAÇA Nº15. 01/07/1933</p>	<p>SURGET ET AMBULA</p>	<p>A contribuição da raça negra à edificação nacional.</p>	<p>NACIONALISMO</p>

SILVÉRIO DE LIMA A VÓZ DA RAÇA Nº 16. 08/07/1933	SURGET ET AMBULA (Continuação)	A contribuição da raça negra à edificação nacional.	NACIONALISMO
SILVÉRIO DE LIMA A VÓZ DA RAÇA Nº 17. 15/07/1933	SURGET ET AMBULA (Continuação)	A contribuição da raça negra à edificação nacional.	NACIONALISMO
SILVÉRIO DE LIMA A VÓZ DA RAÇA Nº 18. 05/08/1933	SURGET ET AMBULA (Continuação)	A contribuição da raça negra à edificação nacional.	NACIONALISMO
SILVÉRIO DE LIMA A VÓZ DA RAÇA Nº 43. 15/12/1934	JUSTITIA QUAE SERÁ TAMEM	A Lei Áurea foi uma medida tomada em função da força da emancipação política que o negro protagonizou.	EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES
SILVÉRIO DE LIMA A VÓZ DA RAÇA Nº 53. 05/1936	O DIA DA RAÇA	A contribuição da raça negra à edificação nacional.	NACIONALISMO
SILVÉRIO DE LIMA A VÓZ DA RAÇA Nº 57. 09/1936	GRATIA AGAMOS DOMINO DEO NOSTRO	A contribuição da raça negra à edificação nacional.	NACIONALISMO
SILVÉRIO DE LIMA A VÓZ DA RAÇA Nº 59. 11/1936	ILUMINAÇÃO LUMIOSA	O preconceito de cor leva massacre ao negro, que é irmão da mesma pátria e colaborador da estabilidade e grandeza da nação brasileira.	NACIONALISMO
SILVÉRIO DE LIMA A VÓZ DA RAÇA Nº 65. 05/1937	O DIA DA RAÇA	A necessidade de se reconhecer a emancipação política negra como uma data histórica para o Brasil.	EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES
JOÃO BATISTA GALVÃO A VÓZ DA RAÇA Nº 18. 05/08/1933	ACERCA DO GOVERNO CIVIL	Aversão ao anarquismo e culto ao Estado forte para organização e ordem social.	NACIONALISMO
JOÃO BATISTA GALVÃO A VÓZ DA RAÇA Nº 19. 19/08/1933	ACERCA DO GOVERNO CIVIL (Continuação)	Aversão ao anarquismo e culto ao Estado forte para organização e ordem social.	NACIONALISMO
JOÃO BATISTA GALVÃO A VÓZ DA RAÇA Nº 21. 16/09/1933	ACERCA DO GOVERNO CIVIL (Continuação)	Aversão ao anarquismo e culto ao Estado forte para organização e ordem social.	NACIONALISMO

<p>JOÃO BATISTA GALVÃO A VÓZ DA RAÇA Nº 24. 28/10/1933</p>	<p>ACERCA DO GOVERNO CIVIL (Continuação)</p>	<p>Aversão ao anarquismo e culto ao Estado forte para organização e ordem social.</p>	<p>NACIONALISMO</p>
<p>RAUL JOVIANO DO AMARAL A VÓZ DA RAÇA Nº 33. 17/03/1934</p>	<p>AVANTE</p>	<p>O povo negro tem total condições de evoluir socialmente, não o faz por conta de falta de confiança nas suas possibilidades, qualidades, poder de querer e construir.</p>	<p>LIBERALISMO</p>
<p>FRANCISCO LUCRÉCIO O PRETO TEM ALMA PRÓPRIA A VÓZ DA RAÇA Nº60. 12/1936</p>	<p>O PRETO TEM ALMA PRÓPRIA</p>	<p>Defesa ontológica da condição do indivíduo negro. Aversão à narrativa que diminui a negritude do negro socialmente valorado.</p>	<p>LIBERALISMO</p>
<p>HUMBERTO CAMPOS (PENSADOR BRANCO) A VÓZ DA RAÇA Nº 26. 25/10/1933</p>	<p>O DESTINO DA RAÇA NEGRA NO BRASIL</p>	<p>A não superação da condição social da escravidão no pós abolição é resultado da não organização negra de se organizar e promover seu desenvolvimento social e político</p>	<p>EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES</p>
<p>DEOCLECIANO NASCIMENTO AURIVERDE Nº21. 08/04/1928</p>	<p>PRECONCEITOS QUE DEVEM DESAPARECER</p>	<p>No Brasil, tanto podem haver brasileiros que descendem somente de germânicos, de latinos, de árabes, de pretos e de indígenas ou mestiços de várias raças. O critério do brasileiro deve sempre ser o <i>jus solis</i>.</p>	<p>NACIONALISMO</p>
<p>DEOCLECIANO NASCIMENTO AURIVERDE Nº6. 13/05/1928</p>	<p>LEI AUREA</p>	<p>A usurpação do trabalho negro se dava por uma relação de bem estar branco em prejuízo dos homens de cor. Essa usurpação se legitimava a partir de inventos sociais que transformaram a raça em artigo comercial, em máquinas humanas. A lei áurea forneceu a emancipação política negra desta mazela.</p>	<p>EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES</p>

DEOCLECIANO NASCIMENTO AURIVERDE Nº5. 29/04/1928	A QUESTÃO DE RAÇA	O Brasil resolveu a questão racial com muito mais eficácia que os EUA pois se abriu para todas as raças.	LIBERALISMO
HORÁCIO DA CUNHA AURIVERDE Nº5. 29/04/1928	EVOLUÇÃO SOCIAL	Valorização da educação como instrumento de evolução e desenvolvimento individual. Negação do preconceito racial, tudo se resume à esforço pessoal.	LIBERALISMO
HORÁCIO DA CUNHA O CLARIM DA ALVORADA Nº30. 20/02/1927	EVOLUÇÃO SOCIAL	Valorização da educação como instrumento de evolução e desenvolvimento individual. Negação do preconceito racial, tudo se resume à esforço pessoal.	LIBERALISMO
GERVÁSIO MORAES AURIVERDE Nº5. 29/04/1928	O PARTO DA MONTANHA	A contribuição da raça negra à edificação nacional.	NACIONALISMO
GERVÁSIO MORAES O CLARIM DA ALVORADA Nº33. 13/05/1927	CARTA DE UM NEGRO	Ser negro é sofrer por não ter oportunidades de galgar ascensão social. O preconceito é uma luta desleal e covarde, faz do negro um estrangeiro no próprio país.	EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES
THEÓPHILO DE CAMARGO ELITE Nº4. 02/03/1924	É POR AQUI	Reafirmação da necessidade de se colocar como iguais perante as demais raças.	EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES
THEÓPHILO DE CAMARGO ELITE Nº4. 20/01/1924	ECHOS DO PROJETO F. REIS	A contribuição da raça negra à edificação nacional.	NACIONALISMO
PROTTA ELITE Nº4. 02/03/1924	IRONIA SANGRENTA	Fim do capitalismo, que trouxe liberdade falsa ao negro. Comunismo como saída de luta.	EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES
JOÃO B. PRATES LIBERDADE Nº 8. 23/11/1919	DEUS E PÁTRIA	A Pátria tem uma existência ontológica intrinsecamente ligada à existência do homem.	NACIONALISMO
MATUTO (PSEUDÔNIMO) LIBERDADE	VAGANDO	Não existência de preconceito racial no Brasil. O que existiria era um preconceito endógeno dos	EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES

Nº 10. 28/12/1919		afrodescendentes. Quando um ascendia socialmente, buscava se afastar dos seus irmãos de cor.	POPULARES
JOAQUIM DOMINGUES LIBERDADE Nº 10. 28/12/1919	HYPOCRISIA DE CÔR	Falta de consciência de raça gera desprezo e abandono social entre os próprios negros.	EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES
JOSÉ AUGUSTO OLIVEIRA O ALFINETE Nº 3. 22/09/1919	PARA OS NOSSOS LEITORES	A igualdade e a fraternidade são símbolos da Revolução Iluminista e alicerces da democracia que para os negros não passam de falácias e instituições que não foram postas em prática.	EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES
JOSÉ AUGUSTO OLIVEIRA O ALFINETE Nº 8. 09/03/1919	AOS LEITORES	A educação é a principal ferramenta de ascensão à condição de cidadão brasileiro. Nesse sentido, saber ler e escrever se mostra fundamental para à pertença nacional.	NACIONALISMO
JOSÉ AUGUSTO OLIVEIRA O CLARIM DA ALVORADA Nº33. 13/05/1927	AO DESLIZAR DA PENNA	O negro se encontra nos mais ríspidos patamares da sociabilidade brasileira. Os exemplos que se mostram contrários são meras exceções e não são contra exemplo da ideia de precariedade que vive o negro.	NACIONALISMO
A. RODRIGUES O ALFINETE Nº 75. 28/09/1921	28 DE SETEMBRO	A escravidão sujava a imagem nacional e seus preceitos de civilização diante de outras nações.	NACIONALISMO
BENEDICTO FLORENCIO O ALFINETE Nº 77. 11/1921	CARTAS SEM COR	A raça negra tem que estar alinhada com a campanha nacionalista, cívica e livres de influencias iluministas.	NACIONALISMO
D' ALENCASTRO O BANDEIRANTE Nº 3. 09/1918	GRAVE ERRO	O negro brasileiro não é africano, é brasileiro antes de mais nada. Incentivar lutas raciais é pregar ódio e fracção nacional.	NACIONALISMO

EUNICE O CLARIM N° 2. 03/1935	O QUE SERÁ DELLES...	Uma vez sentindo o peso do preconceito, o negro deve buscar a sua emancipação a partir da organização política.	EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES
ELPIDIO OLIVEIRA O CLARIM N° 4. 05/1935	A ESCRAVATURA ESPIRITUAL	A contribuição da raça negra à edificação nacional.	NACIONALISMO
LUIZ DE SOUZA O CLARIM N° 4. 05/1935	DA SENZALA AO DEGREDO	No centro do Brasil, a supremacia branca se edifica de forma concreta, o negro sofre preconceito velado e nenhum apoio é dado para superação dessas questões.	EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES
LUIS DE SOUZA O CLARIM DA ALVORADA N°33. 13/05/1927	TREZE DE MAIO	Conquista da liberdade plena com a abolição. Emancipação do negro como sujeito político.	EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES
MOYSÉS CYNTRA O CLARIM DA ALVORADA N° 03. 02/03/1924	UM DEVER	As mazelas sociais que arrebatam o povo negro são fruto de uma vida desvairada, desregrada e entregue aos vícios. A culpabilidade do quadro é exclusivamente implicada ao indivíduo negro "vicioso".	LIBERALISMO
MOYSÉS CYNTRA O CLARIM DA ALVORADA N° 4. 06/04/1924	IDEAL DOS IDEAIS	O povo negro tem total condições de evoluir socialmente, as condições de vulnerabilidade social vivida pelo povo de cor é de responsabilidade do próprio negro, que pouco atua na mudança de sua vida	LIBERALISMO
MOYSÉS CYNTRA O CLARIM DA ALVORADA N° 15. 27/09/1925	SALVE!... 28 DE SETEMBRO	A contribuição da raça negra à edificação nacional.	NACIONALISMO
MOYSÉS CYNTRA O CLARIM DA ALVORADA N° 1. 06/01/1924	EMITEMOL-OS	Valorização da educação como instrumento de evolução e desenvolvimento social do homem de cor.	LIBERALISMO

JOSÉ CORREIA LEITE O CLARIM DA ALVORADA Nº 4. 06/04/1924	VALOR DA RAÇA	A contribuição da raça negra à edificação nacional.	NACIONALISMO
JOSÉ CORREIA LEITE O CLARIM DA ALVORADA Nº 27. 14/11/1926	QUEM SOMOS...	Os negros trabalharam para a extinção da escravidão que tanto deprimia a soberania da nacionalidade caldeada por três raças: luso, negra e indígena.	EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES
JOSÉ CORREIA LEITE O CLARIM DA ALVORADA Nº 33. 13/05/1927	TRIGESIMO NONO	A contribuição da raça negra à edificação nacional.	NACIONALISMO
JOSÉ CORREIA LEITE O CLARIM DA ALVORADA Nº33. 13/05/1927	A VÓZ DA HISTÓRIA E OS PRETOS MODERNOS*	A contribuição da raça negra à edificação nacional.	NACIONALISMO
JOSÉ CORREIA LEITE O CLARIM DA ALVORADA Nº 34. 18/06/1927	UM MONUMENTO *	A Constituição brasileira reconhece o negro como elemento sociável e não como raça inferior. Cabe aos negros serem superiores na evolução social do país. A lei garante os direitos ao negro como legítimo cidadão brasileiro.	NACIONALISMO
JOSÉ CORREIA LEITE O CLARIM Nº 4. 05/1935	O POVIR DA RAÇA NEGRA	O homem negro, desde a Leis Áurea, é um espectador que se confunde entre avanços e recuos da nacionalidade. Porém esforça-se em movimentos políticos é evolução. Nesse sentido os homens negros integrados as lutas políticas começam a se reconhecer numa unidade da raça.	EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES
JOSÉ CORREIA LEITE A TRIBUNA NEGRA Nº 1. 09/1935	O MUNDO NEGRO	O negro não conseguiu real condição de igualdade com abolição da escravatura.	EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES
EJALVES O CLARIM DA ALVORADA Nº 5. 13/05/1924	O INIMIGO DO PRETO É O PRETO	No Brasil, não são brancos e negros que combatem, mas o capital privilegiado e o trabalho escravo. É necessário esquecer a cor e atentar à classe	EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES

		como elemento de organização e luta política.	
A. CELSO (RAÇA INDETERMINADA) O CLARIM DA ALVORADA Nº 13. 26/07/1925	OS NEGROS	A contribuição da raça negra à edificação nacional. Palmares como símbolo de tentativa de independência.	NACIONALISMO
BOOCKER O CLARIM DA ALVORADA Nº 28. 15/01/1927	O CONTINENTE AFRICANO	Não existe raça superior ou inferior. O que existe é uma maior ou menor complexidade no seu desenvolvimento. A raça negra não se desenvolveu mais por conta de séculos de estrangulamento de outras raças usurpadoras.	EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES
LUIZ BARBOSA O CLARIM DA ALVORADA Nº33. 13/05/1927	A ABOLIÇÃO	A emancipação política dos negros possibilitou braços livres e homens de aspiração para a prosperidade em meio à agricultura e a indústria.	EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES
JAYME DE AGUIAR O CLARIM DA ALVORADA Nº33. 13/05/1927	A VÓZ DA HISTÓRIA E OS PRETOS MODERNOS*	A contribuição da raça negra à edificação nacional.	NACIONALISMO
JAYME DE AGUIAR (PSEUDÔNIMO: JIM DE ARAGUARY) O CLARIM DA ALVORADA Nº 34. 18/06/1927	UM MONUMENTO *	A Constituição brasileira reconhece o negro como elemento sociável e não como raça inferior. Cabe aos negros serem superiores na evolução social do país. A lei garante os direitos ao negro como legítimo cidadão brasileiro.	NACIONALISMO
CLOVIS PACHECO DO AMARAL O ESTÍMULO Nº16. 19/05/1935	CHRISTO MARTYR NEGRO MARTYR	A contribuição da raça negra à edificação nacional.	NACIONALISMO

CLOVIS PACHECO DO AMARAL O ESTÍMULO Nº18. 02/06/1935	A IMPRENSA	A imprensa é ferramenta de catalisação dos gritos de protestos do oprimido e do fraco ao passo que aponta o crime do opressor e do usurpador do direito inerente ao fraco.	EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES
LINO GUEDES O PROGRESSO Nº3. 19/08/1928	GESTO NOBRE*	A contribuição da raça negra à edificação nacional.	NACIONALISMO
LINO GUEDES O PROGRESSO Nº5. 12/10/1928	PRECONCEITO TOLO E ABSURDO *	A abolição da escravatura sem medidas que buscassem equidade aos homens de cor se mostra um bem e um mal, ao mesmo tempo.	EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES
EUCLYDES DE OLIVEIRA O PROGRESSO Nº4. 07/09/1928	O GRITO DE CHÃ	A contribuição da raça negra à edificação nacional.	NACIONALISMO
GASTÃO CARNEIRO O PROGRESSO Nº6. 15/11/1928	O DIREITO DOS PRETOS	A contribuição da raça negra à edificação nacional.	NACIONALISMO

* Texto sem autoria confirmada, atribuído ao(s) redator(es) da edição.

Fonte: Levantamento documental, acervo pessoal de jornais da imprensa negra paulista.

Anexo III: Tabela 3 com amostra da produção do pensamento social e político elencado para análise qualitativa em profundidade durante a dissertação.

AUTOR JORNAL/NÚMERO/ PUBLICAÇÃO	TÍTULO DO TEXTO	TESE CENTRAL DO PENSAMENTO	EIXO TEMÁTICO
ARLINDO VEIGA DOS SANTOS A VÓZ DA RAÇA Nº 1. 18/03/1933	AOS FRENTENEGRINOS	Defesa dos negros é a defesa da pátria, pois as duas coisas são intrinsecamente ligadas.	NACIONALISMO
SILVÉRIO DE LIMA A VÓZ DA RAÇA Nº57. 09/1936	GRATIA AGAMOS DOMINO DEO NOSTRO	A contribuição da raça negra à edificação nacional.	NACIONALISMO
THEÓPHILO DE CAMARGO ELITE Nº4. 20/01/1924	ECHOS DO PROJETO F. REIS	A contribuição da raça negra à edificação nacional.	NACIONALISMO
J. D' ALENCASTRO O BANDEIRANTE Nº 3. 09/1918	GRAVE ERRO	O negro brasileiro não é africano, é brasileiro antes de mais nada. Incentivar lutas raciais é pregar ódio e fracção nacional.	NACIONALISMO
JOSÉ AUGUSTO OLIVEIRA O CLARIM DA ALVORADA Nº33. 13/05/1927	AO DESLIZAR DA PENNA	O negro se encontra nos mais ríspidos patamares da sociabilidade brasileira. Os exemplos que se mostram contrários são meras exceções e não são contra exemplo da ideia de precariedade que vive o negro.	NACIONALISMO
CASTELO ALVES A VÓZ DA RAÇA Nº 25. 11/11/1933	TARADOS	A degeneração da raça tem, nos seus indivíduos incapazes, o seu grande problema.	LIBERALISMO
HORÁCIO DA CUNHA AURIVERDE Nº5. 29/04/1928	EVOLUÇÃO SOCIAL	Valorização da educação como instrumento de evolução e desenvolvimento individual. Negação do preconceito racial, tudo se resume à esforço pessoal.	LIBERALISMO
MOYSÉS CYNTRA O CLARIM DA ALVORADA Nº 03. 02/03/1924	UM DEVER	As mazelas sociais que sofridas pelo negro são fruto de uma vida entregue aos vícios. A culpabilidade dos problemas sociais vistos na raça é implicada ao indivíduo “vicioso”.	LIBERALISMO

<p>RAÚL JOVIANO DO AMARAL (PSEUDÔNIMO RAJOVIA) A VÓZ DA RAÇA Nº 16. 08/07/1933</p>	<p>INSTRUÇÃO</p>	<p>Valorização da educação como instrumento de evolução e desenvolvimento individual.</p>	<p>LIBERALISMO</p>
<p>FRANCISCO LUCRÉCIO O PRETO TEM ALMA PRÓPRIA A VÓZ DA RAÇA Nº 60. 12/1936</p>	<p>O PRETO TEM ALMA PRÓPRIA</p>	<p>Defesa ontológica da condição do indivíduo negro. Aversão à narrativa que diminui a negritude do negro socialmente valorado.</p>	<p>LIBERALISMO</p>
<p>EJALVES O CLARIM DA ALVORADA Nº 5. 13/05/1924</p>	<p>O INIMIGO DO PRETO É O PRETO</p>	<p>No Brasil, não são brancos e negros que combatem, mas o capital privilegiado e o trabalho escravo. É necessário esquecer a cor e atentar à classe como elemento de organização e luta política.</p>	<p>EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES</p>
<p>DEOCLECIANO NASCIMENTO AURIVERDE Nº 6. 13/05/1928</p>	<p>LEI AUREA</p>	<p>A usurpação do trabalho negro se dava por uma relação de bem estar branco em prejuízo dos homens de cor. Essa usurpação se legitimava a partir de inventos sociais que transformaram a raça em artigo comercial, em máquinas humanas. A lei áurea forneceu a emancipação política negra desta mazela.</p>	<p>EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES</p>
<p>JOSÉ CORREIA LEITE O CLARIM Nº 4. 05/1935</p>	<p>O POVIR DA RAÇA NEGRA</p>	<p>O homem negro, desde a Leia Áurea, é um espectador que se confunde entre avanços e recuos da nacionalidade. Porém esforça-se em movimentos políticos é evolução. Nesse sentido os homens negros integrados as lutas políticas começam a se reconhecer numa unidade da raça.</p>	<p>EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES</p>
<p>LUIZ BARBOSA O CLARIM DA ALVORADA Nº 33. 13/05/1927</p>	<p>A ABOLIÇÃO</p>	<p>A emancipação política dos negros possibilitou braços livres e homens de aspiração para a prosperidade em meio</p>	<p>EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES</p>

		à agricultura e a indústria.	
LUIS DE SOUZA O CLARIM DA ALVORADA Nº33. 13/05/1927	TREZE DE MAIO	Conquista da liberdade plena com a abolição. Emancipação do negro como sujeito político.	EMANCIPAÇÃO O DAS CLASSES POPULARES
HUMBERTO CAMPOS (PENSADOR BRANCO) A VÓZ DA RAÇA Nº 26. 25/10/1933	O DESTINO DA RAÇA NEGRA NO BRASIL	A não superação da condição social da escravidão no pós abolição é resultado da não organização negra de se organizar e promover seu desenvolvimento social e político	EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES
EUNICE O CLARIM Nº 2. 03/1935	O QUE SERÁ DELLES...	Uma vez sentindo o peso do preconceito, o negro deve buscar a sua emancipação a partir da organização política.	EMANCIPAÇÃO O DAS CLASSES POPULARES

* Texto sem autoria confirmada, atribuído ao(s) redator(es) da edição.

Fonte: Levantamento documental, acervo pessoal de jornais da imprensa negra paulista.

Anexo IV: Tabela 4 com eixos temáticos por jornal.

JORNAIS	NACIONALISMO	EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES POPULARES	LIBERALISMO	TOTAL
A VÓZ DA RAÇA	23	8	5	36
ELITE	1	2	-----	3
AURIVERDE	2	1	2	5
BANDEIRANTE	1	-----	-----	1
O CLARIM	1	3	-----	4
LIBERDADE	1	2	-----	3
O CLARIM DA ALVORADA	9	6	4	19*
O ESTÍMULO	1	1	-----	2
A TRIBUNA NEGRA	-----	1	-----	1
O PROGRESSO	3	1	-----	4
O ALFINETE	3	1	-----	4
TOTAL	45	26	11	82

* Número inflacionado por compartilhamento de dois textos entre redatores. O número real é 17.
 Fonte: Levantamento documental, acervo pessoal de jornais da imprensa negra paulista.